



**EDMAR MOREL**

**O**

**GOLPE**

**COMEÇOU**

**EM**

**WASHINGTON**

## O GOLPE COMEÇOU EM WASHINGTON

Entre tantos títulos conquistados na sua vida profissional, o jornalista Edmar Morel acrescenta mais êste: o de ter o seu nome incluído no primeiro rol de cidadãos brasileiros proscritos pelo Ato Institucional do 1.º de Abril. Muita gente, ao ver o nome de Morel entre os primeiros atingidos pela vigente ditadura brasileira, não entendeu desde logo o que havia feito êle para merecer tal distinção. Sabe-se hoje. Seu *crime*, que aos olhos da "revolução" fê-lo tão execrado e perigoso, foi um só: o de ter escrito, há alguns anos, a biografia do marinheiro João Cândido, o líder da *Revolta da Chibata* que, 54 anos atrás, com o seu gesto de rebeldia e desespero, abriu os olhos da Nação para o regime de servidão, brutalidade e injustiça até então reinante nos quadros inferiores da marinha brasileira. A elite naval do Brasil jamais perdoou a Edmar Morel ter reconstituído, sem paixão e sem distorções, o perfil do marinheiro que naquele remoto 1910 foi, com a sua rebelião e, posteriormente, com o seu sacrifício, um pouco, senão muito, da consciência nacional. Proscrito pelo 1.º de Abril, Edmar Morel voltou a pagar, mais de cinquenta anos depois, pelo *crime* que João Cândido já havia pago de maneira tão exageradamente cara.

O Ato Institucional que tirou a Edmar Morel seus direitos políticos, procurou mutilar, senão encerrar, a brilhante e brava carreira de um dos mais conhecidos repórteres brasileiros, daqueles que deram à moderna Reportagem, no Brasil, as suas características melhores — como a agilidade, o culto à verdade, a pesquisa honesta, a preocupação pela

O GOLPE COMEÇOU  
EM WASHINGTON

RETRATOS DO BRASIL

*volume 34*



EDMAR MOREL

O GOLPE COMEÇOU  
EM WASHINGTON

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

RIO DE JANEIRO

*desenho de capa:*

EUGÊNIO HIRSCH

DO AUTOR:

*Sob os Céus de Pôrto Seguro* — 1939 — Ed. Bahia — Salvador.

*Gago Coutinho e Sua Vida Aventurosa* — 1941 — Ed. Coelho Branco — Rio.

*E Fawcett Não Voltou* — esgotado — 1944 — Ed. "O Cruzeiro" — Rio. Traduzido para o inglês e espanhol e publicado pelo *The People*, de Londres, *La Razón*, de Montevidéu, *Crítica*, de Buenos Aires. Adaptado para uma história em quadrinhos pela Editôra Brasil América.

*O Brasil Visto dos Céus* — 1946 — Ed. Cruzeiro do Sul — Rio.

*Padre Cícero, O Santo do Juazeiro* (Esgotado) — 1946 — Ed. "O Cruzeiro" — Rio.

*Dragão do Mar, O Jangadeiro da Abolição* (Esgotado) — 1949 — Ed. do Povo Limitada — Rio. Radiofonizado pela BBC de Londres e Rádio do Ministério da Educação e Cultura do Brasil.

*Moscou, Ida e Volta* (Esgotado) — 3.<sup>a</sup> ed. — 1953 — Pongetti — Rio.

*A Revolta da Chibata* (Levante na Esquadra pelo marinheiro João Cândido) — 1958 — Pongetti — Rio; 2.<sup>a</sup> ed. 1963 — Editôra Letras e Artes.

Direitos desta edição reservados à  
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.

Rua 7 de Setembro, 97

RIO DE JANEIRO

1965

---

Impresso nos Estados Unidos do Brasil  
*Printed in the United States of Brazil*

## ÍNDICE

	PÁGS.
Ao Comando Supremo da Revolução .....	IX
Made In U.S.A. ....	11
<i>1.ª Frente:</i>	
Latifundiários Contra a Reforma Agrária .....	19
<i>2.ª Frente:</i>	
Bond and Share .....	30
<i>3.ª Frente:</i>	
Laboratórios Estrangeiros e Calçados Populares .....	39
<i>4.ª Frente:</i>	
A Hanna Queria o Minério de Ferro .....	45
<i>5.ª Frente:</i>	
O IBAD Corrompe o Brasil Inteiro .....	52
<i>6.ª Frente:</i>	
Encampação das Refinarias .....	56
Comício das Reformas .....	63
Comêço do Fim .....	80

A Vitória de 1.º de Abril .....	99
Sete Dias de Alto Comando .....	118
25.º Presidente da República .....	142
Presença de Jango .....	180
Brasil Desfigurado .....	213
Documentário .....	225
Afronta à Dignidade Humana .....	227
A Luta dos Estudantes .....	230
A Prisão .....	234
Manifesto dos Bispos .....	244
Balanço do Expurgo .....	248
Intervenções Norte-Americanas na América Latina .....	260

## **Ao Comando Supremo da Revolução**

**N**A NOITE de 14 de abril o Repórter Esso mencionou, pela primeira vez, o nome do autor dêste livro para anunciar que o Comando Supremo da Revolução suspendera seus direitos políticos por 10 anos, nos têrmos de um artigo qualquer do Ato Institucional, gerado no cérebro do fascista Francisco Campos. Assinaram a ignomínia o Tenente-Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, Ministro da Aeronáutica; Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, Ministro da Marinha; e o General Artur da Costa e Silva, Ministro da Guerra.

A êles dedico êste livro pelo glorioso galardão que recebi: o diploma de que a Revolução de 1.º de Abril me repudiou, o que não era de estranhar, porque eu também a repudiei.

A decisão dos militares abriu caminho para o nôvo govêrno tomar o meu emprêgo. No dia 4 de maio deixei de ser jor-

nalista "chapa-branca": fui demitido do cargo de redator da Rêde Ferroviária Federal. Ao Brigadeiro, ao Almirante e ao general os agradecimentos de um *chômeur* a mais.

Na verdade, escrevi êste livro com os olhos voltados para as mulheres que tiveram os seus pais, filhos, maridos, irmãos, companheiros e noivos encarcerados e exilados, quando não com os seus direitos políticos cassados. Êstes não merecem só um livro: são merecedores do respeito dos seus patrícios.

EDMAR MOREL



## **Made In U. S. A.**

**A**TÉ UM CEGO via, olfateando, no começo de 1964, que havia um rastilho nos estranhos caminhos do Brasil, preparado desde 25 de Agosto de 1961, quando o Sr. Jânio Quadros renunciou, no Palácio do Planalto, jogando pela janela 5.636.623 votos.

Generais, almirantes e brigadeiros nunca engoliram o Sr. João Goulart como Presidente da República, cargo a que foi guindado pela fuga do Sr. Jânio Quadros. Antes, fôra também o vice do Sr. Juscelino Kubitschek, obtendo mais sufrágios, no primeiro pleito, do que o próprio Presidente.

Sumariamente demitido do cargo de Ministro do Trabalho do Sr. Getúlio Vargas, por imposição de um grupo de coronéis, todos agora generais, João Belchior Marques Goulart, gaúcho de São Borja, homem de fronteira, bonachão, de hábitos simples e até rústicos, cedo conquistou o gentio humilde do Brasil, principalmente as classes trabalhadoras e estudantis. Foi o legí-

timo herdeiro de Vargas, já que os filhos do ex-ditador não tinham qualidades de liderança.

Os Ministros das Forças Armadas — Almirante Sílvio Heck, da Marinha; Brigadeiro Grunn Moss, da Aeronáutica; e o Marechal reformado Odílio Denys, do Exército — ante a costumeira impassibilidade do Sr. Ranieri Mazzilli, enviaram um memorial ao Congresso Nacional, a 30 de Agosto de 1961, mostrando a inconveniência de o Sr. João Goulart tomar posse. Mas a opinião pública exigiu que o vice assumisse o poder, no cumprimento de um direito legal, assegurado pela Constituição, e assim repeliu a triste e vergonhosa tarefa daqueles chefes militares.

Jango, que estava na China de Mao-Tsé-Tung, em missão oficial, iniciou a sua longa e tormentosa viagem de retôrno, via Estados Unidos, alcançando Buenos Aires, pelo Pacífico, e rumando, em seguida, para Pôrto Alegre, onde foi recebido em apoteose. E no dia 8 de setembro substituiu o Sr. Jânio Quadros, com quem estava rompido. O motivo disso fôra o caso da carta que o vice endereçara ao Presidente, tendo êste a devolvido, sem abrir sequer o envelope.

Que fêz o Presidente João Goulart nos primeiros dias de seu governo, manietado por um regime esdrúxulo — o parlamentarismo — impôsto à Nação pelas baionetas e aceito por um Congresso castrado? Convocou o que havia de melhor na vida pública do País, certo de que poderia governar, chamando para o seu gabinete homens como Gabriel Passos, Evandro Lins e Silva, Virgílio Távora, Souto Maior e outros.

De setembro de 1961 a abril de 1964 outra coisa não se fêz no Brasil senão conspirar-se contra o Presidente João Goulart, destacando-se na conspirata o mesmo marechal reformado Denys e o Almirante Sílvio Heck, com o apoio de generais como Cordeiro de Farias, Olímpio Mourão, Luís Carlos Guedes, Néelson de Melo e outros que apareceram na enxurrada de 1.º de Abril como os donos da quartelada.

Meses depois, exatamente a 6 de Janeiro de 1963, através de um plebiscito, cuja proporção de votos foi de 10 contra 1, o povo devolveu o regime presidencialista ao Sr. João Goulart,

já nesse momento fortemente apoiado pelo operariado, estudantes, intelectuais, clero e inferiores das Forças Armadas.



A Constituição de 1946 foi promulgada por inúmeros senadores e deputados donos de extensas áreas territoriais. São eles os autores do parágrafo 16 do artigo 141:

*“É garantido o direito de propriedade, salvo caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.”*

O Sr. João Goulart tentou dirigir mensagens ao Congresso Nacional, pedindo a modificação daquele item, a fim de que a indenização fôsse paga em títulos da Dívida Pública e não em dinheiro.

A cúpula do PSD, a eterna aliada da UDN na defesa dos seus interesses escusos e comuns, manifestou de público que a medida era descabida. E o Sr. Juscelino Kubitschek, como era do seu feitio e muito do seu agrado, iniciou, então, a sua jogada de acender uma vela a Deus e outra ao diabo.

Estava aberta, assim, a primeira grande frente da reação contra o governo do Sr. João Goulart.



Ressurgiu, pelo dedo de Mr. Lincoln Gordon, o mais ativo de todos os embaixadores ianques que já passaram pelo Brasil, a questão da encampação da *Bond and Share*, nacionalizada no Rio Grande do Sul, porém, absoluta em vários Estados da Federação, espoliando o povo com a conivência de autoridades.

Mr. Lincoln Gordon embarcou, nessa ocasião, para os Estados Unidos e, dentro de um plano previamente estabelecido, declarou que o nosso governo era dominado por comunistas, forçando, desta maneira, um pronunciamento do Sr. João Goulart, às voltas com as dívidas externas de três bilhões e quatrocentos milhões de dólares, contraídas pelos seus antecessores e prestes a vencer. Era mais uma bomba nas suas mãos.

Foi resolvido, numa reunião ministerial, com alguns votos discordantes, um dos quais do honrado Hélio de Almeida, da

Viação, que a *Bond and Share*, a *American Foreign Power* e CTB seriam indenizadas em 188 milhões de dólares, quando o preço da transação não podia passar de 57 milhões, segundo cálculos de uma comissão técnica brasileira. E estaria o Brasil pagando muito bem pelo acervo de 12 companhias de ferro velho. Quem sacramentou todo êste negócio, em Washington, foi o nosso embaixador nos Estados Unidos, Dr. Roberto Campos (guardem bem êsse nome). O escândalo veio a público e só assim o assalto ao Tesouro Nacional não foi perpetrado. Estava aberta a segunda frente contra o Sr. João Goulart, agora, dentro dos escritórios centrais da *Bond and Share* e da *American Foreign*, poderosos trustes internacionais com longa experiência na arte de derrubar na América Latina os governos que ousam contrariar as suas falcatruas.



Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar um mundo de irregularidades dos laboratórios estrangeiros que controlam 90% da nossa agonizante indústria farmacêutica, constatou a remessa clandestina para fora do País de *royalties* no valor de 10 milhões de dólares.

O govêrno tentou, então, nacionalizar a referida indústria, mas foi impotente diante da feroz campanha estipendiada por uma verba de cêrca de 20 milhões de dólares, que é o que gastam, por ano, os laboratórios estrangeiros com a imprensa falada e escrita. Estava aberta a terceira frente.

Não tardou a quarta, quando a Justiça tornou sem validade a imoralíssima concessão dada ao grupo da *Hanna*, que queria tomar conta do nosso minério de ferro.

Simultâneamente, apareceu o IBAD, sob a batuta do Sr. Ivan Hasslocher, a maior máquina de corrupção de que a História do Brasil tem conhecimento.

Com a derrota da *Hanna*, o consórcio ianque, comandado por Mr. John Foster Dulles Júnior, filho do antigo Secretário de Estado norte-americano, passou a financiar o IBAD, órgão que corrompeu os últimos pleitos eleitorais, elegendo deputados reconhecidamente antinacionalistas, tipos escolhidos a dedo para qualquer negócio de interêsse comercial americano. A corrupção foi da ordem de 5 bilhões de cruzeiros.

Sustentei uma longa campanha contra o IBAD e suas sucursais, a ADEP e a ADP, a última sob a direção do deputado João Mendes, da UDN, mostrando que tôda a máquina era financiada por firmas estrangeiras, como a *Texaco*, *Pfizer*, *Ciba*, *Cross*, *Schering*, *Bayer*, *General Electric*, *IBM*, *Coca-Cola*, *Standard Brands*, *Remington*, *Belgo-Mineira*, *AEG*, *Herm Stoltz*, *Coty*, conforme documentos apresentados pelo então Governador Miguel Arrais, de Pernambuco, à Comissão Parlamentar de Inquérito.



Muito de propósito faço êste retrospecto da vida política nacional de setembro de 1961 a abril de 1964, para mostrar aos meus patrícios o início da trama internacional que derrubou o Sr. João Goulart, circunstância que os escritores apressados do golpe de 1.º de Abril não tomam conhecimento, uns evidentemente, por ignorância, outros por conveniência dos editôres. Faço exceção a Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Heitor Cony, Tristão de Ataíde, Danton Jobim, Edmundo Moniz, Márcio Moreira Alves, Hermano Alves e uns poucos outros.

São as mesmas fôrças ocultas que levaram Getúlio Vargas ao suicídio e Jânio Quadros à renúncia.

Tudo conspirava contra o Govêrno. Os *tubarões* controlavam os gêneros alimentícios, fazendo o custo de vida subir em vertical. O dólar chegou a ser vendido a 2 mil e 300 cruzeiros.

O País era um saco de gatos. O Presidente perdeu bons auxiliares e surgiram outros, alguns tirados do rebutalho do sindicalismo, como êsse Gilberto Cockratt de Sá, arvorado em assessor sindical. Greves e mais greves, algumas fabricadas no Ministério do Trabalho, estouravam pelo Brasil inteiro. Os bancos parados. Só uma casta estava em movimentação: a quadrilha de aproveitadores, *gang* que sempre existiu em tôdas as situações.

No Comício das Reformas, com a presença de mais de 200 mil pessoas, o Govêrno, ao comunicar a desapropriação das terras, por interêsse social, ao longo das rodovias, ferrovias e açudes, em áreas superiores a 500 hectares, numa extensão de 10 quilômetros; a nova Lei do Inquilinato, na base do salário-mínimo, a instalação de Grupos de Trabalho para o fa-

brico de remédios e calçados populares e outras medidas, criou mais pressões econômicas, que se juntaram ao tropel dirigido por Mr. Lincoln Gordon, no caso, a *Bond and Share, Hanna*, indústrias farmacêuticas estrangeiras, IBAD e, também, as cúpulas do PSD e UDN, de mãos dadas na luta contra a Reforma Agrária.

Ao revelar que iria remeter mensagem ao Congresso pedindo o voto para o analfabeto e a elegibilidade dos soldados, abria um abismo entre o Poder e os partidos políticos, particularmente a UDN e o PSD.

Naquele comício, o Sr. João Goulart, ao descer do palanque, estava com a sua sorte selada, irremediavelmente perdido. O episódio dos marinheiros e sargentos foi o tiro de misericórdia.

Jamais acreditei na solidariedade de pelegos, uma imundície que vive às custas do suor do trabalhador. Também nunca vi, com exceção única do General Bertoldo Klinger, general brigar com general por causa de civil. Geralmente, as crises de farda acabam em churrasco, com evidente prejuízo do boi.

Do Comício da Reforma Agrária ao 1.º de Abril, foi um pulo. Dezessete dias da mais completa anarquia, com um vaivém de ultimatos do CGT, órgão clandestino, pois nunca fôra registrado; insubordinação dos marinheiros que desacataram ordem de prisão do Ministro Sílvio Mota, e a conseqüente invasão do Sindicato dos Metalúrgicos. O Brasil parou. Todos davam instruções e ninguém as acatava. Era o fim. O Congresso Nacional era uma vergonha. Faltava unidade e sobravam insultos de baixo calão, dignos de uma porta de mercado, lançados por certos parlamentares. Era voz geral: "O Govêrno deve fechá-lo."

As horas passavam como se fôsem longos dias perdidos em desordenada indisciplina militar. Oficiais superiores não obedeciam ao Presidente da República nem aos Ministros das Forças Armadas. Soldados e sargentos, pensando no apoio do CGT, da UNE e outras entidades, não respeitavam os seus superiores. Tudo isto na Semana Santa, com o Presidente em sua fazenda, no Rio Grande do Sul, enquanto o Governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, ultimava os preparativos do golpe.

As senhas da sublevação eram mandadas por telefones e até pelas estações de rádio, sem o mínimo contrôle do Govêrno.



Os acontecimentos da Marinha trouxeram o Sr. João Goulart de volta à Guanabara. No dia 30 de março, o chefe da Nação, no Automóvel Clube do Brasil, era homenageado por 3.000 sargentos. A oração do Presidente foi uma repetição do discurso da Praça da República. Queria a reforma da Constituição para que o povo tivesse as Reformas de Base.

Duas quadras distantes, no Clube Militar, brigadeiros, generais e almirantes pediam a restauração da disciplina nas Forças Armadas. Melhor, não pediam: exigiam em tom de desafio. Aproximava-se o choque inevitável. No dia 31, Minas, em armas, respondia ao ponenciamento do Sr. João Goulart.

Amanheceu o 1.º de Abril, com o Sr. João Goulart praticamente derrotado no Palácio das Laranjeiras. A 800 metros, um outro palácio, o da Guanabara, aguardava o ataque que não veio. Tudo isso no bairro das Laranjeiras, de onde assisti à queda de um Governo popular, abandonado à própria sorte por generais, almirantes e brigadeiros que, horas antes, em praça pública, tinham prometido defender as instituições e as reivindicações populares.



Mencionei fatos que desafiavam contestações. Agora, dois depoimentos insuspeitos. Um do Sr. San Tiago Dantas, ex-Ministro das Relações Exteriores, ex-Chefe da Delegação do Brasil na ONU e profundo conhecedor das intrigas internacionais, como antigo agente dos negócios de Rockefeller no Brasil. O outro é do Subsecretário de Estado para Assuntos Inter-americanos, Thomas C. Mann.

Disse o Sr. San Tiago Dantas ao Presidente Goulart, na manhã de 1.º de Abril, no Palácio das Laranjeiras: "Como o senhor deve saber, Presidente, o Departamento de Estado norte-americano, hoje, não sofre mais a influência política de Kennedy. Sofre outras influências, bem diversas. Não é impossível que êsse movimento de Minas venha a ser apoiado pelo Departamento de Estado. Não é impossível que êle não tenha sido deflagrado com o conhecimento e a concordância do Departamento de Estado. Não é impossível que o Departamento de Estado venha a reconhecer a existência de um outro Governo em território livre do Brasil."

(Do livro *Os Idos de Março*, capítulo de Araújo Neto, à página 62).

O *Correio da Manhã* e outros jornais de 19 de Junho de 1964, na 1.<sup>a</sup> página, sob o título "Mann revela que agiu contra JG", estamparam êste telegrama: "Washington (AP-FP) — O Subsecretário de Estado para Assuntos Inter-americanos, Thomas C. Mann, revelou a uma subcomissão da Câmara de Representantes que "os Estados Unidos distribuía[m] entre os governadores eficientes de certos Estados brasileiros a ajuda que seria destinada ao Governo João Goulart, pensando financiar, assim, a democracia, e que Washington não deu nenhum dinheiro para a balança de pagamentos ou para o orçamento federal porque isso poderia beneficiar diretamente o Governo central". Disse também que "o programa de ajuda ao Brasil para 1965 é muito limitado e provávelmente um pouco inadequado, especialmente quando o Brasil faz um esforço real para colocar ordem nas suas finanças".

O Presidente Lyndon Johnson discutiu com seus conselheiros, inclusive Thomas Mann e o Embaixador Lincoln Gordon, a situação do Brasil e de outros países latino-americanos, enquanto Dean Rusk afirmou que o nôvo governo brasileiro está decidido a "combater a corrupção e a subversão" e evitar um retôrno do tipo de governo que se converteu numa "séria possibilidade" para que os comunistas galgassem o poder. Acrescentou que o governo Castelo Branco está dando os passos necessários para colocar ordem no País, terminando com o "extremo caos". Thomas Mann, no seu depoimento na subcomissão da Câmara, declarou:

"Em janeiro, quando assumi o cargo, e até mesmo antes, estávamos conscientes de que o comunismo estava corroendo o Governo do Presidente João Goulart, no Brasil, *de uma forma rápida, e antes de chegar ao cargo, já tínhamos uma política destinada a ajudar aos governadores de certos Estados.*"

O prólogo era necessário para situar o leitor dentro do panorama brasileiro e seus reflexos nos Estados Unidos. A queda do Sr. João Goulart foi, apenas, um detalhe. Ontem, foi o suicídio do Sr. Getúlio Vargas. Hoje, a deposição do Sr. João Goulart. Amanhã, será uma outra revolução *made in USA* contra todo e qualquer presidente reformista.

## 1.ª FRENTE

### **Latifundiários Contra a Reforma Agrária**

**J**Á DISSE que a primeira frente aberta contra o Sr. João Goulart foi provocada pela criação da SUPRA, entregue ao Sr. João Pinheiro Neto, rapaz de bons propósitos, nascido em berço de ouro, mas sem nenhuma vocação para liderar uma luta de vida e morte, no caso, a Reforma Agrária. Era, na verdade, o queridinho de uma família mineira de abastados fazendeiros e prósperos políticos. Com tôdas as suas fraquezas, deu conta do recado pela metade, largando a boa vida que levava como figura marcante do *society*.

O Presidente João Goulart, quando lançou a idéia da Reforma Agrária, logo no início do seu govêrno de pouco mais de 30 meses, encontrou forte resistência da parte dos latifundiá-

rios, agrupados nas cúpulas dos grandes partidos: PSD, UDN, PSP e do próprio PTB.

Coutinho Cavalcanti, no seu magnífico livro *Reforma Agrária no Brasil* só revelou dados estatísticos de 1940 a 1950. O Censo Agrícola de 1960, entretanto, apresenta cifras estarrecedoras.

O Sr. Herbert Levy, nas suas pregações pelos cafèzais de São Paulo e Paraná, defendendo o artigo da Constituição que manda indenizar em dinheiro a desapropriação, propala, com evidente má fé, que a Reforma Agrária precisava começar com o Governo Federal, proprietário de mais de dois tēços das terras do País. O Censo Agrícola de 1960 desmascarou o embuste, mostrando que o Poder Público — União, Estados e Municípios — tem apenas 5% dessas terras, áreas que se destinam ao ensino agrícola. Está provado ser impossível a Reforma Agrária sem cogitar das glebas pertencentes a particulares.

No Estado de Sergipe, feudo de doze famílias, a parcela de hectares de entidades públicas, no conjunto de estabelecimentos agrícolas, corresponde a 0,2% do total. No Rio Grande do Sul, o Poder Público dispõe de 597.250 hectares, ou 2,8% da área total dos estabelecimentos agrícolas. Note-se que, nos pampas, estão localizados os maiores regimentos de cavalaria, grandes rebanhos, sendo, por isso mesmo, indispensável área de pastagens para os animais.

O que a Nação precisa saber é que, dos 3.374.314 proprietários, 70.000 detêm mais de 64% da área cultivável. Eis como 70.000 fazendeiros escravizam 38.000.000 de homens, mulheres e crianças, de tôdas as idades, sem assistência de espécie alguma, rotos e famintos, abandonados nos campos.

O regime impôsto por proprietários desumanos, em certas regiões, principalmente nos canaviais fluminenses, pernambucanos e paulistas, proíbe que o trabalhador rural plante um pé de feijão para o sustento de sua prole, obrigando-o a comprar os gêneros alimentícios no barracão, onde um quilo de sal é vendido por Cr\$ 270,00. É que os latifundiários, ante os debates sôbre a Reforma Agrária, cortaram até as relações, as mais tradicionais possíveis, entre proprietários e arrendatários, parceiros ou peões. As conseqüências estão à vista: baixa produtividade da terra e o estado de miséria em que vivem legiões imensas de brasileiros perdidos no campo. Enquanto isto, no Para-

ná, os maiores proprietários de terra, como Sá de Brito, Moisés Lupion, Reno Massi, Jeremias Lunardelli, Adolfo de Oliveira Franco, os famosos irmãos Moresque, Álvaro Godói, Garibaldi Real, Ivo Leão e o próprio Governador Ademar de Barros, de São Paulo, através de campanha publicitária das mais intensivas, torpedeavam a Reforma que libertará milhões de camponeses dos tentáculos da fome, do analfabetismo e do trabalho escravo.

É evidente que não basta dar terra nua a quem queira e possa trabalhá-la. Ela, sòzinha, não fará o milagre. É indispensável também dar ao homem do campo condições que superem as precárias situações sociais, econômicas e políticas, frutos de uma estrutura rural que vem do tempo do Brasil Colônia. Ainda hoje, são usados métodos de trabalho da escravatura. Nos grandes latifúndios, onde a Justiça continua sendo o fuzil do fazendeiro, a infância não tem escola, as mães não conhecem uma simples maternidade e o índice da prostituição é simplesmente estarrecedor. Em cada grupo de 1.000 crianças, 200 são consideradas ilegítimas.

Em Pôrto Alegre, determinada Faculdade realizou um trabalho de pesquisas, percorrendo, uma por uma, tôdas as casas de tolerância da capital gaúcha, habitadas por mocinhas que procedem dos cafêzais de São Paulo e Paraná, dos canaviais fluminenses e das estâncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente da fronteira. A investigação de mulher por mulher, pela sua origem, chegou à triste e dolorosa conclusão de que 88% das infelizes que têm a chamada *vida livre* são filhas de camponeses sem terra. Muitas são nortistas, meninas que chegaram ao Sul, como gado, viajando de *pau-de-arara*. Cedo, pai, mãe e filhos conhecem a escravatura do latifúndio.

Alguns demagogos, entretanto, insistiam em dizer que a Reforma Agrária preconizada pelo Sr. João Goulart atentava contra os sentimentos da família cristã.

Mas havia uma pedra no caminho da Reforma Agrária: era, e ainda é o artigo 41, parágrafo 16, da Constituição, que manda pagar as indenizações em dinheiro. E quem redigiu o documento? Os abastados proprietários de terra, como os Srs. Carlos Lindenberg, do Govêrno do Espírito Santo; Eduardo Duvivier, senhor feudal no Estado do Rio de Janeiro; Agostinho

Monteiro, dono da Ilha de Marajó, em cujo território cabem vários países europeus; Francisco de Almeida Monte, então rico senhor na zona norte do Ceará; Leandro Maciel, de Sergipe; Clemente Mariani e Manoel Novais, que não sabem o que possuem em chão na Bahia; João Vilas Boas, de Mato Grosso, e outros, sem esquecer Benício Fontenele, que disputa com Carlos Lindenberg o título de maior proprietário de terras capixabas. Trata-se de um ex-socialista e ex-Diretor do Serviço Social Rural. É claro que existem outros latifundiários deste porte, como Jerônimo Coimbra Bueno, Deputado Egberto Ribeiro de Castro, José Geraldo Gomes Arena, no Estado do Rio de Janeiro; a família Jerônimo Monteiro, no Espírito Santo; Abelardo Lopes e os Leões, em Alagoas. Em São Paulo, os fazendeiros que não querem a verdadeira Reforma Agrária são comandados pelo Sr. Herbert Levy, advogado *double* de latifundiário; que goza do apoio da Confederação Rural Brasileira e dos Srs. Íris Meinberg, Jeremias Lunardelli, Zico Diniz e toda a família Morganti donos de algumas centenas de milhares de hectares. Minas Gerais tem duas figuras preeminentes: José Bonifácio Andrade e Bias Fortes, inimigos políticos, porém irmanados na exploração do homem pelo homem.

O problema do homem sem terra deixou de ser assunto de gabinete para ser discutido por todas as classes sociais, inclusive pelos trabalhadores rurais, agrupados nas Ligas Camponesas, fundadas e controladas por Francisco Julião, que tão bem conheci nas minhas andanças pelo Nordeste. Encontrava-me no Recife quando fui apresentado a dois repórteres do *Time* e *Look*. De madrugada seguiriam os calcanhares de Julião, pelo interior, em busca das discutidas Ligas Camponesas. Percorreram parte de Pernambuco e da Paraíba. Na cidade de Sapé, assistiram eles a um desfile de 5.000 trabalhadores rurais, empunhando as suas armas: enxada e facão.

Depois, no Rio, na redação de *O Semanário*, o valente jornal fundado por Osvaldo Costa e que tive a honra de dirigir algum tempo, conversei com Julião sobre o interesse da imprensa ianque pelas Ligas Camponesas. E ele me disse que o representante do *Look*, a certa altura da excursão lhe perguntara: "O senhor usará armas para alcançar o poder, como fez Fidel Castro?"



O *Time* trouxe a primeira reportagem. É claro que a fantasia funcionou, em certos casos, para caluniar ainda mais o nosso precaríssimo estado sanitário, a ponto de dizer que, “em duas cidades, durante uma sêca ruinosa, nenhuma criança recém-nascida viveu até o seu primeiro aniversário”. E acrescentava o *Times* “A vida, em média, é de 28 anos para os homens e 32 para as mulheres. Quando morrem os camponeses, são enterrados em mortalha de papel.”

Segue-se um cortejo de misérias reais. Aí o *Time* tinha certa razão em afirmar: “Julião, há 6 anos, começou a formar suas *Ligas Camponesas* no fértil solo político do Estado de Pernambuco. Uma terra cansada de velhas plantações de cana de açúcar e ranchos de gado, na posse de afortunados proprietários de terras que vivem ausentes. Pernambuco sofre, frequentemente, caprichos da natureza, ambos ruinosos: enchentes ou sêcas. Camponeses analfabetos trabalham duramente por salários médios de 65 centimos por semana. Os camponeses — prossegue o *Time* — estão sempre em débito com os armazéns dos plantadores. Sem alimentos ou hospitais, êles vêem seus filhos arruinados pela fome, doenças gástricas, tuberculose, febre intestinal e a esquistossomose, que é disseminada por caracóis, em águas poluídas.”

O que mais impressionou ao jornalista do *Time*, evidentemente, não foi o lavrador andar descalço e ter fome. Foi a presença da *Guerrilha Tática de Mao-Tsé-Tung*, panfleto espalhado por todo o Nordeste e que, segundo ainda o *Time*, começou a circular na região rural três meses depois de Francisco Julião, com 43 anos, líder socialista, ter retornado de “uma festança, com despesas pagas, à China Vermelha”. Diz ainda que as *Ligas* têm proliferado através do País e apresenta um mapa, mostrando 98 *Ligas*, com 49.000 membros em cinco Estados.

A revelação do *Time* foi a de que, em virtude da guerra dos livretos, ensinando guerrilhas ao homem do campo, o Banco do Desenvolvimento Interamericano ultimava um empréstimo de 10 milhões de dólares para socorrer o Nordeste.

☆

Quem abrir a História do Brasil nos capítulos da Confederação do Equador e outros movimentos, encontrará dezenas de padres lutando, ombro a ombro, com o povo. A lista pode come-

çar com Frei Caneca, Padres Mororó, Antônio Pereira de Albuquerque e Pedro de Souza Tenório, Frei Miguelinho e tantos outros. É lógico que o clero brasileiro, pelas suas figuras mais representativas, não podia ficar ausente da redenção do camponês, há séculos, escravo de um odioso regime feudal. O 13 de Maio de 1888 libertou o africano cativo, tornando, porém, o trabalhador rural ainda mais desgraçado.

O Clero de Dom Hélder Câmara e outros bispos que não enganam o povo com falsas promessas, tomou atitude franca e corajosa em favor da reforma agrária. No Ceará era o sacerdote Arquimedes Bruno que do púlpito, mostrava a necessidade de o camponês defender a Reforma Agrária, mesmo que fôsse preciso correr sangue. "O ideal — disse o cura — seria uma Reforma Agrária com um têrço na mão. Mas ela só virá com a espingarda".

Outro que lutava era o jovem pároco Hélio Campos, da praia de Pirambu.

Policiais manejados por ricos proprietários prendiam sacerdotes e assassinavam os líderes, como aquêlê admirável João Pedro Teixeira, que tombou em Sapé. Dom Jerônimo Sá Cavalcanti, empreendendo uma obra apostólica na cidade do Salvador, desfraldando a bandeira das Encíclicas *Mater et Magistra e Pacem in Terris*, mostrou, em praça pública, a necessidade de uma imediata Reforma Agrária para arrancar milhões de patrícios da miséria. Enquanto os ministros de Deus iam para as ruas e faziam côro com os anseios do povo, certos esbirros policiais, totalmente divorciados da opinião pública, combatiam-na "na ineficácia de uma luta anticomunista, baseada em fobias alienadoras ou em métodos policiais", conforme declararam, em manifesto, oito sacerdotes da Juventude da Ação Católica da Arquidiocese de Salvador, em solidariedade ao monge beneditino J. Jerônimo de Sá Cavalcanti, que estava prêso.

Em Pernambuco, apareceu o padre Melo, como o anti-Julião. Coube a D. Hélder Câmara, então Arcebispo do Rio de Janeiro e agora pastor de milhões de almas de Pernambuco, a grande tarefa de atrair o clero nacional para as Reformas de Base que se processam em nosso País, como consequência imperiosa do desenvolvimento do Brasil. Os Anais das Conferências dos Bispos estão aí. Cada oração é um libelo contra o regime feudal em que vive mais da metade da nossa população.

São homens, mulheres e crianças, à mercê do destino, perdidos nos campos, de Norte a Sul, vivendo à margem da própria nacionalidade.

O clero, pela esmagadora maioria dos seus prelados, com raríssimas exceções, concorda plenamente com as reformas de estrutura exigidas pela Justiça Social. Líderes intelectuais católicos, como Alceu de Amoroso Lima, verberaram as violências militares contra sacerdotes que pediam a liberdade dos encarcerados. Diz Tristão de Ataíde: "Creio que a função sacerdotal é, antes e acima de tudo, uma função de vida sobrenatural, e nunca vi com bons olhos a atividade político-partidária, centrista, esquerdista ou anticomunista profissional de monges ou sacerdotes. Mas daí a negar a sacerdotes o direito de participar de lutas políticas, especialmente na linha de emancipação dos oprimidos, vai um abismo." E terminou: "Desde quando circunscrições militares têm poder de impedir o livre exercício da vida apostólica aos sacerdotes, tal como a entendem e a permitem as autoridades eclesiásticas de que dependem e a opinião pública? Desde quando voltamos ao regime dos *Dragões D'El Rei?*"

Projetava-se, em São Paulo, um congresso popular pelas reformas, com a participação de tôdas as classes sociais, sem distinção de côr política ou religiosa. D. Jorge Marcos, Bispo de Santo André, foi o primeiro a aderir. Em carta que dirigiu ao escritor Rossini Camargo Guarniéri, declarou: "Não posso permanecer em silêncio diante do gigantesco movimento que a Comissão Executiva do Congresso do Povo Brasileiro Pelas Reformas de Base está desenvolvendo. Não me recordo de movimento, no Brasil, que se tenha revestido de tanta profundidade no campo da formação política do nosso povo." E ainda: "Vejo estas reformas ameaçadas pela incrível astúcia da burguesia brasileira, que as poderá adiar, transferir para tempo mais tranqüilo, ela, que tem tanta prática e tão perfeita tática de prometer, afirmar, jurar e não cumprir, esquecer-se até de tentar convencer-nos depois que, como fêz com os artigos da nossa Constituição, que beneficiaram o povo trabalhador nestes dezessete anos, convencer-nos, repito, de que não cumpriu suas promessas para evitar que males maiores desabassem contra o Brasil. Tenho mêdo dêsses adiamentos patrióticos. Vejo estas reformas ameaçadas pelos conchavos políticos, conchavos que podem

aprovar tudo, de modo inexecutável, confuso, cabuloso, imoral, mas que resultam em favorecimento de grupos, precisamente daqueles grupos cuja profissão parece ser a de iludir o pobre povo brasileiro, sacrificado, trabalhador, desamparado." E terminou: "Como Bispo e como brasileiro, sentindo as profundas ligações de suas teses com as defendidas pela Santa Igreja, maxime pelo atual Sumo Pontífice, faço votos para que o Congresso seja compreendido e amparado e rezo muito a Deus pedindo que lhe dê a força, a coragem e a calma necessárias para conduzi-lo a bom termo, até que festejemos a chegada da Justiça Social para o abandonado povo brasileiro."

O clero retomava o seu papel de vanguarda na luta pelas Reformas de Base. Os padres não faziam obra de retórica, mas participavam, ativamente, do movimento profundamente humano: a Reforma Agrária, atrasada meio século em nosso País.

O Bispo de Friburgo, Dom Clemente Isnard, quebrando uma tradição secular, deixou o Palácio do Arcebispado e rumou para o campo, ao lado do então governador Badger Silveira, em propaganda da Reforma Agrária com a reforma da Constituição.

O clero, em última análise, seguia a orientação reformista do grande João XXIII. O novo Papa Paulo VI, seu discípulo, prometeu o mesmo programa de reformas. Foi por isso que o deputado Adelmário Pinheiro, de notória indigência mental, perdeu as estribeiras, a ponto de declarar: "Os comunistas conseguiram o impossível: eleger um comunista para o trono de São Pedro!"

O infeliz é o líder do Governo da Bahia na Assembléia Legislativa. Pobre Bahia!

Em Minas Gerais, em dezenas de cidades, principalmente em Belo Horizonte, jovens sacerdotes pugnam pela mesma causa, destacando-se os padres Viegas e Lage. Outros, em São Paulo e Rio Grande do Sul, do púlpito e em praça pública, defenderam a redenção do homem sem terra.



Já no fim do governo deposto, a UDN apresentou o projeto de lei do senador Milton Campos para uma Reforma Agrária sem reforma constitucional, como se fôsse possível permitir-se o Tesouro Nacional ser sangrado em alguns bilhões de cruzeiros em benefício de latifundiários, cujos títulos de posse são dis-

cutíveis. Por 17 votos contra 8, a Comissão de Economia da Câmara dos Deputados rejeitou-o. Como acentuou Sérgio Magalhães, “modificaria, apenas, em pequena parte, a atual estrutura, mas permitiria a conservação de tôdas as falhas que, realmente, impedem o desenvolvimento de nossa Pátria.”

O chamado *Estatuto da Terra* que a UDN quis aprovar a toque de caixa, mereceu o repúdio geral, uma vez que, não atendia, em absoluto, às necessidades da família camponesa, constituída por 60%, aproximadamente, da nossa população.

Existia uma perfeita sincronização das forças reacionárias contra a Reforma Agrária com reforma constitucional. No momento em que a UDN dava um golpe na Câmara dos Deputados, conseguindo regime de urgência para o *Estatuto da Terra*, no Rio Grande do Sul, através de associações de oito municípios, era lançado manifesto condenando a reforma da Constituição “por ferir os princípios morais que constituem a tradição e a estrutura da nossa civilização”.

O Governo Federal, depois de sentir a impossibilidade de fazê-la, sem modificar um simples artigo da Constituição, incentivou a sindicalização rural, certo de que o homem do campo poderia gozar dos mesmos benefícios da Previdência Social dispensados aos trabalhadores das cidades. A escória do latifúndio, comandada por fazendeiros mineiros, pernambucanos, baianos etc, todos devedores relapsos do Banco do Brasil, velhos e incorrigíveis exploradores do braço humano, voltou a bater numa tecla já suficientemente desmoralizada, isto é, quem defendia a Reforma Agrária era comunista. Era uma maneira fácil de combater a sindicalização rural, jogando a polícia contra os trabalhadores.

A sórdida campanha ganhou corpo com a ajuda da UDN e do PSD, cujos líderes detêm extensas faixas de terras. Combatiam o Presidente João Goulart, acusando-o de fazer o “jôgo dos comunistas” como se fôsse privilégio de qualquer partido ou ideologia o desejo de fazer feliz a família camponesa. Até ontem, era crime alguém pensar em fundar uma associação de homens do campo. Polícias invadiam a sede da agremiação, levando tudo de encontro às baionetas. Isto aconteceu em Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo e até na Baixada Fluminense.

Hoje, a despeito de tôdas as violências, a sindicalização rural é um fato. Estão registrados no Ministério do Trabalho cêrca de 300 sindicatos, dos quais 61 em São Paulo, 31 em Pernambuco, 47 no Paraná, 33 no Rio Grande do Sul, 21 no Ceará, 19 no Rio Grande do Norte etc. Prontos para o imediato reconhecimento, com tôda a documentação em ordem, mais de 1.100, inclusive do Amazonas e Pará, onde desumanos seringalistas mantêm legiões de brasileiros na servidão. Ao todo, entre os 1.400 sindicatos, estão inscritos cêrca de três milhões de camponeses sem terra.

Portanto, quando João Goulart, no dia 13 de março de 1964, assinou o decreto que desapropriou as terras ao longo das ferrovias, rodovias e açudes, sabia, perfeitamente, que jogava uma cartada difícil, muito embora o terreno, em parte, já estivesse preparado no Nordeste pelo seu ministro de Viação, Sr. Expedito Machado, que determinara o imediato levantamento das áreas situadas às margens dos açudes *Pentecostes*, *Caxitoré* e *General Sampaio*, no Ceará, para efeito de desapropriação e distribuição de terras aos lavradores. O ministro Expedito Machado mandou, ainda, que fôsse estudado, com urgência, um sistema de cooperativismo, dentro de padrões avançados e de acôrdo com resultados práticos e comprovados, para que o homem não continuasse sendo explorado pelo *tubarão*.

Estas medidas foram mal recebidas pelo PSD, partido que êle representava no Govêrno. Para agravar a sua posição na agremiação majoritária, chefiou a *Ala Rebelde*, obtendo 42 assinaturas de parlamentares de apoio à Reforma Agrária com emenda da Constituição.

O decreto foi estudado por juristas de tôdas as correntes políticas, parlamentares, advogados e ministros do Supremo Tribunal Federal.

O que os senhores feudais queriam era a desapropriação pura e simples das terras devolutas do Estado, de há muito requeridas e que hoje constituem rico patrimônio dos coronéis do trabuco ou de seus representantes no Parlamento, mas mediante pagamento, em dinheiro, conforme determina a Constituição, promulgada pelos maiores proprietários de terras. Para isto, a



Nação teria de gastar mais de Cr\$ 180 bilhões, um crime de lesa-pátria, quando é sabido que a terra, por uma lei natural, é bem da Nação.

#### NOTA

O deputado Francisco Julião caiu em desgraça. Sem mandato, sem direitos políticos, está encarcerado na ilha de Fernando Noronha. Dom Hélder Câmara, no Recife, foi controlado pelo General Justino Alves. O Padre Francisco Lage Pessoa enviou carta ao secretário de Estado da Santa Sé, destinada ao Papa Paulo VI, pedindo a intervenção do Sumo Pontífice em prol de sua liberdade. João Pinheiro Neto ficou prêso dois meses na Fortaleza de Santa Cruz, com prisão preventiva, posteriormente revogada. Agora, responde em liberdade a um processo, como incurso na Lei de Segurança. Padre Arquimedes Bruno esteve prêso no Ceará, no Palácio do Bispo.

## 2.<sup>a</sup> FRENTE

### Bond And Share

**T**ÔDA A IMPRENSA reconhecidamente entreguista com a tripa umbilical ligada aos balcões das emprê-sas norte-americanas de publicidade, sempre fêz vista grossa às atividades da BOND AND SHARE, AMERICAN FOREIGN POWER e CTB. Em outubro de 1958, êste autor, através de uma série de reportagens, divulgou um trabalho do então deputado estadual gaúcho Pedro Alvares e do bravo jornalista Osvaldo Costa denunciando como os ianques da *Bond and Share* furtavam o povo do Rio Grande do Sul em 30 milhões de cruzeiros mensalmente, recebendo o *kw* produzido pelas usinas do Estado a Cr\$ 1,30 e revendendo-o à população de Pôrto Alegre e ao próprio Go-vêrno por Cr\$ 4,00. Apontamos como advogado dos interêsses antinacionais os ex-ministros Eugênio Gudim e Raul Fernandes, duas almas num só corpo contra a economia nacional.

Quando o então governador Leonel Brizola encampou a *Bond and Share*, após rigoroso levantamento feito por uma co-

missão de tombamento do próprio Governo Federal, ficou provado que a empresa pelos seus negócios ilícitos, ainda era devedora de 146 milhões de cruzeiros ao Governo gaúcho. A *Bond* apelou para a Justiça do Brasil, a qual deu ganho de causa, em tôdas as instâncias, ao governo gaúcho. Na hipótese de ser confirmada a compra da *Bond and Share* pelo Governo do Brasil, o grupo ianque, em vez de pagar 146 milhões de cruzeiros ao Rio Gande do Sul, receberá como prêmio cêrca de 5 bilhões de cruzeiros. Dos poucos mais de 4 milhões e meio de *kw* operados no Brasil, a *Bond and Share* não produz 10%. Sua área de influência, porém, é decisiva na distribuição de energia elétrica em São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Estado do Rio e, até bem pouco tempo, no Rio Grande do Sul, por intermédio de empresas subsidiárias. Em alguns Estados, o seu contrato está prestes a terminar.

A *Bond and Share* e sua aliada *American Foreign Power*, com suas usinas antigas, obsoletas, verdadeiro ferro velho, ensaiaram, por intermédio daqueles dois advogados administrativos, Eugênio Gudín e Raul Fernandes e, depois, com a íntima colaboração do então ministro da Fazenda, Sr. San Tiago Dantas, e do Embaixador Roberto Campos, ex-Chefe da representação do Brasil junto ao governo de Washington, mais um assalto ao nosso tesouro, da ordem de 188 milhões de dólares, ou seja, precisamente, 116 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, quando a comissão constituída para avaliar os bens (CONESP) baseou seus cálculos de valor em 57 milhões de dólares. Os norte-americanos não gostaram do preço. Mr. Lincoln Gordon entrou em cena e, com seu poderio junto ao Governo Federal, conseguiu dissolver a CONESP, ficando o assunto a cargo de uma Comissão Interministerial, criada em 8 de Abril de 1963.

Baseado numa reunião realizada, numa tarde de sábado, na residência do então ministro da Guerra, General Amauri Kruehl, o Sr. San Tiago Dantas, autorizou o Embaixador Roberto Campos a fechar o negócio da compra das 12 companhias pelo preço de 135 milhões de dólares, fato que o Sr. Roberto Campos fez divulgar em tôda imprensa norte-americana. No dia seguinte, êsse mesmo Sr. Roberto Campos, por intermédio de agências telegráficas, mandava dizer de Washington que assinara ali, em nome do nosso Govêno, "um protocolo de entendimento com a *American Foreign Power*, fixando as bases para

a compra, pelo Brasil, de 12 companhias de serviços públicos daquele grupo". Aquela importância diz respeito, apenas, à compra, já que devem ser somadas as parcelas de 7 milhões e 100 mil dólares e 45 milhões e 400 mil dólares correspondentes ao crédito do *holding* junto às subsidiárias brasileiras e aos saldos dos empréstimos contraídos no *Export Bank* e BNDE, que passariam à responsabilidade do comprador, no caso, o Governo brasileiro.

A LIGHT tem muitos homens importantes; todavia, um se destaca pela sua projeção no mundo político: é o presidente da organização, Sr. Antônio Galloti. A *American Foreign Power* tem, também, como é natural, muitos homens importantes e mestres na arte de subornar os homens públicos de todos os países onde o seu grupo opera. O Mr. Lincoln Gordon da *American Foreign Power* é Mr. Henry Sargeant, cunhado, salvo engano, do ex-Presidente Kennedy, em cujo apartamento, no Copacabana Palace, a um simples chamado telefônico acodem homens públicos aparentemente honrados, quando não passam de reles apanhadores de propinas. A negociata da *Bond and Share* abre caminho a uma outra, com o apoio dos mesmos advogados administrativos: é a compra da *Light* pelo Governo brasileiro. O Tesouro Nacional foi desfalcado em centenas de milhões de dólares, como pagamento de um grupo que produz 10% do nosso sistema elétrico. Que será preciso para adquirir a LIGHT, que opera com 54%?

Um dos participantes da Comissão Interministerial foi o ministro Hélio de Almeida, da Viação, dos poucos que não concordaram com as condições de compra acertadas para o acervo. Encontrava-se inspecionando a rodovia Rio—Bahia, quando soube dos acontecimentos. Distribuiu nota à imprensa, declarando: "Li, no *Jornal do Brasil*, edição de 23-4-63, notícia dando conta da reunião acima citada e na qual se mencionava "que a comissão decidiu por unanimidade aprovar as negociações e remeter os relatórios respectivos ao BNDE e à Eletrobrás, para que concluam o contrato e tomem as providências cabíveis para a sua execução. Não considere a referida notícia como nota oficial, nem poderia fazê-lo, porquanto, ao contrário do que ali era citado, não houvera decisão final a respeito das negociações. Meu parecer sobre o assunto acha-se consubstanciado em relatório apresentado à Comissão, aos 13 de Maio últi-

mo, no qual ressaltou minhas divergências quanto ao *Modus faciendi* da operação de compra proposta."

Os fatos revelados pelo ministro Hélio de Almeida mostram como a *Bond and Share* e CTB agem com a rapidez de um felino, quando é para assaltar o nosso despolicado Tesouro Nacional. A despeito de não ter havido nenhuma decisão final, muito menos por unanimidade, horas depois, em Washington, Mr. Roberto Campos assinava um protocolo de entendimento, em nome do Governo brasileiro, fixando as bases para a compra das 12 companhias da *Bond and Share*.

O que é interessante neste submundo de negócios é que a trama foi denunciada por deputados do PTB, enquanto a UDN, a eterna vigilância do Brigadeiro, não deu um pio. Aqui a UDN usa o velho provérbio: "Se a palavra é de prata, o silêncio é de ouro". Nenhum parlamentar da UDN ou de qualquer outro partido da oposição subiu à tribuna para denunciar este crime de lesa-pátria. Todos ficaram omissos, enquanto certos homens públicos despudorados visitavam o poderoso Mr. Henry Sargeant, no Copacabana Palace.



O episódio da *Bond and Share* e da CTB vem mostrar a voracidade dos bandos norte-americanos, à frente o Sr. Lincoln Gordon, cuja presença, no Brasil, é assinalada por todos os recantos. Esse diplomata estrangeiro já meteu o seu bedelho várias vezes em assuntos da vida brasileira, mormente agora, depois da vitória da quartelada de 1.º de abril.

Ninguém põe em dúvida a palavra do sr. Hélio de Almeida, um nacionalista que não entrou pela janela dos fundos na luta pela nossa emancipação econômica. Mas o Sr. San Tiago Dantas, então ministro da Fazenda, em *O Globo* de 25 de abril de 1963, declarou que "a encampação da *Bond and Share* já havia sido decidida pela Comissão Interministerial. *O Jornal*, de 23-4-63, e *O Globo* publicaram, ainda, estas declarações de Mr. Sargeant: "As negociações com o Governo do Brasil, que culminaram em um acôrdo, foram realizadas em uma atmosfera de mútua cooperação e compreensão, com o fim de chegar-se a um ajuste amistoso". Telegrama da *United Press*.

Para enfeitar a negociata, Mr. Roberto Campos, segundo telegramas da *United Press* e *Associated Press*, publicados em *O Globo* de 25-4-63, afirmou: "O acôrdo agora assinado encerra o problema das exportações de bens norte-americanos no Brasil".

A *Bond and Share* quer fazer do Brasil, sem dúvida, uma terra de ninguém. Enquanto o ministro Hélio de Almeida, da Viação, declarava que a compra não foi ultimada, o Professor San Tiago Dantas e o Embaixador Roberto Campos afirmavam que tudo estava resolvido. Nunca é demais lembrar que o Sr. San Tiago Dantas, mascarado de nacionalista, era o mais eficiente e brilhante advogado de Rockefeller, no Brasil, no momento em luta contra o grupo liderado pelo Sr. Lincoln Gordon.

Por estranha coincidência, o caso da *Bond and Share* estourou na hora em que o nosso Govêrno estava em dificuldades para pagar compromissos contraídos com os Estados Unidos, alguns ainda no Govêrno do Sr. Getúlio Vargas. Deveria saldar prestações da ordem de 190 milhões, num total de dívidas de 3 bilhões e 400 milhões de dólares. Mas o Sr. Lincoln Gordon, como ativo representante dos trustes ianques, apertou o círculo de ferro em tórno do Govêrno, exigindo que a *Bond and Share* fôsse indenizada no montante estabelecido na reunião interministerial, realizada na residência do general Amauri Kruehl, "fórmula que, aceita, poderia facilitar as negociações já entabuladas, em Washington, para dilatar o prazo dos vencimentos dos compromissos brasileiros." Ressalte-se um detalhe à guisa de lembrete. O ministro San Tiago Dantas encontrava-se nos Estados Unidos, em missão oficial, tentando uma espécie de moratória das nossas dívidas, quando o Embaixador Lincoln Gordon voou para Washington e declarou à Câmara dos Deputados que o Govêrno do Brasil era comunista. O Sr. San Tiago Dantas, como é óbvio, fracassou e os entendimentos voltaram à estaca zero. O cêrco, agora, era maior, com o beneplácito do Presidente John Kennedy, parente do maioral da *Bond and Share*. O caso da *Bond and Share* serviu para mais uma chantagem de Mr. Lincoln Gordon contra o Sr. João Goulart, que ficou no dilema de aceitar o pagamento da indenização daquela empresa em dinheiro ou ter os títulos da dívida externa em protesto, o que arrastaria o Brasil à bancarrota.

A coação vem de longe, aumentada tôdas as vêzes que o nosso Governo toma medidas visando a sanvaguardar o Tesouro Nacional. Exemplos de ontem: A Lei de Remessa de Lucros, a nacionalização dos bancos estrangeiros e, por fim, o monopólio da importação do petróleo e seus derivados, por decreto de 23 de dezembro de 1963, o que proporcionará uma enorme economia de divisas, aumentando, em vertical, os lucros da Petrobrás.

Quem melhor estudou o problema da *Bond and Share* e suas subsidiárias foi o deputado Adahil Barreto, relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, para opinar sôbre o caso das Concessionárias dos Serviços Públicos de Energia Elétrica e Telefones, cujo parecer constitui notável peça de esclarecimento público. Baseado em conceitos de mestres como Barbosa Lima Sobrinho, mostrou a farsa de certas nacionalizações, burla facilitada pela própria legislação brasileira, bastando saber que a *nacionalização* de emprêsas estrangeiras pode significar apenas a transferência de sua sede para o Brasil, feita a conversão de seu capital em cruzeiros, não se cogitando de saber qual a origem dêsse capital nem de exercer qualquer contrôle econômico sôbre essas companhias. Dêsse dispositivo legal se têm servido, à larga, emprêsas estrangeiras que operam no Brasil, entre as quais a *Esso*, a *Swift*, a *Bourrougs*, a *Telefônica* e *Light*.

O que essa *nacionalização* significa, diz uma nota da revista norte-americana *Time*, em seu número de 25 de janeiro de 1960: "O Brasil nacionalizou a sociedade norte-americana *Esso Standard do Brasil Inc.* a pedido da *Standard*. Materialmente, significa essa nacionalização que a grande distribuidora no Brasil dos produtos da *Standard Oil Company*, de Nova Jersey, transforma-se na *Esso Brasileira de Petróleo S. A.*, que o seu capital na sociedade passa a ser em cruzeiros e que os seus escritórios centrais mudam-se de Fairmont, na Virgínia Ocidental, para o Rio de Janeiro. Assim, se algum dia o Brasil desapropriar emprêsas estrangeiras, a *Esso* poderá escapar. Por outro lado, se o Brasil algum dia permitir a participação de capitais particulares na exploração do petróleo, a *Esso* estará em condições de entrar em ação".

E prossegue Adahil Barreto: "Em um dos capítulos de seu brilhante trabalho sôbre *A nacionalidade da Pessoa Jurídica*, Barbosa Lima Sobrinho põe a nu o que chama a farsa de tais

*nacionalizações*, quando nos informa sôbre como se processa o contrôle acionário de emprêsas estrangeiras que requerem o seu abasileiramento. Falando sôbre o caso do Grupo *Light*, diz Barbosa Lima Sobrinho: "Essas sete emprêsas somam nada menos de 4.356.859 ações, das quais a *Brazilian Traction*, emprêsa incorporada de acôrdo com a lei canadense, controla nada menos de 4.101.745 ações, a adicionar às 254.991 ações, da *São Paulo Eletric*, que por sua vez é controlada pela *Brazilian Traction*. Fora do domínio da *Brazilian Traction* se encontram, sômente, 214 ações, mais da metade das quais com sócios canadenses. *Nesse total de 4.356.950 ações*, os brasileiros representam, apenas, 36 ações. Nada mais. Que pode significar, em face dêsses números, a *nacionalização* das sete emprêsas do Grupo *Light*? Haverá dúvida de que o comando supremo continuará a ser exercido na sede da *Brazilian Traction*, em Toronto?"

O deputado Adahil Barreto é o que se pode chamar um autêntico filho do povo. Fêz do seu mandato um sacerdócio. Os seus discursos e pareceres no Congresso Nacional são verdadeiros hinos de brasilidade. No caso da *Bond and Share* chegou à conclusão de que o problema tinha que ser solucionado através de três hipóteses: a desapropriação, a encampação e a compra, opinando pela última e apresentando a seguinte conclusão. "A fórmula mais viável para efetivar-se essa incorporação é a da compra, desde que seja procedida de uma tomada de contas, com perícia contábil, das citadas emprêsas, modo mais correto e seguro para chegar-se, sem dúvidas e suspeitas, ao preço justo das indenizações."

É claro que um levantamento na escrita não interessa ao truste da *Bond and Share*, uma vez que seriam revelados escândalos estarrecedores, inclusive de subôrno ao mundo oficial. Que aconteceu com o deputado Adahil Barreto, homem inatacável na vida pública e privada? Caiu no índice negro da Embaixada norte-americana, responsável, em parte, pela sua derrota eleitoral nas urnas para governador do Ceará, quando, em consequência de uma manobra do PSD, com o beneplácito da cúpula da UDN e parte do PTB, foi derrotado, obtendo, entretanto, mais de um terço dos votos em todo o Estado. Vice-Presidente da Frente Parlamentar Nacionalista teve o seu mandato de deputado cas-



sado e os direitos políticos suspensos por 10 anos. É bom lembrar que tôda a diretoria da Frente Parlamentar Nacionalista que combateu a negociata da *Bond and Share* foi aniquilada.

#### NOTA

Leonel Brizola teve o mandato de deputado federal cassado e os seus direitos políticos suspensos por 10 anos. Está exilado em Montevidéu. Roberto Campos é o ministro que planeja para o Governo do Marechal Castelo Branco, e combateu a ferro e a fogo a Lei de Remessa de Lucros, de 1961, do Sr. João Goulart, achando que a limitação é lesiva. Acabou destruindo a Lei de Remessa de Lucros.

Eugênio Gudin é uma espécie de Augusto Frederico Schmidt do tempo do sr. Juscelino Kubitschek. Tem livre trânsito. Pedro Alvarez, que é coronel do Exército, foi reformado e teve os seus direitos políticos cassados. Está exilado no Uruguai. Posteriormente viu usurpado o seu mandato de deputado estadual gaúcho, manobra que contou com o apoio dos integralistas do Rio Grande do Sul.

Que espécie de homem é Mr. Lincoln Gordon? Os Estados Unidos não mandaram para o Brasil um diplomata de carreira. Preferiram um norte-americano prático, hábil, insinuante e conhecedor dos problemas da América Latina, com uma espantosa capacidade de trabalho e penetração. Lincoln Gordon foi, portanto, escolhido a dedo para Embaixador dos Estados Unidos da América do Norte no Brasil, sacudido por um surto nacionalista que empolga nosso País de ponta a ponta e que causa apreensões aos trustes e capitais ianques.

O Embaixador cursou a Universidade de Harvard, por onde se diplomou em 1933. Estudou, em seguida, na Universidade de Oxford, na Grã-Bretanha, formando-se em Filosofia, distinguido com uma bolsa de estudos *Rhodes*, concedida a estudantes norte-americanos de méritos excepcionais. Retornando aos Estados Unidos, ingressou, novamente, na Universidade de Harvard, já então como instrutor para assuntos de Administração Governamental. Em 1939, foi para Washington, ficando no Serviço de Planejamento dos Recursos Nacionais. Durante a Segunda Guerra Mundial, serviu no Conselho Nacional de Defesa, no Serviço de Produção de Guerra e na Administração da Produção Civil. Em 1946, foi nomeado assessor da delegação dos Estados Unidos na Comissão de Energia Atômica das Nações Unidas. Retornando no mesmo ano a Harvard, passou a exercer as funções de professor assistente de administração comercial. No ano seguinte assumiu a cadeira de administração governamental, ocupando-a durante três anos. Em 1947, foi nomeado consultor do Departamento de Estado para assuntos econômicos, cooperando na formulação do Plano Marshall e na organização da Administração da Cooperação Econômica. Serviu no setor europeu da A.C.E., até 1950, quando se tornou assessor do Embaixador Averell Harriman, então enviado especial do Presidente Truman. Em 1955, voltou a lecionar em Harvard, como titular da cadeira de relações econômicas internacionais, sem prejuízo de suas funções de consultor do De-

partamento de Estado. Nomeado, em 1961, membro da Fôrça Tarefa do Departamento para a América Latina, acompanhou o Embaixador Adlai Stevenson em sua visita ao Brasil e outros países da América do Sul. Na recente conferência do Conselho Interamericano Econômico e Social, de Punta del Este, participou como membro da delegação dos Estados Unidos. Eis *Mr. Lincoln Gordon*, que desempenha, pela primeira vez, as funções de Embaixador, intervindo de maneira abusiva na vida brasileira.

### 3.<sup>a</sup> FRENTE

## **Laboratórios Estrangeiros e Calçados Populares**

**A** EXPLORAÇÃO dos laboratórios estrangeiros no Brasil é um caso de polícia. Esta é a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar a alarmante encampação das indústrias farmacêuticas nacionais por trustes internacionais.

O relator, deputado Unírio Machado publicou um livro mostrando como aquêles grupos econômicos manipulam a opinião pública e fraudam remédios destinados à infância: “Confiamos no nacionalismo do nosso povo, no sentido humano e social desta campanha. Ela não é mais nossa. Não pertence mais ao Parlamento nem ao Governo. É a campanha contra a indústria e o comércio da doença”.

Sinto-me a cavaleiro para denunciar as mazelas dos poderosos consórcios estrangeiros que já absorveram 90% dos laboratórios nacionais. Fui o assessor de imprensa do ministro Souto Maior, da Saúde, e sou testemunha do seu esforço visando a redução de 50% sôbre os preços de catálogos em relação a 70 medicamentos mais indicados para as principais doenças. Digase que a campanha foi ordenada pelo próprio Sr. João Goulart. Para isto, seriam dispensadas a custosa embalagem, a distribuição gratuita de amostras de produtos e, o que é principal, a supressão da publicidade que corrompe quase tôda a imprensa. É claro que os magnatas ianques, franceses e suíços, que têm o contrôle dos laboratórios instalados em nosso País, não aceitaram aquela providência e desencadearam uma campanha sórdida contra o ministro Souto Maior. E, para completar a desgraça do nosso povo, surgiram inúmeras interpretações quanto à fiscalização de medicamentos e gêneros alimentícios, ficando todos, conforme o plano prèviamente estabelecido pelos *gangsters*, sem uma definição sôbre a matéria.

O Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia, que deveria ser o órgão de cúpula, ficou no ar, sem recursos e sem autoridade para encetar uma campanha moralizadora. A COFAP, por sua vez, antro de ladrões, deixou de fiscalizar os laboratórios, permitindo que atentados mortais fôsem praticados contra a saúde do povo.

Aniquilado o Plano Souto Maior, enfraquecida a Comissão Parlamentar de Inquérito e com o criminoso silêncio da imprensa, os trustes ficaram senhores absolutos da situação. O resultado foi êste: 43% dos exames procedidos pelos Laboratórios Químico-Farmacêuticos do Exército, Marinha e Ministério da Saúde apresentaram produtos fraudados, miseravelmente adulterados na sua fórmula, inclusive leite em pó, vitaminas e injeções receitadas para crianças descalcificadas.

Depois que a Esso se *nacionalizou*, tudo é possível neste País. No campo dos laboratórios, as nacionalizações precisam ser desmoralizadas em letras de fôrma. O laboratório *Werner International Corporation* foi nacionalizado, passando a se chamar *Werner S. A.*, com o capital de 425 mil dólares, em 17.000 ações. Dos 425 mil dólares, 424.650 ficaram com a *Werner Pharmaceutical* dos Estados Unidos e os 350 dólares restantes para 14 lacaios, cada um com 25 dólares, isto é, no câmbio atual,

32 mil cruzeiros. Aqui está o preço da traição de um judas brasileiro.

Na mesma proporção foram *nacionalizados* os laboratórios *Sandoz do Brasil* (suíço), *Johnson-Johnson do Brasil* (norte-americano), *Geygi do Brasil* (suíço). De Brasil, apenas o nome para servir de chamariz.

Outros laboratórios em idêntica situação: *Cyanamid Química do Brasil* (norte-americano), *Meyer Chemical Company do Brasil* (americano), *Evans do Brasil* (inglês), *Organon do Brasil* (holandês), *Proquifar do Brasil* (italiano), *Wander do Brasil* (suíço) etc. O truste, em menos de cinco anos, aniquilou a verdadeira indústria nacional, encampando os seguintes laboratórios nacionais: *Crimo Sêda* (*Johnson & Johnson*), *Laborte-rápica* — (Bristol), *Provaz* (*Recordati*), *Vicente Amato* (*Usa-farma*), *Sânitas* (LEO), *Tôrres* (SARSA), *Sprung* (*Atlas*), *Fissan* (*Berlimed*), *Nosoterápica* (*Bracco*), *Silva Araújo* (*Roussel*), *Moura Brasil-Orlando Rangel* (*Vick*), *Endoquímica* (*Mead Johnson*), *Imidas* (*Behringer Sohn*), *Fontoura* (*Wyeth*), *Humanitas* (*Fontoura-Wyeth*), *Degura* (*Hemburg-Imidas*).

Agora, a luta era contra a indústria farmacêutica estrangeira. O senador Nogueira da Gama viu o seu projeto de lei, pedindo o congelamento dos preços dos remédios por um ano, aniquilado pelos seus colegas do Senado Federal. Sérgio Magalhães apresentou um outro projeto, nacionalizando todos os laboratórios estrangeiros, o qual continua dormindo numa Comissão qualquer. O Grupo de Trabalho sobre a indústria farmacêutica, do qual fazia parte Juvenile Pereira e mais 18 técnicos, entregou, no dia 19 de março de 1962, um amplo estudo ao ministro da Indústria e Comércio. O assunto morreu. Maria Augusta Tibiriçá Miranda escreveu, então, *Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica*, sofrendo tenaz perseguição.

O ministro Wilson Fadul, no fim do governo do Sr. João Goulart, tentou defender o povo da ganância dos laboratórios estrangeiros. Em longa e corajosa entrevista, revelou um dos aspectos dos negócios desonestos das firmas estrangeiras que dirigem a seu bel prazer, a indústria farmacêutica em nosso País. Falou apenas do superfaturamento de matérias-primas importadas. Foi o bastante para que a Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica viesse a público, a fim de dizer que o ministro da Saúde, baseado em "informações incorretas de interessa-

dos em desacreditar a indústria farmacêutica perante o Congresso, as autoridades e a opinião pública, cometera uma leviandade”.

O laboratório norte-americano *The Sidney Ross Co.*, que não aceita empregados de côr, procurou desmoralizar o ministro da Saúde, chamando-o de *ignorante*, quando disse, em sua matéria paga: “Os problemas da indústria farmacêutica merecem ser estudados com verdadeiro conhecimento de causa”.

Êstes ataques marcaram o início de uma campanha dos laboratórios estrangeiros, extensiva depois ao Presidente João Goulart e ao Ministério da Saúde.



O Presidente da República mexia em outra casa de maribondos, embora sem a ferocidade das vespas da *Bond and Share*, quando feriu os interesses da *United Shoes*, que há quase meio século entrava o progresso da nossa indústria de calçados.

Deputados da Assembléia Legislativa de São Paulo, em telegrama encaminhado ao Presidente da República, reabriram a discussão sobre o reequipamento daquela indústria, ainda hoje com sua economia em estrangulamento, uma vez que não consegue libertar-se dos métodos de negócios que lhe impõe a USMC (*United Shoes Machine Company*), de Boston, o truste que controla a produção das nossas fábricas, alugando máquinas obsoletas.

Vários países africanos já conseguiram quebrar os grillhões da *United Shoes*. O equipamento é antigo, custando extorsivos alugueis, cobrados em função da desvalorização do cruzeiro, ou melhor, à base da cláusula-ouro, desde 1932 repelida até mesmo pelos Estados Unidos. Obsolescência que ao Brasil dá prejuízos sócio-econômicos e que se estendem do pé descalço à estagnação industrial, conforme, inclusive, estatísticas oficiais, que acusam o baixo rendimento no processo de fabricação devido às condições arcaicas e espoliativas que nos são impostas pela *United Shoes*. Não vendendo suas máquinas, mas apenas as alugando aos que se dedicam à indústria do calçado no País, o referido grupo já ressarciu em muitas vezes o preço do custo de seus equipamentos, na maioria com quarenta e mais anos de uso. Êste estado de coisas vem desde o início de 1930, ao tempo do Conselho Federal do Comércio Exterior.

Os nossos 300 industriais de calçados, através de seus sete sindicatos, enviaram um memorial ao Banco do Brasil, por intermédio da CACEX, pedindo providências da parte do Governo Federal, a fim de que 17 fábricas pudessem adquirir 384 máquinas em vários países, inclusive na Dinamarca, Tchecoslováquia e Alemanha, salientando que já existiam entendimentos entre fabricantes e compradores. O documento dos industriais dizia: "O simples fato de se possibilitar à indústria de calçados do Brasil a incorporação, ao seu patrimônio privado, do vultoso capital representado pelas suas máquinas, libertando-a do ônus relativo aos *royalties*, justificaria plenamente o atendimento à sua pretensão, considerando-se, principalmente, tratar-se de uma soma relativamente modesta para a modernização da grande maioria das fábricas de calçados do País.

Além disso, a substituição do sistema de *royalties* pelo de compra resultará numa ponderável economia de divisas, que atualmente se escoam na satisfação das remessas conseqüentes das locações."

Destaque-se um detalhe para mostrar o quanto pagamos de *royalties* aos norte-americanos de Boston, que não permitem ao Brasil comprar as suas próprias máquinas. O nosso País, entre os anos de 1955 e 1958, produziu 184.392.784 pares de sapatos para crianças, homens e mulheres, grande parte exportada para o Paraguai e Bolívia. Considerando-se o crescimento populacional do País, tem-se, só nesse ângulo, prova do obsoletismo, decorrente, não há dúvida, do arcaico maquinário que a nossa indústria aluga da *United Shoes*, acentuando-se, cada vez mais, quando o desamparo oficial chega ao clímax.

O Presidente do Sindicato da Indústria de Calçados do Rio de Janeiro, credenciado pelos seus colegas de São Paulo, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Recife e Franca (de São Paulo), procurou, mais uma vez, a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil, a CACEX. Expôs o problema e, com documentos, mostrou a nocividade da *United Shoes Machine Company*. A CACEX fez uma série de promessas em seis itens, enchendo de esperanças a classe que, já em fevereiro de 1957, em longo ofício ao ministro da Fazenda, pedia facilidades cambiais para importar maquinária destinada às fábricas nacionais. Todas as exigências foram satisfeitas. Eis que surge o dedo da *United Shoes* e a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil capitula em

favor dos norte-americanos, ferindo, frontalmente, os legítimos interesses nacionais. Trancemos, na íntegra, o documento da CACEX para que a opinião pública saiba até onde o poderio dos grupos estrangeiros solapa a economia nacional:

“Ilmo. Sr. Presidente do Sindicato da Indústria de Calçados do Rio de Janeiro. Rua Álvaro Alvim, 31. Nesta. — Referimo-nos ao pedido formulado por êsse Sindicato, em favor de 300 firmas suas associadas, do câmbio especial para importação, com financiamento no exterior, de maquinaria para a indústria do calçado. Levado o processo ao Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, para apreciação em face da letra “e” do parágrafo 1.º do artigo 50 da Lei 3.244, de de 14-8-57, *houve por bem, aquele órgão, na sessão de 3-1-59, indeferir o requerimento.* Valemo-nos do ensejo para reiterar a V. S. os protestos de nossa estima e aprêço. Banco do Brasil S. A. — Carteira de Comércio Exterior — (a) Alberto Walter Blank, João Carlos de Carvalho.”

O Banco do Brasil estava a serviço da *United Shoes Machine Company*, impedindo que os industriais brasileiros adquirissem máquinas próprias em diversos países europeus. Só um ingênuo acreditaria que os agentes da USMC fôssem cruzar os braços, diante da ameaça governamental de adquirir máquinas para o fabrico de sapatos populares.

Negócios, como o da USMC, dilapidam a economia de vários países subdesenvolvidos, em benefício dos consórcios norte-americanos, cujos lucros, no último trimestre de 1963, encerrado em dezembro, foram de 4,3 bilhões de dólares, representando um acréscimo de 21% a mais do que há um ano atrás, no mesmo período.

#### NOTA

Os deputados Sérgio Magalhães e Wilson Fadul tiveram os seus mandatos cassados e os direitos políticos suspensos por 10 anos. A Dra. Maria Augusta Tibiriçá Miranda, autora de *Vamos Nacionalizar a Indústria Farmacêutica*, da coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, da Civilização Brasileira, foi a primeira mulher encarcerada pela Revolução, ficando mais de 30 dias em prisão comum.

Um episódio virgem na História do Brasil. Uma editôra, por contribuir de maneira decisiva para o esclarecimento público de questões fundamentais à economia nacional, teve as suas dependências revistadas por um grupo de militares, que nela queria, à viva força, instalar mais uma Comissão de Inquérito.



#### 4.<sup>a</sup> FRENTE

### **A HANNA Querida o Minério de Ferro**

**A** IMORAL e impatriótica concessão dada aos norte-americanos da *Hanna* foi um presente do Presidente Juscelino Kubitschek. A *Hanna* tinha um objetivo: dominar o comércio do nosso minério de ferro. Inicialmente, caiu em seu poder uma reserva de 3 bilhões de toneladas, das jazidas de Morro Velho. A Nação ficou estarrecida com a negociata dos ianques da *Hanna*, no Brasil, com o beneplácito do próprio ministro da Fazenda, Sr. Sebastião Pais de Almeida, e de antigos presidentes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, inclusive os Srs. Lucas Lopes e Roberto Campos, a dupla que representa interesses norte-americanos em nosso País.

As atividades colonialistas da *Hanna*, império dirigido por Mr. George Humphrey, ex-Secretário do Tesouro de Eisenhower, foram objeto de um Comitê de Investigações no Parlamento dos Estados Unidos. Gabriel Passos e Sérgio Magalhães focalizaram no Congresso Nacional o assalto, sendo que o último, então Vice-Presidente da Câmara Federal, apresentou um pedido de informações, indagando aos Ministérios da Marinha e da Viação quem autorizara a entrega de uma ilha, em Mangaratiba, para uso exclusivo dos norte-americanos.

O assunto da *Hanna* precisa ser tornado público numa linguagem clara, a fim de que os meus patrícios tenham uma idéia do seu poder econômico e sua participação na queda do governo do Sr. João Goulart.

Companhia poderosa, com várias subsidiárias, cerca de 40, controla minas de ferro no Canadá, África, Europa e Estados Unidos. É grande produtora de carvão. O seu melhor negócio, agora, no Brasil, é a *St. John del Rey Mining*, cujas ações comprou em Londres, em 1956, a baixo preço, sem qualquer benefício para o nosso País. É proprietária de uma gigantesca frota de navios para transporte de carvão e de minério de ferro.

Exploraria as reservas de minério de ferro da *St. John Del Rey Mining*, as melhores do Brasil, por meio de concessões especiais, nunca concedidas nem a empresas brasileiras. Um perfeito assalto ao patrimônio nacional. Obteve a concessão para um porto exclusivo na ilha Guaibinha, no litoral fluminense, onde poderia carregar navios de até 100.000 toneladas, ficando em condições de vantagens excepcionais em relação aos outros exportadores, inclusive a Vale do Rio Doce.

Aproveitaria a infra-estrutura da Estrada de Ferro Central do Brasil para o transporte do seu minério, em prejuízo dos demais transportes. Construiria, apenas, um ramal de 25 quilômetros, para atingir o porto de Mangaratiba, empreendimento este negado a uma empresa brasileira, que pretendeu realizá-lo.

Os navios levariam minério, trazendo, no retorno, carvão. Com essa possibilidade, controlaria a *Hanna*, não só toda a exportação brasileira de minério, como também a importação de carvão, jogando com os fretes de seus próprios navios. Procurou a ajuda de elementos brasileiros de prestígio nos diversos setores de atividades, entregando-lhes a tarefa de "abrir caminho" e "amaciar possíveis entraves". Contratou os servi-

ços da firma *Consultec*, da qual fazem parte os seguintes senhores: Vítor Silva, Lucas Lopes, ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; João Batista Pinheiro, antigo Coordenador do Grupo de Exportação de Minério; Roberto Campos, ex-presidente do BNDE e do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Mário Pinto, da CACEX. Tôda esta gente contou com a colaboração do então ministro da Fazenda, Sr. Sebastião Pais de Almeida.

É claro que os norte-americanos, quando assumiram o contrôle da *St. John del Rey Mining Company Ltda.*, mais conhecida por *Companhia do Morro Velho*, não o fizeram para a exploração do ouro. A transação, já autorizada pelo Tesouro da Inglaterra, teve um só objetivo: entregar aos ianques da *Hanna* 15 milhões de alqueires, onde existem mais de 3 bilhões de toneladas de minério de ferro, cobrindo uma área de 500 quilômetros quadrados.

No Govêrno João Goulart, o ministro Gabriel Passos, legenda de honradez e patriotismo, à frente da pasta de Minas e Energia, depois de estudar a concessão da *Hanna*, julgou-a nociva aos interesses nacionais e anulou-a. Ato de coragem, que teve todo o apoio do Presidente. Aí surgiu a quarta frente de oposição, a mais forte de tôdas, superior à da *Bond and Share*. A *Hanna* impetrou mandato de segurança ao Tribunal Federal de Recursos, que denegou o recurso, pelos votos dos ministros Armando Rolemberg, Raimundo Macedo, Henrique Dávila e Amarildo Benjamin.

Foi uma vitória, realmente, de significação extraordinária, tanto no aspecto político, como no econômico, porque os nacionalistas conseguiram vencer, numa batalha através da imprensa livre, do Legislativo e do Judiciário, uma das mais poderosas organizações de pressão existentes no País, como é a *Consultec*, na qual pontifica a fina flor do entreguismo. Trata-se de grupo influente, que se especializou na mais deslavada advocacia administrativa, apoiando-se nos dólares que corrompem e na imprensa venal que deforma, com cobertura no exterior, por intermédio de figuras igualmente poderosas da administração e dos negócios nos Estados Unidos, como êsse *Mr. John Foster Dulles Júnior*, mentor da *Hanna*.

Quanto ao aspecto econômico, basta lembrar que a *Hanna*, ante a concessão obtida, fôra convertida em dona absoluta de

reservas minerais calculadas em 200 bilhões de dólares, o que significa, em moeda nacional, a inimaginável cifra de 200 trilhões de cruzeiros.

O Chefe da Nação tinha mais uma frente poderosa de oposição pela proa. A *Hanna* é uma das maiores organizações do mundo. Em *Usa — Potência de Segunda Classe*, de Drew Pearson e Jack Anderson, à página 151, aparecem algumas das empresas do magnata George Magoffin Humphrey, o chefe supremo da *Hanna*. Ei-las: *Pittsburgh Consolidation Coal*, a maior empresa carbonífera do mundo; *National Steel*; *Industrial Rayon*, um dos maiores bancos de Cleveland; uma refinaria de açúcar, uma refinaria de níquel, grandes depósitos de minério de ferro e até mesmo uma fábrica de biscoitos. É ainda diretor executivo, presidente ou diretor da *M.A. Hanna Company*, *Hanna Furnace Co*, *Susqueshana Anthracite Corporation*, *Eastern Steamship Company*, *La Belle Steamship Company*, *Virginia Steamship Company*, *Jefferson Coal Co*, *Denner-Hanna Cake Corporation*, *Great Lakes Steel Co.*, *Weirton Steel*, *National City Bank of Cleveland*, *Lake Eries Harbours Inc.*, *Phelps Dodge Oak Hill Suply Co.*, *Weinton Coal Co.*, *Hanna Ore Mining Co.*, *Hanna Exportation Co.*, *Hanna Michigan Steel Corporation*, *Miedwest Steel*, *Northwestern-Hanna Fuel Co.*, *Tri-Counti Land Co.*, *Dominion Sugar Co.*, *Iron Ore of Canada*, *Ohio and Wester Pennsylvania Dock Co.*, *Morton Ore Co.*, *Ozark Ore Col.*, *Douglas Mining Northern Iron Ore Mines*, *Western Copper and Minning Western Ore Co.* e outras organizações que, em conjunto, controlam a exploração de minérios em vários países.

O leitor transforme tudo isto em dólares para ter uma idéia da coação que caiu sobre os ombros do Presidente Goulart. A *Hanna*, em consequência da decisão do ministro Gabriel Passos, mantida pela Justiça, viu frustrado o gigantesco plano que colocaria o nosso minério de ferro sob o seu controle. Além disso, anularia todos os demais exportadores brasileiros, que não têm a sua flexibilidade nem o seu poder, especialmente no que se refere aos mercados europeu e americano; aviltaria o preço do minério, no futuro, quando houvesse dominado os demais exportadores, mediante subfaturamento ou outras manobras conhecidas (só com o barateamento dos fretes de seus próprios navios, afastaria os demais armadores e dominaria os

transportes); acarretaria grande prejuízo para a economia nacional, pois que, com o preço vil do minério e remessa de lucros para o Exterior, o Brasil passaria a exportar mais em quantidade, ganhando menos e ficando com muito poucos dólares no País. A economia dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente da zona do Vale do Rio Doce, que se vem beneficiando diretamente da exportação do minério de ferro de Itabira, seria a mais atingida); paralisaria os projetos de expansão da Companhia Vale do Rio Doce, cujos lucros revertem em favor do Brasil, porque a União domina 84% do capital, e isto quando a mesma companhia estatal se prepara para exportar 100 milhões de toneladas anuais, com o aproveitamento do Itabirito, minério pobre do qual o Brasil possui reservas quase inesgotáveis, já estando firmados contratos com vários países. Em suma, a *Hanna* exportaria o minério rico, sem qualquer processo de semi-industrialização no País, onde não empregaria nenhuma parcela dos seus lucros em benefício da região mineira. Acabadas as reservas que possuísse, deixaria o País, depois de ter auferido resultados fabulosos, enquanto a Vale do Rio Doce está construindo ou ajudando a construir estradas de rodagem, pontes, hospitais, escolas, usinas hidro-elétricas e siderúrgicas, enfim, tudo que constitui riqueza para o futuro. A *Hanna* desejava inverter o mínimo possível e somente fazê-lo nas instalações de seu próprio uso, aproveitando-se de tudo que pudesse, já feito no Brasil.

Eis que chega à Câmara dos Deputados um pedido de informações do Ministério das Relações Exteriores sôbre o resultado do julgamento do mandado de segurança da *Hanna*, que usa, para efeito das nossas leis, o brasileiríssimo nome de *Companhia de Mineração Novalimense*.

O deputado Celso Passos, filho de Gabriel Passos, o ministro que devolveu ao Brasil uma fabulosa fortuna dada de mão beijada aos ianques, apresentou, então, o seguinte requerimento: "1) Qual o interesse do Ministério das Relações Exteriores pelo resultado do julgamento do Mandato de Segurança n.º 29.881, impetrado pela *Companhia de Mineração Novalimense Sociedade Anônima*, organizada de acôrdo com a lei brasileira, contra despacho do falecido ministro das Minas e Energia, Gabriel Passos? — 2) Qual a razão que determinou a expedição de telegrama dirigido pelo Ministro Interino das Re-

lações Exteriores, Sr. A. Bolitreau Fragoso, ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos, ministro Cunha Vasconcelos, que se encontra junto, às fls. 262, dos autos do referido mandado de segurança, do seguinte teor: "Telegrama 28.928. G.159 do Itamarati, Rio. GB. 10.473. NIL 24.2045, ao Senhor Presidente do Tribunal Federal de Recursos — Brasília — Muito agradeceria Vossência obséquio informar-me se venerando acórdão dêsse egrégio Tribunal no mandado de segurança impetrado pela *Companhia Novalimense* contra ato do ex-ministro de Minas e Energia vg reconhece direito de indenização à concessionária pt Obséquio remeter-me teor completo do referido acórdão pt Atenciosas saudações. A. Bolitreau Fragoso — Ministro-Interino das Relações Exteriores". — 3) Como se explica que o julgamento, por um Tribunal brasileiro, de Mandado de Segurança impetrado por emprêsa organizada segundo a lei brasileira contra ato do ministro do Govêrno brasileiro, determine a intervenção do Ministério brasileiro das Relações Exteriores? — 4) Por conta e inspiração de quem foi passado o aludido telegrama? — 5) Por que não se dirigiu o ministro das Relações Exteriores ao órgão próprio, ou seja, ao Sr. Procurador-Geral da República, responsável pela defesa dos interesses da União Federal em Juízo, ou mesmo ao Ministério das Minas e Energia, preferindo dirigir-se diretamente ao Sr. Presidente do Tribunal Federal de Recursos para conhecer do resultado e detalhes do julgamento? — 6) É norma do Itamarati substituir-se aos advogados das partes, sobretudo de parte privada em litígio com a União Federal?"

O Presidente, defendendo o nosso minério de ferro, fêz uma política de previsão, a fim de evitar, no futuro, o que ocorreu com a borracha da Amazônia, café e, incrível como pareça, o sal, produto genuinamente nacional: importar.



João Etcheverry, meu companheiro de fundação de *Ultima Hora*, estava com Jango, em Singapura, vindo de Hong-Kong, quando chegou a notícia da renúncia do Sr. Jânio Quadros. Acidentalmente, caiu em suas mãos, naquele pôrto chinês, uma relação de navios que navegavam para o Brasil, carregados de borracha. Inversamente, porém, vi no pôrto de Southend, vizi-

nho a Londres, um navio recebendo café e algodão do Brasil, para levá-los, horas depois, a Odessa, na Rússia, negociados pela firma norte-americana *Anderson Clayton*, já que o nosso País, na época, não tinha relações com a União Soviética.

Não sou homem de beber chá. Gosto mesmo é de café. Durante os dias que permaneci em Moscou jamais deixei de ter à mesa, no *breakfast*, um bom e gostoso café, que os ianques adquiriam em São Paulo e revendiam, por alto preço, aos soviéticos. Mais humilhante, porém, foi um carregamento de batatas, em Antuérpia, na Bélgica, com destino aos portos do Nordeste brasileiro.

#### NOTA

A Revolução de 1.º de abril não puniu ninguém do grupo HANNA. João Etcheverry, que tem um interessante trabalho de defesa do nosso minério de ferro, esteve prêsó 36 dias na mais completa incomunicabilidade. Mas o ministro A. Bolitreau Fragoso, que pediu informações à Justiça sobre a HANNA, foi nomeado Embaixador do Brasil em Portugal.

## 5.ª FRENTE

### **O IBAD Corrompe o Brasil Inteiro**

**C**OUBE AO AUTOR dêste livro o privilégio de entrevistar, em primeira mão, o jurisconsulto Castilho Cabral, durante longas horas, quando o antigo presidente do "MOVIMENTO POPULAR JÂNIO QUADROS" fêz estarrecedora denúncia, narrando, detalhe por detalhe, a visita que recebeu do Sr. Ivan Hasslocher, o inspirador do IBAD, e que se fazia acompanhar do Sr. John Foster Dulles Júnior. Nessa ocasião, os dois prometeram um bilhão de cruzeiros ao Sr. Castilho Cabral em troca de êle escolher a dedo candidatos ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados que jurassem não hostilizar o imperialismo norte-americano.

E bom lembrar que o Sr. John Foster Dulles Júnior é o presidente da *Hanna*, tendo o Sr. Lucas Lopes como cavalo de



aluguel. O IBAD dispunha de espantosa quantia em dinheiro, proveniente do Fundo do Trigo (40%), importância manipulada pelo Embaixador Lincoln Gordon, o mentor dos Srs. Ivan Hasslocher e Foster Dulles.

A *Hanna*, dirigida por homens inteligentes, não tinha interesse em sustentar uma campanha direta contra o Presidente João Goulart, cujos resultados seriam negativos ante a onda nacionalista que agitava o País. Aliou-se ao IBAD, cuja obra de corrupção, em alta escala, no Congresso, na imprensa falada e escrita e em outros setores da vida nacional, deixou a Nação boquiaberta.

O câncer do IBAD todavia, não resistiu a uma simples investigação parlamentar. Quando o tumor maligno estourou, porém, desgraçadamente já havia contaminado parte do organismo nacional.

E o IBAD — Instituto Brasileiro de Ação Democrática — na sua obra de suborno, era generoso. O tesoureiro da sociedade, Artur Oscar Junqueira, confessou à Comissão Parlamentar de Inquérito que financiara a campanha de 250 deputados nas últimas eleições, sendo gastos mais de cinco bilhões de cruzeiros em favor do que havia de mais reacionário e antinacional. Seriam todos eles, caso eleitos, os futuros advogados administrativos da *Hanna* no Congresso Nacional.

Na Guanabara, as despesas montaram em 330 milhões de cruzeiros. As estações de rádio e de televisão receberam 150 milhões. O IBAD representava, em última análise, uma sucursal do Departamento de Estado, de Washington.

Ninguém escapou à sanha do IBAD. Tudo ele fez para acabar com a brava imprensa nacionalista do País, hostilizando-a com pressões econômicas de toda ordem. A "*Ação Democrática*", órgão do IBAD, publicava, mensalmente, os nomes das firmas de anunciantes da *Última Hora* sob o título: "As classes produtoras e o financiamento do comunismo".

Organizações genuinamente brasileiras eram apontadas pela "*Ação Democrática*" como antros de agentes de Moscou. Era o boicote contra a imprensa livre. Lia-se, no expediente da publicação, o nome do Sr. Eugênio Gudín como consultor da redação. O IBAD atingiu os limites da audácia quando fez instalar, no próprio recinto do Congresso Nacional, um aparelho de gravação clandestino para colhêr os pronunciamentos dos parla-

mentares nacionalistas. Isto feito, eram então selecionados para ampla divulgação os trechos que, apresentados isoladamente, podiam dar margem às mais diferentes interpretações.

Para defender o IBAD, o IPES e a ADP, foi desenterrado o ex-ministro da Justiça Sr. Francisco Campos, incorrigível fascista, um dos responsáveis pela implantação do Estado Nôvo, sem dúvida, uma das páginas mais negras da nossa História. O velho jurista, da mesma escola dos advogados dos trustes, Raul Fernandes e Eugênio Gudín, inicialmente taxou de hipócrita a Comissão Parlamentar de Inquérito e achou ato lícito o fato de o IBAD receber e entregar contribuições de indivíduos ou associações para financiar a propaganda eleitoral de candidatos, pouco importando a origem do dinheiro, isto é, dólares despejados por intermédio de emprêsas norte-americanas. Depois de Francisco Campos, eis que surge o *O Estado de S. Paulo*, com o artigo *Carnaval Político*, defendendo o IBAD e atacando a Comissão Parlamentar de Inquérito, onde se destacavam os deputados Elói Dutra, José Aparecido e outros. No plenário da Câmara Federal, Guerreiro Ramos, Almino Afonso, Bocaíuva Cunha, Max da Costa Santos, Temperani Pereira, Neiva Moreira, Adahil Barreto e Henrique Oest, completaram a ação moralizadora da CPI.

A *Hanna*, através do IBAD, insistia em minar o Governo do Sr. João Goulart que, em face das conclusões do inquérito, suspendeu o funcionamento do IBAD por 90 dias e, posteriormente, era êle dissolvido por decisão do Juiz da 1.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública, Dr. José Júlio Leal Fagundes.

Movendo bilhões de cruzeiros, dinheiro proveniente de firmas estrangeiras, que tentavam destruir várias medidas do Governo, elegendo congressistas escolhidos sob encomenda para que não fôsem aprovadas a lei de remessa de lucros para o exterior e outras leis nacionalistas, o IBAD, quando tinha grande parte da imprensa falada e escrita sob o seu contrôle, foi denunciado, em praça pública, pelo então jornalista Elói Dutra. A sua atitude foi tomada por alguns círculos, ligados entre si e à reação, como simples manobra eleitoral, já que para alguns o IBAD era, realmente, um organismo indispensável para o bom funcionamento da democracia...

Coube a Elói Dutra solicitar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, contando com a colaboração de

Paulo de Tarso e José Aparecido, figuras destacadas no combate à corrupção eleitoral. A primeira Comissão foi dissolvida, mas as contundentes provas e documentos apresentados serviram para que o deputado Pedro Aleixo firmasse fulminante relatório, inclusive coletando provas de que tôdas as contribuições eram recolhidas a um banco estrangeiro, e, por fim, a carta do advogado Castilho Cabral, confirmando que fôra convidado para dirigir o IBAD e que disporia, inicialmente, de um bilhão de cruzeiros, oferta feita pelo próprio Sr. Ivan Hasslocher, em companhia de Foster Dulles Júnior, um dos diretores da *Hanna*. E, assim, o Sr. João Goulart criou a quinta frente de pressão contra o seu Governô.

#### NOTA

Os deputados Elói Dutra, Paulo de Tarso, José Aparecido, Neiva Moreira, Guerreiro Ramos, Temperani Pereira, Almino Afonso, Bocaiúva Cunha, Henrique Oest e Max da Costa Santos, tiveram cassados os seus mandatos e suspensos os seus direitos políticos por 10 anos. Elói Dutra e Henrique Oest estão asilados no Uruguai e Max da Costa Santos no México. Almino Afonso e Bocaiúva Cunha na Iugoslávia. Neiva Moreira, depois de passar dois meses em oito prisões militares, inclusive no 8.º Grupo de Artilharia de Costa Motorizado, algemado e num isolamento anti-humano, conseguiu asilo na Embaixada da Bolívia.

## 6.<sup>a</sup> FRENTE

### **Encampação das Refinarias**

NINGUÉM esperava que o Sr. João Goulart encampasse as refinarias particulares de petróleo no comício de 13 de março, quando a data anunciada era 19 de abril, efeméride natalícia do Presidente Vargas. Dizem os jornais que alguns magnatas de Capuava ouviam pelo rádio o "*Comício das Reformas*", quando foram surpreendidos com a notícia do locutor oficial: "O Presidente João Goulart acaba de desapropriar as refinarias".

O diretor-comercial da empresa declarou: "É um absurdo. É um ato ditatorial. A Capuava só tem 11 milhões de dólares dos norte-americanos..."

Quase todos os jornais publicaram artigos de Eugênio Gudin, Augusto Frederico Schmidt e Raul Fernandes, na falta de

um João Neves da Fontoura, já morto, magnífico advogado da *Standard Oil*, combatendo a encampação.

O decreto mandando incorporar Manguinhos, Capuava, Matarazzo, Ipiranga, Amazônia e Destilaria Rio Grandense ao acervo da PETROBRÁS não era o bastante. Acentue-se que estas emprêsas, com exceção da Capuava, não operavam com 40 mil barris, a capacidade de Mataripe. A manobra estava, unicamente, na Capuava, que fazia o subfaturamento e burlava as leis nacionais, quando é público e notório que o capital é norte-americano, representado pelos nativos Soares e Sampaio.

O Conselho Nacional do Petróleo andou certo, absolutamente certo, ao recomendar a medida que determinou o decreto do Presidente.

Em tôda a parte do mundo a *Standard* provoca guerras e revoluções, principalmente na América do Sul. O campo, no Brasil, estava adrede preparado pela convulsão interna, com reflexos no exterior. Por acaso a *Bond and Share*, a *Hanna* e os laboratórios farmacêuticos, cartéis internacionais de alto poder econômico, com seus interesses contrariados pelo Govêrno, estariam de braços cruzados?

Advogados administrativos, senadores e deputados eleitos com o dinheiro espúrio do IBAD não teriam melhor oportunidade para a liquidação do regime, já apontado como comunista, inspirado em Moscou, Pequim e Havana. O essencial, porém, não fôra feito. A extração já constituía monopólio estatal, bem como a importação do óleo cru. A parte do leão, como se sabe, pertence à distribuição. No Brasil está sob o total contrôle de organizações estrangeiras, a ponto de, até há bem pouco tempo, o Govêrno Federal não poder comprar gasolina e óleo para seus aviões e navios diretamente à Petrobrás, fazendo-o, por intermédio de uma *gang* que vivia à tripa fôrra, gozando da intimidade da copa e cozinha dos Palácios governamentais. Não bastava, evidentemente, a desapropriação das destilarias. O essencial era instituir o monopólio para a distribuição dos produtos petrolíferos que, há 50. anos, está em poder da *Standard Oil*, *Texaco*, *Atlantic*, *Shell e Gulf*, esta última com a máscara de Ipiranga.

O Govêrno, que desapropriou seis refinarias, não teve força para completar a sua obra, isto é, instituir também o mo-

nopólio estatal da distribuição de gasolina, óleo e outros produtos petrolíferos.

Acompanhei de perto o processo de nacionalização da indústria petrolífera em nosso País, assinando a respeito uma centena de reportagens e artigos na imprensa. Por isso mesmo, posso dar o meu testemunho sôbre a Refinaria de Manguinhos, construída com capital puramente nacional. Tudo que foi possível para sabotar êsse empreendimento, os ianques fizeram com a naturalidade de quem toma uísque no *Sacha's*. Durante muitos anos, o expediente visando ao esmagamento da destilaria era o seguinte: Manguinhos comprava o óleo à vista, na Venezuela, à *Standard Oil*. O produto chegava ao Rio com frete pago em ouro. Uma vez destilado, os seus produtos eram entregues, novamente, à *Standard, Atlantic, Texaco, Shell e Gulf* pelo prazo de 45 dias. E as mencionadas emprêsas, depois de uma série de fraudes, despejavam a gasolina e óleos de Manguinhos nos seus postos, cobrando tudo à vista, pagamento feito na hora da entrega. Essa pressão econômica atingiu tôdas as refinarias nacionais. Os trustes vendiam o petróleo à vista, compravam os seus produtos a prazo e os revendiam à bôca do cofre, operação que proporcionava um lucro desonesto às companhias norte-americanas de 20 milhões de cruzeiros por dia. É claro que o monopólio da distribuição dos produtos petrolíferos, cujos lucros astronômicos permitem manter uma máquina de corrupção, atinge todos os setores da vida nacional.

O marechal Osvino Ferreira Alves, Presidente da Petrobrás, juntamente com Carlos Meireles, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, muito fizeram pela encampação das refinarias. Alguns industriais brasileiros tentaram entrar no mercado distribuidor, sendo impiedosamente esmagados pelos ianques, inclusive Manguinhos, que chegou a organizar uma companhia para aquêle fim. A represália não tardou: não lhe venderiam mais óleo cru da Venezuela. Todo mundo sabe que cada destilaria trabalha com determinado tipo de óleo. Manguinhos, para consumir outro petróleo, isto é, o da Arábia, por exemplo, teria que modificar tôda a sua maquinaria.

Capuava, entretanto, era o inverso. Recebia dinheiro norte-americano para sufocar as refinarias realmente nacionais, gozando de crédito fácil e outras vantagens. Seu grupo é dos mais

poderosos, os Soares Sampaio, com ramificações nos mais importantes setores da vida nacional. Em defesa dessa sociedade, pontificava êsse expoente do entreguismo, que é o Sr. Eugênio Gudin (*O Globo de* 18-11-63) e os senadores e deputados da UDN, João Agripino, Rui Palmeira, Furtado Leite, Newton Carneiro, Herberto Luís, João Viegas de Oliveira, Costa Lima, Jogle Cúri e Braga Ramos.

O Sr. Juscelino Kubitschek, especialmente, teve ocasião de assim manifestar-se: “Sou a favor da iniciativa privada e, se dependesse de mim, Capuava não seria encampada.”

Um outro senador, do PTB, Sr. Antônio Jucá, foi mais positivo: “. . . Não é admissível a intervenção estatal numa empresa de iniciativa privada, com capitais nacionais, que está produzindo a contento, inclusive mostrando ao Governo, sem demagogias, como se produz em condições de rentabilidade.”

Inúmeros outros parlamentares, membros do PSD, ficaram ao lado de Capuava.

Este simples relato diz do complexo de interesses políticos que o Sr. João Goulart contrariou, criando contra o seu governo novos focos de oposição. Capuava era intocável!

A *Standard Oil* sempre combateu a Petrobrás, usando dos mais ignóbeis recursos. Com a lei 2004, promulgada por Getúlio Vargas, o truste teve as suas garras, de um certo modo, aparádas, mas isso não a impediu de introduzir o seu antigo caixeiro Walter Link na empresa estatal do petróleo.

Em maio de 1934, quando ainda não havia jorrado o petróleo em Lobato, o oráculo da nossa política petrolífera era o geólogo Victor Oppenheim, outro agente da *Standard Oil*, com passagem pelos *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Argentinos*. Êste aventureiro chegou ao desplante de afirmar: “Na Bahia não há petróleo.”

E essas suas palavras, em tom de sentença, firmaram doutrina no próprio Ministério da Agricultura. Quando o petróleo surgiu em Lobato, a 22 de janeiro de 1939, o mesmíssimo Victor Oppenheim gritou: “O óleo é comprado no pórto de Salvador e colocado no poço de Lobato.”

O então Ministro da Agricultura, capitão Juarez Távora, em carta endereçada ao Sr. Oscar Cordeiro, que insistia na per-

furação do poço de Lobato, declarou: "Rio de Janeiro, 14 de maio de 1934. Em resposta à vossa carta de 8 do corrente, informo-vos que a opinião do geólogo Victor Oppenheim é a opinião dos técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral e pode ser resumida como está no ofício que vos dirigiu o Diretor desse Departamento. Outra opinião não terá este Ministério que não seja a de seus técnicos, que estudaram suficientemente o assunto que vos interessa. Atenciosas Saudações. Juarez Távora".

Victor Oppenheim sumiu, o Sr. Juarez Távora deixou de ser ministro da Agricultura e Getúlio criou a Petrobrás em 1953. Mas veio Walter K. Link para o cargo de Superintendente-Geral do Departamento de Exploração da Petrobrás, ganhando 100 mil dólares por ano, livre de impostos.

Coube a Gondin da Fonseca, autor da bíblia do nacionalismo *Que sabe você sobre petróleo?*, denunciar a sabotagem de Walter Link contra os interesses do Brasil. Era o geólogo-chefe da *Standard Oil* nos Estados Unidos, quando o Sr. Juraci Magalhães, Presidente da Petrobrás, contratou-o, como técnico, através de *démarches* feitas pelo Sr. Neiva de Figueiredo, um dos diretores da empresa, posteriormente afastado do cargo.

O autor tem, apenas, a preocupação de mostrar quem é Walter Link que, como denunciou Gondin da Fonseca, no *Time* de 11 de agosto de 1958, em entrevista que até hoje não foi desmentida, afirmou que, "não acreditava na Petrobrás, onde ninguém trabalhava. Não acreditava no monopólio estatal e era favorável ao regime de concessões, isto é, o Brasil devia entregar o seu petróleo aos americanos."

Vários projetos de lei, de nítida inspiração dos trustes, visando a quebra do monopólio estatal do petróleo, chegaram ao Congresso Nacional, levados por deputados eleitos com o dinheiro do IBAD, quando não eram agentes de companhias distribuidoras nos seus Estados. Todos, sem exceção, não chegaram ao plenário, sendo derrotados nas comissões. Dois embaixadores ianques foram decisivos no combate à Petrobrás, um ostensivamente, outro por trás do pano. O primeiro foi Adolfo Berle Jr., que o Presidente Vargas expulsou do Catete, quando foi êle levar ao Chefe da Nação o ponto de vista dos Estados



Unidos contrário à formação da empresa. O outro é o Sr. Lincoln Gordon que, com referência à nossa política petrolífera, não age como é de seu costume, isto é, às claras, preferindo a tática dos bastidores.

A despeito de toda a campanha contra a Petrobrás, essa empresa faturou, no ano de 1963, mais de 353 bilhões de cruzeiros, ou seja, exatamente, Cr\$ 353.018.407.000,00 proporcionando uma economia de divisas para o País da ordem de 180 milhões de dólares. Nos seus 10 anos de existência, faturou ela, com a venda de produtos e fretes marítimos, mais de 875 bilhões de cruzeiros, esperando, para 1964, com o monopólio da importação de óleo, ultrapassar o trilhão. A economia de divisas, nesses 10 anos, foi superior a um bilhão de dólares. As suas três refinarias — Mataripe, Duque de Caxias e Cubatão — refinam 260.000 barris. As cifras teriam sido maiores se o monopólio da importação do óleo cru tivesse sido instituído há mais tempo, o que só foi feito, infelizmente, nos últimos dias de 1963. Fácil é avaliar, assim, o lucro da *Standard Oil* na venda do óleo às nossas destilarias particulares e oficiais, cujo consumo é superior a 350.000 barris por dia, quando a produção nacional ainda é da ordem de 120.000, em números redondos.

Só um ingênuo poderá acreditar que a *Standard* e demais trustes do petróleo pararam as suas investidas contra a Petrobrás em face da ausência, em nosso País, de Victor Oppenheim, Walter Link e outros sabotadores. Os trustes abriram uma brecha nas refinarias, financiando a de Capuava, em São Paulo, o que não é segredo para ninguém. Basta lembrar as declarações do seu diretor-comercial, ao ouvir a notícia da encampação pelo rádio: “A Capuava só tem 11 milhões de dólares dos norte-americanos...”

O Sr. João Goulart declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, no prazo de 30 dias, todas as refinarias particulares de petróleo. Diz o artigo 3.º do decreto que assinou: “A Petrobrás, assistida pelo Conselho Nacional do Petróleo e sob a supervisão do Ministério das Minas e Energia, promoverá, no prazo de trinta dias, a desapropriação objeto deste decreto, e a executará, amigável ou judicialmente, com seus próprios recursos.”

O prazo terminou no dia 13 de abril e até hoje as refinarias continuam em poder dos particulares.

O ato do Sr. João Goulart, submetendo a importação do óleo cru à Petrobrás e encampando as refinarias, representou uma derrota na intromissão indébita do Sr. Lincoln Gordon na vida nacional, o que, de resto, não agradou à *Standard Oil* e demais companhias que há meio século exploram o povo brasileiro.

#### NOTA

O marechal Osmino Ferreira Alves foi prêso, reformado e teve os seus direitos políticos cassados por 10 anos. Era o Presidente da Petrobrás. Carlos Meireles, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, ficou 36 dias num xadrez do DOPS. Juarez Távora é o atual Ministro da Viação. Juraci Magalhães é o Embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Dezenas de engenheiros e operários nacionalistas que pertenciam ao quadro de funcionários da Petrobrás foram presos, espancados e sumariamente demitidos, enquanto outros foram enquadrados na Lei de Segurança.

## Comício

### das Reformas

TÔDAS AS REFORMAS de Base pedidas pelo Govêrno, sofriam marcha à ré na Câmara dos Deputados. O Congresso Nacional já não escondia a sua hostilidade contra o Sr. João Goulart, contando com a aliança das cúpulas partidárias do PSD, UDN e PSP, tendo como contrapêso os integralistas agrupados sob a legenda do PRP, os esmirrados libertadores do Sr. Raul Pila etc. Unidos, apenas, os trabalhistas e socialistas, os últimos com ínfima representação nas duas casas do Parlamento.

Com dois anos no Palácio do Planalto, o Sr. João Goulart ainda não havia governado, sofrendo coações de todos os *fronts* internacionais e nacionais, com interesses entrelaçados.

O Comício de 13 de março serviria para "Jango mandar brasa", como anunciavam as faixas espalhadas pela cidade. Na frente interna, com os comunistas e nacionalistas brigando entre si, cada grupo reivindicando a liderança, o *meeting* seria uma

magnífica oportunidade para uma demonstração de força do deputado Leonel Brizola, que queria, a qualquer preço, ser o dono da bola.

Discutia-se, ainda, dentro das divididas e subdivididas hostes do PC se a posição de Pequim era certa ou errada. Com Moscou ficara Prestes e outros poucos camaradas. Cada facção tinha um jornal. *Novos Rumos*, com Prestes, saía uma vez por semana. *A Classe Operária*, da linha dura, de Pequim, circulava com certa irregularidade. Outros, principalmente nos Estados, vinham às bancas periodicamente. O observador político ficava atônito. Ninguém se entendia. Prestes não desejava perder uma liderança de quase 30 anos em favor de Pedro Pomar e outros, que combatiam Kruchev.

No bôjo da corrente nacionalista, a confusão era a mesma. Cada grupinho tinha um líder. Brizola parecia o mais forte, com mais dinheiro e dispoendo de vasta rêde de publicidade, inclusive a Rádio Mayrink Veiga, um semanário e outros meios de divulgação. No seu estado-maior, alguns deputados, como Neiva Moreira e Max da Costa Santos, nomes que figuravam no expediente de *Panfleteo*.

Nacionalistas mais moderados, como Osvaldo Costa, Barbosa Lima Sobrinho, Osni Duarte Pereira, Gondin da Fonseca, Edna Lott, José Frejat, Sérgio Magalhães, Plínio Abreu Ramos e o autor dêste livro, faziam parte de *O Semanário*, sendo considerados livres-atiradores e combatidos pelos comunistas de Pequim e Moscou, e, sobretudo, pelos chamados *brizolistas*. Não havia unidade entre comunistas e nacionalistas, divididos e subdivididos em bandos, muito embora todos defendessem as Reformas de Base. O programa era comum. A briga era por causa do comando. O próprio CGT, que na Argentina funciona em forma de Confederação, era um pomo de discórdias. Nem todos aceitavam as diretrizes do deputado Leonel Brizola. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, que durante vários anos estêve sob o domínio de um dos mais repelentes pelegos, Diocleciano Holanda Cavalcanti, laráprio incorrigível do Fundo Sindical, tinha, agora, a batuta de Clodsmith Riani, deputado estadual mineiro, o que não impedia de ser um pelego de luxo.

A velha UNE, que trouxe a campanha do *Petróleo é Nosso* para as ruas, estava unida para efeito externo. Mas era um

outro saco de gatos, como a UME, onde havia uma ponta de lança do Governador Carlos Lacerda.

O Pacto de Unidade e Ação era o único onde havia coesão. As organizações sindicais controladas pelo Ministério do Trabalho, com diretorias intimamente ligadas à CNTI, completavam o quadro.

O Presidente da República, sem apoio no Congresso Nacional, embora o PTB fôsse o partido majoritário e muito atacado pela imprensa, procurou refúgio nos sindicatos e organizações estudantis, com cobertura militar ostensiva do general Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra. A Aeronáutica e a Marinha, através dos seus ministros Anísio Botelho e Sílvio Mota, completavam o seu tripé militar.

Os campos estavam delineados. De um lado, as forças da oposição, com livre trânsito no Congresso, na imprensa e nos setores militares, aparentemente fiéis ao Chefe da Nação. Era um bloco maciço, com os seus generais conspirando livremente em Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, Paraná, Rio Grande do Sul. Preparava-se uma revolução sem nenhum percalço, ante a incapacidade dos serviços secretos do Governo Federal. Incapacidade ou conivência? A História, amanhã, dirá a verdade. Os chefes civis e militares da rebelião jamais foram molestados. Ao contrário, alguns viviam nos Palácios das Laranjeiras e Planalto, almoçando e jantando com o Chefe da Nação. Dir-se-iam Judas vendendo o Senhor, em troca do poder. Do outro lado, um governo ludibriado, no mundo da lua.

O início das hostilidades, no campo civil, começou na Guanabara pela Associação Comercial. Numa reunião das mais agitadas, a assembléia aprovou uma moção de desconfiança, à política do Presidente da República, tendo um dos oradores, sob aplausos, mostrado a necessidade de cada um empunhar um fuzil em defesa da propriedade ameaçada pelos comunistas, agentes de Moscou infiltrados no Governo...

O ministro da Justiça, Sr. Abelardo Jurema, veio a público e prometeu enquadrar a diretoria da Associação Comercial na Lei de Segurança. Foi só ameaça. Não fez nada. O Sr. Leonel Brizola submeteu-se a um teste, em Belo Horizonte, sendo escorraçado por uma multidão de homens e mulheres, todos com rosários e cantando a Ave Maria. Houve tumulto, com mais de 100 feridos. Pelo visto, embora contando com a proteção de

vários soldados do Corpo de Fuzileiros Navais, postos à sua disposição pelo comandante da corporação, contra-almirante Cândido Aragão, a conferência do parlamentar gaúcho foi um fracasso dentro do ponto de vista público, servindo, inclusive, de teste aos generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, bem como ao Governador Magalhães Pinto.

As escaramuças revelaram que não havia nenhum dispositivo militar em Minas Gerais, onde o Presidente da República deveria chegar no dia 19 de abril para realizar mais um comício pelas Reformas de Base. O tão falado esquema que daria cobertura ao movimento sindical não funcionou por ocasião do congresso do CUTAL, programado para Belo Horizonte e, posteriormente, transferido para Brasília, por falta de garantias.

O Sr. João Pinheiro Neto, Presidente da SUPRA, foi atacado a pedradas em Governador Valadares, o reduto de *Chicão*, sapateiro que empolgou legiões de homens sem terra, chegando a chefiar 12.000 trabalhadores no interior de Minas Gerais. Tôdas essas agitações de rua serviam como termômetro para o Governador Magalhães Pinto, às voltas com uma série de restrições de ordem financeira, impostas pelo Govêrno Federal, por intermédio da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil.

O melhor negócio do mineiro são os bancos e Minas Gerais possui 8 dêles, de âmbito nacional e incluídos entre os 15 principais do País. O Banco do Brasil criava, pois, graves embaraços à vida econômica mineira, o mesmo acontecendo em São Paulo, Rio Grande do Sul e Guanabara.

Aproximava-se a Semana Santa, cujos atos litúrgicos, em Minas Gerais, pelo seu realismo, atraem turistas de todo o País e até do estrangeiro. Minas Gerais com seus conventos e seminários seculares, terra essencialmente religiosa, teria uma Semana Santa inteiramente diferente.

O General Olímpio Mourão Filho, o arquiteto da revolta, é um militar que sabe conspirar. Foi autor ou co-autor do famigerado Plano Cohen (falso) e que serviu de pretexto para o Presidente Vargas destruir a Democracia e implantar o Estado Nôvo, página negra da nossa história política. Privei, por algum tempo, da intimidade do general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, quando ministro da Guerra. Ele fazia parte de um pôquer todos os sábados, na residência de Jaime Carneiro Leão de Vasconcelos, o meu melhor amigo, que Deus levou, junta-

mente com Virgílio de Melo Franco. Depois do jôgo, todos sentavam à mesa da família, sempre farta. Ensaíava os meus primeiros passos como redator dos *Diários Associados* e o general Góis Monteiro, que gostava de publicidade, proporcionava-me bons furos.

Gozando da sua estima, perguntei-lhe:

— General, como foi aquela história do *Plano Cohen*?

Não se fêz de rogado. Contou tudo, com simplicidade, narrativa que encontro depois no livro *O General Góis depõe...*:

“Certo dia, o atual senador Caiado de Castro, que era oficial do Estado-Maior do Exército, ao entrar na sua seção, viu um colega, o capitão Olímpio Mourão, datilografando com alguma cautela. Desconfiado, chegou-se para perto e pôde ler parte do referido documento, o bastante para ver que se tratava de um plano terrorista. Não se conteve, então, o senador Caiado de Castro e interpelou o seu camarada, tendo êste lhe declarado, confidencialmente, que aquilo era a parte final de um esquema elaborado pelos comunistas para uma próxima subversão da ordem. O senador Caiado estranhou que êle, antes de mais nada, não tivesse comunicado o fato ao Chefe do Estado-Maior, que era eu. O oficial lhe declarou, então, que, sendo integralista e adversário dos comunistas, poderia ser posta em dúvida a autenticidade do plano em que havia uma simples assinatura — *Cohen*. O Sr. Caiado de Castro não se conformou e, por intermédio do general Mariante, fui sabedor do ocorrido. Chamei imediatamente o capitão Olímpio Mourão à minha presença e êste confirmou com minúcias tudo quanto já dissera, entregando-me uma das cópias do referido documento, que estava em poder dos integralistas. Em seguida, procurei o ministro da Guerra, general Dutra, a quem fiz ciente do fato, dizendo-lhe que já tomara providências, recomendando aos principais chefes militares o procedimento de uma sindicância urgente a fim de verificar se havia, de fato, algum rastro nas Forças Armadas, mas acrescentando que, para mim, o tal plano terrorista, que só continha projetos de violências de toda espécie, era inteiramente falso. Não era a primeira vez que o Estado-Maior do Exército recebia dêsses documentos anônimos, de caráter sedicioso. Aliás, tempos depois, recebeu um outro, forjado por comunistas em São Paulo contra os nazistas e referindo-se à visita de um ex-general alemão, agente de Ribben-

trop, aos Estados do Sul do País. Em todo caso, enviei uma cópia do *Plan Cohen* ao chefe de Polícia, para sindicância sigilosa e, por sugestão do general Dutra, outra ao chefe do Gabinete Militar, general Pinto, para encaminhá-la ao Presidente. Até aí o episódio não teve maior alcance e permaneceu em sigilo, continuando eu com a minha convicção de que o documento era apócrifo.

Pouco tempo depois, em face de uma exposição do ministro da Justiça, Sr. José Carlos Macedo Soares — que substituíra o Sr. Agamenon Magalhães — sobre a gravidade da situação, exposição fundamentada em grande parte no referido *Plano Cohen* e declarando que fôra o mesmo captado pelo Estado-Maior do Exército, o Sr. Getúlio Vargas enviou mensagem ao Congresso solicitando a decretação do estado de guerra, uma aberração da Constituição de 1934 pela maneira como estavam redigidos os dispositivos a respeito de uma emergência fictícia e não real. Quando li na imprensa a justificação do pedido, fiquei desapontadíssimo: o documento não fôra captado no Estado-Maior, por onde apenas transitara; não fôra aí elaborado e, sim, confessadamente, forjado por integralistas. Esquecia de dizer que o oficial que me entregara uma das cópias (Olimpio Mourão) fôra, um ano mais tarde, à minha residência a fim de penitenciar-se, tendo então me confessado a origem do documento, isto é, a autoria, pedindo-me ainda a minha proteção, pois receiava sofrer um atentado por haver feito essa confissão. Depois de verberar acremente êsse procedimento, disse-lhe que não procederia no sentido de responsabilizá-lo criminalmente, a fim de resguardar sua família e, mesmo porque, o mal já estava feito e sem remédio.”

O livro *O General Góis depõe...* foi publicado quando o velho soldado e seus camaradas de farda, Caiado de Castro e Mariante ainda estavam vivos. E vivo aí está o marechal Eurico Gaspar Dutra, testemunha dos fatos narrados. Nunca foram contestadas as declarações do general Góis Monteiro.

Vinte anos depois, o autor ou co-autor do *Plano Cohen* (não o contestou até hoje) ressurgue como chefe de uma revolução para acabar com a corrupção e a subversão. Com milhares de soldados às suas ordens, em Minas Gerais, o general Olímpio Mourão Filho aproveitava a calma da Semana Santa



para ultimar os preparativos da revolta, com ou sem o apoio do general Amauri Krueel, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, e do general Justino Alves, do IV Exército, no Recife. O III Exército era uma incógnita. Abrangia área de larga influência de Goulart e Brizola. O general Luís Carlos Guedes completaria a conspiração na tropa. O Sr. Magalhães Pinto encontrava-se com o Governador Nei Braga, do Paraná, e mantinha reservas com relação ao Sr. Carlos Lacerda. O Governador Ildo Meneghetti ainda não havia sido testado. Enquanto as populações, contritas e cheias de fé, participavam das procissões e afluíam em massa aos templos, os três chefes rebeldes despachavam emissários para vários pontos do Sul, desprezando, por completo, o Norte. Seria, em última análise, uma revolução de mineiros. Minas Gerais, em caso de fracasso, arcaria com todo o pêso da responsabilidade. Vitoriosa, seria a dona da festa. Mas as esperanças estavam voltadas para o general Amauri Krueel que, quando coronel, derrubara o Sr. João Goulart da pasta do Trabalho, em 1954. Agora, era amigo pessoal do Presidente, depositário de sua inteira confiança. A sua adesão, ao movimento, era, portanto, um enigma. Por duas vezes sondado, negara a sua participação. E os Serviços Secretos do Governo continuavam ignorando tudo, dormindo o doce sono da ilusão.

O Presidente fez anos. Recebeu muitos presentes e telegramas, menos do Governador Magalhães Pinto. "Mau prenúncio", comentaram os jornalistas políticos. Era o rompimento em público. Amigos procuraram mostrar ao Presidente os inconvenientes da sua presença no Comício das Reformas, idéia prontamente rejeitada pelo Professor Darci Ribeiro e pelo general Assis Brasil, respectivamente, Chefes das Casas Civil e Militar. O discurso de João Goulart já havia sido traçado pelo seu fiel amigo e companheiro de jornadas, Raul Riff, Secretário de Imprensa da Presidência da República, um dos homens mais dignos que conheci na minha longa vida de imprensa.

Marchava-se para o grande dia e recrudesciam as lutas pela liderança da campanha nacionalista, que sacudia o País inteiro com greves e agitações, algumas pré-fabricadas.

Quem seria o supremo líder do povo brasileiro? Jango? O seu governo tinha prazo marcado para acabar em 31 de janeiro de 1966 e não podia ser reeleito, por força da Constituição.

O deputado Leonel Brizola, aspirante a candidato à Presidência, estava impedido por lei: era cunhado do Chefe da Nação. Miguel Arrais? Carvalho Pinto? San Tiago Dantas, que fôra derrotado pelo Congresso Nacional, não obtendo o seu nome aprovação para *Premier*? No Brasil acontecem coisas dessa natureza. O Sr. San Tiago Dantas, advogado de grupos econômicos internacionais, chegou a ter o apoio ostensivo do Partido Comunista, que o elegeu deputado federal, nomeando-o líder nacionalista. Que fazer? A época era de confusão e valia tudo.

A oposição desencadeava forte campanha contra a Reforma da Constituição, justificando que o objetivo de Jango era outro. Desejava modificá-la, em vários artigos, para assegurar a reeleição do Presidente ou possibilitar, em último recurso, a eleição do turbulento cunhado, responsável por inúmeros atritos na área militar, inclusive em Natal, com o general Andrade Muricy e Amauri Kruehl, quando êste último era ministro da Guerra.

Crescia, assim, a expectativa em tôrno do Comício, com a presença, já certa, do Presidente da República. A concentração passou a ser o ponto nevrálgico de tôdas as especulações.

A Guanabara, com seus 3.800.000 habitantes, sofria os efeitos da opção dos militares e civis por funções federais ou estaduais. Insuflados e atraídos por vantajosas compensações, milhares dêles largaram o Corpo de Bombeiros e as polícias militar e civil, deixando o Rio em precárias situações com relação à segurança pública e o trânsito.

O ministro Abelardo Jurema, paraibano, simples e dos mais íntegros, porém sem o necessário senso e totalmente embriagado pelo poder, assumia a responsabilidade pela opção, ocupando, quase que diàriamente a televisão e as manchetes dos jornais. Jurema era a coqueluche. Largara as alparcatas de couro trazidas de Campina Grande e calçava sapatos de verniz. Ei-lo no *society*, nas colunas sociais. Aos sábados era figura indispensável numa feijoada em Copacabana, repasto que ficou famoso na cidade.

Abelardo era o homem forte do Govêrno na área civil, despertando inveja no Planalto. Recomeçava, em maior escala, a intriga palaciana. Dois homens sentiam um nôvo sol iluminando o Presidente: o Prof. Darci Ribeiro e o general Assis Brasil, cordiais inimigos...

E chegou o dia 13. O comércio e a indústria engoliram, como uma pílula seca, sem água, o feriado. Trens, ônibus e até aviões, tudo pago pelo CGT e pela CNTI, donos da concentração-monstro. 3.000 soldados do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, armados com tanques, asseguravam a ordem. Ao meio-dia, a área da Central do Brasil já estava tomada. Delegações do Estado do Rio chegavam com archotes, iluminados com petróleo baiano. Centenas de faixas pediam para Jango “mandar brasa”, morte para os gorilas, elegibilidade dos sargentos, encampação de Capuava, legalidade para o Partido Comunista, Reforma Agrária, voto para o analfabeto e outras reivindicações.

Eis que surgem por todos os cantos da praça, homens, mulheres e crianças com imensas fotografias de Brizola, chamando-o de grande líder. Era a claque organizada.

No palanque presidencial, havia uma estranha divisão. João Goulart ficou no centro de um compartimento, uma espécie de funil, onde o acesso era terminantemente proibido, inclusive aos ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica. É claro que este tratamento não agradou aos chefes militares, principalmente no decorrer do comício, quando o antigo líder portuário Osvaldo Pacheco, do PUA, todo instante soprava no ouvido do Chefe da Nação, lembrando algo que deveria ser anunciado à massa espreada por toda a praça Cristiano Otôni, oferecendo um espetáculo inédito na vida política da cidade mais politizada do Brasil.

Dentro do coreto, as câmaras de televisão e cinema operando, com a ajuda de possantes refletores do Exército. O calor asfixiava. Um repórter contou as vezes que o Presidente enxugou o rosto com o lenço: 35. Ao seu lado, extremamente bela, orgulhosa do marido, estava D. Maria Teresa, extasiada com a noite triunfal.

Falaram os primeiros oradores, nem todos respeitando o prazo estipulado de 10 minutos. O deputado Elói Dutra, Vice-Governador da Guanabara, seria o penúltimo a discursar. Apareceu o deputado Leonel Brizola e exigiu trocar de vez. Ele falaria depois de Elói. Entre os dois líderes populares houve áspeira troca de palavras. Mas o Sr. Leonel Brizola não perdeu tempo. Perdeu a vez, mas pronunciou violento discurso, atacando o Congresso Nacional e pedindo, por fim, ao Sr. João

Goulart para assumir de fato a Presidência e realizar as Reformas de Base "na marra". A multidão delirou:

"Brizola! Brizola! Brizola!"

O ex-Governador dos pampas tirou partido da situação e dominou o ambiente. O próprio Miguel Arrais, atarracado, num linguajar típico do nordestino, desapareceu, o mesmo acontecendo com os Governadores Seixas Dória e Badger Silveira. O único que arrancou aplausos e não ficou em plano inferior foi o deputado Elói Dutra, com um discurso de nove minutos, moderado, porém incisivo e curto, não se perdendo com imagens literárias sem nenhum conteúdo. Ouviam um homem eleito por 520.000 votos.

Falaram, ainda, Sérgio Magalhães, Doutel de Andrade, líderes estudantis, sindicais e até um Sr. Jair Ribeiro de Sousa, "na qualidade de representante de 15 mil terreiros de Umbanda no Brasil". Disse o macumbeiro que o protetor do Sr. João Goulart era o caboclo *Boiadeiro*, natural da Bahia, e o guia de D. Maria Teresa a cabocla *Jurema*. Afirmou que a Umbanda vinha trabalhando ativamente para desfazer os trabalhos de magia negra realizados contra o Sr. João Goulart. Naquele momento, dois grupos de *mediuns* realizavam uma sessão na Praça da República para "proteção do Presidente..." Declarou ainda que o guia do Sr. Leonel Brizola era *Xangô*, acrescentando que Brizola conseguiria tudo o que quisesse êste ano, por ser o ano dedicado ao culto de *Xangô*.

*Xangô*, pelo visto, repetia a história da cigana. E estava mentindo. De qualquer maneira, ao anunciar o trabalho de sapa contra o Presidente era mais vidente do que os Serviços Secretos do Governo. Foi o único que desconfiou de algo de anormal em tôrno do Chefe da Nação. O general Assis Brasil, que montara o dispositivo militar, não deve ter ficado satisfeito com aquela revelação do astral!

Jango teve dificuldades para começar a sua fala, esperada por gregos e troianos, prèviamente preparada e guardada no bôlso. De repente, tomou uma atitude que deixou perplexos os seus assessôres e os Chefes da Casa Civil e Militar. Falaria de improviso. E "mandou brasa": "Brasileiros! Valoroso povo do Estado da Guanabara! Devo agradecer em primeiro lugar às organizações sindicais, promotoras desta grande manifestação; agradecer ao povo por esta demonstração extraordinária e tam-

bém aos sindicatos que de todos os Estados mobilizaram seus associados para esta ocasião. Dirijo-me a todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instrução na escola, mas a todos os irmãos que passam misérias e privações, pelo direito de ser brasileiro, trabalhando de sol a sol.

Como Presidente de 80 milhões de brasileiros, quero que minhas palavras sejam entendidas. Vou falar a linguagem franca, que pode ser rude, mas é sincera, esperança no futuro, mas de quem tem coragem de enfrentar a dura realidade brasileira.

Proclamar que esta concentração seria um ato atentatório do Governo ao regime democrático é como se no Brasil ainda fôsse possível governar sem o povo. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por êsses democratas. Democracia para êles, trabalhadores, não é regime de liberdade de reunião com o povo, mas a de um povo emudecido e abafado nas suas reivindicações.

A democracia, trabalhadores, que êles desejam impingir-nos é a democracia do antipovo, da anti-reforma, do anti-sindicato, aquela que favorece aos interesses dos grupos que representam. A democracia que êles pretendem é a dos privilégios, da intolerância, do ódio, para liquidar com a Petrobrás, a democracia dos monopólios nacionais e internacionais, a democracia que levou Getúlio Vargas ao extremo sacrifício.

Ainda ontem, trabalhadores, eu afirmava no Arsenal de Marinha, envolvido pelo calor dos trabalhadores, que a democracia jamais poderia ser arrebatada dos trabalhadores quando êles vêm a rua, à praça, que é do povo."

Durante 64 minutos manteve a mesma linguagem de fogo, causticando a oposição e arrancando aplausos delirantes quando pronunciava o nome do "imortal Vargas".

Anunciou a desapropriação das terras: "Acabei de assinar o decreto da *Supra*. Assinei, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior da Pátria. É necessário que se diga que não é ainda a Reforma Agrária pela qual lutamos. Representa, como afirmou há pouco o Governador pernambucano, um passo à frente no caminho das grandes reformas de estrutura. Não representa ainda a carta de alforria do camponês abandonado, mas é, repito, o primeiro passo à frente das portas que se abrem na solução definitiva do problema agrário brasileiro."

Pedi voto para os analfabetos e regulou os aluguéis: "Na mensagem que enviei para a consideração do Congresso Nacional, deixei bem consignadas outras reformas que o povo exige para o desenvolvimento do País: a Reforma Eleitoral, reforma ampla que permitia que todos os brasileiros de 18 anos, que lutam pelo engrandecimento do País, possam participar do destino glorioso do Brasil. Nessa reforma propugnamos principalmente, democraticamente, fundamentalmente, que todo o alistável deve ser elegível e, portanto, tratado como tal.

"Também está consignada a Reforma Universitária, proclamada pelo povo brasileiro e defendida pelo estudante, que sempre tem estado na vanguarda dos movimentos populares e nacionalistas. Ao lado dessas medidas, o Governo continua examinando outras medidas e providências fundamentais em defesa do povo e das classes populares. Dentro de poucas horas devo assinar outro decreto, que regulamentará o preço extorsivo e abominável dos apartamentos residenciais que estão desocupados, de todos que hoje afrontam e ferem o povo, exigindo pagamento em dólares por um apartamento brasileiro. O pagamento deve ser feito em cruzeiros, o dinheiro do povo, que é o dinheiro do País."

E bateu no ponto nevrálgico: "Tenho autoridade para lutar pela reforma da Constituição, porque essa reforma, indispensável, tem o único objetivo de abrir caminho para a solução harmônica dos problemas. Não me animam, e é bom que a Nação me ouça, quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiados serão, acima de tudo, o povo e os governos que me sucederem. É para o povo e os governos que vierem que desejamos entregar esta Nação emancipada e enriquecida, resolvidos democraticamente e pacificamente os seus graves problemas. Dentro de 48 horas vou entregar à consideração do Congresso Nacional a mensagem presidencial deste ano. Nessa mensagem, estão bem claras e expressas as intenções e objetivos do Governo. Espero que os senhores congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social e a ação governamental, cuja finalidade é acelerar o progresso do país e assegurar melhores condições de vida, pelo caminho da reforma democrática.

Mas estaria faltando ao meu dever se não transmitisse, em nome do povo brasileiro, em nome das 150 mil ou 200 mil pessoas que aqui estão, o nosso caloroso apoio ao Congresso

Nacional, para que venha ao encontro das reivindicações populares. Para que em seu patriotismo atenda aos anseios da Nação, que quer dias mais pacíficos. Quero também referir-me, antes de finalizar, a um outro decreto que também assinei, interpretando o sentimento nacional. Acabei de assinar o decreto de encampação de tôdas as refinarias particulares. A partir desta data, trabalhadores brasileiros, a Ipiranga, a Capuava e outras refinarias pertencem ao povo, porque pertencem ao Governo.”

“O Presidente da República terminou o seu discurso sob forte escolta policial, deixou o palanque e com dificuldade chegou ao local onde estava o seu carro. 21h.55m. O Presidente da República cambaleia, estafado, e, ao entrar no seu carro, bateu fortemente com a cabeça na porta. Com a mão na cabeça, o Presidente quase deitou no banco traseiro do carro, enquanto D. Maria Teresa soltava-lhe a gravata e começava a abaná-lo” — disse um cronista social.

Na mesma noite, em São Paulo, senhoras pertencentes a entidades católicas rezavam um têrço nas escadarias da Catedral contra a ameaça comunista no Brasil. . . . A oração foi feita logo após ter sido iniciado o comício na Guanabara. Acadêmicos de Direito da Universidade Mackenzie, de São Paulo, compareceram a uma emissora de televisão para protestar contra a encampação das refinarias particulares e anunciar o comêço de um “movimento de grande amplitude” contra o decreto do Presidente da República. Um jornal divulgou êste telegrama da capital bandeirante, transcrito como matéria paga em dois vespertinos: “A notícia da encampação provocou um ambiente de tristeza e estupefação entre os operários da refinaria de Capuava, que continuam trabalhando normalmente, a pedido da diretoria da emprêsa, decidida a só se pronunciar sôbre a questão após conhecer a íntegra do decreto.”

Mais notícias de São Paulo: “O Governador Ademar de Barros resolveu encarar o comício na Guanabara como “parte de um plano nacional de agitação que está em marcha”. Previu absoluta ordem no Rio e garantiu que em São Paulo nada de grave ocorreria. Para demonstrar isso, minutos antes da realização do *meeting* foi a uma loja do centro da cidade para comprar um traveseiro, pois o seu estava muito duro”.

Ao realizar uma conferência, a convite da Associação Comercial, o Governador declarou que “a polícia estava atenta para expulsar, sem violência, mas com energia, quaisquer tentativas de invasão de terras”. Temos verificado que há uma organização muito forte a serviço do comunismo, que pretende subverter a ordem, a fim de provocar o caos econômico.

E, por fim, profetizou: “O Presidente tem todo o direito de fazer uma concentração: todavia, o que êle vem fazendo há muito tempo é agitação. A tempestade que anunciei parece estar desabando agora.”

Em Brasília, o deputado latifundiário Último de Carvalho, do PSD mineiro, achou que o decreto da *Supra*, nos termos em que foi assinado “não desapropriará nenhuma fazenda, pois as que possuem mais de 500 hectares não inaproveitáveis, constituídas de campos sáfaros e terras ácidas, que não se prestam a qualquer exploração agropecuária. O decreto do Sr. João Pinheiro Neto, com a primitiva ou a atual orientação, só tem um objetivo: intranquilizar o País.”

*Chicão*, o sapateiro que liderava os camponeses em Governador Valadares, festejou à sua moda: (De Lélío Santos, enviado especial do JB) — Mais de 300 camponeses reuniram-se na casa do *Chicão* para ouvir a transmissão do comício na Central do Brasil, saudando com gritos de “Viva Goulart”, “Viva Brizola” e “Viva Pinheiro Neto”, a notícia de que o Presidente da República assinara o decreto da *Supra*.

D. Edna, mulher de *Chicão*, achou que “o decreto já devia ter sido assinado há muito tempo”, revelando que “a demora quase levou os camponeses ao desespero”.

Cinquenta soldados do VI Batalhão de Infantaria e alguns policiais à paisana guarneceram a cidade durante a transmissão do comício, mas não houve incidentes. Dias antes, num choque de rua, tinham sido assassinados dois trabalhadores.

A encampação das refinarias e o decreto da *Supra* causavam os primeiros protestos em São Paulo e Brasília. Minas Gerais, armada e pronta para a luta, não dizia nada. Mineiro é desconfiado. Fica na moita para agir no momento certo. É manhoso.

Os autênticos nacionalistas, os que não são teleguiados por Prestes e Brizola, em luta aberta contra o mesmo carreirismo que entregou a bandeira da Aliança Nacional Libertadora à



reação em 1935, não ficaram satisfeitos com o comício, transformado num *ring*, cada um disputando a liderança popular, que não ficara em mãos de ninguém. O discurso de Jango valeu como uma resposta aos apelos do Sr. Brizola para “mandar brasa” a qualquer preço... Se tivesse falado no lugar de Elói, possivelmente os efeitos da sua inflamada oração teriam sido outros. Aconteceu que entre êle e Jango discursaram quatro oradores, todos esfriando o clima de agitação criado pelo ardoroso gaúcho.

Os nacionalistas que defendem a solução brasileira pela porta larga de um processo pacífico, homens de responsabilidade e velhos combatentes, donos de uma larga experiência, compreenderam, num rápido balanço, que o *meeting* agravara profundamente o problema.

Prestes, inteiramente ofuscado, Brizola em luta aberta contra Jango, os chefes militares insatisfeitos com a intromissão do CGT na sua área, o Congresso Nacional dividido, 90% da imprensa contra o govêrno, que não tinha mais condições para recuar e oferecer um acôrdo. O panorama era êste. As fôrças populares, desordenadas pela ambição de alguns líderes, marchando para o matadouro. Repetir-se-ia o mesmo êrro de 1935, enquanto o outro lado, senhor de tôdas as posições, aguardava, tranqüilamente, o disparo do primeiro tiro. O bastão da liderança teria que ficar mesmo com Jango, por mais algum tempo, o que não agradaria às correntes mais extremadas, já em conluio com alguns dirigentes comunistas. Não havia outra alternativa. Brizola não tinha receptividade em vários setores sindicais e estudantis, sendo combatido por fortes círculos militares. Jango teria que continuar a luta em fogo cruzado. De um lado, poderosos grupos políticos e econômicos, visceralmente contrários às Reformas de Base. Do outro, nacionalistas radicais, animados por sucessos de televisão e arruaças, desejando uma revolução do dia para a noite.

Alguns líderes sindicais pensavam que reivindicações podiam ser conquistadas com bagunça. Um maquinista prêso na Leopoldina, em estado de embriaguez, promovendo desordens, fôra motivo para uma greve na ferrovia. De outra feita, um estivador fôra autuado por porte de arma. O pôrto parou.

Engenheiros da União Soviética que estiveram no Brasil estudando o problema do petróleo, não esconderam a sua es-

tranheza pela intervenção ostensiva dos sindicatos na vida administrativa da Petrobrás, o que não ocorre em nenhum país do mundo, nem na União Soviética, onde o sindicato é uma força empenhada no aumento da produção do Estado. Uma usina, para funcionar bem, tem que ter cada homem no seu lugar. Um electricista não pode meter o bedelho na administração, como um diretor comercial não deve mexer na tubulação de óleo. Cada macaco no seu galho. Mas, no Brasil, desgraçadamente, nos últimos tempos, acontecia o contrário. Dirigentes sindicais, senhores de uma comovente irresponsabilidade, trocaram alhos por bugalhos, invertendo, por completo, a disciplina. Faziam isto insuflados por políticos sem escrúpulos.

O Comício do dia 13 deu a um grupo de próceres trabalhadores e estudantis a impressão de que o Brasil seria, em breve, uma República Sindicalista. Puro engano. A reação não estava dormindo. Ao contrário. Articulada, ficou na cômoda posição de esperar pelo desfêcho dos acontecimentos.



A posição do industrial brasileiro progressista, nos últimos anos, oferece aspectos para um estudo mais detalhado. Ele ficou entre três fogos, impossibilitado de progredir e competir com o estrangeiro.

No Brasil funcionam centenas de organizações internacionais, em parte controlando os setores onde desenvolvem suas atividades. Com dinheiro fácil, com juros baixos, os grupos econômicos montam suas fábricas em nosso País, dentro de um bom nível técnico, contratando a mão de obra especializada por preços vantajosos. O elemento nacional não tem maiores facilidades bancárias e, quando as obtém, paga juros altos. E o técnico, onde ir buscar? É obrigado, em muitos casos, a procurá-lo no exterior, trazendo-o com altos salários em dólar, o que não agrada, em absoluto, ao operário local, mal remunerado e com baixa produtividade.

Pouquíssimos são os estabelecimentos que aperfeiçoam o nosso trabalhador, destacando-se o SENAI, e a Escola Técnica Nacional, algumas empresas que preparam os seus operários para o uso de suas fábricas, geralmente transmitindo os ensinamentos de pai para filho. A um simples aceno de companhias es-

trangeiras, largam o emprêgo, deixando um claro nas fileiras da fábrica nacional.

O trabalho do industrial brasileiro sofreu sérios embaraços por parte de determinado tipo de líder sindical, o qual, alheio às responsabilidades perante a sua classe, preferiu deixar os companheiros à própria sorte e fazer política partidária.

O resultado não demorou. O Ministério do Trabalho outra coisa não fez senão fomentar greves. A Presidência da República teve a ingenuidade de acolher, em seu seio, um Gilberto Cochratt de Sá que, arvorado em assessor sindical do Chefe da Nação, longe de servir de elemento de conciliação entre empregados e empregadores, passou a exercer pressão sobre os patrões, com os olhos fitos em tôdas as eleições. Não havia um entrosamento entre o capital e o trabalho. Esta situação foi evoluindo e tomou dimensões incontroláveis, quebrando, por completo, a hierarquia.

É possível que novos horizontes surjam para o industrial brasileiro, sem facilidades bancárias, sem técnicos e com a disciplina rôta nas suas fábricas. O essencial é corrigir êste mundo de anomalias, tão do agrado de pelegos e políticos que fizeram do trabalhismo uma ponta de lança para os seus negócios escusos e eleições.

## Comêço do Fim

EM POLÍTICA, sábado e domingo são dias mortos. Mas, na segunda-feira, dia 16, o Congresso reagiu ao discurso de Brizola e a imprensa desancou o pau no Govêrno, apontando-o como altamente comprometido com a subversão.

Jango resolveu sair da defensiva para a perigosa posição agressiva. O Sr. Juscelino Kubitschek, procurado por um repórter em Belo Horizonte, para opinar sôbre o Comício das Reformas, despistou e disse que faria o primeiro pronunciamento de sua campanha na capital mineira, onde seria homenageado, à tarde, por um grupo de senhoras.

O antigo líder comunista Agildo Barata impetrava mandado de segurança ao Tribunal Federal de Recursos para se reintegrar nas fileiras do Exército, onde é considerado morto, desde o levante da Praia Vermelha em 1935.

O dia foi normal, na Guanabara, onde era empossada a nova diretoria da Associação dos Boêmios do Brasil, presidida pelo aposentado noctívago Alexandre José Fernandes...

*Dia 15* — O fato mais importante foi a concentração promovida pela Frente de Mobilização Popular, em Juiz de Fora, com a presença do Governador Miguel Arrais. Apesar de todos os esforços e promessas de conflito do deputado Olavo Costa, tudo correu bem no *Cine Popular*, com o aparato de 800 policiais nas adjacências.

*Dia 16* — Mau dia para o Sr. João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA. Vaiado e impedido de falar no Centro Acadêmico XI de Agosto, em São Paulo. Pediu a proteção do Exército: nada feito. Por fim, contentou-se em dialogar numa estação de TV. Em Brasília, o Sr. Miguel Arrais era recebido por Jango, manifestando reservas pelos resultados negativos do Comício do dia 13. Realizou-se uma reunião da Frente Parlamentar Nacionalista com o Chefe da Nação, para estudar uma linha de ação, ajustando-se às novas tendências definidas na Praça Cristiano Ottoni, no Rio.

O governador pernambucano saiu derrotado. *Chicão* mandou um emissário à Brasília, convidar o deputado Leonel Brizola para um comício em Governador Valadares. Ele garantiria a sua realização, nem que fôsse preciso usar da força bruta.

*Dia 17* — Continuavam as confabulações dos grupos extremados. Brizola agia em Brasília. Neiva Moreira e Max da Costa Santos na Guanabara. Minas, quieta. Começavam a despontar os nomes para o novo Ministério que, envolvido pelos acontecimentos, ficou intacto, com exceção da demissão dos ministros da Indústria e Comércio e da Marinha. Insistiam no fechamento do Congresso, idéia que o Presidente desprezava, certo de que ele cederia à pressão popular.

O Presidente almoçou em companhia de 22 deputados do PSD. À noite, em reunião íntima com próceres do PTB, foi exigida a saída do Sr. Nei Galvão do Ministério da Fazenda, o lugar cobijado pelo Sr. Leonel Brizola. À tarde, na Guanabara, o Sr. Luís Carlos Prestes participava de um coquetel em homenagem ao aniversário de *Novos Rumos*, enquanto, em Nova Iguaçu, o Sr. Pinheiro Neto fazia um pequeno ato público. O resto do dia não apresentou nenhuma novidade. O filme de sucesso, na Cinelândia, era *Ganga Zumba, Rei dos Palma-*

res, tema tão do agrado dos brasileiros. Sessões cheias, a começar das 13h20m, no Vitória.

*Dia 18* — Jango, em Bom Jesus de Itabapoana, no interior fluminense, aproveitou a praça pública para cobrar da Nação o direito do voto às populações analfabetas. Em Brasília, abriam-se perspectivas para o Sr. João Goulart permanecer no poder, já que as condições eram as mesmas de 1937, quando Vargas destruiu a democracia e implantou o fascismo, encarcerando milhares de patrícios nos presídios das ilhas Grandes e Fernando Noronha, porque as nefandas catacumbas policiais de Filinto Müller estavam superlotadas. Sugestões são apresentadas em forma de consultas à Frente de Mobilização Popular, ao Comando Geral dos Trabalhadores e ao Pacto de Unidade e Ação, como se fôssem, realmente, os maiores poderes da República. De positivo, apenas, a pressão para demitir o ministro da Fazenda.

Em Taguatinga, cidade-satélite de Brasília, estourou um incidente, agravado com a presença de dois mil candangos sem trabalho, passando fome.

*Dia 19* — Dia de São José — São Paulo parou para realizar a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, idealizada pela Irmã Ana de Lourdes, em réplica ao Comício da Central do Brasil. Foi uma consagração. Multidão de centenas de milhares de pessoas. Era a primeira grande demonstração pública do povo bandeirante contra o Governo do Sr. João Goulart. O Sr. Magalhães Pinto ficou com a alma aliviada. Sabia que poderia contar com a adesão do paulista na revolução. A marcha modificara o panorama nacional. O Sr. Ademar de Barros compareceu a um programa de TV com um têrço na mão e zombava dos sentimentos religiosos do povo: “Agora só a Virgem Maria pode salvar-nos. A São José, de saudosa memória, entrego os destinos de São Paulo”. E guardou o rosário no bolso traseiro da calça.

Os jornais destacaram a presença dos deputados Herbert Levy e Plínio Salgado, ao lado do general Nélson de Melo, à frente da massa. Revelaram o acontecimento e estranharam que um herói da FEB, que cobriu de glórias o Brasil, nos campos da

Itália, lutando contra o nazi-fascismo, ficasse ombro a ombro com o antigo *fuehrer* nativo. Não sabiam que o general estava metido de corpo e alma na revolução dos mineiros.

*Dia 20* — Convenção nacional do PTB, em Brasília, e do PSD, na Guanabara, a última para escolher a candidatura do Sr. Juscelino Kubitschek à Presidência da República, o que foi feito 48 horas depois. Dos 2.400 convencionais só um votou no nome do marechal Eurico Gaspar Dutra. Neste dia, o Sr. San Tiago Dantas, sob a inspiração do Sr. João Goulart, procurava recolher as últimas emendas dos dirigentes do CGT, PUA, Comando dos Trabalhadores Intelectuais, UNE e várias entidades estudantis, femininas, sindicais etc., à organização da Frente Ampla, como meio de neutralizar a esquerda ativa liderada por Brizola. A Frente Ampla reatou as relações do deputado Elói Dutra com Jango. A idéia da sua fundação surgira meses antes, quando o Presidente, pela primeira vez, titubeou, mandando ao Congresso Nacional uma mensagem pedindo o estado de sítio, imediatamente retirada pelo Chefe da Casa Civil. Foi um ato de fraqueza.

Alguns órgãos sindicais, parte da UNE e vários setores da vida nacional, sob o contróle direto do deputado Leonel Brizola, mobilizaram a opinião pública contra a medida solicitada. O Sr. João Goulart nunca lhes perdoou esta derrota. O Presidente, com a Frente Ampla, visava a unificação de tôdas as forças operárias e estudantis em tôrno do seu Govêrno, uma vez que necessitava de ampla cobertura popular para as anunciadas Reformas de Base.

O revide não tardou, no *Panfleto*, em virulenta linguagem, num artigo ilustrado com a caricatura do ex-ministro das Relações Exteriores, Sr. San Tiago Dantas em pôse degradante, digna de figurar nas páginas do *Confidencial*.

Minas, que até então permanecia quieta, bancando o avestruz, com a cabeça enterrada na areia, despertou a Nação com um manifesto do Governador Magalhães Pinto, em forma de rompimento com Jango, indo, em seguida, confabular com o Governador Lacerda de Aguiar, a pretexto de inaugurar a sede da agência do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em Vitória, no Espírito Santo.

São Paulo retomou o seu ritmo de trabalho e “programou uma série de conferências em defesa das instituições ameaçadas pelos comunistas.”

Quem instalou o “Círculo da Legalidade” foi o Sr. Laudo Natel, Vice-Governador. Mas havia uma surpêsa. Avisado do programa, chegara a São Paulo, inesperadamente, o ministro Abelardo Jurema, com o objetivo de responder tudo em cima da bucha, o que fez em outra estação de TV, sob proteção do Exército. Sentia-se a firme disposição de Jango em não deixar nada sem resposta, indo ao encontro da oposição onde ela se manifestasse.

*Dias 21, 22, 23 e 24* — O ex-Governador Lucas Nogueira Garcez, que fizera as pazes com o Sr. Ademar de Barros, usou o microfone e criticou o Governo Federal. O deputado Elói Dutra respondeu na mesma hora, com um intervalo de 3 minutos. Firmou-se a decisão de João Goulart em atacar a fera na sua própria fumaça. Em Brasília, os distúrbios entre candangos e policiais atingiam o auge, com mortos e feridos. Minas Gerais a tudo assistia calada, aguardando apenas a Semana Santa para começar sua ofensiva, sem desgaste de espécie alguma. Os dias decorriam sem acontecimentos dignos de nota: apenas um almoço, no Palácio das Laranjeiras, do Presidente com o Cardeal de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota e Dom Hélder Câmara, transferido para o Arcebispado de Olinda e Recife. As fotos dos jornais mostravam os três sorridentes. O Presidente, indiretamente, respondia ao câro da oposição, de que o seu governo não era comunista. Nas mesmas páginas, flagrantes de uma inesperada conferência entre os Governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, não tão alegres quanto os Cardeais ao lado do Chefe da Nação.

*Dia 25* — Começou muito mal. O ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, mandara prender vinte marinheiros que haviam participado, na véspera, de uma reunião no Sindicato dos Bancários. À noite seria comemorado o 2.º aniversário da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, instalada, precariamente, na rua São José, cuja solenidade fôra proibida por determinação do titular da pasta. Resolveram os



marujos, sob o suspeito comando do cabo José Anselmo, realizá-la de qualquer maneira, escolhendo para local o majestoso *Palácio do Aço*, sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no bairro do Rocha, subúrbio da Central do Brasil. O convidado de honra era o próprio Presidente da República que, prudentemente, não compareceu. Far-se-ia representar pelo ministro Abelardo Jurema, da Justiça, a quem deu instruções para contornar os efeitos da crise na Marinha, com os primeiros prenúncios na rua. Seria uma festança. Todo o CGT, UNE, *Grupo dos 11*, dirigido por Brizola, diretores da Petrobrás, à frente o Presidente marechal Osvaldo Ferreira Alves, senadores, deputados, líderes sindicais e estudantis, superlotariam o recinto. Discursos violentos hipotecariam incondicional solidariedade ao Governo. À mesa, ao lado do cabo José Anselmo, estaria a figura lendária de João Cândido, alquebrado pelos 82 anos de idade. Dois líderes, um do passado, outro do presente.

João Cândido, como chefe da revolta na Armada, em 1910, para acabar com a chibata, era o símbolo vivo da história de um herói da rale. Comandou a esquadra brasileira, naquele tempo uma das maiores do mundo, manobrando-a com maestria e garbo, arrancando aplausos das tripulações de diversos navios de guerra estrangeiros fundeados na baía, que tinham vindo ao nosso País representar os seus respectivos governos na posse do marechal Hermes da Fonseca na Presidência da República.

Jango, ao embarcar no aeroporto Santos Dumont, no *Viscount*, rumo a São Borja, para passar a Semana Santa ao lado da família, tornou a recomendar ao seu ministro da Justiça muita prudência. O ideal seria adiar a solenidade. O avião levantou vôo às 13 horas e o Sr. Abelardo Jurema dirigiu-se à ilha das Cobras para conversar com o contra-almirante Cândido Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais e que gozava da estima da marujada. O encontro fôra tarde demais. Não havia mais condições para impedir a solenidade. Aragão fazia jôgo perigoso, visando a ficar bem colocado ante o Governo, mas, principalmente, ante o deputado Leonel Brizola, seu guia, seu protetor, seu Deus.

Não desanimou o ministro da Justiça. Lançou mão de todos os recursos para evitar a festa, planejada com o intuito de criar mais embaraços ao Governo na área militar. O ambiente

era de tensão. Várias prisões de marinheiros foram feitas e os 20 marujos que compareceram ao Sindicato dos Bancários deveriam ser detidos à noite.

Numa última tentativa, procurou o ministro da Justiça uma conciliação com as altas autoridades navais, com elas palestrando, enquanto Aragão, com as cartas na mão, aguardava, numa sala contígua, o seu resultado. O Sr. Abelardo Jurema deixou o Ministério da Marinha convicto de que o almirantado já era contra o Presidente e não abria mão da oportunidade para restabelecer a disciplina. José Anselmo, hábilmente manejado por líderes sindicais e alguns deputados, todos sob a liderança do Sr. Leonel Brizola, desaparecera dos locais que habitualmente freqüentava. E o ministro da Justiça em vão procurou um entendimento com o cabo...

A tudo isto assistia de camarote um grupo de almirantes que hostilizava abertamente o Sr. João Goulart, à frente o ex-ministro Sílvio Heck, já punido seis vezes, homem ultrapassado e ávido de publicidade. O ministro da Justiça resolveu ficar em casa, de prontidão, com o rádio ligado para a Mayrink Veiga, que desde cedo anunciava que irradiaria a solenidade. Tudo saiu direitinho, conforme o figurino. José Anselmo, um garoto de 20 e poucos anos, conhecia a glória de uma efêmera liderança controlada pelo CGT e deputados do PTB, quase todos com os olhos voltados para os votos das famílias dos marujos.

Terminada a cerimônia, a ordem de detenção foi dada, extensiva agora à diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Um brado ecoou por todo o salão: "Não aceitamos a prisão!"

Estava deflagrada uma estranha sublevação. João Cândido levantou a Marinha, tomando conta dos encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais* e dos cruzadores *Bahia* e *Deodoro*. José Anselmo dava um grito de revolta, não no convés de uma belonave, mas no interior de um sindicato, em terra firme. Isto ocorreu às 23h50m, depois de 13 dias do Comício das Reformas. O almirantado permaneceu acordado tôda a madrugada.

Dois fatos dignos de nota ocorreram ao amanhecer do dia 26, Quinta-Feira Santa. A escolta que saiu da ilha das Cobras para prender os rebeldes aderiu aos amotinados, e o ministro Sílvio Mota, julgando-se desprestigiado encaminhou pedido de demissão ao Chefe do Govêrno. O Sr. Abelardo Jurema correu

para o Palácio das Laranjeiras encontrando apenas o Sr. Raul Riff, Secretário de Imprensa. Aqui, deixo falar o próprio Ministro da Justiça: “*Seu Jurema* — disse-me Raul Riff — estamos fritos. O Presidente está em São Borja, o Chefe da Casa Militar, general Assis Brasil, em Pôrto Alegre, igualmente fora, o ministro da Marinha demissionário e, ainda por cima, sem ministro da Guerra, internado no Hospital dos Servidores do Estado!”

Tentaram cercar o Sindicato dos Metalúrgicos com tropas do Exército. Um choque da PE compareceu, porém, não fêz nenhuma intervenção.

A insubordinação era o prato desejado por políticos. Eilos, com os cabelos em desalinho, colarinho aberto e gravata puxada para um lado, segundo normas do almanaque do demagogo, disputando um colégio eleitoral até então virgem de processos tão sórdidos. O CGT, na espreita, controlava a situação, sem uma definição clara até às 12h45m. Sòmente com a chegada ao Palácio das Laranjeiras, por volta das 13 horas, do Sr. Darcy Ribeiro, Chefe da Casa Civil, é que o dispositivo governamental entrou em ação, não só tentando estabelecer contato direto com o Presidente da República, como procurando impedir que a crise, até aquêle momento estacionária, evoluísse para uma fase de violência. Naquele momento, o panorama se apresentava com os seguintes aspectos: a marujada recusava-se a qualquer entendimento que resultasse na prisão de seus líderes, sem que primeiro fôssem atendidas suas reivindicações. Tanques do I Exército, além de tropas da PE, comandadas pelo coronel Ventura, haviam estabelecido cordão de isolamento. O ministro Sílvio Mota, reunido com seu Estado-Maior, expedia providências que resultassem na aplicação efetiva de medidas disciplinares. Por nova determinação do Ministério da Guerra, cuja chefia interina estava sendo ocupada pelo general Genaro Bomtempo, foi ordenada a retirada das tropas do Exército, ficando, assim, a crise restrita aos quadros da Marinha. Com a intervenção do Comandante dos Fuzileiros Navais, que tentava negociar a rendição pacífica da marujada, a situação ainda parecia sob contrôle. Fracassou, porém, o almirante Aragão, decorendo daí o seu afastamento daquele comando e a determinação de empregar grupos de choques para que a decisão mi-

nisterial fôsse cumprida, mesmo com o emprêgo da fôrça. Os fuzileiros enviados para o local, não só se recusaram fazer fogo, como grande número dêles largou suas armas e capacetes e aderiu aos marujos, enquanto a parte restante da tropa retornava ao seu quartel.

Devido à circunstância de ser o autor de *A Revolta da Chibata*, que retrata a revolução de João Cândido, fui convidado a comparecer à sede dos Metalúrgicos, onde já se achava o velho marujo. Não fui, por uma razão muito simples. Escrevo reportagens e livros, sem objetivo eleitoral, despido de qualquer interesse político. Sou apenas um repórter que procura fazer história objetiva, arrancando do anonimato, dentro do possível, heróis que vivem à margem da própria História do Brasil.

Almoçava com o Vice-Governador Elói Dutra, quando o chamaram ao telefone. Pediam a sua presença no Palácio do Aço. O deputado sentiu a manobra de envolvimento e usou de franqueza: "Irei defendê-los na tribuna da Câmara dos Deputados, que é a minha trincheira."

No interior do Sindicato, aguardavam-no os deputados Max da Costa Santos, Ferro Costa, Silva Braga, Demístocles Batista, Garcia Filho, Adão Pereira Nunes, Hércules Corrêa e outros.

O *Jornal do Brasil* soltou um 2.º clichê, trazendo um resumo dos dois motins de marinheiros que abalaram o mundo: o do *Potemkim* e o de João Cândido. Do primeiro, diz que a rebelião da tripulação do couraçado russo, em 1905, teve sua história espalhada por todo o universo e acabou por se transformar num exemplo clássico de revolta de marujos, graças, em parte, ao filme de Sergei Eisenstein que, realizado em 1925, só alcançou sua grande repercussão, no Brasil, quando foi exibido a um grupo de marinheiros, numa sessão promovida pelo Ministério da Educação, justamente na *Semana da Marinha*...

No momento em que o *Jornal do Brasil* era disputado pela marujada encurralada na sede do Sindicato, o alto-falante anunciou as suas reivindicações para o término da sublevação:

- 1) Não punição para os manifestantes;
- 2) Reconhecimento de sua associação;
- 3) Libertação de todos os marinheiros e fuzileiros presos, inclusive os recolhidos à Ilha das Cobras.

- 4) Humanização da Marinha (direito de casamento para todos os praças, melhores soldos, extinção das prisões desumanas etc.).
- 5) Melhoria da alimentação nos navios e quartéis.

Havia uma interrogação no ar: qual a atitude do Sr. Carlos Lacerda, tão ligado à cúpula do Ministério da Marinha? O Governador, após despachar observadores às imediações do Palácio do Aço, suspendeu sua ida para o sítio de Petrópolis e reuniu-se com alguns secretários e auxiliares mais diretos, afirmando aos jornalistas que ficaria “apenas aguardando os acontecimentos”. Acompanhado do Coronel Gustavo Borges, do Secretário Marcelo Garcia e familiares, assistiu ao filme *Condenado de Altona*, no cinema do Guanabara. O problema não era seu e, sim, do Governo Federal. Começou a guerra dos boatos. São Paulo estava pronto para apertar o botão do seu dispositivo em favor do golpe que vinha anunciando com firmeza nos últimos dias, sobretudo depois do sucesso da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. A esquadra iria bombardear o Palácio das Laranjeiras, onde estava reunido o Ministério, sem a presença do Presidente João Goulart e do almirante Sílvio Mota, demissionário.

O ministro da Justiça, em 1964, substituía ao microfone o ministro Alexandre Marcondes Filho, no Estado Nôvo, ao anunciar que nada existia que pudesse intranquilizar o povo... “O País permanece em calma. O caso dos marujos e fuzileiros está em vias de solução. Eles poderão retornar a seus quartéis, onde tudo será resolvido com respeito e justiça, pois não haverá represálias.”

Logo após a divulgação de uma nota pelo CGT, recomendando aos trabalhadores que se mantivessem em estado de alerta e aguardassem instruções, o Sindicato Nacional dos Aero-nautas chamava a classe para “cumprir seu dever”.

Em aviso conjunto, o Sindicato dos Contramestres, Marinheiros, Moços e Remadores em Transportes Marítimos, Sindicato dos Taifeiros, Culinários e Panificadores Marítimos, Sindicato dos Cabo-Foguistas, Foguistas e Carvoeiros da Marinha Mercante e a Associação dos Aposentados da Marinha Mer-

cante, convocaram seus liderados a comparecer com urgência à sede dos Metalúrgicos, para prestar “solidariedade efetiva aos marinheiros e fuzileiros navais.”

Estações de rádio e TV eram convocadas para a transmissão do comunicado oficial do Ministério da Marinha, confirmando a sublevação e afirmando a disposição de punir a marujada: “Trata-se de tentativa de subversão e indisciplina que será coibida de acôrdo com a lei e com as diretrizes do Govêrno. Tropa legal de fuzileiros navais foi enviada ao local dos acontecimentos para o restabelecimento da ordem. A situação da Marinha, em Brasília, é completamente normal, cada militar empenhado no cumprimento de sua tarefa.”

Era o choque da Marinha com o Govêrno. A Marinha prometia castigo, o Govêrno, perdão.

Ao cair da noite, a situação não sofrera alteração. No aeroporto Santos Dumont, alta madrugada, desembarcou o Sr. João Goulart, que interrompera o seu fim de semana em São Borja — e depois em Pôrto Alegre — e vinha mantendo contato com seus auxiliares mais imediatos, estando plenamente informado para as decisões que haveria de tomar daí por diante.

A conclusão a que chegou foi a de que a crise teria que ser debelada dentro de poucas horas, através das seguintes providências:

1) O Exército, sob o comando do general Moraes Âncora, assumiria a responsabilidade da evacuação dos amotinados e os alojaria em seus quartéis, de onde retornariam às suas respectivas guarnições, tão logo o nôvo ministro da Marinha tomasse posse.

2) Quanto aos sublevados, já transmitira, por intermédio do coronel Ciro Labarte que, desde que aceitassem pacificamente suas transferências para os quartéis do Exército, seriam naturalmente evitadas as perseguições que eventualmente poderiam sofrer, no primeiro momento, em suas guarnições navais, e estaria criado o clima para que suas reivindicações fôssem examinadas com espírito de Justiça.

3) Por outro lado, a fim de dar um caráter de unidade militar à decisão, determinou o Presidente que também uma

tropa simbólica da Aeronáutica acompanhasse, ao lado das forças do Exército, a evacuação dos sublevados.

Encerrava-se, assim, aparentemente a fase mais aguda da questão, quando na verdade, ela começava agora, com ramificações no Exército e na Aeronáutica.

Para substituir o almirante Sílvio Mota, foi escolhido o almirante reformado Paulo Mário da Cunha Rodrigues, já condecorado na Primeira Guerra Mundial, em 1917, com a *Cruz de Campanha*. Tinha 73 anos e pertencia ao minúsculo grupo nacionalista da armada. Não era, positivamente, o timoneiro indicado para enfrentar a tormenta.

Às 17h, a Agência Nacional divulgou a seguinte nota: "O Presidente da República, de regresso do Rio Grande do Sul, recebeu, em audiência, o almirante Sílvio Mota, aceitando o seu pedido de demissão do Ministério da Marinha e nomeando para substituí-lo o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, hoje mesmo empossado nas suas altas funções, cujo exercício lhe foi transmitido por seu predecessor. Os integrantes da assembléia da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que inspiraram medidas disciplinares, foram transferidos para dependências militares, devendo se apresentar no prazo indicado às unidades em que servem. Reina completa ordem em todo o País, voltado nestes dias para os officios da Semana Santa. O Presidente da República repressará a São Borja, onde se reunirá à sua família para celebrar a Páscoa."

Tudo isto ocorreu na Sexta-feira Santa, na semana decisiva da conspiração, em Minas Gerais, para derrubar o Governo.

Aqui deixo falar, mais uma vez, o ministro da Justiça, num depoimento escrito no exílio, em Lima: "Pensava-se que, afinal, iria reinar paz na Semana Santa. Regressei para casa, no começo da noite de sexta-feira, com convicção de que a tempestade havia passado. Alguns telefonemas de repórteres me indicavam mais tarde que o ambiente voltava a agitar-se. Havia sido libertados os marinheiros que se achavam nos quartéis do Exército e já realizavam passeatas rumo ao Ministério da Marinha.

Confesso, não entendi nada a esta altura. Voltei ao Palácio das Laranjeiras e tôdas as explicações diziam que o almirante Paulo Mário havia anistiado a gregos e troianos, num li-

cenciamento geral, para na semana seguinte apurar as responsabilidades. Na manhã do sábado estive longamente com o ministro Paulo Mário. Tinha eu recomendações do Presidente João Goulart para explicar, pela televisão, tôda a decisão do Governo. O instituto da anistia era vitorioso no Brasil, que não era um País de penas eternas. Vários exemplos me foram alinhados, inclusive da anistia concedida pelo ministro Pedro Paulo de Araújo Suzano aos oficiais-generais que havia devolvido condecorações. Falou-se na anistia que Juscelino Kubitschek concedera aos sublevados de Jacareacanga, logo no dia seguinte às últimas prisões, sem que ao menos tivesse sido aberto inquérito.

Apesar de preocupado, pareceu-me razoável a atitude do ministro da Marinha, cuja figura me inspirava confiança pela sua serenidade e sobretudo pela sua firmeza.

Mas, ao sair do Ministério, já os jornais publicavam cli-chês de Aragão e Suzano à frente de marinheiros que realizavam passeatas pelas ruas da cidade. A repercussão, realmente, em tôda a cidade, era a pior possível. Ninguém entendia a pressa na libertação dos marinheiros, que não chegaram a passar mais de horas nos quartéis do Exército. Muito menos compreendia alguém que tudo fôsse comemorado festivamente como parecia pelos noticiários da imprensa e do rádio.”

A versão do ministro da Justiça aproxima-se da verdade; todavia, não deu a paternidade da ordem de liberdade aos marujos. Inacreditável! Foi uma informação do deputado José Talarico, endossada pelo general Assis Brasil, que a transmitiu ao Comandante do I Exército. É de pasmar! O diálogo extraído do depoimento do Chefe da Casa Militar da Presidência à Comissão de Inquérito, esclarece, definitivamente, o assunto: “Depois que os marinheiros saíram da sede do Sindicato e que foram recolhidos a um quartel — Batalhão de Guardas — o general Âncora, Comandante do I Exército, me telefonou e me perguntou se o Presidente tinha dado ordens para que os marinheiros fôsse libertados. Eu disse a êle: “General, sei que o Presidente andou cogitando dêsse assunto, mas não foi comigo, de modo que não lhe posso dar uma resposta sem falar com o Presidente, mas, como êle está em conferência, não posso ir lá agora. Daqui a pouco lhe digo qualquer coisa”. Nesse momento,



quando eu estava telefonando, passou por mim um tal deputado Talarico, que eu sabia tinha estado com o Presidente, quando tratou dêsse assunto da libertação, e perguntei a êle: "Deputado Talarico, estou aqui dando uma informação. O senhor estava presente e o Presidente resolveu qualquer coisa sôbre a libertação dêsses marinheiros?" Êle me disse que o Presidente tinha resolvido que êles deveriam ser liberados às seis horas da tarde. E eu transmiti essa informação ao general Âncora. Agora, não como informação vinda do Presidente ou minha, mas vinda dêsse deputado, que dizia ter assistido à conversa. Perguntei: desejávamos saber, relativamente ao senhor, à sua pessoa, se recebeu ordens e transmitiu ou se deu ordens em vista de debelar a indisciplina, ou de apenas liberá-la, que seria uma forma de deixar com que ela campeasse. Respondeu: Não recebi. O Presidente não deu nenhuma ordem a êsse respeito, mesmo porque nessa guerra dos marinheiros eu fiquei completamente de fora. As minhas interferências foram essas que acabei de narrar."

Resumo: o Chefe da Casa Militar transmitia uma ordem do Presidente da República, que chegara aos seus ouvidos pela voz do deputado Talarico, o qual, minutos antes, era conhecido do próprio general, por "um tal Talarico". O que é estranho, em tudo isto, é que o Presidente, estando em reunião para tratar de uma crise que já provocara a demissão do ministro da Marinha, dela não participasse o Chefe da Casa Militar. Tira-se a conclusão de que o Chefe da Nação estava envolvido pelos líderes sindicais, os quais não davam confiança às Forças Armadas, bastando lembrar o episódio do Comício do dia 13, quando a única pessoa que permaneceu ao lado de Jango foi o Sr. Osvaldo Pacheco, líder do CGT e do PUA.

Proseguiu o general Assis Brasil, dando notícia das preocupações de Jango, após a insubordinação dos marujos: "Quando aos marinheiros, êle ficou muito perturbado com aquilo. Eu notava que êle não achava muito bom. Não acredito que êle quisesse tirar partido disso, porque, no fundo do seu íntimo político, que eu sentia nos contatos que mantinha com êle, era um homem conservador, devido justamente à posição contrária que êle tomou em relação às idéias do seu cunhado. O Presidente não *casava* com o cunhado. Não queria saber daquele ne-

gócio do Brizola. Ele achava o Brizola extremista, que o Brizola queria coisas que não se sabia onde iam dar. O Presidente era um homem conservador.”

Enquanto o Chefe da Casa Militar era pôsto à margem dos acontecimentos, o nôvo ministro da Marinha deixava de cumprir ordens do Chefe da Nação, aumentando o caos. Volto ao depoimento do ministro Abelardo Jurema, fazendo luz sôbre um ponto até então desconhecido. “O Sr. João Goulart a mim disse que havia determinado a prisão dos almirantes Cândido Aragão e Suzano, em face das fotografias publicadas, apesar, dizia-me o Presidente, de o ministro da Marinha haver explicado que aquêles oficiais-generais haviam deixado o Ministério por ordem sua para encontrarem a massa de marujos na Candelária e evitarem a sua vinda maciça ao Ministério. Tudo isso fêz voltar a intranqüilidade, desconfiança e apreensões a todos os círculos oficiais. Ninguém se sentia seguro. Jantando num restaurante da cidade, com a minha família e amigos, fui abordado pelo coronel Lino Teixeira. Estava furioso. Havia tido um choque com o próprio irmão, brigadeiro Francisco Teixeira. Não compreendia a solução e me dizia, expressamente, que o que êle estava sentindo de revolta, de mal-estar e de surpresa, todo mundo militar janguista estaria também. Salientou que o Govêrno havia perdido substância total no seu dispositivo militar. Êle, que era um ortodoxo, que havia sido prêso pelos mesmos oposicionistas de hoje e que ontem negavam a posse do Sr. João Goulart, êle, que tinha um irmão num dos postos-chaves do dispositivos militar (3.<sup>a</sup> Zona Aérea), êle, que lutaria até ontem com armas na mão ao lado do Presidente e das reformas, hoje não titubearia em lutar ao lado até de Carlos Lacerda, para manter a disciplina que, a seu ver, havia sido violentada irreparavelmente.”

O depoimento do general Assis Brasil é uma página melancólica.

As apreensões e revoltas do coronel Lino Teixeira refletem o estado de ânimo das Fôrças Armadas, empenhadas numa luta de vida e de morte pela própria sobrevivência, independentes do corolário político das facções e contendadas. Era a “disciplina violentada irreparavelmente”.

Em agosto de 1961, ante o impacto emocional provocado pela renúncia do Sr. Jânio Quadros, as Forças Armadas, com raras exceções, não titubearam na defesa da Constituição, impondo a posse de Jango. Era uma ação conjunta, com civis e militares irmanados numa batalha que começou no Rio Grande do Sul e acabou, 14 dias depois, em Brasília, com a entrega da faixa presidencial ao Sr. João Goulart. Após 30 meses, as mesmas Forças, agrupadas nos Clubes Militar, Naval e da Aeronáutica, em veementes proclamações, exigiam o restabelecimento da disciplina e hierarquia e punição para os rebeldes da Marinha.

A crise teve rápido desdobramento na área do Exército, anunciando-se o afastamento do ministro da Guerra, por causa da sua impossibilidade de reassumir imediatamente o cargo.

O general Humberto Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, teve participação ativa em todas as fases da questão, influenciando no seu desenrolar. Soube-se que o general Dulcídio do Espírito Santo Cardoso protestou contra os termos da sua circular reservada sobre o comício do dia 13 de março, redigida logo após a enfermidade do general Jair Dantas Ribeiro. O Sr. João Goulart mandou pedir o texto do documento, estando disposto a substituir o general Castelo Branco na chefia do EME e não prendê-lo, como teria sugerido o general Assis Brasil.

Almirantes, brigadeiros e generais lançaram novo manifesto à Nação: "Em lugar de promover-se a devida punição disciplinar, licenciam-se marinheiros amotinados, que não representam absolutamente os dignos suboficiais, sargentos, marinheiros, fuzileiros que, em compacta maioria, continuaram e continuam fiéis ao seu juramento de disciplina e de dedicação à Marinha."

"O que este golpe representa de ameaça a todas as instituições do País está patente na forma e na essência e só nos resta alertar a Nação para que se defenda, enquanto estão de pé as instituições e os cidadãos dignos da liberdade e da Pátria."

O ministro da Marinha retrucou: "O marinheiro não pode ser um eterno raspador de ferrugem e, por isso, tem o direito à

politização, preparando-se para que o Brasil consiga a sua emancipação com os meios que forem eficazes.”



Havia intensa movimentação no Hospital dos Servidores do Estado, na esperança de ser conseguida a alta do general Jair Dantas Ribeiro, — o homem que fazia falta — ante o animador boletim fornecido pelos seus médicos: “Pressão arterial 15/; temperatura, 36,2; pulso, 80; condições clínicas em perfeita ordem. Levantou-se hoje, alimentando-se normalmente. Despachou normalmente com o general Bomtempo, Chefe do seu gabinete.”

Faltava a gôta d’água para entornar o caldo. O Presidente compareceu ao Automóvel Clube do Brasil, onde a Associação Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar comemorava o seu 40.<sup>o</sup> aniversário de fundação, homenagem organizada por líderes sindicais, dirigidos pelo deputado Leonel Brizola, que queria, a qualquer preço, arrastar o País à fogueira. O general Assis Brasil, em depoimento prestado ao Conselho de Segurança Nacional, revelou que se preparava para viajar, com destino ao Sul, quando, em conversa com Jango, ouviu: “Assis, você não vai para Brasília comigo, porque eu estou informado que vai haver uma manifestação de sargentos para mim, que está sendo articulada, na segunda-feira, no Palácio das Laranjeiras, e eu queria que você me verificasse isso.” Eu, então, disse a êle: “Presidente, estranho isso, porque, se há uma manifestação de sargentos para o senhor, êles deviam ter falado pelo menos comigo. Que diabo, estou fora dêsse assunto!”

O Presidente já não era mais aquêle homem sorridente, distribuindo acenos alegres. Trazia no rosto a marca do cansaço e da amargura. Dois detalhes significativos: não havia um só general e o cabo José Anselmo, ao lado do Chefe da Nação, dava autógrafos no Salão Nobre do Automóvel Clube.

Saudado por 14 sargentos e subtenentes, o Chefe da Nação levantou-se para discursar. A mesma euforia do Comício das Reformas. Falou de improviso. Começou garantindo que não admitiria que a desordem fôsse promovida em nome da

ordem, acentuando que a disciplina só se consolida quando se concilia com o respeito à dignidade humana. Referindo-se à crise que se alastrava no País, disse que ela fôra provocada pela minoria de privilegiados e que “prefiro estar ao lado do povo para defender seus interesses a ficar ao lado dos reacionários, que querem manter nossa gente atada à penúria e ao analfabetismo.” Dirigindo-se às Forças Armadas, em geral, e aos sargentos, em particular, acusou a minoria de “viver de olhos voltados para o passado” e de “temer enfrentar o luminoso futuro que se abrirá à democracia pela integração de milhões de patrícios nossos na vida econômica, social e política da Nação.” Abordou o momento presente, dizendo que “êle exige de cada brasileiro o máximo de calma e determinação, para fazer face ao clima de intrigas e envenenamento que grupos poderosos estão procurando criar contra o Governo, contra os mais altos interesses da Pátria e contra a unidade de nossas Forças Armadas.” Explicou que, “para compreender o esquema de atuação desses grupos que tentam impedir o progresso do País e barrar a ampliação das conquistas populares, basta observar que são comandados pelos eternos inimigos da democracia”. E aduziu: “Em 1961, os mesmos fariseus que hoje exibem um falso zelo pela Constituição queriam rasgá-la e enterrá-la sob a campa fria da ditadura fascista.” E bradou, a certa altura: “Vimos, de repente, os políticos que mais pregaram o ódio neste País estenderem a mão para os políticos mais corruptos da História brasileira e, juntos, terem o cinismo de falar em nome dos sentimentos católicos do povo. Não me cabe, porém, combater essa usurpação, pois a Ação Católica de Minas e de São Paulo já tomou essa iniciativa”. Revelando que o próprio Cardeal de São Paulo foi acusado de “anticatólico”, citou Dom Hélder Câmara: “Os ricos da América Latina falam muito em reformas de base, mas chamam de comunistas aqueles que se decidem a levá-las à prática”. Afirmando que, “o IBAD, os interesses econômicos e os grandes grupos nacionais e internacionais não têm competência para julgar os atos do Presidente da República”, voltou a aludir à crise militar, perguntando: “Quem fala em disciplina? Quem está procurando intrigar o Presidente em nome da disciplina? São aqueles mesmos que, em 1961, em nome de uma falsa disciplina, prenderam dezenas de oficiais e sargentos brasileiros”. Terminou afirmando que luta-

ria até o fim pelas Reformas de Base, reclamadas pelo povo: "O soldado e o analfabeto são brasileiros que não podem mais viver à margem da própria nacionalidade!"

Uma chuva de flôres caiu sôbre a sua cabeça, a última homenagem que recebia em público. Era o canto do cisne. A comemoração transcorreu em meio a grande expectativa, causada pela notícia de que oficiais reunidos no Clube Militar marchariam contra o Automóvel Clube, distante pouco mais de 300 metros.

Naquele instante, às 22h15m, saíam os primeiros carros de assalto do quartel do 10.º R.I., em Juiz de Fora, rumo à Guanabara, para depor o Presidente João Goulart. Pela rodovia de Brasília já seguia uma divisão de tanques.

## A Vitória de

1.º de Abril

**O** RIO NÃO AMANHECEU cantando no dia 31 de março, uma terça-feira. Às últimas horas de domingo, o Comando Geral dos Trabalhadores, diante de notícias de um iminente golpe militar, resolveu decretar o estado de alarma para uma greve geral em todo o País, a qual seria deflagrada ao primeiro tiro disparado pelos rebeldes. De onde viria o disparo? Uma incógnita até alta madrugada. De São Paulo, com o General Amauri Kruehl? O ex-ministro da Guerra era o fiel da balança.

A cidade estava com as vistas voltadas para a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", marcada para o dia 3, ao longo da Avenida Rio Branco. O deputado Hércules Correia, presidente do CGT, declarou que o Comando Geral dos Trabalhadores não tomaria nenhuma medida de repressão, porém faria, dias depois, uma passeata com o nome de "Marcha dos humildes e Necessitados".

As manchetes dos jornais continuavam focalizando a insubordinação dos marinheiros e o *Correio da Manhã*, em artigo intitulado *Basta*, exigia a deposição do Governo e exibia um documento do Conselho Nacional de Telecomunicações, provando a existência de censura nas estações de rádio e TV. Os jornais ainda estavam livres. Dizia o reservado do CONTEL: "Atendendo à determinação do Exmo. Sr. ministro da Justiça, no sentido de evitar que a transmissão de notícias pouco exatas venha a concorrer para o agravamento de uma situação surgida na área militar e, praticamente, já solucionada, recomenda a essa emissora que só transmita as informações militares vindas de órgãos oficiais do Governo. (a) Ademar Scaffa de Azevedo Falcão, Cel. Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações."

Atendendo a uma chamado urgente do Presidente da República, o Senador Juscelino Kubitschek compareceu às Laranjeiras, onde conferenciou demoradamente com o Sr. João Goulart. Ao sair, o ex-Presidente negou-se a esclarecer aos repórteres o motivo da conversa.

O Governador Magalhães Pinto, ao cair da tarde, lançou um manifesto, apontando o Sr. João Goulart como traidor da legalidade: "O Presidente da República, como notoriamente o demonstram os acontecimentos recentes e suas próprias palavras, preferiu outro caminho: o de submeter-se à indisciplina nas Forças Armadas e o de postular e, quem sabe, tentar realizar seus propósitos reformistas, com o sacrifício da normalidade institucional e acolhendo planos subversivos que só interessam à minoria desejosa de sujeitar o povo a um sistema de tirania que êle repele. Ante o malôgro dos que, ao nosso lado, vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais, dentro da estrutura do regime democrático, as forças sediadas em Minas, responsáveis pela segurança das instituições, feridas no que mais lhes importa ao País — isto é, a fidelidade aos princípios da hierarquia, garantidores da normalidade institucional e da paz pública — consideraram de seu dever entrar em ação, a fim de assegurar a legalidade ameaçada pelo próprio Presidente da República. Move-as a consciência de seus sagrados compromissos para com a Pátria e para com a sobrevivência do regime democrático. Seu objetivo supremo é o de garantir às gerações futuras a herança do patrimônio político e de fidelidade cristã, que



recebemos de nossos maiores e que não podemos ver perdido em nossas mãos.”

E terminou: “Que o povo mineiro, com as forças vivas da Nação, tome a seu cargo transpor êsse momento histórico. Só assim poderemos atender aos anseios nacionais de reforma cristã e democrática. Êsse o fruto que nos há de trazer a legalidade, por cuja plena restauração estamos em luta, e que somente ela poderá conseguir.”

O general Amauri Kruel aderiu ao movimento, dirigindo uma proclamação: “A atitude assumida pelo II Exército está consubstanciada na reafirmação dos princípios democráticos prescritos pela Constituição vigente, inteiramente despida de qualquer caráter político partidário, e visa exclusivamente a neutralizar a ação comunista que se infiltrou em alguns órgãos governamentais e, principalmente, nas direções sindicais, com o único propósito de assalto ao poder. O II Exército, ao dar êsse passo, de extrema responsabilidade para a salvação da Pátria, manter-se-á fiel à Constituição, e tudo fará no sentido da manutenção dos poderes constituídos, da ordem e da tranqüilidade. Sua luta será contra os comunistas e seu objetivo será o de romper o cêrculo do comunismo que ora compromete e dissolve a autoridade do Governo da República.”

Há uma enxurrada de manifestos de militares e civis do segundo time. São os retardatários que nunca chegam em primeiro lugar, por conveniência e covardia. Esperam pela hora da adesão, pulando pelo muro da vitória à vista.

Havia sido decretado feriado bancário em todo o País nos dias 1, 2 e 3 de abril. Houve um comêço de corrida em Brasília. Só na agência do Banco do Brasil, instalada no Congresso Nacional, foram retirados 80 milhões de cruzeiros em duas horas!

A bancada da UDN na Câmara dos Deputados, antevendo a queda do Sr. João Goulart, aplaudiu a fala do governador mineiro. O ministro da Marinha, que ainda não tinha esquentado a cadeira, recebeu uma moção de solidariedade da Base Naval de Brasília e nomeou o almirante Norton Boiteux para o Comando-em-Chefe da Esquadra. Com Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Cardeal de São Paulo, afirmou que “em qualquer época, uma luta entre a Igreja e o Estado seria desastrosa”, definindo a posição do clero sob sua jurisdição no que

se refere às relações entre a Igreja e o Estado. Disse o Cardeal que “os católicos podem e devem ser políticos como cidadãos, mas nunca em nome da Igreja ou com a responsabilidade do clero.” Pedindo o respeito às autoridades constituídas, D. Carlos declarou que “a separação entre os dois poderes não é física, mas moral, e essa é a posição da Ação Católica Brasileira e, portanto, de todo o apostolado, trabalhando para a Igreja, fora e acima dos partidos políticos.”

A mensagem do Cardeal foi lida em resposta a uma manifestação de desagravo à sua pessoa, contra ofensas que lhe foram dirigidas, e promovida pelo Laicato Católico do Colégio Sion.

Na Guanabara, em Minas Gerais, na Bahia, no Rio Grande do Sul e em outros Estados, o clero tomou posição ao lado da legalidade, chamando os católicos à razão, pedindo respeito às autoridades constituídas. É claro que nem todos atenderam aos sucessivos apelos do Cardeal de São Paulo e de Dom Hélder Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro. Muitos ficaram com as diretrizes de Dom Jaime Câmara, Cardeal do Rio de Janeiro, cujos pronunciamentos tiveram êste triste resultado: dividir o clero.

Chegou a vez da forra do senador Auro de Moura Andrade, que conseguiu ser eleito *premier* no regime parlamentarista, mas que renunciou horas depois, por não ter condições para formar o Gabinete, já que entrara em choque com o Governo. Aderiu à quartelada: “A Nação deve, pois, reunir-se em tórno de suas Fôrças Armadas. Deve exigir que se respeite a hierarquia e não se subverta a sua disciplina. Deve, acima de tudo, levantar-se, vigorosamente, contra os agentes do comunismo internacional, que se tomam de audácia cada vez maior e já agora crescentemente ameaçadora, na suposição de que não se organizaria a resistência democrática do Brasil.

Hoje, é a Marinha de Guerra e com ela o Exército e a Aeronáutica, seus companheiros de sagrada missão, construtores e herdeiros das mais comoventes e vibrantes páginas da história, que recebem duro golpe. Amanhã, será o Congresso e, em seguida, o Poder Judiciário, os campos, as escolas, as liberdades humanas, a dignidade da vida familiar, porque tudo será atingido.

A Constituição é edifício comum da Pátria brasileira. Quando lhe fraturam as bases, tôda desgraça cai sôbre a Nação, transformando em escombros o passado, o presente e o futuro do povo.”

São Paulo tomava outras providências contra o Governo Federal. Pelotões de choque, armados de metralhadoras portáteis, iniciaram o fechamento de jornais. Concomitantemente, uma ordem era dada a tôda a polícia para que localizasse e prendesse os dirigentes sindicais da baixada santista, atingindo em cheio a Refinaria de Cubatão. Também as estações de rádio foram interditadas. As comunicações de Santos com São Paulo ou outras localidades ficaram censuradas.

O barômetro militar era o mais confuso. Os informes tumultuados deixavam antever o clima de inquietação reinante, enquanto se anunciavam “as dificuldades com que se defrontavam os vôos de reconhecimento da FAB, ao longo da rodovia Rio-Juiz de Fora, em virtude do mau tempo reinante, chegam informações de que nem o Governador mineiro, nem o Chefe Militar da rebelião contam com a unanimidade das forças federais sediadas naquela unidade da Federação”, versão do Governo, ocultando a verdade, quando tropas mineiras já estavam nas divisas do Estado do Rio. Mais um galope e ficariam às barbas de Jango, na Guanabara.

Dizia-se, por exemplo, que o general Amauri Kruehl, Chefe do II Exército, estaria disposto a defender o Sr. João Goulart, desde que êste afastasse o CGT e os comunistas de sua órbita de influência. Neste propósito deu dois telefonemas de São Paulo para Laranjeiras, com resultado negativo.

Em revide, querendo provocar reação da parte do Governo, o CGT decretou a greve geral, dando a conhecer ao governador da Guanabara o primeiro e grave sintoma de que o Presidente não tinha o tão propalado dispositivo de segurança: um modesto choque de 12 homens da Polícia prendeu o Comando da Greve, sem disparar um só tiro, no edifício do IAPETC, em frente do Ministério da Aeronáutica, capturando, entre êles, líderes sindicais que ali se encontravam reunidos: Otto Canedo, aviário; Rubens Teixeira, portuário; Rafael Martineli, ferroviário, e Antônio Pereira da Silva, bancário, além do deputado Hércules Correia. Os Srs. Osvaldo Pacheco e Melo Bastos conseguiram evadir-se. Tropas da Aeronáutica se locomoveram

para o local, que é a sede da Federação Nacional dos Estivadores, do Sindicato dos Músicos e da Federação dos Portuários, conseguindo a libertação do deputado Hércules Correia e Rafael Martineli. Não obstante, os soldados da Polícia Militar ainda permaneceram ali até à chegada de um contingente de Fuzileiros Navais que, de metralhadoras municionadas e em posição de tiro, deu prazo de 5 minutos para que a retirada se efetivasse, o que foi feito às 18h 25m.

A notícia da prisão do Comando da Greve, pela polícia, teve a pior repercussão no Palácio das Laranjeiras, transformado em cidadela inexpugnável do Sr. João Goulart. Muito pior para o Governo Federal, e melhor para o Governador da Guanabara, foi a decretação da greve geral no Rio, no momento exato em que os ministros do Trabalho e da Justiça pediam “a mobilização do povo, em particular, dos trabalhadores, para defender o regime, ameaçado pelos gorilas”. “Operários! Compareçam aos seus sindicatos. A hora exige uma enérgica resposta aos inimigos da Democracia.”

O CGT fazia o jôgo do Sr. Carlos Lacerda, o maior interessado na greve que impossibilitava a movimentação das massas dos subúrbios para o centro, onde estão localizados mais de 95% dos sindicatos. E a Rádio Nacional, já em cadeia com outras emissoras do Estado, incitava o povo contra os governadores de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul e Paraná, cobrindo-os de epítetos. Magalhães Pinto era “o agiota descarado”. Ademar, “o ladrão sem máscara”. Meneghetti, “um pobre diabo”. Carlos, “agente dos Estados Unidos”. Nei Braga, “um aventureiro”. E todos vendidos ao imperialismo. Finalmente, o comunicado da Presidência da República: “Parte da guarnição federal sediada em Minas Gerais rebelou-se sob o comando dos generais Guedes e Mourão, inspirada no manifesto lançado pelo Governador do Estado contra a ordem constitucional e os poderes constituídos. Diante dessa situação, o Presidente da República recomendou ao ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, que reassumisse o cargo e tomasse as providências necessárias para debelar a rebelião, tendo sido deslocadas para Minas Gerais unidades do I Exército.”

O ministro Jair Dantas Ribeiro, do seu leito, determinou que o I Batalhão de Caçadores, sediado em Petrópolis e os I e II Regimentos de Infantaria, aquartelados na Vila Militar, se

deslocassem para o Estado de Minas Gerais, sob o comando do general Luís Tavares da Cunha Melo, antigo Chefe do Estado-Maior do I Exército e então Comandante da Infantaria Divisionária e Guarnição do Estado do Rio.

Antes, o general Jair lançara à Nação um manifesto de apoio ao Presidente da República e exonerara de seus comandos os generais Carlos Luís Guedes e Olímpio Mourão Filho. Ao mesmo tempo, o general Ladário Pereira Teles seguia para o Rio Grande do Sul, a fim de assumir a chefia do III Exército, em substituição ao general Benjamin Rodrigues Galhardo.

Assim terminou o 31 de março, com o Guanabara bloqueado por dezenas de caminhões de lixo, atravancando as vias públicas adjacentes às ruas Pinheiro Machado e Paissandu. Legiões de trabalhadores continuavam amontoados na Central do Brasil e Leopoldina, à espera de uma providência que fizesse voltar os trens. Haviam sido surpreendidas pela greve, a melhor adesão que o Governo da Guanabara recebeu durante o dia. Ela teria sido magnífica em Minas Gerais e São Paulo, com o objetivo de neutralizar a ação dos rebeldes, nunca, porém, no Rio, onde o Governo Federal, em sos pedia a mobilização dos trabalhadores. A greve foi um autêntico trabalho de 5.<sup>a</sup> Coluna, demonstração clara de que não havia cabeça no CGT, onde todos davam ordens. Era a bagunça. O dia 1.<sup>o</sup> de abril amanheceu com tanques nas ruas.

Em Minas Gerais, tropas motomecanizadas e blindadas, ao longo do rio Paraibuna, já dentro do Estado do Rio, aguardavam pelo primeiro tiro dos governistas, um tiro que não saiu de nenhum dos lados. Uma espécie de *Batalha de Itararé*, sem mortos e sem feridos. . .

Disse um "correspondente de guerra" que, pela madrugada, era esperado um choque entre as tropas do I Exército, que se colocara estrategicamente na rodovia Presidente Dutra, e a vanguarda do II Exército, comandado pelo general Amauri Kruei. Às 11 horas e 38 minutos a reportagem avistou, na entrada de Areal, cinco carros de combate parados e soldados do R.I. espalhados à beira da estrada. Mais adiante, no quilômetro 60, foram localizados carros de munição e um caminhão com reboque de canhão anti-aéreo. Às 12 horas, no quilômetro 78, jipes, carros-pipas, carros de socorro médico, estavam a caminho da concentração de suas forças que, entre os quilôme-

tros 90 e 100, mantinham um total de 10 viaturas ao longo da estrada, com ninhos de metralhadoras espalhados pelas encostas próximas. Na entrada de Barra Mansa, bastante tropa pelo mato, à beira da estrada, aguardavam a hora para iniciar as manobras.

Na Guanabara, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Tribuna da Imprensa* eram invadidos pelos Fuzileiros Navais. O rádio e tv sob censura. No Rio, a guerra era outra: batalha oratória pelo microfone da Rádio Nacional. Atacar o Palácio da Guanabara, colocar os carros blindados nas ruas e os aviões nos céus, movimentar a Esquadra, enfim, fazer funcionar o dispositivo militar, isto ninguém fez. Apenas o Palácio das Laranjeiras tinha uma divisão de tanques, dando cobertura ao Presidente. Impossibilitado de sair de automóvel, já que o bairro estava em pé de guerra, deixei o meu apartamento, com o objetivo de observar os fatos e descrevê-los em *O Semanário*, como subsídio para a futura História do Brasil. Fiquei perplexo. Na rua das Laranjeiras, soldados do Exército e da Polícia Militar, os primeiros com tanques, os últimos com caminhões de lixo, em trincheiras imaginárias, separadas 3 metros uma da outra, conversavam e trocavam café por cigarros, passando os jornais de mão em mão. Os veículos da Rádio Patrulha transitavam livremente, encostando ao lado dos carros blindados, guarnecidos por jovens recrutas, com fardamento de guerra para valer. Moços e velhos, exibindo lenços azuis e brancos ao pescoço, com revólver à cintura, revelaram a existência de um *Corpo de Voluntários* para defender o Governo do Estado. Os grupos eram dirigidos por homens trajando calça verde-oliva, boné e blusão preto, protegendo-os da chuva que desde madrugada caía sem cessar. Eram oficiais do Exército, aliados do Sr. Carlos Lacerda, todos empunhando metralhadoras.

O general Jair Dantas Ribeiro, ainda ministro da Guerra, telefonou para o Presidente e pediu um pronunciamento do Governo contra o CGT e as esquerdas, única maneira de salvar a situação, naquele instante, irremediavelmente perdida. O Chefe da Nação foi claro. Respondeu que não poderia alijar forças populares que lhe davam cobertura. "Então, Excelência, não sou mais o seu Ministro da Guerra."

Silenciaram as estações de rádio. A Nacional foi tomada de assalto. O Forte de Copacabana caiu com meia dúzia de ta-

pas do coronel Montanha no pobre do sentinela, proeza filmada pela tv. Era o fim. A notícia teve o efeito de uma bomba nas Laranjeiras.

O Sr. Ranieri Mazzilli, mais uma vez, sentiu-se na vizinhança da cadeira presidencial: desistiu de viajar para Genebra, em gozo de uma missão oficial.

O ministro da Guerra já era outro, por ordem do general Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército. Desmora-se o Governo, com o total fracasso do esquema engendrado pelo general Assis Brasil. O Comandante da Guarda Noturna de Cabo Frio teria feito melhor.

O Sr. João Goulart estava virtualmente vencido. Começou o velório. O Presidente já não podia resistir, sobretudo depois da atitude do general Amauri Krueel, naquele momento, em conferência com o general Moraes Âncora, Comandante do I Exército, de cujo apoio militar dependia o Governo. Só restava abandonar o Laranjeiras. Precisamente às 12 horas, o Presidente embarcou no seu automóvel particular, partindo rumo ao aeroporto Santos Dumont. O *Viscount* pronto para sair, com os motores já em funcionamento. O Chefe da Nação esperou 12 minutos. Ei-lo, no hangar da 3.<sup>a</sup> Zona Aérea, em companhia de um escasso grupo de amigos. Apenas Raul Riff, Eugênio Cailar, companheiros das horas incertas. E quem mais? Um tipo careca, baixo, seu cão de fila, o Napoleão, um Gregório Fortunato branco, sem a ostensividade do prêto que, nos bastidores, governou o Brasil, fazendo impor a sua vontade a generais e líderes políticos, dividindo a glória das suas condecorações militares e civis com as figuras mais proeminentes da República. Foi uma época de opróbio.

Jango subiu as escadas do avião e lançou um olhar para trás. Onde estava o Dr. Jorge Serpa, homem do grupo Mannesman, que mandava a valer na vida econômica e política? E os San Tiago Dantas, que proliferavam como cogumelos?

Três tanques deixaram o Laranjeiras e rumaram para o Palácio Guanabara, provocando uma correria em tôdas as direções. Seria um ataque ao reduto do Sr. Carlos Lacerda, ataque cuja primeira tentativa, pelos fuzileiros navais, fôra frustrada pela manhã. Os tanques desfilaram em frente à porta principal do Palácio e pararam em fila. Seus tripulantes desceram e se

apresentaram, tendo à frente o capitão Ciro Etchegoyen, filho do general Alcides Etchegoyen. O Governador não conteve as lágrimas. Era a adesão do Exército, em público, ao Governo da Guanabara.

No momento em que a aeronave, preparada às pressas para a partida de Jango, fazia o táxi para a pista, chegou o ministro Expedito Machado que, já vencido, embora não convencido da realidade, tinha uma atitude digna, defendendo o Presidente de uma insinuação de certo picareta da imprensa: "Tenho a honra de ser o seu ministro da Viação e Obras Públicas."

O *Viscount* alçou vôo e ganhou os céus. Voasse mais baixo, com o auxílio de binóculos, ao passar sobre Copacabana, o Presidente teria contemplado um carnaval. Reduto da UDN, baluarte do Sr. Carlos Lacerda, com *play-boys* e gente que nunca aceitou qualquer tipo de tese reformista, ao tomar conhecimento, pelo rádio, da inesperada queda do Sr. João Goulart, o povo irrompeu nas ruas, com o mesmo delírio de quando o Brasil ganhou o bimumdial de futebol. A onda se alastrou ao Leme, Botafogo e, perdendo impetuosidade, atingiu o Flamengo, Catete, para voltar com mais ardor nas Laranjeiras. Os subúrbios, todavia, choravam.

Só um homem tinha a felicidade estampada no rosto: o Sr. Ranieri Mazzilli, com as narinas ofegantes, pensando na Presidência da República. Os próprios vencedores, os que arriscaram a vida, não escondiam certa dose de preocupação. A *débâcle* fôra brusca demais e o simples fato do dispositivo militar do Governo não ter funcionado os deixava intrigados.

120 minutos depois sabia-se que Jango, já em Brasília, tentaria uma resistência com os esmirrados recursos do Exército ali aquartelado às ordens do general Nicolau Fico, comandante da 11.<sup>a</sup> Região Militar e da Guarnição da Capital Federal.

Na Guanabara, o coronel Gustavo Borges, que desmontara o esquema das Laranjeiras, iniciou a fase final da chamada *Operação Salame*, fechando sindicatos e prendendo meio mundo, reduzindo a zero a tática do general Assis Brasil, a qual, na verdade, era semelhante à anedota da girafa: não existia.

O resto foi rotina de qualquer movimento revolucionário: prisões e mais prisões, invasão de lares, pilhagem, espancamentos, tiroteios nas ruas, com mortos e feridos, discussões, adesões etc.



No Nordeste, o general Justino Alves, Comandante do IV Exército, transformou-se em Vice-Rei de uma capitania que se estendia do Amazonas à Bahia.

Os governadores Miguel Arrais e Seixas Dória, presos e incomunicáveis, foram jogados num avião para Fernando de Noronha. Os generais Mourão Filho e Luís Guedes, donos da quartelada, não queriam ficar em plano inferior a quem quer que fôsse. Desencadearam uma noite de São Bartolomeu, triste noite de pavor, que ainda hoje cobre de pranto centenas de lares humildes, com seus chefes encarcerados e seviciados. Nem os padres e as freiras escaparam.

Homens de pensamento, escritores e jornalistas de tôdas as tendências políticas e filosóficas, professores, parlamentares, operários, médicos, estudantes e até mulheres foram atirados nas catacumbas policiais.

A Nação, em minutos, transformou-se num campo de concentração. Jornais como a *Última Hora* e *Novos Rumos* foram saqueados por desordeiros. A sede da UNE foi atacada e incendiada por vândalos.

Em Brasília, nova decolagem, agora no *Avro*, rumo à Pôrto Alegre, onde o Presidente, com o apoio do general Ladário Teles, comandante do III Exército, tentaria uma resistência, um ato de loucura. O País já estava sob o tacão das botas e das esporas.

Chegou ao Rio e São Paulo a irradiação de um comício em Pôrto Alegre. Brizola convidava o povo para reagir. Como? Com que armas?

A Rádio Nacional tinha um nôvo titular, César de Alencar, alcagüete da Ordem Política e Social, que denunciou, de uma só vez, 140 funcionários da emissora, seus companheiros, arrastando-os à prisão, entre êles o ator Mário Lago. César de Alencar, como delator, fêz escola. Os xadrezes ficaram entulhados de presos, numa promiscuidade animal. Mas não parou aí sua infâmia. Insultou o Presidente deposto, que bajulara até às vésperas, certo de ser nomeado diretor da emissora. Foi o autor, por exemplo, do samba "Vamos Jangar". Meses depois, o delator foi demitido da TV Excelsior por furto de um automóvel Gordini, prêmio de um programa daquela emissora.

Peço desculpas ao leitor por prender, por alguns segundos, sua atenção com tipo tão insignificante. Tive, apenas, a preo-

cupação de mencionar um detrito humano, dos muitos que vieram à tona com a vitória da revolução, iniciadores da escola da delação, numa miserável tentativa de deturpar o caráter nacional. Chamam tais indivíduos de *dedo duro*, como paródia àquela propaganda em que aparece um homem de dedo em riste, anunciando uma oportunidade comercial. A comparação é fraca. O delator é desprezível, repugnante sob todos os aspectos. O melhor mesmo é chamá-lo de crápula que, à página 318 do Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, quer dizer canalha. Mas deixemos os vermes à margem da estrada.

Assim terminou o 1.º de abril, dia de São Macário quarto minguante a 3...



O general Assis Brasil, num depoimento publicado na imprensa, conta as peripécias da viagem Brasília-Pôrto Alegre: "Ao chegar a Brasília, por volta da meia-noite, me esperavam no aeroporto os oficiais do Gabinete militar. Logo a seguir, chegou o Presidente. Havia um *Coronado* da Varig, pronto para decolar. O Presidente me disse, após eu lhe haver relatado a situação: "Iremos para o Rio Grande". Notei que êle não tinha nenhuma idéia de determinar uma resistência. Reuni os oficiais no meu Gabinete, ali no aeroporto, e determinei: fiquem à frente de seus cargos, aguardando substitutos. Devido a uma pane no *Coronado*, saímos de Brasília em um *Avro* da FAB, já na madrugada do dia 2. Antes de decolar falei com o chefe do Estado-Maior do III Exército, pelo telefone, general Otomar Soares de Lima, e êle me assegurou que a situação do III Exército era má, mas que havia condições para descer, com segurança, em Pôrto Alegre. A bordo, o Presidente não me disse a sua intenção. Estava calmo. Pouco falava. Não se queixava. Chegamos a Pôrto Alegre. O Presidente foi recebido pelo general Ladário, Comandante do III Exército, e por alguns políticos, entre os quais estava o deputado Leonel Brizola. Dirigiu-se, a seguir, à residência oficial do Comandante do III Exército. Êste contava, ainda, com alguns corpos de tropa. Poucos, aliás. Em sua conferência com o Presidente, o general Ladário reivindicou, com veemência, uma resistência heróica. Dessa opinião participavam muitos civis e, em particular, o deputado

Leonel Brizola. Dá-se que êles não estavam bem a par da situação no restante do País. O Presidente decidiu que não haveria nenhuma espécie de resistência. Tranqüilamente, às 10 horas do dia 2, tomou um avião e foi para a sua estância de *Rancho Grande*, em São Borja, onde já o aguardavam sua espôsa e filhos. Da comitiva, viajando em *Avro* da FAB, faziam parte o Chefe da Casa Militar, dois ajudantes-de-ordens do Presidente, dois oficiais do Gabinete Militar e dois ou três civis. Tôda essa comitiva regressou, em seguida, a Pôrto Alegre, naquele mesmo avião. Sòmente eu fiquei com êle. Êsse regresso foi por determinação minha. O Presidente demonstrava serenidade extraordinária no que diz respeito à apreciação dos homens e dos acontecimentos. Não lhe ouvi uma palavra de amargura ou de culpa. Apenas se preocupava com o destino de seu povo e demonstrava indecisão quanto ao seu próprio destino. Êle, que nessa crise não pedira o sacrifício de ninguém, por vêzes pensava em sacrificar-se sòzinho. Acompanhei o seu drama e vivi intensamente todos os matizes de sua alma de sereno sofredor. Confidenciava-me ora uma decisão, ora outra: ficar ali, resistir sòzinho à prisão até à morte, internar-se nas selvas do Xingu, ir para o estrangeiro. Firme ao seu lado, sua espôsa, filhos e eu. Cientes de que havia ordem de prisão, deslocamo-nos para um pesqueiro de sua propriedade nos matos e à margem do rio Uruguai. Ali, êle e sua mulher preparavam, pessoalmente, nossa alimentação e a das crianças. Dia 3 de abril, o Presidente mandou que um avião levasse sua espôsa e os filhos para Montevideú. O pilôto levou uma mensagem de próprio punho do Presidente para o Govêrno uruguaio, pedindo esclarecimentos de como seria ali recebido. Após isso, fomos para outra estância, chamada *Santa Lúcia*. Ali pernoitamos de 3 para 4 de abril. Nesse dia, volta do Uruguai o pilôto com um recado verbal do Conselho do Govêrno da República Oriental, dizendo que o Presidente ali seria muito bem recebido. Apesar disso, êle continuou no drama de sua indecisão. Deslocamo-nos para outra estância, eu e êle, chamada *Cinamomo*. Ali, afinal, às 15h, com minha obstinada cooperação, êle decidiu internar-se no Uruguai. Em um avião bimotor, acompanhei-o até aquêle lugar seguro. Por considerar finda minha missão, despedi-me. Muito perdi nesses cinco tormentosos meses, mas ganhei o melhor de

tudo na vida: um grande amigo, que julgo ainda poderá prestar inestimáveis serviços ao Brasil e ao seu povo.”



O Sr. João Goulart encontrava-se em território nacional, em pleno exercício do cargo, pois não renunciara, nem fôra deposto, e o Sr. Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, às 3h20m da madrugada, deu posse ao Sr. Ranieri Mazzilli, entregando-lhe a faixa presidencial. A cerimônia foi simples e rápida, assistida pelo ministro Ribeiro da Costa, Presidente do Supremo Tribunal Federal. A Agência Nacional fixou o flagrante, vendo-se, ao fundo, na parede, um quadro com a fotografia de Getúlio tomando chimarrão, como se estivesse a contemplar a farsa. Era o fantasma de Vargas, o Presidente reformista, depois de ter sido um ditador. O ligeiro discurso de posse atingiu às raias da hilariedade: “Orgulho-me, como brasileiro, em proclamar que reina absoluta ordem em todo o País, graças à nobre e patriótica atuação das Fôrças Armadas, que, mais uma vez, com sua desambição e fidelidade à causa constitucional, assegura à família brasileira a continuidade da ordem democrática, sob inspiração de Deus e rigoroso respeito aos direitos e garantias constitucionais...”

Horas depois chegava ao Palácio do Planalto o primeiro telegrama de congratulações, assinado por Lyndon Johnson, Presidente dos Estados Unidos: “Os laços de amizade e cooperação entre os nossos dois governos e povos constituem um imenso legado histórico para V. Exa. e para mim um precioso ativo no interêsse da paz, da prosperidade e da liberdade neste hemisfério e em todo o mundo. Aspiro ao fortalecimento contínuo desses laços e a intensificação de nossa mútua cooperação no interêsse do processo econômico e da justiça social para todos na paz do hemisfério e do mundo.”

O govêrno dos USA sabia de tudo sôbre os acontecimentos que se desenrolavam no Brasil e já havia indícios de reconhecimento e ampla colaboração econômica com o Govêrno rebelde. O deputado Ranieri Mazzilli, substituto legal do Sr. João Goulart, é “considerado pelos norte-americanos com boas possibilidades de tirar o País do caminho do comunismo.” Esta rápida cooperação ianque foi dada com os tanques revo-

lucionários ainda nas ruas de Belo Horizonte, São Paulo e Guanabara.

O *The New York Times* disse, em editorial, que João Goulart é uma espécie de "socialista de salão róseo" e que "na América Latina todo movimento esquerdista causa frequentemente uma reação da direita". Afirmou que "os adversários de Goulart não puderam comprovar que êle estava levando o Brasil para o comunismo, mas se pode comprovar que o estava levando para o caos."

O jornal católico *Ya*, de Madri, declarou que "a demagogia da direita reacionária, chefiada pelo Governador Lacerda, não foi menos prejudicial ao Presidente João Goulart do que a demagogia da esquerda exaltada de Brizola e outros".

O *Time* de Londres: "Seria uma tragédia para tôda a América Latina se o Brasil submergisse num mar de sangue por incapacidade de fazer frente às pressões sociais do século XX."

✱

¶

Estamos a 2 de abril e poucos são os coronéis que não têm função no nôvo Governo, nascido faz um dia. Em São Paulo foi diferente. O Governador Ademar de Barros resolveu intervir em todos os órgãos federais e, assim, assaltou o DCT, Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, IBC, IAPC, IAPI, IAPB, SUNAB, SUPRA, Delegacia do Tesouro Nacional, Recebedoria Federal e tudo que pudesse arranjar para os seus correligionários.

Mas havia uma surpresa, em meio de tantas violências e descalabros. Vinha de Brasília: "Foram desapropriadas 60% das ações ordinárias das refinarias de petróleo de Manguinhos, Capuava e Manaus, em decorrência do pedido feito ao Juiz Júlio Leal Fagundes, da 1.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública, desta Capital, agora deferido. O magistrado, atendendo ao requerimento da Petrobrás e da União, determinou que fôsse recolhida à Caixa Econômica, a título de depósito prévio, importância superior a 6 bilhões e 500 milhões de cruzeiros. Os depósitos relativos a Capuava e Manguinhos são da ordem de dois bilhões de cruzeiros. O da refinaria de Manaus é de quase Cr\$ 600 milhões. Efetivado o depósito, foram expedidos os mandados de emissão de posse aos citatórios. Através do primeiro, a Petrobrás passa a exercer o contrôle das refinarias."

É claro que o Embaixador Lincoln Gordon não gostou da sentença do Juiz Leal Fagundes. A encampação das refinarias foi a grande notícia do Comício do dia 13 de março. Não era possível a Revolução endossar um decreto do Governo deposto, que ainda não tinha chegado ao exílio. . . — murmuravam certos líderes rebeldes.

No Brasil inteiro continuava a noite de São Bartolomeu. Agora, os presos eram generais, almirantes e brigadeiros, para não falar de pobres e indefesos líderes sindicais e estudantis. Neste ambiente de terror realizou-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, com o marechal Eurico Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes à frente, repetindo o sucesso de São Paulo. Centenas de milhares de pessoas nas ruas.

Os mesmos jornais que abriram o acontecimento nas primeiras páginas, divulgavam estas notas: “Escortado pelo marechal Nélson de Melo, o ex-Presidente da Petrobrás, marechal Osvino Ferreira Alves, chegou prêso ao Ministério da Guerra, sendo levado ao gabinete do Chefe do Exército, de onde saiu, uma hora depois, ainda sob escolta, para local ignorado. Auxiliares imediatos do marechal Osvino foram, igualmente, presos, sendo encaminhados a uma das unidades do I Exército.”

“A Polícia Política do Governo da Guanabara interditou as dependências do Ministério da Saúde, no Rio, no edifício do Clube de Engenharia. O sanitarista Celso Lima Verde, sub-chefe do Gabinete, abordado pelos policiais, fêz entrega das chaves.”

“Após ter sido efetuada a prisão do Sr. Cláudio de Freitas, Presidente do IPASE, três paisanos, portando armas automáticas, subiram ao 8.º andar do edifício ambulatório daquele Instituto, onde também funciona o Departamento de Seguros, e prenderam o Sr. Francisco Gamaliel, Diretor do DS, ignorando-se as razões da prisão. O acontecimento causou pânico e consternação entre os funcionários que assistiram à cena dos policiais, levando algemado o Sr. Francisco Gamaliel.”

“Acaba de ser prêso o Governador Badger Silveira. Não reagiu. Foi sôlto depois, prometendo colaborar com a Revolução.”

“Dois policiais da DOPS, armados de fuzis-metralhadoras e de bombas de gás lacrimogênio, invadiram o Hospital dos Bancários, à procura do Diretor, Dr. C.C. Meireles Vieira.”

“Na Praça Quinze, os líderes marítimos Antônio Costa e José Amâncio foram presos quando discutiam com outras pessoas, enquanto 78 portas da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) eram lacradas.”

“O contra-almirante Cândido da Costa Aragão, fardado e escoltado pelo Almirante Fernando Carlos de Matos, Diretor da Escola de Guerra Naval, deixou o edifício do Ministério da Marinha, a fim de embarcar na lancha *Marola*, do Lóide. Forte policiamento foi feito por oficiais fuzileiros e da Marinha, todos armados de metralhadoras.”

“Outra estrepolia atribuída ao Govêrno da Guanabara e seus agentes foi a invasão, alta noite, do lar do ex-ministro Abelardo Jurema por três homens armados de metralhadoras e que se disseram membros do Corpo de Voluntários do Estado. Passava das 23 horas, quando apareceram diante da porta da casa do deputado paraibano três elementos com lenços no pescoço e portando metralhadoras de mão. Recebidos pela espôsa do ex-ministro, D. Ivanize Pessoa Jurema, manifestaram a intenção de penetrar na residência, alegando que receberam instruções para apreender armas de fogo que ali se encontravam. Replicou aquela senhora que não havia armas ali. E além dela e das sete crianças do casal, nada mais existia senão móveis e utensílios caseiros, os quais foram quebrados. Não obstante a explicação, os invasores vasculharam tôdas as dependências e acabaram se retirando sem que tivessem encontrado as propagadas armas de fogo.”

A famigerada PIDE, de Salazar, cujos métodos conheço de perto, não faria atentados tão vis, guardando as aparências. Só os asseclas de Hitler e Mussolini seriam capazes de atos tão indignos, como seja a invasão de um lar, com o seu chefe prêso, por um bando de facínoras *doublés* de policiais.

O coronel Carlos Alberto Alvarez, pelo crime de ter participado das operações militares contra o motim de Aragarças, viu sua casa invadida pelo mesmo grupo de desordeiros, tendo um vagabundo, de metralhadora em punho, ordenado que os seus filhos cantassem o Hino Nacional. De tabela furtaram uma estatueta. O gatuno, radiante com a proeza, ante a cobertura de várias armas de fogo dos seus comparsas de saque, ameaçou: “Voltaremos!”

Parece que já havia um Presidente da República. No fundo, não havia. Um boneco nas mãos dos chefes militares. Uma marionete com a faixa presidencial, que poderia ser, perfeitamente, um folião com o estandarte da Escola de Samba do Salgueiro.

Na Câmara dos Deputados, mutilada pelas baionetas vitoriosas, o Sr. Sérgio Magalhães, como se estivesse a fazer a sua despedida do Parlamento, bradou à Nação: "Jango foi deposto pelos mesmos motivos que levaram Getúlio ao suicídio e Jânio à renúncia."

Começavam a chegar às Embaixadas os primeiros brasileiros em busca de proteção. Samuel Wainer (Chile), Elói Dutra (Uruguai), quando o "Presidente" Ranieri Mazzilli anunciou que, dentro de dois dias, ofereceria uma recepção ao corpo diplomático. Foram conhecidos os primeiros ministros: brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, Aeronáutica; general Artur da Costa e Silva, Guerra; almirante Augusto Rademaker, Marinha, os quais, dias depois, por conta própria, constituíram o Comando Supremo da Revolução responsável por ignóbeis atentados aos Direitos do Homem.



Desembarcou no Santos Dumont, feliz como um pavão, com pôse de Presidente, o Sr. Ranieri Mazzilli: depois das honras de estilo e de passar em revista a tropa, foi saudado com uma salva de tiros. Um jornal noticiou a sua chegada, na 1.<sup>a</sup> página, em negrito: "Procedente de Brasília, chegou à Guanabara, às 11h35m, o Presidente Ranieri Mazzilli, acompanhado do ministro Ernâni do Amaral Peixoto e dos Presidentes do PSP e UDN, além dos representantes dos demais partidos. Ao desembarcar no aeroporto militar da 3.<sup>a</sup> Zona Aérea, no Santos Dumont, o Sr. Mazzilli dirigiu-se para o Ministério da Guerra, onde foi recebido pelo general Artur da Costa e Silva. O Presidente Mazzilli foi apresentado a vários oficiais do Alto Comando, sendo convidado a conferenciar, em caráter reservado, com o ministro."

O "Chefe da Nação" ficou radiante em ser atendido pelo ministro da Guerra e participar de uma reunião de coronéis. Chamavam a isto de "Presidente da República"! O Brasil é bem o país dos paradoxos. Num clima de terror, com depu-



tados federais encarcerados, prisões em massa, a Câmara Federal concedia anistia para os sargentos e praças rebelados de Brasília, outro motim sem nenhum sentido. O deputado Doutel de Andrade, líder do PTB, como bom repórter, sentiu o faro dos militares empenhados na cassação de mandatos e direitos políticos de vários cidadãos e denunciou à imprensa que “o terror ideológico está instalado na Nação. Não existem mais liberdades.” E acrescentou: “Quando o Clube Militar e o Clube Naval se arrogam o direito de determinar a cassação de mandatos parlamentares, quando um gatuno público como o Sr. Ademar de Barros pretende ditar normas de conduta aos representantes do povo, quando governadores de Estado permanecem presos e incomunicáveis, melhor seria fechar de vez o Congresso Nacional”.

Não fecharam. Preferiram o ultraje, reduzindo-o a isto que aí está, com mais de 60 mandatos cassados, conquistados em eleições livres e representando 2.000.000 de votos.

O ex-Presidente, Sr. Jânio Quadros, por sua vez, enviou êste telegrama ao Governador Ademar de Barros: “Leio em um dos seus pronunciamentos, divulgado pela imprensa, as afirmações de que me acharia “desaparecido” e que sou muito “esperto”. Estive na casa que meu pai construiu na praia da enseada no Guarujá, onde recebi múltiplas e desvanecedoras visitas, inclusive de autoridades. Encontro-me em minha residência, nesta capital. Sempre fui homem de paradeiro conhecido e domicílio certo. Jamais vaguei de Assunção para Cochabamba, tangido pela Justiça Criminal. Se apraz a V. Exa. distribuir títulos de esperteza, deve ter razões subjetivas e objetivas para o fazer. (a) Jânio Quadros — Ex-Presidente da República — Alamêda Gabriel Monteiro da Silva, 2.378.”

O nôvo “Presidente” mobilizou a criadagem de quatro palácios — Laranjeiras, Planalto, Alvorada e Rio Negro, e mais da Granja do Torto — para almoços, jantares e recepções a embaixadores e ministros estrangeiros. Ausente dos graves problemas do País, ignorando, por covardia, a onda de violências então desencadeada, a sua única preocupação era ser “Presidente”, uma obstinação como outra qualquer. Fazia qualquer concessão com os donos da quartelada, desde que continuasse “Presidente”. E o foi por 15 dias, totalmente submisso aos militares.

**Sete Dias de**

**Alto Comando**

“**E**NFIM, temos o Ato e o Fato. O Ato é êsse monstrego moral e jurídico que empulhou o Congresso e manietou a Nação. O fato é que a prepotência de hoje, o arbítrio de hoje, a imbecilidade de hoje, estão preparando, desde já, um dia melhor, sem ódio, sem mêdo. E êste dia, ainda que custe a chegar, ainda que chegue para nossos filhos ou netos, terá justificado e sublimado o nosso protesto e a nossa ira.” Carlos Heitor Cony protestava por todos os brasileiros que não podiam protestar. E o *Correio da Manhã* falava por tôda uma imprensa ameaçada.

Aos trancos e barrancos, a Nação, saqueada nos seus direitos constitucionais, soube que o cérebro doentio de Francisco Campos, membro da Câmara dos 40 do integralismo, autôr da *polaca* de 10 de novembro de 1937, acolitado pelo jurista Carlos Medeiros, criara um outro mostrego liberticida.

As manchetes dos jornais eram claras: "Os chefes militares apresentam um Ato Institucional para que o País possa ser descomunizado". "Iminente a cassação de mandatos de senadores e deputados". "Parlamentares serão presos e julgados pela Justiça Militar."

As Forças Armadas tinham duas questões sérias pela frente, muito mais importantes do que o impedimento de membros do Congresso Nacional, o que poderia ser feito pelo próprio "Presidente" da República, através do PSD e da UDN disputando o poder, com o completo alijamento do PTB. Um desses problemas era a necessidade de modificar a Constituição para o Congresso Nacional poder eleger o novo Presidente, cargo para o qual surgiam como candidatos os generais Castelo Branco, Amauri Kruel e o marechal Eurico Gaspar Dutra, aparecendo, também, como aspirantes a Vice, o senador Auro de Moura Andrade e o deputado José Maria Alkmim. A fórmula foi apresentada pelos senadores Eurico Rezende (UDN) e José Feliciano (PSD), permitindo que o Presidente e o Vice-Presidente da República fossem eleitos por maioria absoluta, pelo Congresso Nacional, necessitando, assim de 238 votos a favor. A Câmara se compõe de 409 representantes e o Senado de 66. Não sendo alcançado aquele *quorum*, em dois escrutínios, a eleição seria por maioria simples, ou seja, computar-se-ia a votação dos presentes. No caso de empate, o mais velho dos votados seria o eleito. Essa emenda foi aprovada sem oposição de quem quer que fosse.

O segundo problema era a eleição imediata, mandando às favas o prazo de 30 dias, tese endossada pelo Governador Carlos Lacerda.

O Sr. Ranieri Mazzilli continuava na vida que pedira a Deus, com sombra e água fresca, alheio a tudo, a ponto de o ministro da Guerra nomear o general Olímpio Mourão Filho para Presidente da Petrobrás, atribuição da alçada exclusiva do Chefe da Nação.

O Ministério da Aeronáutica clareia os horizontes destruindo o boato da tentativa de rapto do Governador de Minas Gerais: "O Gabinete do ministro da Aeronáutica desmente a notícia, publicada pelos jornais, de que um grupo de militares tentou raptar o Governador Magalhães Pinto no aeroporto Santos Dumont, no momento em que ia viajar para Belo Horizonte.

Os partidos, a princípio ignorando a trama, porém já com a espada ao peito, faziam quaisquer concessões, desde que não fôsse cassado nenhum mandato de parlamentares, proposta do Sr. Herbert Levy. O líder udenista Aduino Lúcio Cardoso declarou, a propósito da existência de uma lista contendo 40 nomes de parlamentares a serem expulsos do Congresso, que isso "é tão ridículo e fere de tal maneira a dignidade do Legislativo, que só pode ser tomado como uma provocação".

Todos viviam na doce ilusão, alheios à trama contra a soberania popular. Exaltavam, em artigos sob encomenda, a atuação do marechal reformado Odílio Denys, como o articulador da adesão do Regimento Sampaio, do Batalhão de Obuses e do 1.º Batalhão de Caçadores às forças da 4.ª Região Militar e da Polícia Militar de Minas Gerais.

Todos queriam ser os donos da revolução, que tomara a forma de centopéia. Ninguém se contentava com uma perninha. Desejavam a lacraia inteira. O general Amauri Krueel, Comandante do II Exército, por exemplo, declarou: "O Governador Ademar de Barros foi o chefe civil da revolução, o baluarte do movimento. Não temos nenhuma dúvida sobre isto."

Em Belo Horizonte os generais Luís Guedes e Mourão Filho disseram a mesma coisa sobre o Governador Magalhães Pinto.

O Governador Carlos Lacerda, que foi alijado da conspiração pelo Governador de Minas, retrucou: "A revolução não tem dono; não foi feita por nenhum partido, não foi feita para beneficiar nenhum grupo civil ou militar. Foi uma revolução do povo que ainda não tomou forma própria. Ainda está indefinida."

Até o almirante Sílvio Heck quer a sua lasquinha como um dos proprietários do 1.º de abril.

Qualquer general ou coronel tinha livre trânsito nos jornais e revistas, mesmo que não tivesse nada de importante para dizer. O momento era da farda. Daí a surpresa de uma matéria paga, no *Correio da Manhã*, em 3 colunas, e que tomou o número 71065, noticiando a chegada ao Rio do general Justino, "Herói de Pernambuco", recebido no Santos Dumont, ao som do Hino Nacional. Alguma coisa estava errada. Nunca um general necessitou desembolsar um só centavo para a imprensa divulgar o seu desembarque, mormente o então comandante

do IV Exército, que prendeu o governador Miguel Arraes e transformou-se numa espécie de donatário de uma capitania.

O povo soube, pela leitura da nota, que “a ação firme e enérgica do general Justino, quando do movimento de 1.º de abril, cuja atitude inequívoca permitiu o inteiro contrôle da situação político-administrativo que os comunistas desfrutavam naquele Estado, fêz com que uma verdadeira multidão se deslocasse de suas residências para recebê-lo no Calabouço, ao saber da chegada do valoroso soldado, através do noticiário de última hora das emissoras de rádio da Guanabara. Considerado um dos homens mais habilitados para sanear completamente o Brasil do perigo comunista, o Comandante do IV Exército veio ao Rio de Janeiro com o fim de se reunir com os outros líderes revolucionários das Fôrças Armadas, juntos fazendo aprofundado exame da atual situação. Homem de grande fibra, que jamais contradisse a sua formação democrática e cristã, teve sua coragem demonstrada em diversas oportunidades. Em 1932, ainda jovem, dirigiu-se numa canoa de pesca para o Estado de São Paulo, com o fito de juntar-se aos paulistas, entre os quais exerceu importantes funções nas linhas de frente.”

Uma biografia pobre, quase indigente, cheia de omissões, uma delas a de ter sido Embaixador do Brasil no Paraguai, Comandante da 8.ª R. M., Presidente do Clube Militar etc.

A *Tribuna da Imprensa* destacou um repórter para acompanhar o “Herói de Pernambuco” a fim de fazer ampla cobertura da sua estada na Guanabara. Hélio Fernandes revelou: “Na residência de seu compadre Frederico C. Melo, onde esteve hospedado durante sua vinda à Guanabara, o general Justino Alves Bastos conta detalhes do último contato que manteve com o Sr. João Goulart. Foi às três horas da madrugada do dia 1.º pelo telefone, Jango lhe disse que havia “controlado inteiramente o Centro e o Sul do País” e indagava a posição daquela guarnição. “Nesse momento, — adianta Hélio Fernandes — Justino, que já tinha pronto o manifesto em prol da democracia, limitou-se a responder: “O IV Exército está em rigorosa prontidão”. Jango insistiu: “Mas contra ou a favor do Governo?” Justino repetiu a frase: “Eu não informei o Presidente sobre a situação — explica o Comandante do IV Exército — mas, em compensação, êle também estava me mentindo”.

O Sr. Frederico C. Melo entrava, assim, no rol dos homens importantes da “revolução contra o comunismo e a corrupção”, embora tenha respondido por crime de furto, responsável que era por um pôsto de gasolina em Copacabana com bombas viciadas e produtos fraudados. Estêve prêso no Quartel da Polícia, na rua Evaristo da Veiga, graças à sua falsa qualidade de jornalista, portador de uma carteira fornecida pelo pasquim *A Crônica*, de circulação clandestina.



O “Presidente” Mazzilli recebeu o beneplácito dos Chefes Militares para nomear mais alguns ministros: Fazenda, Otávio Gouvêa de Bulhões; Trabalho, Arnaldo Sussekind; Educação, Gama da Silva; Exterior, Vasco Leitão da Cunha; Banco do Brasil, Armando Blank. Ficaram faltando os titulares das pastas da Justiça, Agricultura, Viação, Saúde, Minas e Energia e Indústria e Comércio, algumas sem ocupantes até o fim do ministério tampão.

O general Mourão Filho desistiu da presidência da Petrobrás e foi substituído pelo marechal Ademar de Queiroz, voltando à tropa.

O transporte *Ari Parreiras*, da Marinha de Guerra, e o mercante *Raul Soares*, do Lóide, serviam de prisão. Para o primeiro eram recolhidos oficiais superiores e subalternos da Marinha e ainda elementos civis. Foi requisitado à Costeira o *Princesa Leopoldina*, uma vez que as acomodações daqueles navios já estavam esgotadas. Ficaram fundeados ao largo da Escola Naval.

O terror e a delação dominavam as Universidades e Faculdades, com prisões de professôres e alunos, escritores e até sexagenárias. A Revolução precisava de um impacto. A princípio, assestaram os canhões para o Plano Nacional de Alfabetização, cuja cartilha, vista e revista por Dom José Távora, Bispo de Sergipe, tinha inspiração comunista. . . Um plano de papel não poderia, em hipótese alguma, causar o efeito de um petardo. Procuravam metralhadoras nos Sindicatos e encontravam espingardas de pau. O material subversivo cada vez mais escasso, como êste bilhete achado na SUPRA: “Meu caro João Pinheiro:

Édson de Castilho, nosso conterrâneo e artista, agora, para aperfeiçoar-se na Itália, precisa de sua colaboração. Ajude o nosso jovem e promissor artista e assim estará prestando um serviço a Minas. Gratíssimo pela atenção. 1-12-1962. (a) Juscelino Kubitschek.”

O coronel Gustavo Borges, Chefe de Polícia da Guanabara, teve um estalo. Tinha um *Cavalo de Tróia*, de há muito em seu poder. Fêz-se de hábil cirurgião, realizando um parto monstro, sem dor, arrancando nove chineses da barriga do animal. O *Diário de Notícias* fêz a revelação bomba: “A China de Mao mandou ao Brasil nove homens com a incumbência de assassinar o Sr. Carlos Lacerda e os generais Amauri Krueel e Castelo Branco. Iam usar no crime o chamado *processo chinês*: uma injeção indolor, que fulmina instantaneamente, e que seria aplicada no momento em que o criminoso se aproximasse da vítima, simulando um encontrão. O grupo, entretanto, foi prêso por agentes da DOPS. O chefe era Wang Yang Ling e os outros são Wang Chel Kue Pao, Pao Chen, Sayane Dak, Wan Chin, Chu Tong, Wichon e Su Tse. Em poder dos espões foram encontrados 110 milhões de cruzeiros em dólares e libras, e documentos, bem como endereços de políticos brasileiros e jornalistas”.

O *Globo* foi mais preciso: “Entre o material apreendido pela Polícia com os chineses presos, figura uma lista com nomes de autoridades e de pessoas influentes no Brasil, tôdas com sentença de morte lavrada pelos agentes do comunismo internacional. Abrem a lista o Governador Carlos Lacerda e o general Amauri Krueel, ambos com sentença de morte por fuzilamento. Também figura nela o general Castelo Branco. A lista foi encontrada no fundo de um cofre forte, no apartamento dos quatro primeiros chineses detidos, Wang Wei Chang, Chu Ching Tung, Ma Yao Tsung e Su Tse Ping: à rua Senador Vergueiro, 20, ap. 1.707. Diante dos nomes, em caracteres chineses, está consignada a forma de execução, que varia do enforcamento ao fuzilamento. Não foram revelados os outros nomes da lista”.

Eram membros da Missão Comercial da República Popular Chinesa e jornalistas da Agência Hsinhua, de Pequim, com os seus passaportes visados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, com prazo de permanência indefinida, com endereços na polícia.

Apareceu uma lanterna, ocultando um calhamaço. Era um código que punha em perigo a segurança nacional. Depois, como contrapêso, uma pistola silenciosa. Os chineses chegaram a almoçar com o Presidente, vários ministros e com a esposa do Prefeito Prestes Maia, de São Paulo — revelaram os comunicados da polícia. Não foi difícil apurar a verdade, já que os jornais da época noticiaram os encontros.

Qualquer sujeito, com cara de amarelo, mesmo de Formosa, passava mal. Uma senhora minha amiga havia marcado operação para amendoar os olhos. Por medida de cautela, resolveu suspendê-la.

Comecei a minha vida de jornalista como repórter de polícia, aprendendo o bastante para, em futuro, conhecer bem os homens. Depois, fui para a reportagem popular pelo braço de Carlos Lacerda, de quem recebi, certa vez, a missão de fazer uma viagem ao litoral paulista, durante a guerra, para ver as atividades dos japoneses, aparentemente trabalhando na pesca. As impressões seriam estampadas no *Diário da Noite* e no *O Jornal*, em reportagens fornecidas pela *Agência Meridional*, da qual o Carlos era o secretário. Tive sucesso na empreitada e o meu ordenado passou de 800 cruzeiros para 4.000. Algo de fabuloso na época. Montei o quartel-general em Ubatuba e São Sebastião, levando uma vida de ociosidade, enquanto não descobria os espões... Lia o *Gibi*, em busca de ensinamentos de contra-espionagem... Soube que, na guerra de 1914, Mata Hari já usava microfilmes para levar informações. Cinquenta anos depois, no Brasil, nove chineses da China de Mao Tse-Tung, em guerra fria com a Rússia de Kruchev — duas respeitáveis potências em matéria de serviços secretos — ainda escreviam mensagens em papel almaço, em letras garrafais, material que, pôsto na mala aérea, como correspondência comum, pagaria porte duplo. E as injeções para exterminar os generais Castelo Branco e Amauri Kruel e o Sr. Carlos Lacerda? O veneno era um segrêdo, impossível de ser desvendado pelos nossos laboratórios... Fico a pensar no estrilo que o Carlos teria dado se o seu repórter apresentasse uma história tão cretina, com injeções da morte e cartas de espionagem, em papel quilométrico.



Mais depressa se pega um mentiroso do que um coxo. O advogado Sobral Pinto, que defende gratuitamente os chineses, verificou, com a ajuda de professôres do idioma de Confúcio, que a carta a êles atribuída foi escrita com ortografia abolida desde janeiro de 1956 pelo Conselho de Estado da República Popular da China, que modernizou e alterou milhares de palavras. Como é concebível que jornalistas e ecônomistãs vindos de Pequim, em missão oficial, redigissem um documento com letras abolidas e modificadas? Isto prova que o falsário mora mesmo no Rio ou em Formosa, onde Chiang Kai Chek não adotou a nova gramática da China Continental. *Remember a Carta Brandil!*

Mentiras, como esta, começaram a desacreditar os processos policiais de repressão à subversão. É certo que o *Cavalo de Tróia* dos chineses serviu para prender a atenção do público, ávido de sensação, por alguns dias, o bastante para a DOPS trabalhar livremente em outros setores, prendendo mais de 1.000 pessoas, só numa semana. É possível que, agora, com o afastamento do "perigo amarelo", a minha amiga mande amendoar os olhos... Mas o prudente seria esperar um pouco mais!

☆

Ressurgiu o dedo ianque. O ex-Secretário-Adjunto, Adolf Berle Jr., declarou, em Nova York, que o movimento revolucionário que derrubou o Sr. João Goulart impediu "que o Presidente deposto se transformasse em aliado de Cuba, de onde armas e agitadores afluíam livremente, tomando cargos do Governo Federal, depois de treinados especialmente na Rússia".

Outros pronunciamentos são feitos nos Estados Unidos: o *New York Times* disse que, quando se apresentou a oportunidade, ficou provado que Goulart quase não tinha partidários e aqueles com quem contava renunciaram, fugiram ou depuseram as armas. Asseverou ainda que não se deve lamentar a queda de um dirigente que havia demonstrado ser tão incompetente e tão irresponsável."

*The New York Journal American* afirmou que com "a fuga de Goulart se cumpriu a primeira etapa dessa rápida e eficiente revolta, auspiciada por líderes militares e apoiada pelos Governadores dos Estados mais influentes da grande nação sul-ame-

ricana. Com idêntica rapidez e eficiência cumpriu-se também a segunda etapa, talvez a mais vital, a de estabelecer um Governo estável, constitucional e anticomunista.

O *New York Daily News*, depois de acentuar que parecem boas as perspectivas que se abrem ao novo Governo brasileiro, acrescenta que Johnson deve ajudar ao máximo o novo regime do Brasil.

O *New York World Telegram*, sob o título *Derrota Vermelha no Brasil*, declarou que o deposto Presidente João Goulart, admirador de Castro, não era amigo dos EUA. O ditador cubano — acrescentou — fez o jôgo dos comunistas brasileiros, tentando obter as simpatias da massa analfabeta do País. Disse ainda que os militares que depuseram Goulart, pelo temor de que o Brasil se convertesse em outra Cuba, são pela liberdade e amizade com os Estados Unidos.

Em Bogotá, o matutino liberal *El Espectador* comentou a crise do Brasil e disse que foi excessivo o preço que teve de pagar a grande nação pela irresponsabilidade e a verbosidade revolucionária de um chefe de Estado definitivamente inferior a seu País.

Os jornais de Santiago do Chile destacaram os acontecimentos brasileiros. *El Mercurio* acusou Goulart de ter feito um governo progressivamente demagógico, que foi explorado pelo Partido Comunista. Em Lima, *Prensa* e *La Cronica* afirmaram que os acontecimentos do Governo Goulart estiveram a ponto de se transformar em uma vitória do comunismo, tendo o País ficado à beira da guerra civil e da anarquia.

Na Alemanha Ocidental, *Die Welt*, órgão liberal: "Goulart, que chamou as massas para manter-se no poder, foi derrotado. Entretanto, não diminuiu o perigo de uma guerra civil."

Em Buenos Aires, o ex-Presidente argentino, general Pedro Eugênio Aramburo declarou que tudo leva a crer que a democracia foi implantada no Brasil para o bem do seu povo, do continente americano e do mundo ocidental.

Anselmo Marini, Governador da Província de Buenos Aires, exaltou "que o exemplo do Brasil deve levar as Américas a envidar todos os esforços para erguer o nível de vida dos seus povos".

A frente Latino-Americana Anticomunista, em comunicado, anunciou "sua adesão ao movimento revolucionário brasi-

leiro que, em defesa das instituições democráticas de sua pátria e da América, assume a firme decisão de pôr termo às manuações do Presidente Goulart para instaurar uma ditadura comunista.”

Ainda, de Buenos Aires: “O ex-Presidente argentino Arturo Frondizi declarou em Venado Tuerto, Santa Fé, que “o Departamento de Estado norte-americano, não só interferiu nos assuntos do Brasil, como também apoiou ali os reacionários. Acrescentou que “os Estados Unidos participaram, assim, da cegueira típica dos países adiantados, que não vêem que a luta na América Latina não é entre o comunismo e o anticomunismo, mas entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.”

De Paris, *L'Aurore*, órgão centro-direitista: “O comunismo sofreu uma derrota, mas essa derrota poderá não ser duradoura, a menos que os dirigentes do Brasil, assim como os de outros países latino-americanos, se convençam de que o analfabetismo e a miséria extrema das massas não se conciliam com as necessidades de nossa época.”

Os jornais portugueses não escondem sua satisfação pela queda de João Goulart. Sob o título *Vitória do Brasil*, o *Diário da Manhã* afirmou que ocorreu o inevitável, porque a ofensiva da subversão se encontrava em pleno delírio demagógico.

“O Brasil venceu sua crise e ganhou uma das mais importantes batalhas contra o comunismo.”

De Miami, sociedades anticastristas enviaram mensagens pela deposição de Goulart ao “Presidente” Mazzilli e ao Governador Carlos Lacerda: “As organizações revolucionárias cubanas *Segunda Frente Escambray*, *Alpha 66* e *Movimento Revolucionário do Povo* felicitam-no e solidarizam-se com a luta do povo brasileiro na defesa das instituições democráticas contra a subversão Goulart-Castro comunista. Cuba oprimida e a América ameaçada esperam o rompimento de relações diplomáticas de seu Governo com a Cuba Vermelha”.

O “Presidente” Mazzilli não tem muito interesse pela repercussão do movimento no exterior. A sua preocupação máxima é agradar os militares, nomeando-os para vários órgãos federais. O general Loubec Victor Paulino assumiu o Departamento de Correios e Telégrafos; para a Companhia Siderúrgica Nacional foi designado o general Osvaldo Pinto da Veiga; o coronel Lauro da Cunha Campos é o Diretor-Executivo do Plano

Nacional do Carvão; o coronel Varonil Albuquerque Lima foi dirigir as Centrais Elétricas; o major Silveira Martins recebeu a direção da Fábrica Nacional de Motores.

Joel Silveira, numa reportagem que publicou no *Correio da Manhã* sob o título "Linha de Frente da FEB vai hoje do Oiapoque ao Chuí", revelou que a FEB está de fato no poder, representada por 22 generais e 30 coronéis ocupando funções na vida militar e civil, em postos estratégicos, sem falar dos generais, coronéis, majores e capitães que presidem a inquéritos militares em todos os Estados da Federação.

Ampliava-se, assim, a ação de um autêntico governo militar, com o rótulo de regime democrático. O general Castelo Branco ganhava terreno e, praticamente, deixavam de existir as candidaturas dos seus colegas Amauri Kruel e Eurico Gaspar Dutra, que acabaram desistindo do páreo. Estava virtualmente eleito o nôvo Presidente da República, com o apoio integral do PSD e da UDN e outros partidos, sabendo-se, de antemão, que o PTB votaria contra.

Uma dúvida apenas existia no PSD, onde dois nomes concorriam para a Vice-Presidência: José Maria Alkmim e Auro de Moura Andrade. O *Correio da Manhã* investiu furiosamente contra o Sr. José Maria Alkmim, tentando abrir caminho para o Sr. Moura Andrade: "O antigo diretor da Penitenciária das Neves, onde deveria encontrar-se noutra situação, intriga, viaja, conversa, mexe-se e remexe-se, à procura de seu objetivo particular. Deseja, nada mais, nada menos, depois de ter escapado às malhas da vigilância judicial, esgueirar-se à vigilância política e aconchegar-se ao Poder. Vamos recordar, rapidamente, quem é o Sr. José Maria Alkmim. É o mesmo que, em 1957, interveio, escandalosamente, no mercado de Nova Iorque, através de firmas escolhidas a dedo, nas transações de café. Os cofres públicos sofreram verdadeiro assalto. O Presidente da República determinou inquérito e a Comissão de Sindicância indicou, claramente, a necessidade de iniciar-se processo criminal. É a mesma figura das importações favorecidas de uísque, da manutenção do câmbio de custo e, também, de estranhas cartas ao FMI, onde concordava, para uso externo, com o que negava, no

plano interno. É o grande maestro da anarquia orçamentária, o comandante da inflação. Das percentagens, dos negócios.”

A eleição do general Castelo Branco era ponto pacífico e o Congresso Nacional foi convocado para discutir e votar pela manhã (dia 9), a química do “estado revolucionário”, resultante de entendimentos que se vinham processando no sentido de permitir, mediante a suspensão das garantias individuais previstas na Constituição, o expurgo de civis e militares ligados ao Governo Goulart e seu enquadramento em crimes de responsabilidade ou contra a segurança do Estado. A nova fórmula, embora mais branda do que o Ato Institucional, inicialmente sugerida, instituiu um tribunal especial destinado a julgar, inclusive, senadores, deputados e magistrados.

Os parlamentares não chegaram a um acôrdo de como casar o mandato de seus colegas, ignomínia sem precedente em nossa história política. O projeto de lei, aprovado pelas lideranças, delegava poderes ao Presidente a ser eleito, pelo Congresso, para tomar, em defesa da nova ordem, medidas como:

- 1 — Suspensão das garantias constitucionais;
- 2 — Suspensão da vitaliciedade das funções públicas;
- 3 — Cassação de mandatos parlamentares;
- 4 — Cassação de direitos políticos de determinados cidadãos;
- 5 — Suspensão da inamovibilidade da magistratura;
- 6 — Cassação do registro a partidos que abriguem em suas legendas candidatos ou parlamentares comunistas.

O general Humberto Castelo Branco, já “pintando” Presidente da República, declarou a um grupo de amigos que a sua atitude, diante dos últimos acontecimentos políticos, era de absoluta sobriedade e que não tomou parte, em nenhum momento, na elaboração do Ato Institucional.

Havia dois atos. Um, elaborado por líderes partidários, com o referendo do “Presidente” Mazzilli, cujo texto fôra confiado aos Srs. Martins Rodrigues (PSD); Adauto Cardoso (UDN); Arnaldo Cerdeira (PSP); Juarez Távora (PDC); Nogueira de Rezende (PR); Raul Pila (PL); Hamilton Prado (PTN); Plínio Salgado (PRP) e Evaldo de Almeida Pinto

(MTR). O outro foi elaborado por determinação expressa dos chefes militares. Acontece que os ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica avançaram o sinal. Às 17h45m assinaram o Ato Institucional, no Salão Nobre do Ministério da Guerra, dando nôvo regime ao País — “instalando uma nova República, como disse o general Artur da Costa e Silva — mas respeitando a Constituição de 1946 e as Constituições Estaduais, com as modificações introduzidas no diploma proclamado”.

O Ato Institucional, segundo seu texto, entrava em vigor imediatamente. A cerimônia foi simples e rápida, durando 12 minutos. Perante grande número de generais, almirantes e brigadeiros, o ministro da Guerra deu explicações sôbre o Ato. Declarou que, naquele momento, seria “editado o diploma, em nome da Revolução vitoriosa e dos seus chefes.”

Em face da gravidade dos últimos acontecimentos, — fri-sou — resolveram os chefes das Fôrças Armadas tomar uma decisão definitiva para que no Brasil voltasse a reinar o regime da Lei e da Ordem; para assegurar êsse regime ora iniciado foi preciso baixar o Ato Institucional, por delegação do “Comando Revolucionário”.

Como preâmbulo, os Chefes Militares declararam ainda: “Para reduzir ainda mais os plenos podêres de que se acha investida a Revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus podêres, constantes do presente Ato Institucional. Fica, assim, bem claro, que a Revolução não procurará legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe dêste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte inerente a tôdas as revoluções, a sua legitimidade.”

O Ato determinou que as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República fôssem realizadas em 48 horas.

Por outro lado: “O Presidente da República enviará ao Congresso Nacional projetos de lei sôbre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de 30 dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.”

Suspendeu por seis meses as garantias constitucionais e, por fim, armou a guilhotina do artigo 10: “No interêsse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constitui-

ção, os Comandantes-em-Chefe que editam o presente Ato poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.”

O Brasil passou a viver em um novo regime republicano, o sexto da série iniciada a 15 de novembro de 1889 pelo marechal Deodoro da Fonseca. Os outros cinco foram instituídos em 1930, o segundo; em 1937, o terceiro; em 1945, o quarto, e em 1961, o quinto, que trouxe o parlamentarismo. O Brasil superava a França, em número de repúblicas.

Minutos depois da solenidade, no Ministério da Guerra, a Nação conhecia os primeiros atos do Comando Supremo da Revolução, cassando os direitos políticos dos Srs. Luís Carlos Prestes, João Belchior Marques Goulart, Jânio da Silva Quadros, Miguel Arrais de Alencar, Darci Ribeiro, Raul Riff e mais 90 cidadãos, inclusive 1 senador e 39 deputados federais.

A revolução, nos seus dois primeiros atos, jogava pela janela mais de 10 milhões de votos dados aos ex-Presidentes Jânio Quadros e João Goulart, que obtiveram respectivamente, 5.636.623 e 4.547.010 sufrágios, enquanto governadores, senadores e deputados, inclusive o Sr. Elói Dutra, eleito Vice-Governador da Guanabara, com 530 mil votos, receberam cerca de dois milhões de sufrágios, abrindo-se, assim, a primeira grande frente contra o poder civil. De uma só tacada os militares tiraram 39 deputados federais e um senador do Congresso Nacional, aos quais não deram sequer o direito de defesa. Coisa igual nem no Congo Belga!

O Brasil ficou estarrecido com o vil atentado aos direitos políticos de 100 brasileiros, cidadãos qualificados. No início da República, em 1889, os detentores do poder, sempre apoiados nas patas dos cavalos, impingiram sanções iguais ao Imperador D. Pedro II e sua família, Gaspar Silveira Martins, Visconde de Ouro Preto, e seu irmão, Conselheiro Carlos Afonso de Assis Figueiredo, ao todo nove pessoas. Nem mesmo nas revoluções de 1922, 1924 e 1930 medida tão odiosa foi imposta aos vencidos, entre eles o próprio general Artur da Costa e Silva, o ministro da Guerra, que assinou, em primeiro lugar, o Ato Institucional, repudiado por todas as consciências livres do País e exaltado por homens do porte do “Presidente” Ranieri Mazzilli, cujo servilismo aos triunfadores é deveras comovente:

— “Presidente da Câmara dos Deputados e, agora, no exercício da Presidência da República, em virtude dessa mesma Revolução, não devia omitir-me, no momento em que tão importante decisão foi adotada, a fim de enviar as minhas palavras a todo o povo brasileiro.” “As agitações sociais, provocadas quase sempre pelo Governo deposto, criavam um ambiente de angústia e permanente desassossêgo. As forças da subversão, a serviço da ideologia contrária às melhores tradições cristãs e democráticas de nosso povo, cresciam e desenvolviam sua ação, sob a complacência do Poder Público. Enfim, solapava-se e buscava-se destruir a própria República. Num gesto de admirável compreensão, povo, poderes constituídos e Forças Armadas se uniram para obra de verdadeira ressurreição nacional. E venceram. Outros não são, portanto, os fins do Ato Institucional!”

Durante sete dias o chamado “Comando Supremo da Revolução” transformou o País num imenso quartel, com a aquiescência do “Presidente” Ranieri Mazzilli, que não foi informado, sequer, da sua organização.

Já com a idéia de escrever um livro sôbre a quartelada, fiz o *Diário da Revolução*...

*Dia 9* — O monstro nasceu à tarde e recebeu o nome de Ato Institucional, sendo padrinhos os ministros da Guerra, Aeronáutica e Marinha. Paternidade: Francisco Campos e Carlos Medeiros. Este monstinho não pode sobreviver.

*Dia 10* — Cassados os mandatos de 39 deputados e 1 senador e suspensos por 10 anos os direitos políticos dos parlamentares atingidos e de mais 58 pessoas. Mussolini fez coisa igual. Sem garantias de espécie alguma, à mercê do arbítrio dos novos donos da República, foram presos, em Brasília, os deputados Bocaiúva Cunha, Roland Corbisier e Benedito Cerqueira, sendo conduzidos ao Comando Militar da capital.

Ao abrir os trabalhos da sessão da Câmara, às 21 hs o Presidente Afonso Celso fez a comunicação dizendo que as detenções foram “efetuadas com violência pelos delegados do nôvo regime que a partir da noite, imperava no País.” Boa reação.

A Universidade de Brasília, considerada pelo Comando Supremo da Revolução como foco do comunismo nacional, foi cercada pelas tropas mineiras sediadas em Brasília. O Diretório Acadêmico foi varejado e apreendidos numerosos documentos. O reitor em exercício, Professor Almir de Castro, reuniu os professores e os estudantes procurados pelo Exército na sala da Reitoria e designou o Diretor do Instituto de Teologia, Frei Mateus, para acompanhá-los até o local, onde seriam recolhidos. Os professores presos são: Perceu Abramo, de Sociologia; José Paulo Sepúlveda Pertence, Promotor Público e Professor de Direito



Constitucional; Albertino Rodrigues, de Sociologia; Nélson Rossi, de Linguística; Eustáquio Toledo, de Tecnologia de Construções; Ítalo Campofiorito, de Composições Arquitetônicas; Hélio Pontes, de Administração Pública; Lincoln Ribeiro, de Ciência Política; Ramiro Pôrto Alegre, de Física; Edgard Graef, de Teoria Arquitetônica, e Glênio Bianchoti, de Pintura. Além desses foi detido o Procurador José Guilherme Vilela, que já não mais leciona na Universidade. O mestre mais visado, cujo nome encabeçava a lista, era o arquiteto Oscar Niemeyer, que não se encontrava em Brasília. Alguns lentos, como o Sr. Hélio Pontes, acidentado em desastre de automóvel, e o Sr. José Guilherme Vilela não foram encontrados. O primeiro foi preso em casa, com uma perna enfiada, e o segundo, no Tribunal, onde atua. Desgraçado do regime que procura destruir a cultura.

■ O Itamarati chamou ao Brasil os embaixadores que não pertencem à carreira e foram nomeados pelo Governo do Sr. João Goulart, entre eles os Srs. Mário Palmério (Uruguai), Lutero Vargas (Honduras), Barreto Leite (Israel). Leocádio Antunes (ALALC), Bolívar de Freitas (Haiti), Souto de Oliveira (Síria), Sérgio Lima e Silva (Mercado Comum Europeu) e Josué de Castro (ONU-Genebra), e demitiu-os a todos. Coitado do Josué, que mandara fazer cartões de linho como Embaixador na ONU! O Presídio da Ilha das Flores foi adaptado para receber os comunistas: 39 presos que estavam lá desde a vitória da revolução foram removidos para local ignorado. A revolução libertou, na véspera, 18 comerciantes desonestos, presos, em flagrante, quando furtavam no peso e no preço. A polícia esperava encontrar metralhadoras e outras armas de fogo na UNE e nos Sindicatos. Acharam 30 *coquetéis Molotov*, muito pouco para tão grande aparato militar empregado nas diligências. Que fiasco! Gozei o fracasso.

■ “Elevam-se a 4 mil as prisões de elementos ligados a movimentos de agitação nos meios sindicais e associações de classe, bem como outros ativistas e simpatizantes que vinham agindo em órgãos federais, na Guanabara” — diz um jornal. Muito chato tudo isto! A diretoria do Kennel Clube, sociedade de cães de luxo, enviou à Condessa Pereira Carneiro, diretora do *Jornal do Brasil*, “as mais elevadas expressões de gratidão e júbilo pela marcante atuação, libertando-nos da ameaça do jugo comunista”. Os vira-latas não mandaram mensagem.

■ Uma notícia de Recife. O Governador Paulo Guerra asseverou que não permitirá o “funcionamento e as atividades das Ligas Camponesas, que sempre se constituíram em comitês disfarçados do Partido Comunista, contando com a colaboração de elementos estranhos, com o fim de ludibriar os trabalhadores do campo. Será inflexível e os responsáveis responderão perante a Lei pelas transgressões”. Assassinato à vista de camponeses.

*Dia 11* — O Comando Supremo da Revolução baixou o 3.º Ato, comunicando que Francisco Julião não foi preso porque o deputado da UDN, Sr. Aduino Lúcio Cardoso, dera fuga ao fundador das Ligas Camponesas, já esfaceladas pela polícia de Pernambuco. A UDN *esclarece* “que, ao contrário do que fora divulgado pelo Exército, o mencionado

deputado não favoreceu, deliberadamente, a escapada de Julião, mas lhe ofereceu, apenas, uma carona de automóvel". A desculpa me fez perder o entusiasmo pelo Aduato.

■ O ministro da Guerra, em entrevista concedida aos jornalistas credenciados junto ao seu gabinete, declarou que o Comando Supremo da Revolução não fará restrições à liberdade de imprensa. Mas é claro — acrescentou — que não poderá ser tolerada, por exemplo, a propaganda sensacionalista comunista ou proselitismo subversivo de fundo comunista". Acontecia o seguinte: jornais do interior que transcreviam os artigos do Carlos Heitor Cony, do *Correio da Manhã*, eram fechados. E, das 11 edições de *Última Hora*, apenas duas circulavam: Guanabara e São Paulo. O jornalista Edson Cabral, funcionário da Agência Nacional, foi recolhido prêso, incomunicável, à Ilha das Flores. A Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa decidiu, em face de pronunciamento do ministro da Guerra, pedir-lhe uma audiência, a fim de solicitar a libertação dos outros jornalistas presos, entre os quais Mário Lago, Henrique Cordeiro, Carlos Casanova, os dois últimos Conselheiros da Associação Brasileira de Imprensa. Conversa fiada. No Recife e Belo Horizonte, o pau comeu na imprensa!

■ Centenas de prisões foram efetuadas no Cais do Pôrto e em tôda a orla marítima, segundo informou a secretaria da DPPS: dezepas de líderes da União dos Portuários do Brasil e outras entidades, e o advogado Maurício Medeiros, da Administração do Pôrto, e o engenheiro Mendel, chefe da Divisão de Engenharia, também foram detidos. Mau sintoma.

■ Soldados do Exército vasculharam o sítio do Presidente deposto, em Jacarepaguá, à procura de armas, nada encontrando. Outra gozação.

Em Belo Horizonte, procedente de Brasília, chegava prêso o padre Francisco Lessa, queimado a ponta de charuto, durante todo o percurso da viagem em automóvel. Que tristeza!

*Voluntários da Pátria*, um bando de precoces assaltantes e espancadores, em Belo Horizonte, às ordens dos generais reformados João Manoel de Faria Filho e José Campos Bragança, depois de uma série de crimes na capital mineira, destacando-se o covarde assassinato de um pastor protestante, foram contidos, na sua fúria, pela polícia do Governador Magalhães Pinto, início do término dos excessos nas ruas e lares, começando, então, o terror ideológico condenado por Tristão de Ataíde.

A *Ação Popular*, substituta da JOC, sob a orientação do Padre Viegas, tinha atuação nos meios estudantis e operários, sendo conhecida, também, como *Esquerda Católica*. Jamais ficara alheia aos angustiantes problemas do homem sem terra, num Estado essencialmente latifundiário, levando a sua palavra de esclarecimento aos camponeses. Isto valeu perseguições para inúmeros sacerdotes mineiros, entre eles os lazaristas de Diamantina. Nem o Bispo de Sete Lagoas escapou à sanha do Comando-Mirim da Revolução, instalado em Juiz de Fora, com sucursal em Belo Horizonte. A que ponto chega a estupidez humana!

■ O novo diretor da Agência Nacional é o general de Brigada Otávio Alves Velho, redator da revista *Seleções do Reader's Digest* desde 1952. Homem certo para um lugar certo.

■ Fontes ligadas às embaixadas calculam que se eleva a 150 o número dos asilados políticos recolhidos às diversas Legações diplomáticas, entre os quais 20 na Embaixada da Iugoslávia, em Brasília, entre eles Raul Ryff e sua esposa a poetisa Beatriz Bandeira, ex-Deputados Federais Benedito Cerqueira, Bocaiúva Cunha, Fernando Sant'Ana. Temperani Pereira, Almino Afonso, Lamartine Távora, ex-senador Amauri Silva, jornalista Maria da Graça Dutra e outros.

■ São os seguintes os asilados na Embaixada do México: Lafaiete de Souza Espíndola, Celso Carlos da Silva, José Duarte Santos, Marco Antônio Lima, Roberval Augusto de Melo, Raimundo Jerônimo, Belarmino Alfredo dos Santos, Kátia Valadares, Bráulio Ferreira da Costa, Fábio Inecco, Padre Alípio de Freitas, Josefina Lopes Godói, Tales Fleuri, Manoel Belmiro da Costa, deputado Max da Costa Santos, Ivo Mendes Moreno, Renato Moraes Santos, Antônio Sena Pires e Peregrino Romai.

Embaixada da Bolívia: deputado estadual Paulo Alberto, estudante José Serra, Presidente da UNE; Marcelo Cerqueira, da UNE; José Schitter Abigado, jornalista Lúcio Ubiratan Rabelo de Abreu, Pedro Uchoa Cavalcânti, professor Rogério Monteiro de Souza, Francisco Lopes de Almeida e João Batista Xavier, marinheiros.

Embaixada do Uruguai: Vice-Governador Elói Dutra, deputado Temístocles Cavalcânti, general Henrique Oest, jornalista Paulo Schiling, Francisco Nertan Nogueira Monte, estudante Mauro Fernando de Souza, tenente-coronel Dagoberto Rodrigues, Hélio Estrêla, jornalista Maia Netto, radialistas Saulo Gomes e Iram de Aquino, jornalista José Carlos Mena Baretto, piloto civil; líder sindical Severino Schnaipp, comandante Melo Bastos, líder dos aeronautas; Dante Pelacani, líder sindical.

Embaixada do Peru: Abelardo Jurema, ex-ministro da Justiça; Antônio Luís Prazeres, funcionário da Petrobrás; industrial Oto da Rocha e Silva.

Embaixada do Paraguai: industrial Santos Vhalis, Alacrino Tavares Mendes, presidente da USEG; Alcione Vieira Pinto Barreto, Newton Batista Cordeiro e os jornalistas João Batista de Paula e Franklin de Oliveira.

Embaixada do Chile: Jornalistas Samuel Wainer, Costa Pinto e Ib Teixeira. Sabe-se que existem asilados na Embaixada da Argentina, El Salvador, Equador e Panamá. Boa viagem, amigos. Até a volta, muito breve!

■ A cadeia de televisão *Columbia Broadcasting System* apresenta, nos Estados Unidos, o *video-tape* de um programa com o Governador Carlos Lacerda. Não vi. E mesmo que tivesse visto, não teria entendido nada. Não falo inglês.

■ O dólar foi negociado, no manual, a Cr\$ 1.230,00 para a compra e a Cr\$ 1.260,00 para a venda, registrando-se uma baixa de Cr\$ 30,00 em relação à cotação anterior. No dia da queda do Presidente João Goulart o dólar estava a Cr\$ 2.200,00. Manobra suja.

■ O africano Fidélis Cabral, advogado da República da Guiné, que está no Brasil realizando uma série de conferências sobre a África, foi prêso pela DOPS que, alegando procurar ligações suas com "o processo de comunização" do País, danificou sua residência e violou sua correspondência familiar. Foi solto depois de sofrer uma série de maus tratos e humilhações. Explicação da polícia: "Foi um lamentável engano." É a história do elefante.

■ Autoridades da Divisão de Polícia Política e Social informaram que as Fôrças Armadas aprovaram a Exposição Anticomunista, projetada pela polícia da Guanabara, com material subversivo apreendido. A exposição será realizada nos *hall* da Central do Brasil ou da Leopoldina, "com o objetivo de ilustrar a opinião pública, nos mínimos detalhes, sobre a ação dos comunistas" e "de que maneira pretendiam estes matar seus inimigos."

■ Há cerca de 2.500 presos nas delegacias e na Polícia Central e 1.500 em prisões das Fôrças Armadas. Puxa!

■ Quatro pedidos de *habeas-corpus*, requeridos em favor de presos na Divisão de Ordem Política e Social, foram considerados prejudicados pelos Juizes da 7.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> Vara Criminal do Tribunal de Justiça da Guanabara, tendo em vista a informação dada pelo Delegado Cecil Borer, diretor da DOPS, de que as referidas pessoas estavam à disposição do Comando do Estado-Maior do Exército. E assim nenhum prêso político conseguiu *habeas-corpus*.

■ Milhares de boletins foram jogados nas ruas centrais de Belo Horizonte e proximidades de colégios, criticando o movimento revolucionário, com os dizeres "A Constituição foi rasgada", "Os presos estão sendo espancados" e "O Presidente João Goulart foi deposto porque encampou as refinarias e tentou realizar a Reforma Agrária." Bom sinal..

■ Continuam as cassações de mandatos de deputados estaduais e vereadores municipais em todos os Estados do Brasil, destacando-se Ceará, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Pará, da Capitania do general Justino. Pusilanidade!

■ Finalmente, à tarde, o Congresso Nacional elegeu o general Castelo Branco, por 361 votos contra 3 para o deputado Juarez Távora e 2 para o marechal Eurico Gaspar Dutra. Houve 72 abstenções. O Vice José Maria Alkmim foi eleito com 203 votos. O Presidente do Senado Federal, diante da derrota, desistiu de participar da segunda eleição. É o fim! Alkmim, Vice-Presidente!

*Dia 12 — Domingo —* Dom Hélder Câmara, Arcebispo da Guanabara, por ter caído na desgraça do Cardeal Dom Jaime Câmara (não são parentes), partiu para Recife, a fim de assumir o Arcebispado. Fui levá-lo ao Santos Dumont. É meu amigo de infância. Leio na *Tribuna da Imprensa*: "Logo depois da revolução vitoriosa, Dom Hélder Câmara quis conversar com um dos grandes chefes do movimento. Resposta dessa personalidade: "Diga a Dom Hélder que, assim que êle se converter ao catolicismo, eu terei muito prazer em recebê-lo."

O saguão do aeroporto era pequeno para conter a multidão. Gente de tôdas as idades e condições sociais chorou na hora do embarque.

Dom Hélder cumprimentou, um por um, demorando-se, principalmente, junto às crianças das favelas. Correu para o avião de cabeça baixa para que a multidão não o visse chorando. Rápido e trêmulo, fez um aceno para o povo, que levantou os braços exclamando: "Adeus, Padrezinho!" Uma outra multidão o aguardava no Recife. Suas primeiras palavras ao povo de Pernambuco: "Um nordestino falando a nordestinos, com os olhos postos no Brasil, na América Latina e no mundo. Uma criatura humana que se considera irmão de fraqueza e de pecado dos homens de tôdas as raças e de todos os cantos do mundo. Um cristão se dirigindo a cristãos, mas de coração aberto, ecumênicamente, para os homens de todos os credos e de tôdas as ideologias. Um Bispo da Igreja Católica que, à imitação de Cristo, não vem ser servido, mas servir. Católicos ou não católicos, crentes ou descrentes, escutem todos minha saudação fraterna: Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo. Ninguém se espante me vendo com criaturas tidas como envolventes e perigosas, da esquerda ou da direita, da situação ou da oposição, anti-reformistas ou reformistas, anti-revolucionárias ou revolucionárias, tidas como de boa ou de má fé. Ninguém pretenda prender-me a um grupo, ligar-me a um partido, tendo como amigos os seus amigos e querendo que eu adote as suas inimizades. Minha porta e meu coração estarão abertos a todos. Cristo morreu por todos os homens: a ninguém devo excluir do diálogo fraterno. Não me peçam para enganar os pobres com falsas promessas."

Na sede do Arcebispado, Dom Hélder é recebido por milhares de operários. No interior do edifício havia uma senhora que ali chegara na madrugada de 1.º de abril, fugindo de uma polícia de vândalos. Era uma irmã do ex-Governador Miguel Arrais. Bola branca para o meu amigo D. Hélder, filho de D. Adelaide, professora primária de minha mãe.

■ A Câmara Federal cassou os mandatos de mais quatro deputados: Milton Dutra e Ortiz Borges, do PTB gaúcho; Rubem Paiva, do PTB paulista, e Hélio Ramos, do PSD baiano, subindo a 43 o número de deputados que perderam o direito de representação popular, por determinação do Comando Revolucionário. Mais um vil atentado à Democracia.

■ O Comando Revolucionário enviou mensagem ao ministro do Trabalho, Arnaldo Sussekind, comunicando que não se encontra suspensa a estabilidade dos trabalhadores. Diz o comunicado: "O Comando Supremo Revolucionário informa que o Artigo 7 do Ato Institucional não suspendeu a estabilidade dos trabalhadores." Acreditem se quiser.

■ 20 generais e 102 oficiais são transferidos para a reserva, sendo 77 do Exército, 31 da Aeronáutica e 14 da Marinha, quase todos, depois, contemplados também com a cassação de direitos políticos por -10 anos. A Pátria, agradecida, saúda os seus filhos.

■ Quatro cidadãos — o professor Pedro Celso Uchoa Cavalcânti, o funcionário público Rogério Monteiro de Souza e os marinheiros Francisco Lopes de Almeida e João Batista Xavier — quando se asilavam na Embaixada da Bolívia, acompanhados pelos diplomatas Jordan Pando e Grainsborg, foram barrados por soldados da Polícia Militar, de serviço ali, porém os diplomatas garantiram o asilo. Houve troca de

empurrões, até que o policial partiu para a agressão, levando a pior porque um dos funcionários manteve-o à distância com um safanão potente. Gostei da briga!

*Dia 13* — O Ministério das Relações Exteriores da China Comunista pediu ao Governo brasileiro que ponha em liberdade os nove cidadãos chineses que foram detidos após o movimento militar que derubou o Presidente João Goulart. Sete são membros de uma missão comercial e os outros dois correspondentes da agência de notícias *Nova China*.

— “Nós arrancamos o Brasil da extrema-esquerda e não permitiremos que o levem para a extrema-direita” declarou o Comandante do II Exército, general Amauri Kruehl, durante a homenagem que lhe foi prestada, em São Paulo. Esperança dentro das prisões.

■ O “Presidente” Mazzilli baixou ato, destituindo de suas funções todos os integrantes do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília. Além do Reitor, Anísio Teixeira, foram exonerados Abgar Renault, Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, Frei Mateus Rocha O.P., Luís Zaiman, Hermes Lima, Alcides Rocha Miranda e João Mugen de Oliveira. Mais um ato de covardia do “Presidente”.

■ Tesoureiro da Federação dos Estivadores que há dias se suicidou, em circunstâncias ainda não esclarecidas, deixou para serem entregues ao ministro do Trabalho um embrulho contendo Cr\$ 1.503.100,00, chaves do cofre da entidade e um vale no valor de Cr\$ 430.000,00. Mataram um inocente.

■ Mais de 300 modestos trabalhadores foram demitidos sumariamente, sem processo. Os patrões negam-se a pagar as indenizações a que têm direito. Torpe perseguição.

■ “O Sr. Plínio Salgado também quer tirar sua castanha dêsse fogo revolucionário. Bateu as asas, cacarejou uma arenga, chamou sôbre si a paternidade da Democracia que entre nós se instaurou com o Ato Institucional, lembrando-se, naturalmente de seu passado de líder fascista. Por ironia do destino, pretende atrair as boas graças do general Castelo Branco, que na FEB lutou contra Hitler e Mussolini” (da *Última Hora*).

Eu pensava que o Plínio estivesse em Portugal ou na Espanha.

■ O deputado Clemens Sampaio (PTB-Bahia), ao transitar pelo Galeão, vindo de Brasília, com destino a Salvador, foi detido por policiais da DOPS. Ninguém sabe também do paradeiro do deputado sargento Garcia Filho e de outros parlamentares.

■ Um colapso cardíaco pôs fim à perseguição política que os veedores de Campos vinham movendo contra o Prefeito João Barcelos Martins, por ser amigo do Sr. João Goulart. Remorso para os algozes.

■ Ao tentar fugir de uma turma do Serviço de Investigações Criminais da Polícia do Exército, que fôra procurá-lo, em sua residência, o 3.º sargento do Exército, Edu Barreto Leite (solteiro, rua Washington Luiz, 51 ap. 704) jogou-se da janela do seu apartamento. Socorrido no Hospital Souza Aguiar, ali faleceu. Coitado.

*Dia 14* — O penúltimo dia das violências inomináveis sob o reinado do Comando Supremo da Revolução, que os jornais chamavam, também, de Alto Comando Revolucionário. Um telegrama de Nova Iorque revela o dedo do Embaixador Lincoln Gordon no novo Governo: "Em edição da semana passada, o *Newsweek* diz que Thomas Mann, Subsecretário de Relações Exteriores e encarregado de assuntos interamericanos no Departamento de Estado, opôs-se ao imediato reconhecimento por Washington do novo Governo do Brasil. A revista acrescenta que o rápido reconhecimento foi recomendado por Lincoln Gordon, Embaixador dos EUA no Brasil, com o apoio de McGeorge Bundy, conselheiro do presidente Johnson. Acrescenta *Newsweek* que Gordon, a quem classifica de inimigo acérrimo de Goulart "insistiu com grande vigor em que era necessário que os EUA se declarassem abertamente a favor do novo Governo para assegurar sua influência no Brasil". Nesse momento, Thomas Mann estava enfermo. Diz ainda a revista que em Washington existe certa preocupação pela onda de prisões no Brasil, temendo que o rápido reconhecimento faça com que os Estados Unidos percam terreno em suas relações com o Brasil. Um funcionário do Governo de Washington, que se mantém no anonimato, afirmou, segundo *Newsweek*, referindo-se às declarações do presidente Johnson, de elogio ao novo Governo: "Cada uma dessas palavras nos custará um milhão de dólares algum dia". *Newsweek* cita o prognóstico de outro funcionário da seguinte forma: "A não ser que o novo Governo se apreste rapidamente a restabelecer laços com as forças de reforma liberal no Brasil, um contragolpe é inevitável, dentro de seis semanas ou de seis meses." Conjeturas... Conjeturas...

■ Um comentarista noticiou que havia sinais de tempestade em Brasília. "Grande tensão reinava nos meios políticos e militares com a confirmação de que estavam sendo preparadas as últimas listas de cassação de mandatos, particularmente no âmbito estadual, e de cassação de direitos civis, que serão divulgados no decorrer do dia de hoje, após serem aprovadas pelo Comando Revolucionário.

Foram estas listas confeccionadas por oficiais, na maior parte coronéis que, com base em informações do Conselho de Segurança Nacional e outros órgãos de informações das três Armas, se reúnem em lugar secreto e fazem as sugestões, as quais só podem ser alteradas pelos generais que lideraram o movimento responsável pela deposição do Sr. João Goulart." Tipo do processo fascista. Nada como esperar um dia depois do outro.

■ O jornal *Post* condenou a cassação dos direitos políticos do Sr. Celso Furtado e seu afastamento da SUDENE, frisando que o economista nordestino "é figura altamente respeitada em Washington, uma espécie de Kenneth Galbraith brasileiro, cujo promissor programa de fomento rural já estava em marcha quando Goulart caiu". Sempre achei o Sr. Celso Furtado um americanista.

■ Prevê o Sr. Ranieri Mazzilli cortes no funcionalismo público com a devolução civil "a outras atividades produtivas do País dos servidores excedentes das efetivas necessidades dos serviços a cargo da União ou de suas autarquias". A previsão foi feita ao dirigir-se o "Presidente" ao povo, ante uma cadeia de emissoras de rádio e televisão, quando

sugeriu uma solução "corajosa e radical" para o problema da inflação. Está à vista o dedo dos militares, cujo aumento de mais de 200% já era ponto pacífico.

■ Acusado de esquerdista, matou-se com um tiro na cabeça o Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Bernardo dos Campos, Sr. Irineu Ferreira da Silva, de 40 anos, deixando vários filhos menores. Um homem fraco.

■ O "Presidente" Mazzilli assinou decreto transferindo o general do Exército Humberto de Alencar Castelo Branco para a reserva no posto de marechal, atendendo a pedido do próprio, antes de assumir a Presidência da República. Um ato legal.

*Dia 15* — Tive um dia dos mais intensos, participando de duas reuniões da Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa, que congrega diretores da ABI, da Federação Nacional dos Jornalistas e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Guanabara. A Comissão dirigiu mais um ofício ao general Costa e Silva, a propósito das suas declarações em torno da liberdade de imprensa. Essa mensagem teve o mesmo destino das outras: não foi respondida. O documento afirmava que a experiência dos homens de jornal ensina que o País só tem a lucrar com o livre debate pela imprensa e que a democracia se encontra tanto mais fortalecida quanto mais preservado o direito de crítica, solicitando a liberdade de todos os jornalistas presos pela DOPS. O general é *durão*.

Ligo o rádio para ouvir o *Repórter Esso*, quando escuto que o Comando Supremo da Revolução suspendeu por 10 anos os direitos políticos de mais 67 pessoas, inclusive de 12 oficiais-generais, além de transferir para a reserva outros 7 oficiais do Exército e 12 da Aeronáutica. Entre as pessoas que tiveram seus direitos políticos suspensos "estão os generais Assis Brasil e Euríale Zerbine, os almirantes Aragão e Suzano, o ex-ministro Júlio Sambaqui, os jornalistas Edmar Morél, Osvaldo Costa, Gumercindo Cabral e o escritor Néelson Werneck Sodré".

Confesso a minha emoção pelo inesperado prêmio que recebia da revolução de 1.º de abril, galardão que honra a um homem de imprensa, com 30 anos de lutas pelas liberdades públicas, sem um deslize, pobre, quando poderia ser milionário. A *Hora do Brasil*, em seguida, confirmou o ato heróico número 5 dos chefes militares. Não tinha dúvida alguma sobre o motivo que levou a quartelada vitoriosa a cassar os meus direitos políticos. Sou o autor de *A Revolta da Chibata*, livro que a Marinha nunca topou. Dentro das minhas modestas possibilidades literárias, desenterei o obscuro João Cândido, forçando a sua entrada na História do Brasil, como autêntico herói da revolução dos marinheiros em 1910. Transformaram o meu trabalho em notícia e João Cândido, alquebrado, ao péso de 82 anos, foi figura marcante nos últimos acontecimentos, aparecendo o seu retrato nos jornais, durante dias seguidos, ao lado de José Anselmo.

■ O "Presidente" Ranieri Mazzilli cometeu a última torpeza destruindo a SUPRA, esperança de 38 milhões de homens sem terra, por considerá-la "uma das mais perigosas sementes da comunização espalhadas no campo pelo Sr. João Goulart". O ato foi tão impatriótico,



que o suspeitíssimo *New York Post* criticou a revogação do decreto da SUPRA, apontando-o como “uma das coisas de Goulart que não era de-sastrosa”. Isto acontece quando um Mazzilli é “Presidente”.

■ Numa solenidade em Brasília, que durou 15 minutos, perante oficiais-generais comandantes do 1.º de abril, autoridades do Legislativo, Judiciário, Igreja e um público de cêrca de três mil pessoas, que lotavam tôdas as dependências do plenário da Câmara, o marechal Castelo Branco foi empossado, à tarde, pelo senador Auro de Moura Andrade, no cargo de Presidente da República.

O Sr. José Maria Alkmim, herói do escândalo do contrabando de uísque a meio dólar, na Vice-Presidência.

Naquele instante morria o Comando Supremo Revolucionário, que teve a existência de 7 dias, o bastante para cassar os mandatos e os direitos políticos de mais de 300 brasileiros e mandar para a reserva 270 oficiais superiores, dos mais dignos e com relevantes serviços prestados à Pátria.

O dia foi encerrado com uma mensagem de Dom Hélder Câmara: “os Bispos do Nordeste fazem um apêlo para que os inocentes, eventualmente detidos no primeiro momento, de inevitável confusão, sejam, quanto antes, restituídos à liberdade, e que os culpados recebam tratamento humano. Os bispos manifestam apoio às reformas da estrutura sócio-econômica, que devem ser executadas “de maneira prudente, corajosa e eficaz”, e lembram que “o movimento sindical é por natureza uma atividade de promoção humana, de reivindicação e de defesa, sem quebra dos deveres profissionais”.

Jantei, sem pensar em asilo e fugir do Brasil. Asilo só levando os meus netos, o Marquinho e a Mônica, com babá... Meus colegas de proscricção entraram nas representações do Paraguai, Chile e Bolívia. Nem sequer olhei para a Embaixada de Israel, em frente ao edifício onde moro, em Laranjeiras, o bairro das embaixadas. Ao todo são 16. O telefone não parou. Às 23 horas era o ex-Ministro da Viação, Hélio de Almeida, quem perguntava:

— Velho, está precisando de alguma coisa?

— Só a sua amizade!

Depois, foi o Joel Silveira:

— Parabéns! Só assim você não pode ser Presidente da República...

— Em compensação, não posso ser deposto, nem renunciar...

Dormi tranqüilo. Era um homem feliz, premiado pelos rebeldes de 1.º de abril.

## **25.º Presidente da República**

**Q**UANDO o marechal Castelo Branco assumiu o Governo, às 15h10m do dia 15 de abril, perante o Congresso Nacional, o Brasil era um apreciável campo de concentração e as Embaixadas do Uruguai, México, Peru, Bolívia, Iugoslávia e outras estavam superlotadas, embora a Iugoslávia não tenha assinado a chamada Convenção de Havana, de 20 de fevereiro de 1929, que assegura a proteção de um país estrangeiro a todo e qualquer cidadão perseguido por motivos políticos. O Presidente declarou, em breve discurso, que seu Governo se pautaria pelo cumprimento à Constituição e que o Estado “não será estôrvo à iniciativa privada”. Agiria como um verdadeiro escravo das leis do País e que teria procedimento de Chefe de Nação, sem tergiversações, “no processo para a eleição de um brasileiro, a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966.”

O fato é que ninguém se sentia seguro ante a fúria das delações e vinganças das mais torpes. Ainda não havia chegado ao Palácio do Planalto para receber a faixa presidencial, quando o seu secretário particular comunicou que dirigentes de duas Confederações, 16 Federações e igual número de Sindicatos lançaram manifesto afirmando irrestrita confiança e inteira solidariedade ao marechal. Estes não perderam tempo. No Comício do dia 13 alguns dêles empunhavam faixas de "Jango manda brasa".

Outras adesões surgiram no decorrer do dia. Era a hora de cada um salvar a pele. Ao lado do nôvo Presidente, as fotos mostram o Governador Badger Silveira que, depois de ser prêso, após a vitória de 1.º de abril, mandou encarcerar os melhores amigos, certo de que agradaria os donos da revolução. A Agência de Informações Fluminense, localizada no porão do Ingá, fêz chegar à imprensa uma nota, para mostrar o prestígio do Governador que "voltou de Brasília, onde assistiu à posse do Presidente Castelo Branco, mantendo contato com os generais Amauri Kruel e Justino Alves Bastos e com os Governadores Ademar de Barros, Magalhães Pinto, Nei Braga e Celso Ramos. O general Justino conversou mais demoradamente, lembrando sua amizade com o saudoso Roberto Silveira."

Dias depois, Badger estava deposto em condições humilhantes.

O negócio era bajular de coronel para cima. Outros governadores teciam rasgados elogios às Fôrças Armadas e houve um, o de Alagoas, que, sendo militar, não precisava agradar os seus colegas de farda, porém, reivindicou para a sua terra a glória de ter sido o primeiro Estado a escorraçar o comunismo, impedindo o deputado Leonel Brizola de falar em público!

Tudo era pretexto para ficar bem com os novos donos do Brasil. Só um governador não compareceu à posse do Marechal: foi o Sr. Carlos Lacerda, alegando doença em pessoa de sua família e já de malas prontas para a Europa, com passagem marcada para o dia 22, quando passaria o Govêrno ao Sr. Vitorino James, Presidente da Assemblêia Legislativa, que ficaria na Guanabara até a eleição do Sr. Rafael de Almeida Magalhães. O Sr. Vitorino James teve mêdo de enfrentar a situação e pediu licença em cima da hora, sendo convocado o Desembargador Vicente de Faria, Presidente do Tribunal de Jus-

tiça do Estado. Tudo isto provocou um atraso de hora e meia na partida do *Boeing 603*, da *Air France*, que conduziu o Sr. Carlos Lacerda rumo a Paris. Dias antes, estivera em São Paulo, não falando com o Sr. Ademar de Barros, que viajara inesperadamente. Assessôres do Governador paulista já admitiam estar próximo o rompimento entre êle e Lacerda. A aliança de ambos, fortalecida durante o movimento revolucionário, não tinha fundo político, segundo afirmou repetidas vêzes o Sr. Ademar de Barros e, com a vitória da quartelada, não havia mais necessidade dêsse manter essa união, que poderia causar dificuldades a uma das candidaturas ou mesmo a ambas.

A cidade só tinha um boato de importância: o grave incidente ocorrido entre o ministro da Guerra e o Governador da Guanabara, quando o general Costa e Silva teria repellido uma insinuação do Sr. Carlos Lacerda, desfechando um murro na mesa. Atribuía-se a excursão de Lacerda a uma imposição dos militares, versão que teve de ser recebida com reservas. Durante uma semana foi o assunto geral. Uma coisa era positiva: houve discussão feia.

Foi dado a conhecer o Ministério: Justiça, Milton Campos; Educação, Flávio Suplicy de Lacerda; Saúde, Raimundo de Brito; Trabalho, Arnaldo Sussekind; Indústria e Comércio, Daniel Faraco; Agricultura, Oscar Thompson Filho; Viação, Juarez Távora; Guerra, general Costa e Silva; Marinha, almirante Ernesto Melo Batista; Aeronáutica, major-brigadeiro Néelson Freire Lavanere Vanderlei; Fazenda, Otávio Gouvêa de Bulhões; Relações Exteriores, Vasco Leitão da Cunha; Minas e Energia, Mauro Thibau; Planejamento, Roberto Campos. Para o Gabinete Militar foi nomeado o general Ernesto Geisel e para a Casa Civil o deputado Luís Viana Filho. O deputado Pedro Aleixo e o senador Filinto Müller foram convidados para assumir a liderança das bancadas governistas nas duas casas do Congresso. Aceitaram de olhos fechados.

Estava organizado o Ministério, com a quase total ausência do PSD e do PTB, predominando a UDN e uma esmirrada participação do PSP, dono da pasta da Agricultura. Sobraram os ministros Francisco Correia de Melo (Aeronáutica) e o almirante Rademaker Grunewald (Marinha), que desempenharam, na Revolução, o papel de limpadores de chaminé, para que os novos donos da casa entrassem, pelo telhado, sem sujar

a roupa branca. Os ministros da Fazenda e Planejamento, Srs. Otávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos, com as nomeações que fariam, em seguida, principalmente no Banco do Brasil, montariam a CONSULTEC no Governo, a exemplo do que fizeram no tempo do Sr. Juscelino Kubitschek. É uma gente com fôlego de sete gatos. A CONSULTEC dispensa apresentações, como órgão, embora particular, que dominou o Governo Kubitschek, com seus diretores altamente instalados nos principais postos da administração pública. Afundou com o Sr. João Goulart, flutuou com o marechal Castelo Branco; com o prestígio, agora, dos Srs. Glycon de Paiva, Garrido Tôrres e Dênio Nogueira, em altos postos.

Vários órgãos foram fechados para balanço: SUPRA, IBC, SAPS, IPASE, CNTI, ISEB, UNE, CGT, PUA, Rádios Mauá, Mayrink Veiga, Sindicatos etc.

Membros da Junta Governativa do Sindicato dos Metalúrgicos revelaram que se elevaram a mais de 80 milhões de cruzeiros os prejuízos até então verificados na sede daquela entidade, em decorrência do desaparecimento de aparelhos elétricos, máquinas de escrever e danificações no prédio. Afirmaram que durante dias o Sindicato esteve interditado por ordem da Secretaria de Segurança, ocupado por soldados da Polícia Militar e vasculhado por agentes da DOPS, após ficar abandonado por várias horas. Nada aconteceu aos saqueadores. Ademais, aquilo era furto e estava, portanto, fora da alçada do Ministério do Trabalho. . .

Durante o reinado de sete dias do Supremo Comando da Revolução, tendo como "Presidente" o Sr. Mazzilli, o Sr. Lincoln Gordon não esteve uma só vez com os três militares que exerciam aquele poder. A posse do marechal foi a 15 de abril. No dia 18, o Presidente já recebia o Embaixador dos Estados Unidos no Palácio do Planalto. À saída, declarou à reportagem que discutiram "problemas gerais das relações entre nossos países, sem considerar assuntos específicos nem negociações. Foi o primeiro contato com o marechal, como Presidente, pois já nos conhecíamos. Tivemos oportunidade de percorrer a vista sobre o novo horizonte deste País."

E de Caracas chegava a notícia da suspensão das relações diplomáticas da Venezuela com o Brasil, medida anunciada pela

chancelaria daquele País. O diário oficial *La Republica* disse, em editorial, que “os chefes militares e civis que promoveram o golpe contra João Goulart incorreram em grave erro, o de fundar seu próprio poder, não sobre a Constituição, mas sim sobre um chamado *Ato Institucional*. Acentuou o jornal que o Ato permite aos novos líderes “tomar medidas de exceção à margem da lei e em virtude do que, sem formular julgamento, privam de suas investiduras mais de 40 deputados e de seus direitos políticos centenas de pessoas, muitas das quais podem ser consideradas esquerdistas, outras nem sequer isso, mas jamais comunistas.”

Neste dia, de maneira melancólica, foi comemorado o aniversário natalício do Presidente Vargas, junto ao seu improvisado busto, na Cinelândia, isto mesmo porque dois deputados do PTB obtiveram permissão da polícia. Apenas uma coroa de flores. Nada de discursos e aglomeração.

A despeito da solidariedade de alguns sindicatos, o Sr. Carlos Lacerda declarava, enfaticamente: “É preciso trazer os trabalhadores para o lado da revolução. Eles estão formando o processo da revolução e, se não forem trazidos para dentro dela, acabarão por expeli-la, por vomitá-la.”

Como atraí-los, se os seus líderes estavam presos nas marmoras da polícia e nos xadrezes do Exército, com Sindicatos fechados e tropa embalada à porta, dirigentes operários asilados em Embaixadas e o PTB, que nas últimas eleições presidenciais dera 4.547.010 votos a Jango, destroçado pelo Governo? Em Brasília, já estavam detidas mais de 700 pessoas, das quais a metade era constituída por trabalhadores.

Pedia-se a colaboração do operariado e, em Minas Gerais, um simples delegado do interior mandava telegrama para os jornais do Rio relatando a sua mais recente proeza: prendera em Conselheiro Lafaiete quinze líderes. Ao todo eram 875 nos depósitos do Comando Revolucionário, em Minas Gerais.

Mães, espôsas, filhos, procuravam notícias dos seus entes queridos. Era um desumano jôgo de empurra. A DOPS dizia que a responsabilidade era do Exército e da Marinha.

O general Estêvão Taurino de Rezende Neto, designado Presidente da Comissão Geral de Investigações, vem a público e declara que cada corporação, órgão ou entidade, por iniciativa

própria deveria abrir inquéritos sôbre os fatos havidos anteriormente no País. Após concluídos seriam enviados a êle. Seriam instaurados quantos inquéritos fôssem necessários, submetidos todos a CGI sob a sua chefia e dos professôres Povina Cavalcanti e José Barreto Filho. Adiantou: "Deverei receber a relação de todos os presos políticos e estudar cada caso, em particular, para enviar à Justiça. Já tenho comigo a relação dos presos do Exército, na Guanabara, faltando as dos Estados e os que estão sob a responsabilidade da Marinha, Aeronáutica e Polícia Estadual da Guanabara. Em navios temos o general-de-brigada Newton Lemos, quatro coronéis, 15 tenentes-coronéis, 9 majores, 18 capitães, 18 primeiros-tenentes, 4 segundos-tenentes, um subtenente, um primeiro sargento, 7 segundos-sargentos, 30 terceiros-sargentos, quatro civis e, entrados para a lista posteriormente, mais um primeiro-tenente, três capitães, dois terceiros-sargentos, o general-de-brigada Artur de Barros e um tenente-coronel. Nas fortalezas de Artilharia da Costa, temos o vice-almirante Cândido da Costa Aragão, os generais Euríalo Jesus Zerbini, Luís Tavares da Cunha Melo e Crisanto de Figueiredo, o contra-almirante Washington Frazão Braga, o general-de-brigada Assim Brasil, dois coronéis, um major, três capitães, os civis Antônio Celso Nogueira Monteiro, Neiva Moreira e João Pinheiro Neto, e mais três majores.

Após um mês de encarcerados, os presos seriam ouvidos e, quem sabe, receberiam a visita da família.

O Cardeal Dom Jaime Câmara continuava destilando ódio contra os vencidos, entre êles vários religiosos, inclusive Filhas de Maria, que ficaram prêsas em Belo Horizonte. "A tolerância que acoberta os facínoras favorece a ousadia para o mal, incentiva outros a seguirem os mesmos caminhos e gera a insegurança pública." Disse ainda Dom Jaime que, "quando os criminosos permanecem impunes, não há paz nem ordem, desaparecem as garantias de vida e de bens, de honra e dignidade."

Isso foi irradiado pela Vera Cruz, emissora semiclandestina, justamente na noite em que o general Justino Alves Bastos, no Recife, determinava à polícia que retirasse do ar a estação católica *Rádio Olinda*. A ordem foi cumprida e, dessa forma, suspensa a irradiação das aulas do programa de educação de base, sob a direção do Arcebispo D. Hélder Câmara. A rádio silenciada pertence à própria arquidiocese.

Um levantamento realizado por elementos da Ação Católica revelou que em todo o País havia uma situação de visível constrangimento para os bispos, sacerdotes e os próprios leigos cumprirem suas obrigações religiosas, criada após o movimento de abril, num flagrante desrespeito à Constituição e à liberdade de pensamento e de culto. O Comando Revolucionário prendeu o Padre Tomás Prata, em Uberaba. Para conseguir a libertação do sacerdote, o Bispo Dom Alexandre Amaral pôs-se à frente de todo o seu clero e exigiu a soltura do padre, invocando o Direito Canônico.

A DOPS, de Minas Gerais, tentou intervir no Diretório Acadêmico da Faculdade São Tomás de Aquino, das Irmãs dominicanas, e mais uma vez Dom Alexandre Amaral teve que agir para impedir a arbitrariedade.

Dom João de Souza Lima, Bispo de Manaus, fez declarações pelo rádio em termos que significavam a sua não adesão ao movimento. Este fato, aliado à sua permanente ação no campo social da Igreja, foi o bastante para que grupos de exaltados alçassem contra êle insultos e calúnias.

Dom Aristides Pirovano, Bispo da Prelazia do Amapá, viu seu jornal ameaçado de fechamento pelo interventor do Território.

Um padre de Belém, assistente da Ação Católica, integrante do Regional Norte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, foi prêsso, com escândalo público, por um coronel da Aeronáutica.

Dom Eugênio Sales, Bispo de Natal, famoso pelos seus pronunciamentos em defesa da Reforma Agrária, foi acusado de comunista por um deputado na Assembléia Legislativa. Depois disso, pressionaram-no para celebrar um *Te-Deum* pela vitória do movimento. Recusou-se. Afirmou que rezaria missa apenas pelo fato de não ter havido derramamento de sangue.

Incensados pelo Cardeal Dom Jaime, oficiais das Fôrças Armadas ensaiaram uma devassa na Ação Católica da Guanabara para averiguar as atividades do seu assistente nacional, D. Cândido Padim, apontado como militante da *Bossa Nova*.

O Comando Militar da Revolução em Minas, por sua vez, manifestava a sua satisfação ao Arcebispo de Juiz de Fora, Dom



Geraldo Penido, por ter mandado fechar e lacrar a sede da Ação Católica naquela cidade.

“Também o Cardeal Arcebispo da Bahia mandou interditar, até ulterior deliberação, a Ação Católica naquele Estado, infiltrada por “nacionalistas” a sôlido do Ministério da Educação, Movimento de Educação de Base etc.” — dizia um telegrama na *Tribuna da Imprensa*.

O Governador Carlos Lacerda, num programa de televisão, cavou ainda mais o abismo entre as duas fôrças: a revolução e a Igreja, acusando Dom Hélder Câmara de “cultivar a miséria como as alfaces de uma horta, para sua salada cotidiana”.

A *Ultima Hora* tirou partido da situação e abriu a manchete: “Brasil inteiro repudia agressão a Dom Hélder” seguida do texto: “O Arcebispo Dom Hélder Câmara tem recebido dezenas de telegramas e cartas de solidariedade e repúdio às acusações injuriosas que contra êle formulou o Governador da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda. As manifestações chegadas a Recife, de todo o País, têm como ponto comum a denúncia de que os ataques continuados à Igreja e a seus Pastôres representam um repto à fé cristã e à tradição do respeito que sempre presidiu às relações entre os sacerdotes e todos os brasileiros, mesmo os opositores confessos do catolicismo.”

Defenderam o Arcebispo de Olinda e Recife Dom Valdir Calheiros Novais, Bispo-Auxiliar do Rio; Dom Antônio Macedo, Bispo de São Paulo; padres José Mirabeau e Daniel de Castro, vigários das Paróquias da Glória e de Cascadura, padre Paulo Rioux, Assistente Eclesiástico da Ação Católica Operária, em Botafogo; padre Danilo Geraldo, da Ação Católica; padre Alexander Língua, vigário da Paróquia de Cristo Trabalhador, no Engenho de Dentro; e padre José Maria Vasconcelos, vigário de Olaria.



A revolução ensaiou um cêrco ao Supremo Tribunal Federal para a demissão dos ministros Evandro Lins e Silva e Hermes Lima, ambos nomeados pelo Presidente deposto, do qual foram chefes da Casa Civil. O Sr. Júlio de Mesquita Filho, proprietário do *Estado de São Paulo*, investiu contra os mes-

tres de Direito, dizendo: "Agitadores, elementos de má qualidade, sem condições intelectuais, pessoais e morais; não se coadunam com a alta função de Juiz da Côrte Suprema".

A reação do ministro Ribeiro da Costa, Presidente do STF não se fêz esperar: "Entendemos que a imprensa deve ser órgão de orientação e de elucidamento do povo, deve ser órgão capaz de corrigir as incompreensões populares e de lhes dar esclarecimentos sôbre o modo por que as coisas correm no País. Mas não deve, nunca, confundir essas coisas com propósito subalterno, que ninguém de bom critério pode aplaudir ou justificar." E concluiu mencionando que estava "possuído de verdadeira indignação, como Juiz e Presidente desta Casa, diante da atitude dêsse órgão, que, sem provas irrefutáveis, desce a retalhar reputação digna e insuspeita de eminentes colegas, visando, evidentemente, a destruir essa instituição que, por todos os títulos, por sua tradição e pela atuação que tem, em nosso País, a seu serviço e em proveito da coletividade, deveria antes ser motivo de orgulho para a imprensa do Brasil."

Ao Supremo Tribunal Federal e ao ministro da Justiça chegavam um S.O.S. de presos políticos, em nome de 200 detidos no infecto Depósito de Presos Fernandes Viana, na Guanabara, reclamando das "condições arbitrárias e desumanas em que estavam encarcerados." Denunciavam que "centenas de detidos foram divididos em grupos que variavam de 50 a 70 pessoas, em regime de incomunicabilidade, sem móveis, sem divisões, apenas um muro baixo, isolando um vaso sanitário, algumas tábuas espalhadas pelo chão para que êles não dormissem no cimento." Esse libelo era assinado por Mário Lago, Henrique Cordeiro, Carlos Casanova, Pedro Paulo Sampaio Lacerda, Aristélio Fernandes de Andrade, Renato Guimarães, Manoel Batista Moraes, Hermógenes César, Constantino C. de Melo e outros jornalistas, escritores e radialistas, encarcerados desde o dia 1.º de abril, sem culpa formada. Não os tratavam como homens que são, mas como animais dentro de uma pocilga.

João Etcheverry, diretor de *Última Hora*, não firmou o memorial porque estava prisioneiro em outra dependência, na PE do Exército, na Tijuca.

☆

Reuniu-se o Tribunal Regional Eleitoral para apreciar a comunicação sôbre a cassação dos direitos políticos do Sr. Elói

Dutra, declarando vago o cargo de Vice-Governador da Guanabara. A decisão do TRE, a primeira Côrte de Justiça a manifestar-se sôbre o Ato Institucional, era inteiramente desnecessária já que o coronel Américo Fontenelle foi à Assembléia Legislativa exigir a eleição do Sr. Rafael de Almeida Magalhães, em nome da revolução. Assim ou assado, o fato é que o Tribunal rasgou um diploma conferido por 530.000 votos dados a Elói Dutra, vencedor de concorrentes financiados pelo IBAD. Foi a maior votação até hoje conferida a um político na Guanabara.

Uma Assembléia de cócoras elegeu o Sr. Rafael de Almeida Magalhães, enquanto o verdadeiro titular era metido no fundo de uma garagem da Embaixada do Uruguai, como seu asilado. A conduta do respectivo Encarregado de Negócios, em absoluto, não representava o espírito de hostilidade do país vizinho e amigo.

Folheio mais uma vez o *Diário da Revolução*...

— Jantei com Osvaldo Costa, a quem devo a minha atuação nos debates nacionalistas, abrindo para mim as colunas do seu *O Semanário*, onde escrevi com tôda liberdade, coisa rara no Brasil. Encontrei-o lendo a *Vida dos Antropóides*, do Professor Mathis, do Instituto Pasteur de Tunis. Fiquei sabendo que o gorila, no comêço da luta, é um animal de muito vigor, porém, de fôlego curto. Quem quiser vencê-lo, é tontea-lo por algum tempo. O gorila, ao contrário do que se supõe, é muito burro, o que, de resto, é um consôlo para nós, os homens.

■ O bom é ser general da ativa ou da reserva para receber um automóvel de passeio do Ministério da Guerra, a título de representação, pelo prazo de 4 anos. Findo o tempo, adiantam as "Instruções para a aquisição e distribuição de viaturas, automóveis de características não militares", publicadas no *Diário Oficial*, o "veículo poderá ser adquirido mediante desconto em fôlha, se a transação interessar ao usuário do carro." De quatro em quatro anos receberá um carro nôvo, não precisando, portanto, comprar o ferro velho."

■ Um certo Sr. William C. Doherty, diretor dos programas sociais do *American Institute for Free Labor Development*, disse em Washington que os sindicatos no Brasil estão gozando de uma liberdade sem precedentes. Mentira do Sr. Doherty. Acontece justamente o contrário. Quatro Confederações, 43 Fe-

derações e Sindicatos estão sob intervenção federal, enquanto centenas de líderes permanecem presos em execráveis enxovias. Muitos, não resistindo ao tratamento desumano, perderam a razão. Outros suicidaram-se.

■ As batidas policiais nos setores considerados subversivos apresentam resultados ridículos. A propalada exposição do material de propaganda comunista, inclusive exibição de armas e engenhos de guerra, anunciada para o *hall* da Central do Brasil, saiu no noticiário dos jornais. Mesmo assim, a repressão continuava. Agentes da DOPS apreendiam trinta “cabeças de negro” na lixeira do prédio 264, na Avenida Augusto Severo. A princípio, pensaram tratar-se de um nôvo foco de agitadores que, apavorados ante a ação policial, estariam desfazendo-se de material comprometedor. . .

■ O Governador Ademar de Barros era artista de TV, ocupando as câmeras, ora com têrço na mão, ora fazendo orações à Nossa Senhora, sempre com surrado *slogan*: “Livrai-nos do comunismo ateu, o inimigo da nossa querida Pátria, inimigo mortal da Família!”

Comunista para o Sr. Ademar de Barros, o Catão da revolução, era pior do que lepra. Uma maldição que necessitava ser banida da terra. Precisaram, entretanto, refrescar a memória do Governador eleito, em 1947, com os votos do Partido Comunista, através de uma troca de documentos, cujos originais estão em poder das autoridades militares. A primeira carta é do PCB ao Sr. Ademar de Barros: “Partido Comunista do Brasil. Comitê Estadual de São Paulo.

São Paulo, 4 de janeiro de 1947. Exmo. Sr. Ademar de Barros. DD. candidato a Governador do Estado. Prezado patriótico: no propósito de contribuir para consolidar a democracia em nosso País, garantir a Constituição da República e empreender a solução imediata dos mais agudos problemas que afligem o nosso povo, especialmente o da carestia e o da inflação, o Partido Comunista do Brasil toma a iniciativa de se dirigir a V. Exa. que, na qualidade de candidato ao Governo do Estado de São Paulo, aceitou uma enorme parcela de responsabilidade nesta hora grave e decisiva para São Paulo e o Brasil. O Partido Comunista, que é um dos construtores da legalidade democrática no Brasil e cuja força política, prestígio e influên-

cia popular são crescentes, tem, em consequência, grande responsabilidade na luta do nosso povo pelo progresso e o bem-estar social. Compreendemos, por isso mesmo, que uma aliança formal com as forças políticas de um candidato ao Governo de nosso Estado seria, não só fator decisivo para a vitória eleitoral, mas, sobretudo, garantia do apoio popular à sua administração progressista. Levando em conta êstes fatores e aquêles objetivos, a direção do Partido Comunista do Brasil, neste Estado, toma a liberdade de propor a V. Exa. e aos seus correligionários políticos as condições que nos possibilitem uma aliança formal. Nosso Partido assume o compromisso de dar o mais ativo e entusiástico apoio à sua candidatura, se V. Exa. concordar em aceitar êste apoio e o compromisso declarado de defender a Constituição da República, recentemente promulgada, a existência legal dos partidos políticos — inclusive a do PCB — e empreender, como dissemos acima, a solução imediata do agudo problema da carestia e da inflação. Certos do elevado espírito patriótico e democrático de V. Exa. e de sua compreensão do exato propósito do Partido Comunista em servir ao progresso de São Paulo e do Brasil e ao bem-estar e à felicidade de nosso povo, subscrevemo-nos, aguardando pronta resposta de V. Exa. Saudações democráticas. João Sanches Segura, pelo Comitê Estadual do PCB.”

Resposta do Sr. Ademar de Barros: “Prezados patrícios. Acusamos o recebimento da carta que nos foi dirigida pelo digno Comitê do PCB em São Paulo, participando a decisão por êste tomada, de registrar a nossa candidatura a Governador de São Paulo, no pleito de 19 de janeiro próximo. Essa deliberação do PCB, para nós sobremodo honrosa, vem ainda mais firmar o nosso propósito de realizar o que prometemos em nossa plataforma eleitoral, dentro dos postulados doutrinários do Partido Social Progressista, isto é, um Governo que defenderá intransigentemente a Constituição da República, reconhecendo a existência legal de todos os partidos — inclusive a do Partido Comunista do Brasil — e promovendo medidas urgentes para a solução dos graves problemas da carestia da vida e da inflação. Nosso desejo é trabalhar por São Paulo, tendo em vista a solução dos problemas vitais de nossa terra e da nossa gente, e, nessa obra ingente, contamos com o apoio do PCB, que, patriô-

ticamente, nada de nós exigiu além da promessa formal da defesa da Constituição e dos interesses do povo. Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos denodados companheiros, nesta hora histórica da nacionalidade e da democracia, tão alta prova de solidariedade e de confiança cívica. Muito cordialmente — Ademar de Barros”.

Em 18 de janeiro de 1947, quando nas reuniões do Partido Comunista eram distribuídos cartazes autografados com fotografias do Sr. Ademar de Barros entre as dos seus aliados comunistas, a Liga Eleitoral Católica lançou a seguinte proclamação: “Considerando que lhe cabe dar ao eleitorado católico clara e precisa orientação de acôrdo com os princípios cristãos; considerando que o comunismo ateu e totalitário foi condenado pela Igreja, particularmente pelo Santo Padre Pio XI na Encíclica *Divini Redemptoris*, e por Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro; considerando que já é do domínio público o acôrdo celebrado pelo Partido Social Progressista com o Partido Comunista do Brasil, do qual resultou ter sido inscrito o presidente do primeiro como candidato oficial do segundo dos partidos nomeados, para Governador do Estado de São Paulo, em troca de inclusão de vários líderes comunistas na chapa de candidatos a Senadores e Deputados do Partido Social Progressista, RESOLVE dar ao eleitorado católico de todo o Estado de São Paulo as seguintes diretrizes: 1.º — Não podem os católicos dar o seu voto para Governador do Estado de São Paulo ao Sr. Ademar de Barros, nas próximas eleições; 2.º — Não podem, igualmente, votar nas legendas ou quaisquer dos candidatos a Senador, a Deputado Federal ou Deputado Estadual do Partido Social Progressista e do Partido Comunista do Brasil. Tudo pelo Brasil católico e democrático.”

Os documentos nunca foram considerados apócrifos pelo Sr. Ademar de Barros, diàriamente, às voltas nas TV, invocando a Santíssima Virgem e pedindo a ajuda de São José, “de saudosa memória”, para combater o comunismo. Revoltado com a notícia da existência das duas cartas, o Governador mandou invadir a casa do Sr. Luís Carlos Prestes, em São Paulo, à rua Nicolau de Sousa Queirós, 153, em Vila Maria, encontrando “centenas de publicações de cunho comunista e farto material de propaganda bolchevista, além de documentos, credenciais e

cartas de referências destinados a elementos simpatizantes do PC", conforme anunciou a sua polícia.

A esposa e os sete filhos do líder vermelho (o mais novo com um ano e meio), foram retirados da casa, enquanto era procedido o saque. São Paulo caçava o líder comunista Luís Carlos Prestes, o aliado de ontem do Sr. Ademar de Barros. E o Rio Grande do Sul recebia o Embaixador Lincoln Gordon chegado a Pôrto Alegre, em avião da Fôrça Aérea dos Estados Unidos. Rumou para o Palácio Piratini, acompanhado por três funcionários de Tio Sam. Foi introduzido imediatamente no gabinete do Governador Ildo Meneghetti, com o qual palestrou pelo espaço de quarenta minutos. A conversa girou sôbre os assuntos mais variados, inclusive o movimento revolucionário que abalou o País.

"Perguntou a Ildo Meneghetti se, do programa, constava um reservado com o chefe do Executivo gaúcho, recebendo resposta afirmativa. Por solicitação do Embaixador, o Governador revelou-lhe pormenores da revolução ocorridos no Rio Grande do Sul, reportando-se aos antecedentes que culminaram com transferência da Capital do Estado para a cidade de Passo Fundo." Esta notícia é do *Correio do Povo*, de Pôrto Alegre, no dia 23 de abril, e dispensa comentários.

O Sr. Lincoln Gordon quis saber tudo sôbre a revolução e de tudo foi informado. Depois, concedeu uma entrevista aos jornalistas, conduzida pelo presidente da Associação Rio Grandense de Imprensa, Sr. Alberto André, "que procurou observar as normas do regimento interno aprovado para os contatos com as personalidades importantes, recentemente oficializado pela Secretaria do Interior e Justiça."

Foi feita alusão à possibilidade, com a posse do novo Governo, de serem reiniciados os entendimentos em tôrno do plano que canalizaria 400 milhões de dólares ao Brasil, iniciados anteriormente. Manifestando-se sôbre êste assunto, o Embaixador Gordon disse que já fizera referências aos planos discutidos, em razão do que haviam sido liberados 84 milhões de dólares no mês de abril.

De resto — prosseguiu — só mais uma parcela foi concedida, em vista do fracasso do Plano Trienal. Neste plano estava incluído o fornecimento de excedentes agrícolas, principalmente

de trigo, que continua em marcha, e alguns outros projetos. Neste aspecto, desapareceu a balança de pagamentos. "Há possibilidade, agora, de uma política financeira clara. Pensamos reavivar, no atual Governo, aquêlo tipo de cooperação, mas não temos cifras em mente. Por outro lado, o Brasil ainda não pediu ajuda específica. A próxima etapa será a do reinício das negociações para o rescalonamento das dívidas, conversações estas que serão abertas dentro de trinta dias. Estamos a três semanas do nôvo regime e é cedo para pensarmos em têrmos quantitativos. Certamente, o tipo de cooperação do ano passado servirá de base para a revisão."

Sôbre as relações com os Governos de Jânio e Jango: "Mantivemos relações amistosas com o Governo anterior, mas existiram dificuldades de entendimento, novamente quanto à aplicação dos Planos da Aliança Para o Progresso. Convém lembrar que a assinatura da Carta de Punta del Este, em agôsto de 61, que propiciou o início das conversações sôbre a Aliança, foi seguida pela crise política que culminou com a renúncia do Sr. Jânio Quadros. Esta crise só terminou agora. Houve, portanto, uma crise contínua, que sempre dificultou melhores entendimentos. Ainda assim, muitos progressos foram feitos durante êsse tempo."

Aludindo ao seu encontro com o Presidente Castelo Branco, dias antes, em Brasília, declarou:

"Falamos, naturalmente, do estreitamento de relações e sôbre interêsses comuns, assim como a *respeito de ajuda militar, econômica, política etc.* e mais ainda para nos conhecermos de perto e explicarmos a esperança do Presidente Johnson sôbre a nova administração do Brasil. Fizemos uma apreciação sôbre o *back ground* na Aliança Para o Progresso nos dois últimos anos, tudo isto sempre em têrmos gerais. Oportunamente, vou me encontrar com vários ministros. Já tive contatos com os ministros Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos (sempre juntos) que tiveram o caráter de uma revisão geral nas relações entre os Estados Unidos e o Brasil. Todos objetivaram, acima de tudo, um conhecimento mais íntimo com os atuais dirigentes brasileiros. Do meu encontro com o Presidente Castelo Branco, colhi uma profunda impressão."



Seguiu para Uruguaiana, no mesmo avião, figurando em sua comitiva o Conselheiro político da Embaixada dos Estados Unidos, *Mr. Keppel*, e os Srs. Warren e Kalm. O Sr. Warren é o Diretor do USIS em nosso País e o coronel Kalm é o adido da Aeronáutica. Durante a visita que fez à 2.<sup>a</sup> Divisão de Cavalaria, onde o recebeu o general Joaquim de Melo Camarinha, salientou, em breve alocução, o espírito de unidade das Fôrças Armadas brasileiras, acrescentando: "Sempre tive prazer em verificar que, entre as três Fôrças brasileiras, existem amizade, cooperação e independência, e sobretudo, interdependência com as Fôrças Armadas americanas."

"Simpático e simples, expansivo e insinuante, o Embaixador Lincoln Gordon pode dizer, sem falsa modéstia, que conquistou os gaúchos e, inclusive, o tradicional chimarrão, durante sua estada no Rio Grande do Sul". Legendas como esta, com grandes fotos, tomaram as primeiras páginas dos jornais de Pôrto Alegre, capital do Estado, onde a *Bond and Share* foi encampada e ainda luta na Justiça pela anulação do ato do então Governador Leonel Brizola.

O Embaixador entusiasmou os jornalistas do Sul. Fica-se sabendo a história dos seus cachimbos e como trabalha: "Sem dúvida que o indefectível cachimbo do Sr. Gordon chamou a atenção de todos. Jamais desacompanhou o homem. Gordon, formal por sua posição, é loquaz e agradável quando esquecido da importância do seu cargo. Assim, prazerosamente, falou ao repórter sôbre os seus quarenta cachimbos e sôbre o hábito que adquiriu desde 1931. Referiu-se, fazendo *blague*, a uma disposição oficial em seu país, que proibira o uso de cigarros a bordo dos aviões, mas que permitira o uso do cachimbo. "Sem dúvida — disse — os autores da idéia demonstraram que possuíam muita compreensão". Disse, também, que de quando em quando aprecia um bom charuto, especialmente após o jantar. Trabalha de 65 a 70 horas por semana. Despacha pela manhã e, a partir das 9h30m, diariamente, promove uma reunião com o seu *staff*. Realiza um almôço breve, às vêzes em companhia de jornalistas, funcionários do Governo e visitantes, "quando discutimos francamente sôbre vários assuntos."

À tarde recebe visitas ou as faz aos diferentes setores da administração brasileira. Quase ao anoitecer, fecha a corres-

pondência para Washington, saindo do gabinete entre. 20 e 20h30m. À noite, prefere jantar com a família. Três noites por semana comparece a recepções ou atende a convites. E quando tem que escrever algo formal, como deverá fazê-lo em 5 de maio para uma conferência na Escola Superior de Guerra, discute os assuntos com os seus auxiliares mais diretos, pede quantos dados necessitar, para, finalmente, escrever os seus próprios discursos o que faz nos fins de semana ou à noite.”

Horas antes de deixar Pôrto Alegre, visitou os Comandos do III Exército e da V Zona Aérea. Agora, o Embaixador está em Florianópolis, a convite do governador Celso Ramos, onde não teve o sucesso do Rio Grande do Sul. Deu uma entrevista sôbre a “iniciativa privada num país em desenvolvimento”, exaltando o capital particular e atacando o monopólio estatal. A entrevista tinha enderêço certo: Petrobrás.

Voltou a elogiar o Sr. Roberto Campos, ex-Embaixador do Brasil em Washington (relembrar a sua posição no caso da *Bond and Share*) e o ministro do Planejamento do atual Governo: “Naturalmente que o Govêrno brasileiro é nôvo, mas consideramos muito auspiciosa a nomeação do ministro Roberto Campos para o setor de Planejamento, pois foi êle um dos mais atuantes quando da redação da Carta de Punta del Este. Isto é um indício de que se criará um clima favorável à cooperação pública e privada dos Estados Unidos, da qual espero resultados significativos a curto prazo.”

De regresso ao Rio, radiantê com o êxito da excursão aos domínios do Presidente deposto, preparou a conferência da Escola Superior de Guerra e ultimou os preparativos de outras viagens pelo Brasil inteiro.

Grande homem êste Embaixador Lincoln Gordon! Pequeno povo, o brasileiro, que assiste a tudo isto sem ninguém protestar.

A sincronização de *Mr. Lincoln Gordon* com as suas ramificações nos Estados Unidos é perfeita. Falava êle no Sul do Brasil, ao mesmo tempo em que um outro Embaixador americano em nosso País, ex-Secretário de Estado Adjunto, Sr. Adolfo Berle Júnior, aquêle que Getúlio expulsou do Catete, escrevia em Nova Iorque um artigo na revista *The Reporter*: “A queda do regime do ex-Presidente João Goulart pode ser um fator deci-

sivo na luta contra o comunismo na América Latina. Historicamente, os acontecimentos desenrolados na semana da Páscoa dêste ano, no Brasil, podem ser tão decisivos para a América Latina como foi a derrota da tentativa comunista de apoderar-se da Europa Ocidental por meio de greves e subversões no período de 1947/48. Depois dessa derrota, o Plano Marshall pôde desenvolver-se na Europa; agora, parece que a Aliança para o Progresso poderá, realmente, prosseguir sua tarefa na América Latina.”

O Ex-Embaixador adiantava que o Govêrno chefiado pelo marechal Humberto Castelo Branco poderia permitir o desenvolvimento do programa da Aliança, a exemplo da Venezuela sob os Governos de Rômulo Bettencourt e Raul Leôni, observando:

“Os dois países — Brasil e Venezuela — viram-se forçados a combater os esforços dos elementos comunistas e filocomunistas que pretendiam estabelecer uma ditadura de extrema esquerda, de linha cubana, e ambos sabiam que tais esforços eram financiados e dirigidos pela União Soviética e, possivelmente, também pela China, de uma base cubana.”

“Agora, que passou a ameaça, o Brasil, da mesma forma que a Venezuela, poderá dedicar-se ao seu verdadeiro trabalho de aumentar a produção nacional e elevar o nível de vida”. “Nesse ponto, a Aliança Para o Progresso pode servir a seus propósitos e, com a cooperação do Brasil, o programa tão resolutamente iniciado há três anos começará pelo menos a dispor da base política continental de que tanto necessitava.”

O Brasil, agora, é assunto no estrangeiro. Chamando alguns jornalistas franceses de imbecis e comunistas e dizendo que a viagem do general De Gaulle ao Brasil significaria, apenas, banquetes e discursos, o Sr. Carlos Lacerda provocou violenta reação da imprensa de Paris. Atacou os correspondentes dos jornais franceses, os quais — disse — difundiam falsas notícias sôbre a crise que acabava de ocorrer no Brasil. Um jornalista insinuou que no Brasil estava havendo uma “caça às bruxas”, ante o que o Governador Lacerda exclamou: “Não há no Brasil nenhuma caça às bruxas. O único bruxo é o Diretor do jornal *Le Monde*, Beuve-Mery, que é um mau feiticeiro. O público francês foi enganado. Isto é um insulto à inteligência

francesa. Já não há crise política alguma no Brasil. Há menos, por exemplo, do que na França. Temos um Governo que foi eleito e trabalha.”

Sobre a Reforma Agrária, declarou: “Goulart não fêz jamais uma Reforma Agrária. Limitou-se a nacionalizar 550.000 hectares de terra a fim de apropriar-se delas.”

A uma pergunta relacionada com os expurgos que se seguiram à revolução, o Governador afirmou: “Foi muito menor do que o que houve aqui depois da libertação. Não fuzilamos ninguém e também foi uma libertação. Não usamos a guilhotina. Os comunistas no Brasil continuam vivos.” E acrescentou: “O Brasil vê hoje uma revolução tecnológica e estamos em processo de transformação numa nação de consumidores. A luta de classes em meu País não é mais que um velho truque do comunismo internacional. Há, certamente, mais igualdade social no Brasil do que na União Soviética.”

Depois de almoçar no aeroporto de Orly, o Governador Lacerda falou em tom mais amável ao microfone de uma emissora particular. Elogiou, então, o Presidente De Gaulle, em termos serenos, e afirmou que suas acusações não se referiam a todos os jornalistas franceses. A edição final do vespertino *Le Monde* disse, em lacônico comentário: “Semelhantes palavras ilustram perfeitamente os métodos do Sr. Lacerda e confirmam o que já se sabia sobre a amplitude da caça às bruxas desencadeada pelos novos governantes do Brasil.”

O *France-Soir*, jornal de maior tiragem da França, proclamou em grandes títulos: “Violentas declarações de Lacerda contra a França, por ocasião de sua chegada a Paris.”

Ao fazer escala no aeroporto de Baraja, em Madri, em trânsito para Paris, o Governador sentenciou ao diário *Pueblo*: “Serei Presidente do Brasil dentro de dois anos. Se tivesse sido agora a eleição, também seria eu Presidente. O Brasil ressurgiu. O que agora soou pelo mundo foi o simples gemido de uma pequena nação que deu vida a uma grande nação. O que aconteceu no Brasil não foi um golpe de Estado, mas uma revolução de breve duração e sem derramamento de sangue. O Brasil está nascendo definitivamente.” Acrescentou: “Não fui comunista. Fui, apenas, um simpatizante aos 18 anos. Não sou hoje o homem forte do Brasil. Este é o marechal Castelo Branco, seu

atual Presidente, que é, por outro lado, o mais intelectual dos generais e o mais general dos intelectuais. João Goulart não sabia dirigir a Nação e creio que se sentiu aliviado ao ser afastado da política. Nada fez de positivo pelo Brasil. Quanto a mim, sou apenas Governador da Guanabara e candidato à Presidência. Não é verdade que eu tenha sido designado Embaixador na ONU.”

Lacerda deixava de ser o político para ser o jornalista de combate da *Tribuna de Imprensa* e o colunista do *Correio da Manhã*, jornal que o atirou na militância partidária, elegendo-se vereador. Renunciando, foi eleito depois deputado federal. A entrevista foi o prato da semana. Carlos estava no seu clima ideal: a polêmica.

Consulto o *Diário da Revolução*...

■ “O Governo parou, depois dos seus primeiros 30 dias. Nada de importante. Nenhuma medida de repercussão nacional. O advogado Adalberto Teixeira Fernandes bate às portas do Supremo Tribunal Federal pedindo *habeas-corpus* para 265 militares, à frente o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano. A medida seria em favor de almirantes, brigadeiros, generais, deputados, jornalistas, todos incomunicáveis. Na Câmara Federal, como pitoresco, o Sr. Eurico de Oliveira, que fôra convocado, como 6.º ou 7.º suplente da bancada carioca, esvaziada pelo Alto Comando Revolucionário apresentou um projeto de lei instituindo o serviço militar obrigatório para as mulheres aos 18 anos de idade. A proposição criava, ao mesmo tempo, a Guarda Sanitária Nacional, subordinando-a ao Ministério da Saúde. Que pândego!

■ Vinte oficiais do Serviço Secreto do Exército, comandados por um coronel e três policiais da Divisão de Ordem Política e Social, invadiram a seção comercial da Embaixada da Hungria, à Avenida Rui Barbosa, 460, apartamento 602, onde foi “apreendida grande quantidade de material considerado subversivo pelas autoridades”. Entre os documentos, uma revista húngara para o marechal Osvaldo Ferreira Alves, que ainda hoje é fartamente distribuída como propaganda comercial, tipo de publicidade usada por quase tôdas as embaixadas. Esta não colou. Bola preta.

■ Anunciou-se que o navio-transporte *Custódio de Melo* estava sendo preparado para transportar cêrca de 400 presos po-

líticos de Santos para o Rio. A Marinha mantinha sigilo absoluto sobre a operação. Entre os prisioneiros figuravam líderes sindicais, estudantis e militares. Ampliava-se o campo de concentração e melhorava a situação dos chineses, cuja libertação havia sido pedida, em violento telegrama, pela Associação Chinesa de Ciências Políticas e Jurídicas, através da Ordem dos Advogados. Um trecho da mensagem de Pequim: "As autoridades responsáveis pelo golpe de Estado militar do Brasil agiram sob a instigação dos conspiradores imperialistas americanos e de Chiang Kai Chek". Meu filho entrevistou-o em Formosa. Acha-o um venal. Endosso.

A Cruz Vermelha do Brasil visitou os chineses, submetendo-os a um rigoroso exame, por ordem do Presidente da República: "Os nove chineses presos no 1.º Batalhão da Polícia do Exército estão em ótimo estado de saúde e em nenhum deles foram encontrados vestígios de agressão física ou de torturas. Alimentam-se bem, vestem roupas limpas e ocupam alojamentos saudáveis."

Estas foram as declarações feitas pelo médico e general Benjamin Gonçalves, Secretário-Geral da Cruz Vermelha do Brasil, que, juntamente com seu presidente, o médico e o senador Vivaldo Lima, e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Sr. Carlos Povina Cavalcanti, e o Embaixador do Paquistão, a quem o Governo de Pequim solicitou acompanhasse o processo, interrogando os presos, procederam, atendendo à solicitação da instituição com sede em Genebra, ao exame dos chineses correspondentes do *Hsihua News Agency of China* e representantes do *Grupo Avançado para o Trabalho Preparatório da Exposição Chinesa de Economia e Comércio Internacional no Brasil* presos pela DOPS, nos primeiros dias de abril.

O general Benjamin Gonçalves, após dizer que "os chineses tentaram se manifestar durante o exame médico, mas foram impedidos de fazer qualquer declaração extra-exame médico pelo coronel Meira Matos, Subchefe da Casa Militar da Presidência da República", informou que ia encaminhar o resultado da visita, explicando que seria melhor que a notícia sobre o estado de saúde dos presos fôsse dada à Cruz Vermelha Internacional pelo Governo brasileiro, no caso o Ministério das Relações Exteriores. E de novo os chineses voltaram ao túmulo.

■ Depois de tantos achincalhes e ameaças à Justiça, o Presidente Castelo Branco visitou o Supremo Tribunal Federal, declarando enfaticamente que “a legalidade está na coexistência dos três poderes, quando o Presidente da República assegura condições para o funcionamento da Justiça no País”. Na mesma ocasião, ouviu do ministro Ribeiro da Costa, Presidente da Côrte Suprema, que “a Justiça, quaisquer que sejam as circunstâncias políticas, não toma partido, não é a favor ou contra, não aplaude nem censura. Mantém-se equidistante, influenciável pelos extremos da paixão política. Permanece estranha aos interesses que ditam os atos excepcionais de Governo”.

O marechal cumprimentou, um por um, os ministros, iniciando a homenagem com os Srs. Evandro Lins e Silva e Hermes Lima, ameaçados de cassação de seus direitos políticos por um grupo de militares e civis da chamada *linha dura*. 1 x 0 para a Justiça. Gol do ministro Ribeiro da Costa.

■ Ao mesmo tempo que o Presidente, em mensagem ao Congresso, propunha, com urgência, o aumento dos militares, sua filha tomava medidas de contenção de despesas no Alvorada, “mandando suprimir os vinhos, frutas e biscoitos, ficando permitido somente o trivial. Foi aberta exceção a duas maçãs, que o Presidente gosta de saborear diariamente” — revela o *Correio da Manhã*.

■ Ibrahim Sued não se contém e ameaça brigar com o Governo: “Não foi para isto que fizemos a revolução. O vinho é uma necessidade nos palácios, mormente agora, quando será nosso hóspede o Presidente Heinrich Luebke, da República Alemã Ocidental”, por sinal, um apreciador dos velhos vinhos do Reno.

■ O rompimento foi contornado, o que não impediu, dias depois, comentando um pedido de *habeas-corpus* para o contra-almirante Cândido Aragão, Ibrahim de declarar: “O momento não comporta filigranas jurídicas” — tese aprovada pelo Sr. Milton Campos, um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*, peça de bravura cívica que fêz balançar os alicerces de Getúlio, em plena ditadura. Mas isto foi em 1945. Agora, a escrita é outra. Totalmente manietado pelos militares e algemado pelo Ato Institucional, o finado Sr. Campos, lamentavelmente, é uma peça decorativa, sem fôrça sequer para resolver a vexatória si-

tuação dos presos políticos civis. Num encontro, em Brasília, o titular da Justiça e o ministro da Guerra procuraram acertar os relógios, com os ponteiros de há muito em desacôrdo. Informou-se que o Sr. Milton Campos demonstrou a necessidade de regulamentação do dispositivo do Ato Institucional, que permite medidas coercitivas. “Ao retirar-se, a passos largos, o titular da Guerra passou por vários deputados que estavam na sala de espera, sem os cumprimentar.”

O Governo Federal passaria, assim, a controlar as autoridades encarregadas das detenções, de tal forma que cessassem imediatamente os exagêros e abusos que estavam sendo cometidos em alguns Estados, não se permitindo, também, o desvirtuamento dos propósitos revolucionários. Em resumo, cuidaria dos presos por delitos graves, que atentassem contra a Lei de Segurança Nacional. Haveria um processo sumário, rápido, e, não estando o suspeito incurso nos dispositivos penais, seria imediatamente sôlto. Se o processo, por outra medida qualquer de segurança ou prevenção, prosseguisse, poderia o acusado defender-se em liberdade plena ou vigiada. O dispositivo do Código Militar, que permite a detenção de qualquer cidadão por 50 dias, foi o entrave. Conversa vai, conversa vem, e milhares de brasileiros continuaram mofando nas hediondas prisões, sobretudo os civis, sem regalia de espécie alguma.

■ O militar graduado ficou alojado no *Princesa Leopoldina*, o mais luxuoso transatlântico da *Costeira*, com ar refrigerado nos camarotes, amplos salões-de-estar, rádio, televisão, refeições magníficas, piscinas. Única restrição: leitura de jornais. Só *O Globo* e *Jornal do Brasil* chegavam ao *Leopoldina*. Vida de príncipe, levando em conta o passadio dos presos civis, mergulhados em miseráveis celas, catacumbas sem sol, alimentação infame — uma lavagem de suínos — vivendo numa promiscuidade animal, com 50 a 60 homens num cubículo, quando o espaço, segundo as normas do Conselho Penitenciário, era para 4 detentos.

■ Os artigos de Carlos Heitor Cony eram a janela aberta pela qual respiravam os prisioneiros. O Brasil inteiro, onde houvesse um lar mutilado pela revolução, um cárcere com sentinela à vista, com homens e mulheres imobilizados pela fôrça bruta, tinha em Cony o porta-estandarte de suas esperanças. Homens de imprensa, arrancados das redações pela polícia, e outros, em



maior número, privados de escrever suas colunas, por convên-  
cia dos donos dos jornais com os donos da revolução, na hora  
mais dramática do Brasil, com suas liberdades garroteadas,  
transferiram para o jovem comentarista a sua pena de escorra-  
çados por militares e patrões. Cony representava, ainda, os seus  
colegas que ficaram sem pão para a família, com os seus sema-  
nários fechados e impossibilitados de circular, por falta de ga-  
rantias. Neste grupo me situo, com Osvaldo Costa, Néelson Wer-  
neck Sodré, Osni Duarte Pereira, Gumerindo Cabral e outros,  
todos com os seus direitos políticos cassados pelo livre arbítrio  
de um almirante, um general ou um brigadeiro. Não era mais  
o homem simples da *Arte de Falar Mal*, recordista das feiras  
de livros. O antigo aluno do Seminário São José do Rio Com-  
prido desfraldara a bandeira da Resistência contra a violência  
e a usurpação do poder civil. Seu lar cercado, dia e noite, es-  
tendeu-se por tôda uma Nação aflita. Saiu da sua modéstia e  
disse porque era do contra: "No dia 31 de março, eu estava  
convencido de que o Sr. João Goulart havia abusado demais e  
que sua deposição era indispensável. Mas, quando fui para a  
rua, dia seguinte, e vi, em Copacabana, as pessoas que sauda-  
vam a Revolução, comecei a duvidar das minhas convicções.  
Foi um estalo. Vieram-me à cabeça tantas pessoas, tantos tra-  
balhadores, tanta gente modesta, em contraposição aos gritos de  
alegria de homens como Gudín ou os rapazelhos endinheirados,  
que, em Copacabana, realizavam o curso da vitória, que só me  
restou parar pensar. Não havia um comunismo no País. Havia  
um subcomunismo. Ou nem isso. Havia era um bando de pi-  
caretas e de calhordas, tomando dinheiro de onde podiam."  
"Estas campanhas contra a corrupção servem apenas de capa  
para impressionar homens honestos como Castelo Branco, Costa  
e Silva e tantos outros militares. Mas a verdade é que a revolu-  
ção foi saudada pelos que estão interessados na manutenção de  
privilégios." "Não quero para o Brasil nem um Alceu Amoroso  
Lima, que cita Maritain, nem Prestes, que cita Marx. São ho-  
mens muito certos demais para um país incerto. Por agora,  
quero liberdade." "Comunismo, jamais. Considero como abjeto  
um regime que prive o cidadão da sua liberdade. Mas o rótulo  
de "civilização cristã" me irrita. Sou um homem às vêzes de cen-  
tro, às vêzes de esquerda. Vou continuar a escrever. Sou um  
escritor em trânsito pelo jornalismo. Sem demagogia, valeu a

pena a luta. Sempre fui individualista, mas descobri, de súbito, que é bom ajudar os outros.”

Muita coisa é verdade. Exemplo. Bandos de picaretas, negociastas e aventureiros envolveram o Presidente deposto e arrasaram a Nação à fogueira. Prepararam um pudim com os mais extravagantes ingredientes, entregando o manjar de mão beijada aos militares. O resto está aí, consequência da subestimação das forças do inimigo.

■ Nada escapou à fúria dos inquisidores da cultura. A Gráfica Urupês de São Paulo foi interdita, sob alegação de que imprimia livros de tendência comunista, entre os quais *Um dia na Vida de Brasilino*, do Sr. Paulo Guilherme Martins, marido da deputada Ivete Vargas. Os proprietários, o escritor Caio Prado Júnior e seu filho Graco, foram presos “para averiguações”. *Um dia na Vida de Brasilino* é uma plaquete mostrando como somos explorados pelo capital estrangeiro, desde o ato banal de acender a luz (*Light*) ainda de madrugada, para irmos trabalhar, até o regresso ao lar. Uma ida e volta que dura de 10 a 12 horas, o bastante para o brasileiro ter pago serviços a 43 organizações americanas, canadenses, francesas, suíças etc.

■ Morreu o velho socialista João Mangabeira, deixando fabulosa herança: um rico patrimônio moral e jurídico.

■ Dom Carlos Carmelo, o progressista Cardeal de São Paulo, pagou o seu quinhão ao ódio dos poderosos, ante uma manobra do Cardeal Dom Jaime Câmara. Foi rebaixado e transferido para a Arquidiocese de Aparecida do Norte. Dom Carmelo, apontado como *Cardeal Rosado*, ocupou por 20 anos a Arquidiocese de São Paulo, sendo o construtor da Universidade Católica do Estado, onde aumentou de 90 para 245 o número de paróquias, criando 10 novos Bispados e 5 Arcebispados, além de desmembrar em 3 a Diocese da Capital: São Paulo, Santo André e Mogi das Cruzes. Presidiu, em 1962, a Conferência Nacional dos Bispos, cujas recomendações foram consideradas subversivas pelo submundo que não admite nenhuma espécie de reforma.

“Ao solicitar a sua transferência ao Papa Paulo VI, apresentou o prelado, como fundamento, motivos de saúde, além da idade, tendo sido atendido pelo Sumo Pontífice”, diz um comunicado da Igreja, procurando esconder a verdade. Para Monse-

nhor Lafaiete, Vigário-Geral de São Paulo, trata-se de verdadeira aposentadoria.

■ Um outro líder do clero sofreu as duras penas de um destêro, longe dos seus 800.000 favelados: Dom Hélder Câmara, no Recife, onde não perdeu tempo, mergulhando nos milhares de mocambos, cujo círculo vegetativo é o homem jogar detritos humanos no viveiro dos peixes e caranguejos, alimentando-os, para depois comê-los.

■ A polícia resolveu prender, novamente, o velho jornalista Henrique Cordeiro, sôlto depois de passar longa temporada no fundo de um cárcere policial, de onde saiu com a saúde abalada. M. Paulo Filho, Diretor do *Correio da Manhã* e nosso companheiro do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa — meu e do Cordeiro — de quem sempre discordou politicamente, saiu em defesa do colega ameaçado e, numa atitude que precisa ser conhecida pelos homens de imprensa, já que o fato permaneceu em sigilo, pediu a proteção do Embaixador do Chile, Sr. Marcelo Ruiz-Solar, em favor do principal redator da revista *Problemas da Paz e do Socialismo*, enviando-lhe uma carta: “Venho pedir-lhe para o colega constangido o seu amparo e asilo, certo de que a mim mesmo fará um ótimo favor.”

O asilo foi concedido imediatamente e o Conselheiro da ABI, com 65 anos e pobre, unicamente pelo crime de ter uma idéia, está amargurando um exílio.

■ Finalmente, a primeira reunião ministerial do Governo, sob a chefia do 25.º Presidente, desde a Proclamação da República, a 15 de Novembro de 1889, e 12.º depois da queda da ditadura, em 29 de outubro de 1945, o que mostra a instabilidade dos Chefes da Nação no último período. Estamos no dia 24 de abril. A reunião durou das 15 às 18 horas. A notícia vem de Brasília: “O Governo decidiu fixar-se na realização das reformas agrária, habitacional, bancária e fiscal, como meio para promover o rápido desenvolvimento social, econômico e político do País.”

“A reunião foi iniciada pelo ministro Extraordinário para o Planejamento, Sr. Roberto Campos, que analisou a situação econômica do Brasil, sugerindo as medidas que deverão ser postas em prática pelo Governo Federal para a efetivação das reformas. Para a da reforma agrária, sugeriu a criação de um

fundo constituído pela importação daqueles alimentos que os Estados Unidos vendem com 4 anos de prazo, os quais seriam vendidos a baixo preço à população para impedir a elevação do custo de vida. Com o produto de venda, formar-se-ia um fundo destinado a financiar a compra de máquinas, adubos e sementes. Como solução para o problema habitacional, seria elaborado um plano cuja característica principal seria assegurar emprêgo para uma parte da população, que, com a política de deflação a ser adotada pelo Govêrno, seria a mais atingida pela redução do ritmo inflacionário do País. Para efetivar a reforma tributária, sem a necessidade de nova emenda constitucional, o Sr. Roberto Campos pediu seja encontrada uma fórmula jurídica que permita ao Govêrno Federal disciplinar o Impôsto Territorial em todo o País, e apontou como solução para a reforma fiscal o desdobramento do problema em duas fases: uma, para solução imediata, mesmo mudando a Constituição, e a outra para ser aplicada a partir de 1965. O ministro da Fazenda, Sr. Otávio Gouvêa de Bulhões, propôs, entre outras medidas, a supressão dos subsídios ao trigo, ao papel de imprensa e ao petróleo, o que provocará aumento no preço desses produtos, mas proporcionará ao Govêrno uma economia de Cr\$ 240 bilhões dos Cr\$ 800 bilhões do *deficit* previsto para êste ano.”

Encerrando a reunião, o Presidente Castelo Branco ressaltou o caráter de desafio que as reformas assumem para o nôvo Govêrno, “em confronto com a atuação do Govêrno passado”, e afirmou que as reformas têm de ser feitas “com imaginação, energia, autoridade e austeridade.”

Dois assuntos não entraram em pauta: rompimento de relações com Cuba e a questão dos presos e asilados. De certo mesmo só o aumento da gasolina e derivados, conseqüentemente, a majoração de tudo, quando é sabido que 90% do transporte dos gêneros alimentícios é feito em caminhões, que dominam, por completo, o sistema de comunicações no Sul e Oeste, as fontes produtoras.

Anotei no dia do primeiro encontro ministerial uma nota social de Carlos Swann, máscara de Álvaro Americano: “Heron Domingues disse na televisão que o Presidente da República era grande apreciador dos artigos do professor Eugênio Gudin, que não tinha a honra de conhecer o Presidente da Repú-

blica, e que o Presidente, possivelmente, nem sabia de sua existência.”

Modesto demais. Quem não conhece no Brasil êste admirável mestre do entreguismo, com tôda a sua máquina montada no poder, com dois ministros, os Srs. Roberto Campos e Otávio Bulhões, e mais alguns diretores do Banco do Brasil e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, como lambuja? O Brasil é invencível. Aniquilam-no durante o dia e o colosso se recupera à noite. É o consôlo.

☆

É possível que o marechal, homem de hábitos simples, tenha sentido nojo após a reunião, quando chegou ao Planalto o seu neto *Pinga Fogo* na capa de uma revista, seguida de uma seqüência com oito fotos. As legendas repugnam pelo excesso de agrado: “*Pinga Fogo* saiu ao avô, na espada, no jeitão calado, ouvindo mais que falando. A sua espada ainda é de matéria plástica. Será um dia general-de-Exército, pois vive falando nisso.”

O garôto tem 3 anos. No fundo, o Presidente lembrou-se de João Vicente, o filhinho de Jango, que, durante meses, foi bajulado por tôdas as revistas, cada qual a mais interessada em documentar a sua maior traquinagem. Nem as crianças escaparam à onda de adulação. Revoltante foi um escriba insultar: “João Vicente é infeliz, ante a vivacidade de *Pinga Fogo*. O primeiro fazia tudo premeditado para tirar partido, enquanto o netinho do marechal é espontâneo.”

De qualquer maneira, a bajulação não faz mal a ninguém. Pode causar engulho ao estômago. Sórdido foi o que fêz um outro magazine, publicando o retrato de uma vedete seminua, apontando-a como amor secreto do almirante Cândido Aragão, justamente no dia em que a filha do militar vinha a público e dizia que o pai estava nas raias da loucura, em consequência dos maus tratos sofridos na prisão. Chamam a isto de grande imprensa! A que ponto se chegou!

Folheio mais uma vez o *Diário da Revolução*...

■ O govêrno cai na pasmaceira, quebrada pelos golpes e contragolpes da UDN e PSD, empenhados na conquista de posições, o último muito preocupado com a cassação dos mandatos do senador Juscelino Kubitschek e do Governador Mauro Borges,

ambos de Goiás, os quais, ao meu ver, serão sacrificados, ante a costumeira pussilaminidade do PSD.

■ Nota de inominável covardia foi assinalada no interior do *Cine Eskeye*, na Tijuca. Aos gritos de “Viva a Democracia”, o ex-deputado federal Carlos Marighela foi arrancado à força daquela casa de diversões por elementos da DOPS. Tentando recusar-se à prisão, um dos policiais disparou três tiros contra o líder esquerdista. Uma das balas atravessou-lhe o tórax, indo alojar-se no braço direito. Os tiros provocaram pânico na assistência. Depois de ferido a bala, Marighela foi espancado barbaramente pelos policiais, que o conduziram para uma camioneta. Este espetáculo de selvageria foi praticado à luz do dia, no centro de um dos bairros mais populares e familiares da Guanabara, outrora a Capital Federal de um país eminentemente católico, com o luxo de possuir três cardeais e um Cristo Redentor abençoando os seus filhos! Bandidos!

■ O ministro da Educação, Sr. Flávio Suplicy de Lacerda, resolveu suprimir Suplicy do nome e determinou ao seu assessor de imprensa que o noticiário oficial da pasta se refira a êle como Flávio de Lacerda. Nada de suplício.

■ A Marinha excluiu a palavra *vermelha* dos “avisos aos navegantes”. Bóia vermelha agora é bóia encarnada. Besteira e das grossas!

■ Foi preciso cair um Governo para que eu recebesse um cheque em branco, Leiláh Vasconcelos Mendes Pimentel, filha do Jaime Carneiro Leão de Vasconcelos, que até hoje vive na minha saudade, entregou-me as suas economias, depositadas num banco. Em tôda esta patuscada revolucionária, pela primeira vez as lágrimas vieram-me aos olhos. Devolvi-o no dia seguinte, escrevendo na parte destinada a preencher a importância: “Todo o *deficit* do Brasil em gratidão e ternura”.

■ A quartelada perdia uma entusiasta . . . Depois, foi Raquel de Queiroz, “Suprema Apologista da Revolução”, que mandava dizer do Ceará que a cassação dos meus direitos políticos marcava a sua primeira decepção do “Grande Motim”. Coisas do coração! De qualquer maneira quero bem à gorila Raquel de Queiroz.

☆

Nestor de Holanda é um homem de sete instrumentos: historiador, repórter, colunista, escritor, comentarista de rádio e

tv e Relações Públicas. É um dos bons da praça da Guanabara. Desabusado, sem papa na língua, não costuma esquentar lugar. Encontrei-o na Livraria Letras e Artes, em Copacabana, quando, numa roda, fazia uma análise dos últimos acontecimentos. Saudou-me à queima-roupa:

— Velho, parabéns, arranjuste um crachá com a revolução!

Nestor de Holanda, companheiro de 20 anos, contribuiu bastante para que eu fôsse excluído da lista de eleitores, durante o curto espaço de dez anos... Foi o responsável pela segunda edição de *A Revolta da Chibata*, levando-me à presença do editor Roberto Ribeiro. No *Festival do Escritor*, de 1963, realizado no Museu de Arte Moderna, a marujada disputou o livro, e isto não agradou, é claro, às autoridades navais. E por esta razão sou um proscrito... Disse-me que conhece dois sub-literatos do *Pen Club* que tudo fizeram para cair no índice da quartelada, única maneira de arrancá-los do anonimato e da poeira das prateleiras, onde suas obras estão encalhadas, inéditas para o público. Estou quase vendendo o meu lugar na História...

“Elegantemente vestido, com um terno claro de listras, chapéu preto e com boa disposição, o Sr. Eugênio Cailar, ex-secretário particular do Sr. João Goulart, partiu, para o exílio no México, viajando de primeira classe, num jato. Com êle embarcaram, mas na segunda classe, abatidos e sem falar nada, Osvaldo Pacheco, ex-secretário do CGT e PUA; o ex-deputado Max da Costa Santos; o aviador Breno Capistrano (piloto do Presidente deposto); o arquiteto Marcos Jaimovich; os jornalistas Pedro Taulois Trompowski e Hélio de Almeida Vieira; o economista Eduardo da Fonseca Sobral; a professora Áurea Celeste de Moura; o técnico de petróleo José Milton Galvão; o contador Adelino Nogueira Cerqueira e os polidores de diamantes João e Crispim Pimentel. Os asilados foram levados ao Galeão pelo Encarregado de Negócios, Roberto de Rosezweig-Dias.” Neste dia saíram duas notícias: uma, do Comando Militar de Brasília, convidando o Sr. Eugênio Cailar para depor, sob pena de prisão. E a Comissão de Inquérito instaurada para apurar irregularidades no Palácio do Planalto absolvía o mesmo Sr. Cailar, por falta de provas. A confusão já era geral, como dizia Machado de Assis.

■ Em pleno reinado da revolta apareceu, em dois vespertinos, como matéria paga, o Manifesto dos Intelectuais, assinado por mais de 400 homens de pensamento e divulgado em fins de outubro de 1963. Era evidente o intuito de quem mandou publicá-lo: lançar escritores, jornalistas, professores, engenheiros, médicos, cientistas, artistas de rádio, televisão, editores, economistas etc. nas iras dos militares.

O Comando dos Trabalhadores Intelectuais, “considerando que a situação política do País impõe a necessidade cada vez maior da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas”, solicitava a adesão dos intelectuais, “a fim de que pudessem emitir os seus pronunciamentos e afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das forças populares.”

Quem custeou a publicidade do Manifesto teve a preocupação, também, de pedir castigo para os signatários e, assim, surgiu, em seguida, nos jornais, uma nota dizendo que era desejo da revolução processar os subversivos...

Mas o que é mais lamentável é que alguns intelectuais, em atitude tristemente covarde, declararam que haviam sido ludibriados na sua boa fé. Ei-los: Moacir C. Lopes e Campos de Carvalho, escritores; Rodolfo Mayer, ator, e José Roberto Teixeira Leite, diretor do Museu Nacional, que chegou a afirmar que, quando assinara o Manifesto, o fizera na suposição de que se tratava de uma rifa ente amigos...

Os nomes mais expressivos das nossas letras assinaram aquêlê magnífico ato de fé democrático. Eis a Comissão Central: Alex Viany, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomês, Edson Carneiro, Enio Silveira, Jorge Amado, M. Cavalcanti Proença, Moacir Félix, Nélson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer, Osni Duarte Pereira.

Ao documento de fundação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais apuseram as suas assinaturas cêrca de 400 personalidades da vida cultural do País, representando o Direito, Arquitetura, Medicina, Literatura, Música, Ciência, Artes Plásticas, Educação, Editores, Cinema, Rádio e Televisão, Jornalismo, Economia etc.

■ Hoje é o *Dia das Mães* e leio uma mensagem do Presidente Castelo Branco. O Governador Paulo Tôrres, do Estado do Rio, não compareceu ao Palácio do Ingá, para ficar ao lado de



sua progenitora, com mas de 90 anos de idade. Em Niterói, várias mães estão encarceradas e não receberão a visita dos seus filhos. Sete mulheres continuam nos miseráveis cárceres do quartel da Polícia Militar. Entre as prêsas, a jornalista Lourdes Paixão, colunista da *Última Hora*; Sra. Luíza Tubemjalk, espôsa do médico Luís Tubemjalk também encarcerado; Maria Jacinta de Melo, nome laureado no teatro; Eulina Soares de Oliveira, Adeline Fernandes da Silva e Maria Jacinta de Sousa. Nem a pintora Djanira escapou à ferocidade dos beleguins fluminenses, tendo sido prêsas em São João de Meriti, em trânsito para a sua casa de campo, em Parati. Triste e pobre regime que se apavora com os pincéis de uma artista!

■ Laert Paiva, Procurador da República e redator do *Correio da Manhã* em Brasília, permanece prêsos e incomunicável, por ordem de um coronel no Batalhão da Guarda Presidencial. O jornal verbera a prisão do jornalista e diz que Laert Paiva dias antes, dera um parecer favorável à PETROBRÁS, mantendo o ponto de vista da Justiça e sustentando, portanto, o ato do Govêrno deposto, que mandou encampar as refinarias particulares. A revolução premiava um homem honrado, meu advogado gratuito em dez processos de crime de imprensa, dos quais fui absolvido.

■ O Sr. Leonel Brizola driblou 3.000 soldados postos no seu encaço e chegou a Montevideú, desistindo da luta clandestina, cansado e barbado. Deitou falação, prometendo "libertar nossa Pátria da espoliação internacional." Brizola enterrou o time.

■ Anuncia-se a exibição em todos os cinemas do País, por determinação do Ministério da Guerra, de um documentário sobre atividades subversivas. *A Revolução acabou com isso*, é o título do filme, que terá duração de trinta minutos de projeção. "O filme também será distribuído nas estações de televisão para que todos possam inteirar-se da extensão e da profundidade da propaganda comunista, que vinha corroendo os alicerces democráticos do País. Os inquéritos, o material subversivo apreendido, documentos, tudo isso, será mostrado ao povo." Mas até agora, nada!

■ Sabe-se que o titular da Guerra vai propor ao Presidente a quebra do sigilo em tôrno dos documentos que determinaram a suspensão dos direitos políticos e a cassação de mandatos de

parlamentares e de vários cidadãos. Magnífico! Só assim sabermos porque “entrei pelo cano.” Mais um fogo de palha, igualzinho ao feto da Exposição da Subversão.

■ As autoridades, pela décima vez, revelaram detalhes da história em quadrinhos da espionagem dos chineses. Disse um jornalista: “Pela mostra, fazem péssimo juízo, na China, sobre a estabilidade de nossas instituições. Uma simples arma de defesa pessoal veio de Pequim com a finalidade de derrubar as nossas tradições cristãs-ocidentais. A carta, que foi entregue à imprensa, em fotocópia, contém alguns nomes perfeitamente compreensíveis a quem não é chinês. Mas resta a pergunta: grafar o nome de brasileiros em português pode ser muito compreensível a nós, mas será compreensível a um chinês que não saiba português?

Espremeram um pouquinho mais e apareceu não um nôvo *Cavalo de Tróia* e, sim, um esmirrado dragão. Mais um documento que “traduz como a China comunista iniciou sua agressiva infiltração no Brasil”.

É uma carta confidencial, escrita a 18 de junho de 1961, por José Luís de Sousa Filho, logo após sua chegada daquele País, onde esteve como representante da Delegação Econômica Brasileira, ao Sr. Humberto Cassiano (rua França, 374, São Paulo). “Esclarece o principal meio de infiltração dos chineses — o suborno, — dá indicações sobre a repartição chinesa responsável pela penetração de propaganda ideológica e política daquele país no exterior, e identifica o homem-chave dessa pregação ideológica e do fornecimento de torrentes de dinheiro para a implantação do comunismo no Brasil. Tece comentários sobre cada um dos participantes da Delegação Econômica Brasileira, acusando alguns deles de estarem sempre dispostos a apunhalar pelas costas o nosso País.” Trabalho de alcagüete.

■ Trinta dias de revolução e a opinião pública não havia recebido uma satisfação do Governo de que, realmente, o Brasil estava nas mãos dos agentes de Moscou, Pequim e Havana. O material de guerra apreendido era suficientemente ridículo para não aparecer num filme de pequena metragem, quanto mais no *hall* da Central do Brasil. A tática tinha que ser mudada. Este negócio de subversão, prendendo livreiros, como o Carlinhos Ribeiro, que merece uma estátua pelo muito que faz pela nossa cultura, era asneira, era burrice. Quando foi dada a batida na

*São José*, os tiras inspecionaram os balcões, onde encontraram livros de autoria de Néelson Werneck, Celso Furtado, Nestor de Holanda, Carlos Heitor Cony. Também despertou a atenção dos policiais o trabalho de Suzane Labin, autora de *Em Cima da Hora*, obra que traz na capa os símbolos da União Soviética e que foi traduzida pelo Governador Carlos Lacerda.

A noite foi inaugurada a IX Feira Estadual do Livro, patrocinada pela ABL, com a presença do Sr. Autregésilo de Ataíde, Presidente da Academia Brasileira de Letras. Os observadores sentiram detalhes curiosos no certame. A polícia não impediu a venda de quaisquer volumes, assegurando a livre manifestação de pensamento, e anunciava a libertação de vários jornalistas e escritores. Bom sinal. O Governo não atentaria mais contra a cultura e a inteligência, partindo, todavia, para um novo tipo de repressão, visando a canalizar as simpatias populares... A inteligência vence a força bruta.

■ 73% do povo carioca, interpelado através de inquérito de opinião, organizado pela Marplan, empresa norte-americana, especialista em assuntos dessa natureza, manifestaram-se contra a revolução, apregoada pelos líderes do movimento como de caráter eminentemente popular; 18% dessa população, segundo o aludido questionário, não quiseram opinar, enquanto que 19% se declararam a favor dela.

Os resultados eram reflexos dos sentimentos de uma cidade com 3.800.000 habitantes. Urgia modificá-los. Os crânios de 1.º de abril partiram, então, para a *Operação Contra a Corrupção*, já que o material subversivo encontrado não tinha maior significação. O carioca, altamente politizado, sabe como se falsifica uma Carta Brandi e um Plano Cohen, duas chantagens políticas que quase arrastaram o Brasil à guerra civil. Como acreditar em ação comunista, se dos 42 membros do Comitê Nacional do PCB, segundo lista do *Diário de Notícias*, só oito tiveram os seus mandatos e direitos políticos cassados, entre eles o Sr. Luís Carlos Prestes, que comandou a primeira lista?



A ordem era devassar a vida de todo homem público que, direta ou indiretamente, tivesse tido ligação com o Governo deposto. Funcionando dezenas de comissões de inquérito, reme-

xendo arquivos, escritas e cofres de ministérios, autarquias, em-  
prêsas de economia mista e até organizações particulares, ini-  
ciou-se nova fase para os revolucionários. Um deputado qual-  
quer que pediu emprêgo para um amigo era apontado como  
corrupto, por tráfico de influência. Cretinices agudas como esta  
tomaram conta do noticiário da imprensa. É claro que muitas  
trapaças foram reveladas. Qual o govêrno que não tem em seu  
seio sacripantas como José Pedroso, Moisés Pimentel, Gilberto  
Mestrinho, Moisés Lupion e outros ases da negociata, cada um  
na sua especialidade, do contrabando ao assalto ao Banco do  
Brasil? Os Herbert Levy, José Cândido Ferraz e outros ficaram  
do lado de fora. O inacreditável aconteceu no Ceará, onde o tu-  
barão Moisés Pimentel foi eleito deputado federal com o apoio  
dos comunistas!

O Sr. Juscelino Kubitschek era o mais visado. Tudo ser-  
via para atirar lama, dentro do conceito de que ao menos um  
respingo mancharia a reputação. Desencadeada a violenta cam-  
panha, logo o público percebeu os seus escusos objetivos: afas-  
tar cidadãos de prestígio popular do próximo pleito, deixando  
a raia livre para Ademar de Barros, Carlos Lacerda e Magalhães  
Pinto. Durante um mês, outra coisa não foi feita senão dene-  
grir a honra dos vencidos. Até as suas espôsas foram levadas ao  
pelourinho. Degradava-se o motim de 1.º de abril quando o co-  
ronel Onaldo da Cunha Raposo exibiu recibos de D. Teresa  
Goulart, acusando-a do recebimento de dois cheques, um de  
cinco milhões de cruzeiros, da *Casa do Pequeno Jornaleiro*, e  
outro de 1 milhão, do *Centro Social da Faculdade de Medicina*  
do Espírito Santo, com a agravante de que o último não exis-  
tia... A imprensa divulgou o episódio, baseada na informação  
do militar. A Sra. Iara Vargas mostrou que tudo era mentira.  
Mentira das mais sórdidas e, sobretudo, primária. Os cheques  
ainda não haviam sido descontados. A espôsa do Sr. João Gou-  
lart, como Presidente da LBA, tinha como função precípua as-  
sistir obras sociais. Limitou-se a pedir auxílios à Caixa Eco-  
nômica, que dispõe de verbas especiais para fins humanitários,  
bastando lembrar que a Loteria Federal, sob sua responsabili-  
dade, não tem fins lucrativos: o seu lucro é de ordem social. O  
“inexistente” Centro Social da Faculdade de Medicina do Es-  
pírito Santo funcionava desde 1960, segundo carta do seu Di-  
retório Acadêmico enviada à Comissão de Inquérito da Caixa

Econômica. Os cheques foram tirados em nome das instituições e só seriam recebidos pelos seus presidentes e tesoureiros.

■ Há mais infâmias. A professora Maria Yedda Leite Linhares, uma das mulheres mais cultas do País, teve a sua honra à mercê de uma *gang*, pelo crime de ter elevado o nível da Rádio Ministério de Educação. Um dos tipos mais asquerosos da imprensa, Henrique Pongetti, que desonrou o bom nome dos irmãos Pongetti, editôres há 30 anos, procurou enxovalhar o nome da catedrática da Faculdade Nacional de Filosofia, com a cumplicidade do Sr. Eremildo Viana, que não é flor que se cheire. Yedda Linhares é autora de duas teses notáveis. Com *Relações Anglo-Egípcias e o Sudão*, em 1953, conquistou a livre docência da Faculdade Nacional de Filosofia, e com a *Queda de Delcassé* obteve a cátedra de História Moderna e Contemporânea. No dia da quartelada, teve o seu gabinete arrombado pelo Sr. Eremildo Viana, que assaltou a rádio.

■ Elói Dutra, honrado com H grande, comprou uma casa pela Caixa e obteve um empréstimo para reformá-la. Acusaram-no de falsificar um *autorizo* de Jango, com quem se avistava amiúde. Depois, apontaram-no como desonesto por não fazer obras em sua residência, embora tenha conseguido um empréstimo para tal. O Vice-Governador estava refugiado na Embaixada do Uruguai, sem meios de defesa. Um simples pronunciamento de sua parte poderia servir de pretexto para a quebra do asilo. Foi obrigado a suportar tudo calado, Deus sabe a que preço. O dedo da infâmia não custou a aparecer. Elói Dutra tem a glória de ter furado o tumor do IBAD, em discursos que pronunciou em praça pública e na Câmara dos Deputados. É o autor do livro *IBAD-Sigla da Corrupção*, editado pela Civilização Brasileira, dirigida por Ênio Silveira. O secretário da Comissão de Inquérito era, apenas, um dos maiores do IBAD. Chega! Isto define um processo revolucionário instaurado no País para apurar a corrupção.

Os vergonhosos episódios contra D. Teresa Goulart e Elói Dutra não foram isolados. Citei-os para mostrar a outra face do movimento de 1.º de abril: a vingança.

É certo que havia ladrões (è que ladrões!) no Governo deposto. Mas êstes não estão na cadeia. Foram premiados, sim, quando tiveram os seus direitos políticos cassados, ficando om-

bro a ombro com homens do gabarito de Aguiar Dias, Anísio Teixeira, Jesus Soares Pereira e tantos outros brasileiros, sem um deslize na vida, esta inteiramente devotada aos interesses do Povo e da Nação. No plano político, a estupidez foi completa, atingindo Amauri Silva, Almino Afonso, Sérgio Magalhães, Elói Dutra, Adahil Barreto, Roland Corbisier, Paulo Alberto e outros, cheios de sadio idealismo. No campo militar, basta citar dois nomes: marechal Osvaldo Ferreira Alves e general Crisanto de Figueiredo, que simbolizam a honradez dos seus colegas das Forças Armadas, atingidos brutalmente pelo Ato Institucional.

O larápio que se locupletou com o dinheiro do Banco do Brasil, autarquias e Previdência Social, foi transformado em vítima, quando o seu destino era a Penitenciária, o lugar exato dos peculatórios e ratos. O Governo revolucionário fêz questão de colocá-lo no mesmo plano de juristas, escritores, jornalistas, oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, líderes sindicais e operários, médicos, advogados etc., certo de que o castigo nivelaria a todos, desonestos e honrados. Puro engano. Serviu, sim, de atestado de óbito da revolução.

O marechal Taurino de Resende, Presidente da Comissão Geral de Investigações, afirmou que "o comunismo não é nada diante da corrupção apurada no País". Dias depois declarava que se sentia feliz em ser o pai do economista Sérgio Cidade Resende, professor da Faculdade Católica do Recife, e que teve sua prisão decretada pelo Conselho Permanente de Justiça da 7.<sup>a</sup> Região Militar, por assinar um documento em que critica o movimento de 1.<sup>o</sup> de abril.

Palavras do marechal: "O meu filho não é corrupto, nem comunista, mas um idealista, como eu. É um homem honrado em tôda a acepção da palavra, por isto orgulho-me extraordinariamente dêste meu filho."

Homens honrados e patriotas são também centenas de brasileiros que continuam apodrecendo nos cárceres do governo revolucionário. Homens e mulheres permanecem encarcerados, contra os quais não foi apontada uma só prova de que são subversivos ou corruptos.

Os que escaparam da cadeia estão no exílio. Muitos tiveram os seus direitos cassados e perderam seus empregos. A êstes

não foi dado sequer o direito de defesa. Isto não acontece nem na Abissínia.

O próprio Presidente da CGI confessa que a revolução prende idealistas. E isto, positivamente, é mau sinal. Aconteceu o esperado: o marechal ficou com o filho idealista e foi exonerado da Comissão Geral de Investigações e da chefia dos inquéritos militares, sofrendo torpe campanha. A despeito de ter conseguido dois *habeas-corporis*, o economista Sérgio Resende permaneceu prêso, sendo pôsto em liberdade quando o Comando Militar de Pernambuco assim o desejou.

## Presença de Jango

A REVOLUÇÃO passou a viver da cassação ou não dos mandatos do Governador Mauro Borges e do senador Juscelino Kubitschek, um teste para o PSD saber até onde ia a sua área de influência no Governo.

O Sr. Mauro Borges, a princípio, cantou de galo. Mudou de tática, aconselhado pelo seu pai, senador Pedro Ludovico, mestre em política de aldeia. Ficou encolhido e entregou o seu caso ao marechal. Não protestou contra as medidas do Ato Institucional, que atingiram dois dos seus secretários, inclusive um padre. Fêz concessões e acabou ficando. O PSD, exultou. Marcara um gol espetacular, o que não agradou à UDN. Mas o problema não era o Governador e sim, o senador Kubitschek, apontado pelos seus rancorosos inimigos como homem de negócios escusos, que enriquecera com a construção de Brasília. Um dos seus sustentáculos era o general Mourão Filho, então Comandante da 4.<sup>a</sup> Região Militar, de onde saiu a revolta.



Entrevistado, negou-se a responder sôbre a situação do amigo, afirmando: "Em matéria de política, não entendo, nem falo nada. Sou uma vaca fardada".

☆

A grande notícia foi dada pela Comissão Geral de Investigações: resolveu suspender a incomunicabilidade dos presos. Os filhos, espôsas e pais dos prisioneiros poderiam, uma vez por semana, falar com os detidos, conforme o que fôsse estabelecido por um grupo de oficiais para êsse fim já designado. Disse, também, que seu propósito era apressar o inquérito, para que pudessem ser libertados os inocentes que estivessem sofrendo coação. Caía um raio de sol dentro das masmorras policiais, com centenas de brasileiros degradados, vítimas de um hediondo sistema penitenciário, do qual estavam livres os militares menos graduados.

A imprensa mundial verberou "as terríveis brutalidades em que degeneraram as batidas policiais", no Brasil. O *Time* revelou: "Em Pernambuco, a polícia prendeu o líder Gregório Bezerra, ex-deputado do Partido Comunista, no Estado, de 70 anos de idade. Golpeou-o na cabeça, com a coronha de um rifle, desnudou-o até a cintura, deixando-o num calção azul e conduziu-o em desfile pelas ruas de Recife, com uma gravata vermelha em tórno do pescoço. Posteriormente jogaram-no na prisão. Logo depois, êle morreu de um ataque do coração". O *Time* colocou a expressão "ataque do coração" entre aspas.

Vários jornais brasileiros noticiaram a morte de Gregório Bezerra. O *Cruzeiro*, todavia, divulgou a foto do setuagenário atirado ao chão, com as mãos na cabeça, em deplorável estado físico, cercado por soldados armados de baionetas. Era o retrato vivo do Brasil. Um ancião quebrado a pau pelo crime de ter uma idéia. O castigo não agradou ao padre Calazans, senador da UDN, por São Paulo, que insistia no fuzilamento sumário do velho comunista. Gregório Bezerra ainda está vivo.

☆

60 dias de Governo revolucionário e continuavam os atentados aos Direitos do Homem. Nenhuma providência objetiva fôra tomada para impedir a espantosa alta dos preços de gêne-

ros alimentícios, conseqüência da calamitosa instrução 270, da SUMOC, que acarretou vertiginosa e insuportável elevação do custo de vida. O preço da gasolina dobrou, o bastante para aumentar tudo. No segundo trimestre de 1964, o custo de vida absorveu 63 dos 100% do aumento do último salário-mínimo decretado pelo ex-Presidente João Goulart, ficando êste reduzido a um valor aquisitivo de apenas 37%, sem que haja perspectiva de nôvo aumento pelo Ministério do Trabalho, processando-se, entretanto, em abril e junho, majoração nos vencimentos civis e militares. Estas conclusões estão contidas em pesquisas divulgadas na Guanabara. Simultâneamente, foi elaborada uma previsão catastrófica para a elevação dos preços dos gêneros alimentícios. Em 1963, com a inflação galopante, o custo médio dos alimentos foi elevado em 90%, enquanto no primeiro semestre de 1964, com a contenção do processo inflacionário, êsse custo médio subiu a 63%. Nos próximos seis meses, admite-se que os 90% de 1963 serão largamente ultrapassados.

Prevê-se que, com o aumento dos vencimentos do pessoal civil e militar da União, os gastos se elevem a mais de 2 trilhões no exercício de 1964. A despesa realizada pelo País, em 1963, elevou-se a Cr\$ 1.277.576.614.000,00, contra Cr\$ ..... Cr\$ 726.694.161.000,00 no ano anterior. Registrou-se, assim, um acréscimo, em 1963, da ordem de 500 bilhões de cruzeiros. Os ministérios absorveram, com despesas de investimentos, de pessoal e de material, a cifra de Cr\$ 1.185.450.926.000,00, despontando como maiores consumidores os Ministérios da Fazenda e Viação, respectivamente, com 471.756.773.000,00 e Cr\$ 292.705.812.000,00. Vêm, em seguida, os Ministérios da Guerra, Educação e Cultura, Aeronáutica e Marinha, respectivamente, com Cr\$ 87.128.208.000,00, Cr\$ 70.096.904.000,00, Cr\$ 54.080.666.000,00 e Cr\$ 53.202.250.000,00. Os Podêres Legislativos e Judiciários figuraram com Cr\$ 8.692.485.000,00 e Cr\$ 11.699.391.000,00.

Cresceu o *deficit* e o povo começou a sentir os efeitos da instrução 270, que ameaça impopularizar, cada vez mais, o Governo, por sua vez às voltas ainda com o problema dos aluguéis.

A carne verde foi majorada de 57%, prevendo-se novos acréscimos. O aumento no gás, de 1963 até êste ano, foi de 172%. No dia 1.º de abril, custava Cr\$ 57,00 o m<sup>3</sup>. Em julho,

75,00. Na luz, o aumento foi de 60% e de 76% nos telefones. Bondes, lanchas e trens têm passagens mais caras 200%. Nos ônibus, 90% e nos táxis, até agora, 75%, lotações 14,5%. Tudo isso em um ano, apenas, para consumir com Cr\$ 42 mil mensais.

O aumento nos remédios foi de 100 a 130%. Artigos de perfumaria — sabonetes por exemplo — custam mais, em média, 77%, creme de barba, pasta de dentes, também o dôbro e, lâminas de barbear, só 43%.

Todos os argumentos e cifras alinhados ante as câmaras de TV pelos ministros da Fazenda e Planejamento que defendem a política econômica do Governo, com promessas de dias melhores e fartos, se esborracham no caderno de notas da dona de casa, o melhor termômetro para sentir o grau da febre inflacionária, sobretudo o custo de vida.

Tive a preocupação de guardar o anúncio de um armazém, publicado no dia 1.º de abril. Confronto os seus preços com os de julho. O arroz amarelo passou de 185 cruzeiros para 250; feijão preto, de 80 para 186; farinha de mesa, de 50 para 150; óleo de algodão, de 620 para 866; manteiga, de 980,00 para Cr\$ 2.000,00; maizena, de 110 para 170; macarrão, de 130 para 450 o pacote; geléia de mocotó, de 115 para 320; charque, de 430 para 980; e a cebola, que é mato no vale do São Francisco, de 83 disparou para Cr\$ 1.250,00. O leite das crianças subiu de 85 para Cr\$ 135,00. Há um ano custava Cr\$ 40,80. O açúcar deu um pulo de 105 para 220.

Estes fatos contribuíram, sem dúvida, para o resultado das pesquisas da Marplan, quando revelou que 73% da população carioca não estava satisfeita com a nova situação.

Que foi feito do plano lírico do deputado João Calmon para o comércio baixar os preços e a indústria colaborar com a revolução, a fim de que o marechal pudesse enfrentar o custo de vida? E aquêlê auxílio de 2 trilhões de cruzeiros das classes produtoras ao Governo Federal? Consistia no empréstimo ou na criação de impostos na base de 3% sôbre o capital das empresas existentes no País, depois de procedida nova avaliação obrigatória dos seus ativos. A mesma percentagem incidiria, igualmente, sôbre o valor da propriedade rural e imobiliária, excluindo o individual.

No contato mantido com o ministro da Fazenda, o Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho, que examinaria a base final da proposta. O empréstimo seria reduzido com base nos valores atualizados e concedido em 24 prestações mensais, com período de amortização, pelo Governo Federal, fixado em 20 anos.

Os 2 trilhões de cruzeiros ficaram reduzidos a um *show* de segunda classe, com alguns barris recolhendo um dinheirinho para salvar o Brasil. . . Batalha sem nenhuma grandeza, obteve resultados ridículos, num doloroso contraste de outros movimentos dos *Diários Associados*, como as campanhas da Aviação, Arte Moderna e da Criança, e que tiveram a batuta do insubstituível Assis Chateaubriand, agora prisioneiro de uma cadeira de rodas. O barco não anda sem o Capitão, a quem devo os meus primeiros sucessos de repórter. A culpa não é dos *Associados*. O fracasso valeu como uma resposta de um povo insatisfeito.

Tudo podia acontecer na vida do Presidente Castelo Branco, menos a inopinada presença de Jango, no chamado Governo revolucionário, dois meses depois da sua deposição.

Logo na primeira viagem ao Rio Grande do Sul, terra de Vargas, Goulart e Brizola, o marechal declarou que o "Estatuto da Terra será a base de uma reforma agrária que levará ao campo a verdadeira Justiça Social". Anunciou que "estão quase concluídos os estudos e destacou o propósito do atual Governo de, sem demagogias e radicalismos, satisfazer às legítimas aspirações do homem do campo. Dentro de um programa de trabalho e seriedade, tudo faremos para que a realidade venha a ser maior que a esperada pelo País". . .

Na Guanabara, numa entrevista coletiva à imprensa, pediu o apoio das esquerdas não subversivas e prometeu as reformas agrária e eleitoral, a revisão da lei de Remessa de Lucros e aumento de tarifas para as concessionárias de serviços públicos. Na presença de 80 jornalistas, dissertou sobre assuntos os mais diversos, demonstrando ser de tendências conservadoras com relação à economia, apoiando interferência mínima do Estado na vida econômica.

A fala, evidentemente, não agradou a um grupo de militares e civis, que pensava enquadrar o Presidente dentro da li-

nha anti-reformista, como se fôsse possível o Brasil parar nas naturais conquistas sociais do século.

É sabido que o Presidente é um homem religioso. Dizem os seus íntimos que o marechal ficou vivamente impressionado com o discurso do Papa Paulo VI, exortando os dirigentes do Brasil a satisfazer as "legítimas exigências das classes trabalhadoras". O pronunciamento do Santo Padre foi feito durante a cerimônia comemorativa do 30.<sup>o</sup> aniversário de fundação do Colégio Pio Brasileiro de Roma, quando Paulo VI, dirigindo-se aos seminaristas, manifestou sua satisfação pelo fato de que o Brasil não tenha tido necessidade de derramar sangue na revolta que culminou com a derrubada do Presidente João Goulart. Mostrando que não estava tomando partido a favor ou contra a revolução, Paulo VI adiantou: "Longe de querer julgar o que passou — e não seria nossa tarefa fazê-lo — entendemos que é um dever de nosso ofício e um desejo do nosso coração fortalecer e confirmar nossos melhores sentimentos de afetos e lealdade a vosso País nesta hora de temores e paixões".

O Papa disse, também, que os jovens seminaristas, como todos os cidadãos, sem dúvida experimentam o ansioso desejo de "ordem civil, concórdia e paz íntima para um povo tão jovem e grande como o vosso". "Agora, que a calma voltou, vossas almas inclinam-se para o futuro de vosso País e também para vós, e, embora não tenhais experiência dos gigantescos problemas que inquietam o Brasil, as evidentes necessidades espirituais e sociais do vosso País se mostram urgentes".

Depois de esclarecer que "quem carecer desta vigilante sensibilidade não será bom cidadão nem sincero cristão", o Papa declarou: "Mantende a calma espiritual em qualquer circunstância, porque a Divina Providência cuida do Brasil. Sua história di-lo, vossa fé o merece. Mantende-vos serenos, porque também a serenidade espiritual é a melhor condição para avaliar os problemas e encontrar-lhes a solução. E não a agitação, nem o ódio, nem a paixão e nem a concordância com ideologias estranhas e perturbadoras". "Mantende-vos serenos, finalmente", — disse ainda o Papa — "porque o Brasil é uma nação de grandes recursos e de grandes virtudes, recursos oferecidos pela natureza e virtudes possuídas pelos brasileiros. O emprêgo sistemático dêsses meios naturais e morais pode resolver os mais difíceis

problemas, talvez, segundo esperamos, em um lapso relativamente breve.”

Diminuíram as perseguições religiosas, no Brasil, após a oração de Paulo VI, o segundo Sumo Pontífice que nos visitou e amigo pessoal de D. Hélder Câmara, com quem percorreu a favela da praia do Pinto, espetáculo de miséria que comoveu o então Cardeal Montini. Dias depois da oração do Papa, o marechal recebia, no Palácio do Planalto, o Arcebispo de Olinda e Recife, conversando longamente sobre os angustiantes problemas do martirizado Nordeste, questão que conhece de sobra, dada a sua qualidade de cearense e por ter vivido mais de 20 anos nos quartéis da região. Depois de conferenciar com o Presidente em Brasília, falando em nome de 18 Bispos, Dom Hélder foi informado de que, no Recife, três sacerdotes haviam sido presos, juntamente com 15 môças da Juventude Operária Católica. Ao retornar à capital pernambucana, Dom Hélder conseguiu que os sacerdotes e as môças fôssem libertados.

Seguiu, assim, no conturbado Nordeste, um *modus-vivendi* entre a revolução e o Clero, o que não aconteceu, infelizmente, em Minas Gerais, devido a intolerância de chefes militares, que mandaram prender os padres Celso Ibsen Silos e Giménez, o primeiro diretor do *Diário de Notícias*, órgão oficial da Arquidiocese, presidente da União Católica Nacional de Imprensa e que conseguira reunir 15 mil colonos em 8 sindicatos rurais. Sua prisão foi exigida pelos fazendeiros da região. Os sacerdotes, por interferência direta do Planalto, foram postos em liberdade.

Cessada a animosidade dos revolucionários contra o clero, foi conhecido o Manifesto dos Bispos, documento que não hostiliza o Govêrno, porém faz uma dura análise da situação e repele acusações injuriosas contra bispos, sacerdotes e organizações (Ação Católica e Movimento de Educação de Base), sustentando, ainda: “Não nos curvaremos, porém, às injunções da política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendem, por acaso, silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça.”

“Hoje, como sempre, — prossegue o documento — as autoridades federais, estaduais e municipais dos três podêres da República encontrarão, de nossa parte, as melhores disposições, no sentido de prestigiar, acatar e facilitar a ação governamental. Fazemos um apêlo a tôdas as fôrças vivas da Nação para que,

pondo de lado interesses egoísticos, colaborem com as autoridades constituídas na tarefa ingente de reconstrução da Pátria. Esperamos que os responsáveis pelos destinos temporais do Brasil aceitem, defendam e cumpram os princípios do Evangelho e as normas da Doutrina Social Cristã, não só porque êsses princípios são os nossos, mas porque constituem a base fora da qual não há, nem poderá haver, ordem social, segurança, estabilidade e verdadeiro progresso.”

O Governo procurava novas metas de apoio à revolução, já que alguns dos seus explicadores, figuras por demais inexpressivas, caíram no deboche. Salvou-se, apenas, o Sr. Carlos Lacerda, orador e argumentador de primeira ordem, falando fluentemente o inglês e o francês, enquanto os outros não dominam sequer o próprio idioma.

O marechal não fica em Brasília. Viaja pelo Sul, Norte e Oeste do País, procurando um contato direto com as populações, para sentir os anseios do povo. Em Fortaleza, reafirmou a sua inabalável decisão de fazer Reforma de Base. Indagado sobre a posição do Governo no que concerne à reforma agrária, declarou que o anteprojeto existente a respeito preconiza a reforma da Constituição, embora ainda se debata a realização da reforma agrária sem tal medida. Neste ponto, ressaltou: “Se o Estatuto da Terra o exigir, o Governo Federal não deixará de propor ao Congresso a emenda constitucional”.

Referiu-se, a seguir, ao problema do voto do analfabeto, lamentando que a medida tivesse servido para exploração eleitoral. Sustentou que “o Governo deve ter a coragem de pedir ao Congresso Nacional para decidir sobre o assunto, a fim de responder à demagogia e à subversão”. Destacou, então, a importância do Estatuto da Terra, da tributação e da democratização das empresas, que, no seu entender, deve constituir-se num fator de equilíbrio social e de desenvolvimento”.

Disse que é a favor da elegibilidade dos militares, inclusive dos sargentos. No Recife, fizera declarações idênticas. Sente-se sua vontade em não deter a marcha do Brasil. Promete as mesmas reformas prometidas por Jango, em praça pública e, sistematicamente, negadas pelo Congresso Nacional. Não fica, apenas, na promessa. Encaminha mensagens solicitando outras leis nacionalistas e de há muito reclamadas pelo povo e negadas pela mesma Câmara dos Deputados. Vê aprovada a lei que

consagra o direito de greve, encalhada há 18 anos no Congresso, colocando um ponto final nas *paredes*, cuja legalidade ou não, ficava ao critério do Ministério do Trabalho. Agora, funcionário público não pode fazer greve.

Sobre a reforma eleitoral foi claro, ao se dirigir ao Supremo Tribunal Eleitoral: "Sabemos, pela história política do País, que o dinheiro vota e que o dinheiro, até como se diz, reconhece o diploma, e que homens do poder preparam sua própria eleição nos conchavos das renúncias e nos arranjos de testas-de-ferro." Salientou que "uma lei eleitoral precisa aprofundar-se extraordinariamente, indo daqui aos tribunais eleitorais e à ação eleitoral, que é exercida pelas mesas, no ato da eleição", e destacou o papel do Poder Executivo — no qual se manifestou profundamente empenhado — de assegurar, ao lado das prerrogativas do Congresso, o pleno exercício da Justiça Eleitoral.

Pronunciamento corajoso e oportuno, no momento exato em que a máquina de corrupção eleitoral do IBAD voltava a ser defendida pelo deputado João Mendes *et cetera*.

Os cartolas do PSD e da UDN sempre combateram a reforma da lei eleitoral, com a tese da maioria absoluta, o voto para o analfabeto e a elegibilidade dos sargentos. Com isto, o PTB, que fôra banido do Poder, volta a ter contato com o Governo, através de seu líder Doutel de Andrade, o bastante para diminuir o impacto das perseguições dos vencedores sobre os vencidos, abrindo a porta para o Itamarati fornecer passaportes a inúmeros asilados, cujas cabeças eram pedidas por certos coronéis encarregados de inquéritos.

☆

A intromissão acintosa de estrangeiros em nossa vida política e comercial completa a insatisfação do brasileiro com o novo estado de coisas, no qual só os militares lucraram, com vencimentos majorados, em média em 200%, incluindo as vantagens. Coronel que esteve prêso no *Leopoldina*, onde chegou com menos de 200 mil cruzeiros de vencimentos (líquidos), ao recuperar a liberdade tinha 490 mil cruzeiros. Um cabo ganha 180 mil cruzeiros, salário de um médico da Previdência Social com 20 anos de serviço. E os civis? Estão passando fome.

Passou a constituir rotina a ingerência dos ianques em nossa vida, com maior desembaraço depois do rompimento das relações



do Brasil com Cuba, em 12 de maio de 1964, e da prisão do diplomata tcheco Zdenek Kita, acusado de espionagem.

Mr. Gordon toma embalo e fica sôlto na pista. Em São Paulo, na Faculdade de Economia São Luís, exaltou "a necessidade de o Govêrno influir no contrôle da produção, por meio de medidas práticas, porém, não substituir a empresa privada". Afirmou que, nos Estados Unidos, o Govêrno tem seguido êsse esquema, adotando com firmeza medidas contra o monopólio e práticas que possam sufocar a concorrência. Objetivo: petróleo e minério de ferro do Brasil.

Depois, faz conferência na Escola Superior de Guerra, declarando, inicialmente: "A revolução brasileira poderá muito bem ser considerada pelos historiadores futuros, um dos acontecimentos mais significativos dos meados do século XX." Pronunciou palestra sôbre as "Novas Perspectivas das Relações Brasil-Norte-Americanas" perante a classe de diplomandos da ESG. Disse que o fato revolucionário pode tomar seu lugar ao lado do início do Plano Marshall, no fim do bloqueio de Berlim, da derrota da agressão comunista na Coréia e da solução da crise das bases de teleguiados em Cuba.

Nas entrelinhas, a ameaça da intervenção dos EUA. O Embaixador não pára. Voa para Pernambuco, Goiás, e Mato Grosso, sendo recebido como o Super-Homem Todo Poderoso da Aliança para o Progresso.

É geral o mal-estar, agora com reflexos nas classes militares, chamadas a um estranho tipo de pesquisa por um Henry Hunt Keith, ligado à Embaixada dos Estados Unidos, e que faz 35 perguntas aos oficiais do Exército, o bastante para preencher uma ficha completa sôbre suas atividades políticas e tendências ideológicas. A que chegamos? Um estrangeiro, sem nenhum desembaraço, faz um levantamento ideológico, político e social da oficialidade do Exército.

Aqui vai a circular endereçada aos generais, com data de 10 de maio de 1964, — 40 dias depois da vitória da revolução — divulgada pelo *Correio da Manhã*: "Exmo. Sr. General. Quem vos escreve é o Professor Henry Hunt Keith, do Departamento de História da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Estou no Brasil com a finalidade de realizar pesquisas em sua História Moderna, tema que escolhi para a dissertação com

a qual me candidatarei ao grau de Doutor na Universidade citada. Vivi e trabalhei neste País por algum tempo e cultivo grande respeito e admiração por seu povo e suas instituições. Como é do conhecimento de V. Exa., existem ainda inúmeros aspectos da vida brasileira carentes de serem estudados com a devida objetividade científica. As Fôrças Armadas, como instituição, e o importante papel por elas desempenhado na vida nacional, merecem ser analisados, com uma atenção especial, a fim de que possamos compreender melhor a sua colaboração ao aprimoramento da sociedade. É de extrema importância para aquêles que se dedicam a tal estudo que, além de estarem familiarizados com os métodos de pesquisas históricas, estejam bem informados sôbre as características especiais das instituições brasileiras. O estudioso da matéria não se deve deixar levar por generalizações, que podem se tornar prejudiciais, em se tratando de assunto tão complexo como a influência das classes militares na vida brasileira. O preenchimento do questionário, que envio anexo, por parte de V. Exa., será uma colaboração inestimável à elaboração do meu trabalho. Respeitosamente solicito a devolução do mesmo ao meu endereço, de preferência em data anterior a 15 de junho de 1964. As questões anexas foram prèviamente examinadas por alguns oficiais brasileiros, que as acharam normais, entre êles o Diretor da Biblioteca do Exército, Ten.-Cel. Valter dos Santos Meyer. (a) Henry Hunt Keith — rua Montenegro, 26, ap. 102, Ipanema, Rio de Janeiro, GB.”

O questionário é o seguinte: 1) Qual o lugar e data de seu nascimento? 2) Qual a profissão de seus pais? 3) Durante a sua infância e adolescência era sua família financeiramente independente? 4) Como classificaria a família, de acôrdo com os vencimentos percebidos naquela ocasião? Classe baixa, média ou classe alta?. 5) Por que escolheu a carreira militar? 6) Como descreveria o principal papel das Fôrças Armadas na História Constitucional do Brasil? 7) Afirmaria que as Fôrças Armadas brasileiras formam uma instituição democrática? Por quê? 8) Em sua opinião, qual o papel político das Fôrças Armadas? 9) Em sua opinião, qual o papel social das Fôrças Armadas? 10) Em sua opinião, qual o papel econômico das Fôrças Armadas? 11) Já foi alguma vez apontado para cargo político? (administrativo) Quando? Qual? 12) Já foi alguma vez eleito para cargo político? Quando? Qual? 13) *Já pertenceu a algum partido polí-*

tico? Qual? Quando? 14) Onde adquiriu suas principais idéias políticas? 15) Os cursos ministrados na Escola Militar influenciaram seu modo político de pensar? Quais cursos? Como influenciaram? 16) Os cursos ministrados na Escola das Armas influenciaram seu modo político de pensar? Quais cursos? Como influenciaram? 17) Os cursos ministrados na Escola do Estado-Maior se fôr o caso) influenciaram seu modo político de pensar? Quais cursos? Como influenciaram? 18) Os cursos ministrados na Escola Superior de Guerra (se fôr o caso) influenciaram seu modo político de pensar? Quais cursos? Como influenciaram? 19) *Quais os filósofos políticos que mais admira? Por quê?* 20) *Qual o sistema político, em sua opinião, que é ideal para o Brasil? Por quê?* 21) Em sua opinião, qual tem sido o maior problema brasileiro através de tôda a História? 22) *Como definiria o tenentismo? Qual era a sua ideologia?* 23) Diria que o tenentismo obteve êxito em alguns dos seus objetivos? Quais? Em que extensão? 24) Associou-se ao tenentismo? De que modo? 25) por que, em sua opinião, as revoltas de 1922 e 1924 falharam, enquanto a de 1930 foi vitoriosa? 26) Quais os objetivos, em sua opinião, que se procurava alcançar com as revoltas de 1922, 1924 e 1930? Foram conseguidos posteriormente? Como? 27) De acôrdo com o seu conhecimento da História do Brasil, o que foi a *Questão Militar*? Quais foram as suas causas? 28) Em sua opinião, quais têm sido as conseqüências oriundas do fato de terem sido as Fôrças Armadas grandemente responsáveis pela criação da República? 29) Como situa a revolução Paulista de 1932 no quadro revolucionário da década de 1920-30? 30) Como o senhor viu, na época, o apoio das Fôrças Armadas à implantação do Estado Nôvo? 31) E, hoje, como vê a atuação então? 32) Como o senhor vê o preparo técnico-profissional e de cultura geral do quadro de oficiais: a) em si mesmo? b) em relação ao das demais classes sociais? 33) *Em sua opinião, qual a maior deficiência do Brasil atualmente? Como se pode remediá-la?* 34) Acredita que a maior parte dos políticos coloca seu País acima dos interêsses partidários ou particulares? Qual parte? 35) O senhor crê ser possível às Fôrças Armadas, em futuro imediato, ficarem inteiramente alheias aos problemas políticos? Quais as razões?"

Sabe, leitor por acaso, quais as providências tomadas pelo Governo contra o audacioso indivíduo? Nenhuma.

A revista de informações comerciais e políticas *Hanson's Latin American Letter*, de Washington, é muito lida no Brasil desde que passou a fazer revelações sobre o nosso País, algumas provocando verdadeiros impactos na opinião pública, destacando-se a denúncia de que o povo brasileiro passaria recibo de otário, caso fôsse consumada a negociata da *Bond and Share*. O número 1.000, de 16 de maio de 1964, trouxe uma bomba: "O Embaixador Lincoln Gordon insinuou aos militares que governam o Brasil o adiamento das eleições de 1965, seguindo-se um comentário dirigido aos investidores norte-americanos que apontam a implantação de uma ditadura militar como caminho bem mais seguro do que a simples e normal solução de um pleito democrático.

É o seguinte, na íntegra, o comentário da publicação norte-americana: "Esta semana, a Embaixada americana no Rio insinuou aos altos escalões militares a oportunidade de adiar as eleições, a fim de obter mais tempo para consolidar os resultados da revolução. Quanto às repercussões imediatas no campo dos investimentos, a verdade é que nenhum regime no Brasil, sujeito a eleições, poderia permitir a assinatura de um tratado de garantia de investimentos, o que uma ditadura militar poderia chegar a fazer. Presentemente, os industriais norte-americanos poderiam agir com base em uma dessas duas hipóteses: 1) Que o Brasil foi-se de vez, *kaput*, e o *objective in life* é terminá-la, amaciar a situação com o que puder arranjar, para dirigir *for a short-term killing* (um assalto a curto prazo) e não pensar em manter relações. Ou 2) que a revolução brasileira é somente a primeira etapa no caminho da restauração das relações mútuas entre o Brasil e os EUA. Se esta última hipótese constitui o caminho verdadeiro (em que uma sadia corporação pode atuar de qualquer forma), então a idéia de forçar um regime militar a assinar um tratado sem bases populares, da mesma forma que um estúpido *quid pro quo*, é inteiramente ridícula.

Sobre a revolução brasileira aqui estão alguns depoimentos interessantes: "General O'Meara: "Se nós pudéssemos obter tanto progresso cada ano quanto fizemos (frase suprimida por questões de segurança), nós estaríamos fazendo muito bem."

Congressista Gross: "E fizemos isso?" General O'Meara (frase suprimida por questões de segurança). Congressista Gross: "Nós não temos a menor idéia se essas reformas vão ser feitas, temos?" general O' Meara: "Eles aprovaram uma lei de reforma agrária depois que Goulart foi deposto."

Nenhum povo gosta da intromissão de estrangeiros nos seus problemas. Para isto não é necessário diploma de nacionalista. É uma questão de dignidade e patriotismo. Devem haver muitos brasileiros desfibrados, felizes com a intervenção ostensiva do Embaixador Gordon em nossa vida, porém, o número deles é por demais insignificante, nada pesando na balança.

Os civis de há muito não escondiam a sua desaprovação pela caótica situação do País. O inquérito da Marplan foi um testemunho eloqüente. Faltava a vez dos militares. Chega à Guanabara o general Justino Alves Bastos, precedido de uma entrevista sensacional: "Nem CL, nem JK, nem 65.", certo de que isto influiria nas eleições do Clube Militar, disputadas por três chapas, encabeçadas pelo próprio general Justino, o marechal Augusto Magessi, que tentava a reeleição, e o general Augusto César de Castro Moniz Aragão. O resultado foi um revés para a chamada *linha dura*, uma advertência de que o Exército desejava eleições livres em 1965... Só na guarnição da Guanabara o general Moniz Aragão conseguiu eleger-se, com 2.337 votos, contra 1.281 dados ao marechal Magessi e 756 ao general Justino, havendo, o que é mais grave, uma abstenção de 60% entre os 26 mil sócios que compõem o quadro social.

A vitória da ala militar moderada influenciou na área civil, cujos pronunciamentos, contra as eleições em 1965, saíram do noticiário dos jornais. O Congresso daria a última palavra. Aos poucos, vão-se clareando os horizontes e se firmando a posição do marechal Castelo Branco, já falando grosso e dizendo que não prorrogaria o prazo da cassação dos mandatos e direitos políticos, como também não abriria mão das Reformas de Base.

Para pressionar o Chefe da Nação, surgiu uma campanha à base de que "até o problema do comunismo perde expressão diante da corrupção administrativa nos últimos anos", e que seriam necessários, pelo menos, dois anos para apurar integralmente as denúncias recebidas pela Comissão Geral de Inquérito. O marechal Estêvão Taurino confessava-se abatido pela

extensão das irregularidades já verificadas. Salientou ser “triste para um soldado ter que dizer isto, mas a impressão é de que, se fôsse tudo apurado, o Brasil se esvaziaria.”

Era preciso esticar o artigo 10 do Ato Institucional por mais 60 dias, pois centenas de pessoas envolvidas em processos de corrupção, com os inquéritos ainda não concluídos, não seriam castigadas pela revolução, como se o País não tivesse leis específicas para crimes de lesa-Pátria. O Brasil passou a viver em tôrno de bilhões. Todo mundo era ladrão e fugira com bilhões. Nesta nova inflação de bilhões, houve um modesto militar que saiu do seu natural anonimato para trepar nas manchetes dos jornais, em primeira página: “Vai a mais de um quatrilhão de cruzeiros o montante do prejuízo causado aos cofres públicos pela corrupção do País, de cinco anos para cá, informou a *O Globo* o major Alarcon Lopes Barbosa, oficial de ligação entre o Conselho de Segurança Nacional e a Comissão Geral de Investigações, que, como frisou, baseou seus cálculos extra-oficiais em dados que lhe têm chegado às mãos. O major, que acaba de concluir o levantamento das sindicâncias na Caixa de Crédito da Pesca, iniciadas na gestão Jânio Quadros, começou constando uma corrupção que impressiona.”

Foi um Deus nos acuda. O padre Calazans voltou a exigir fuzilamento para os ladrões. Pedi ao economista Pedro Lago para escrever um quatrilhão de cruzeiros em cifras. É impressionante: 1.000.000.000.000.000,00! Nunca vira coisa igual!

O *Correio da Manhã*, em tópico, situou a questão: “O major Alarcon Barbosa acaba de fazer uma revelação espetacular: a corrupção no País, no último quinquênio, ultrapassa a quantia de um quatrilhão de cruzeiros. Trata-se de um quase neologismo, antes figurado apenas nos dicionários. Foi preciso que aparecesse o major Alarcon, com os seus cálculos apocalípticos, para que o termo entrasse em circulação. Mas vamos aos números, para demonstrar o alcance de suas afirmações. Um quatrilhão de cruzeiros é igual a um trilhão de dólares. Um trilhão de dólares corresponde ao produto nacional bruto dos Estados Unidos em dois anos. O produto nacional bruto dos EUA em dois anos é igual ao valor da produção de bens e serviços no Brasil em 5 anos. Como então roubar em cinco anos o que o povo brasileiro só terminará de produzir daqui a 45 anos? Va-

mos com calma, major, porque, se não, ainda ficamos devendo muito aos corruptos.”

E assim foram muitos roubos de bilhões, reduzidos, ao final, à nossa modesta capacidade de dilapidar o Tesouro Nacional, quando não aparecia uma notícia desta ordem: “A PETROBRÁS, através de sua Assessoria de Relações Públicas, desmentiu em nota oficial, assinada pelo brigadeiro Brasilino de Abreu, a notícia de que o ex-Chefe da ARPUB, Sr. Fernando de Sousa Costa, tenha fugido para Montevidéu levando consigo, indevidamente, Cr\$ 300 milhões da empresa. Esclarece que “o Sr. Fernando de Sousa Costa não exerce aquela função de confiança desde julho de 1963 e, até à presente data, nenhum órgão financeiro da PETROBRÁS acusou o desvio da referida quantia.”

Na verdade, o Sr. Sousa Costa, asilado em Montevidéu, leva vida difícil, com dezenas de outros patrícios, alojados em pensões e hotéis de 3.<sup>a</sup> classe.

No dia 8 de junho, à noite, o parto da montanha: o Presidente Castelo Branco assinou decreto cassando o mandato do senador Juscelino Kubitschek e suspendendo os seus direitos políticos por dez anos. JK declarou: “Este ato não marcará o fim do arbítrio. O vendaval de insânias arrastará, na sua violenta arrancada, mesmo os meus rancorosos desafetos. Um por um, eles sentirão os efeitos da tirania que ajudaram a instalar-se no poder.”

A Secretaria de Imprensa do Planalto, por sua vez, distribuiu nota oficial afirmando: “A Casa Civil da Presidência da República informa que, dadas as notícias veiculadas sobre a possibilidade ou ameaças existentes em relação à liberdade e segurança do Sr. Juscelino Kubitschek, foram tomadas providências para que lhe sejam asseguradas e à sua família tôdas as garantias.”

“Líderes do PSD no Congresso — comentou um jornalista político — disseram que a cassação do mandato do senador Kubitschek, candidato do partido à Presidência da República e líder natural do PSD no plano nacional, obriga-os a um reexame da posição que tomaram a favor do Governo do marechal Castelo Branco. Em contrapartida, a UDN, acionada por elementos militares, prepara-se para sugerir ao Chefe do Governo que

trate imediatamente de articular a formação do partido da Revolução.”

Esperavam-se manifestações de militares e civis. Não houve um só estampido de *cabeça de negro*. O senador, na véspera, dirigiria um manifesto à Nação, repetindo surrado chavão: “Venho suportando em silêncio, com o pensamento voltado para a consolidação das instituições democráticas, a atoarda crescente de um esquema de calúnias e difamações montado contra mim por meus adversários políticos. Em face dessa onda de agravos, sinto-me no dever de dirigir-me à Nação. Repito o que já disse em outro momento difícil de minha vida: “Deus poupou-me o sentimento do medo”.

A mentira era geral. O Sr. JK achou por bem, sob a proteção da Embaixada da Espanha, fugir para Madri, largando o “Deus poupou-me o sentimento do medo”. Quando o País necessitava de um líder civil para empunhar a bandeira da resistência, o Dr. Juscelino encontrava-se a bordo de um DC-8 da Ibéria, voando para as terras de Franco. Mentia o Governo ao assegurar as garantias à família Kubitschek. O que ocorreu no Galeão é uma triste amostra da nossa falta de educação política. O coronel Alfredo Corrêa, da Aeronáutica, sacou de um revólver e investiu contra o casal, enquanto um outro militar atirava ao chão uma de suas filhas, em estado de gravidez. Um passageiro da KLM, em trânsito, diante daquele espetáculo de selvageria, murmurou a um jornalista: “Só vi isto no Congo Belga, quando Moisés Chombe mandou surrar Patrice Lumumba, no aeroporto de Leopoldville.”

Volto ao meu *Diário da Revolução*:

■ O cabo José Anselmo, que abandonara o asilo, na Embaixada do México, foi prêso em Laranjeiras. Bonitão, com ares de artista de cinema, deu entrevistas e posou para a TV, tudo arranjado com antecedência. No mesmo dia, li o Cony, que cedera o espaço do seu artigo a uma filha do Aragão: “Após 58 dias de incontida saudade e profunda tristeza, consegui, pela primeira vez, avistar-me com meu pai, o vice-almirante Cândido da Costa Aragão. Não é sem justa razão que classifico o *bicho-homem* como permanente fera peluda da era da pedra. Grita dentro de mim a repugnância pelos homens, ao ver como a maldade, o ódio e a ferocidade fizeram de meu pai um trapo



humano. Se meus olhos não presenciassem, por pior que me pintassem o quadro, eu não o conceberia como realmente é.” “Libertem meu pobre pai da deplorável condição física. Martirizem-no menos, para que ele possa readquirir a saúde mental. O espectro de homem que vi chora e ri desordenadamente e não consegue articular duas frases sequer, no mesmo assunto. O desespero incontido me faz pedir, por esmola, que cobrem o crime (político) de um ser humano, mas na condição de seres humanos. Dilma Aragão.” Melhor ser cabo do que almirante!

■ Com 32 votos favoráveis e 2 abstenções, a chapa única integrada pelos Srs. João Wagner, Ari Campista e Olavo Previatti, respectivamente, na presidência, secretaria-geral e tesouraria, foi eleita a nova diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Antes da queda de Jango, os dirigentes eram Diocleaciano Holanda Cavalcanti e o seu lugar-tenente Ari Campista. Hoje, o secretário-geral é o mesmo Ari Campista, pelego da melhor estirpe. A pelegada é insubmersível.

■ O deputado Derville Alegretti denunciou que o Governo revolucionário já emitiu 102 bilhões de cruzeiros, obtendo o recorde de 1 bilhão e 133 milhões por dia. Ninguém desmentiu este fato alarmante. A hora, aliás, não é de discussão. É de engolir todos os sapos.

■ A Câmara aprovou e enviará à sanção presidencial o projeto que autoriza o Executivo a emitir Obrigações do Tesouro no total de Cr\$ 700 bilhões, e altera a legislação do imposto sobre a renda. Haja papel pintado na praça!

■ Entre o material subversivo apreendido em Minas e que passará a fazer parte do *Museu do Departamento de Vigilância Social*, há um vidro com pedras do Mar Negro, uma caixa com cinzas de judeus queimados pelos alemães em campos de concentração da Segunda Grande Guerra, uma miniatura do *Sputnik* e uma lanterna de origem soviética. Com isto queriam destruir a Democracia!

■ O assistente do ministro Milton Campos, Sr. Caio Mário, divulgou o anteprojeto da nova Lei do Inquilinato, a ser brevemente enviado ao Congresso para deliberação. A Câmara dos Deputados acabou prorrogando, por 90 dias, a Lei do Inquilinato de Jango, na base do salário-mínimo. Mais uma vez, o Sr. João Goulart está presente na revolução!

■ Em resposta a uma consulta da PETROBRÁS, a *Saiuzneftexport*, empresa exportadora soviética de petróleo bruto e derivados, prontificou-se a fornecer ao Brasil uma quantidade adicional de milhões de toneladas de óleo cru. Vamos esperar pela reação da *Standard*. Negócio com comunista, nunca! — Será o grito dos entreguistas.

■ Foi exonerado o Sr. Hugo Gouthier da função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Itália.

■ O ministro Vasco Leitão da Cunha conferenciou com o Embaixador Lincoln Gordon sobre assuntos ligados à Organização dos Estados Americanos. A próxima reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, convocada pela Venezuela, para examinar as acusações contra Cuba, foi objeto de apreciação, especialmente no que se refere à sondagem feita pelo Brasil no sentido de apresentar uma proposta de sanções contra Fidel Castro, que possa obter a unanimidade dos países-membros da OEA. Éta homem danado, êste Sr. Gordon! O ponto de vista do Embaixador saiu vitorioso na OEA.

■ O ex-deputado Francisco Julião foi prêso por agentes do Departamento Federal de Segurança Pública, que o localizaram na fazenda Baúzinho, cêrca de 60 quilômetros de Planaltina, em Goiás. Estava desarmado e não ofereceu resistência. Tentou, inicialmente, negar sua identidade, segundo disse a Polícia, procurando fazer crer que “era um simples mestre pedreiro.” Coitado do Julião! Vai sofrer o diabo! Temo pela sua vida.

■ O Superintendente da SUNAB, Sr. Antônio Taveira, assinou, *ad referendum*, uma portaria tabelando o pão de 50 gramas em 12 cruzeiros, a bisnaga de 200 gramas, pão preferido pela maioria dos consumidores, a Cr\$ 48,00 no balcão e Cr\$ 50,00 a domicílio, e o pão de meio quilo a Cr\$ 120,00 e Cr\$ 125,00. Noutra portaria, tabelou as massas alimentícias, inclusive o macarrão branco, que antes eram vendidas a Cr\$ 170,00, na fórmula CLD (custo, lucro, despesa) e obrigou os moinhos — numa terceira portaria — a entregar 50 por cento da sua produção de farinha de trigo exclusivamente às padarias, a preço de farinha mista. Também a farinha pura, em pacote de 1 quilo, teve seu preço reajustado: custará Cr\$ 195,00 do moinho ao

varejista, e Cr\$ 226,00 do varejista ao consumidor. Nenhum jornal protestou. Falta de vergonha total.

■ A Assembléia Legislativa do Pará elegeu, por unanimidade, o coronel Jarbas Passarinho para novo governador do Estado, em substituição ao Sr. Aurélio do Carmo, cujo mandato e direitos políticos foram cassados por ato do Presidente da República. É o quarto governador que cai do galho. Este caiu por excesso de contrabando.

■ Foi demitido o ministro da Agricultura, Sr. Oscar Thompson Filho. Quem é?

■ Apareceu um anúncio para alugar a casa mobiliada do marechal Castelo Branco, à rua Nascimento Silva, 394, na Guanabara: preço 500 mil cruzeiros, por mês, com direito a usar a biblioteca e contemplar os seus troféus de guerra, conquistados na Itália. O Palácio do Planalto esclareceu que a casa não é do Presidente e, sim, dos seus filhos. É verdade. Basta ler o último item da declaração de bens que fez na véspera da sua posse: "Declaro ainda que a casa n.º 394 da rua Nascimento Silva, no Rio de Janeiro, minha residência até o dia de hoje, já pertence a meus dois filhos em virtude do inventário e este decorrente do falecimento de minha espôsa. Custou em 1941 Cr\$ 175.000,00 e foi construída pela Caixa de Construção de Casas do Ministério da Guerra, realizando-se o pagamento por prestações mensais durante quinze anos."

Uma casa comprada, em 1941, por 175 mil cruzeiros, alugada por 500 mil cruzeiros, por mês, em 1964, atenta contra tôdas as leis de inquilinato do País. Não estivesse foragido, o ex-deputado negocista José Pedroso teria alugado o palacete.

■ A revista *Newsweek* afirmou que o Departamento de Estado deu instruções de Nova Iorque ao Embaixador Lincoln Gordon no sentido de manifestar ao Governo brasileiro a preocupação de Washington ante os acontecimentos ultimamente desenrolados no Brasil. A publicação dá a entender que as instruções a Gordon foram enviadas pelo Subsecretário de Estado Thomas Mann, e acrescentou: "O Governo de Washington está cada vez mais preocupado pelo fato de que os dirigentes do Brasil não somente mantêm encarcerados milhares de presos políticos sem julgamento ou acusação formal como, também,

estão ampliando a depuração de conhecidos elementos moderados”.

Segundo a *Newsweek*, o Embaixador Lincoln Gordon continua sendo “o partidário mais loquaz do novo regime brasileiro, a ponto de ter informado a Washington de que se sentia sumamente aflito pelo fato de os Estados Unidos não terem fornecido ajuda financeira em grande escala aos revolucionários.” Este Sr. Gordon não dá uma folga. Está em tôdas.

■ Finalmente, o 14 de junho, quando foi extinto o artigo 10 do Ato Institucional, último dia para as cassações. Falaram num listão com 500 nomes. Saiu uma listinha com 108, mais da metade constituída por fichinhas, uma espécie de segundo time, o Madureira ou Olaria Futebol Clube. De importante mesmo, só os ex-ministros Jair Dantas Ribeiro, do Exército; Expedito Machado, da Viação; e Wilson Fadul, da Saúde, além do governador Plínio Coelho, do Amazonas. De raspão pegaram o padre Palhano, deputado federal pelo Ceará, berço dos generais Tibúrcio e Sampaio, heróis da Guerra do Paraguai, os únicos heróis que a minha infância conheceu na escola primária. Desta miséria, que é o artigo 10, estamos livres. E se vier desgraça maior? O azar será nosso.

O ministro Suplicy de Lacerda enviou ao Presidente da República um anteprojeto que dispõe sobre os órgãos de representação estudantil e extinguindo várias entidades universitárias, inclusive a UNE. A idéia traz a marca da boçalidade. Basta lembrar que, quando reitor da Universidade do Paraná, num acesso de fúria contra a cultura, descobriu que Dostoiewsky era subversivo, mandando destruir a sua obra nas bibliotecas dos estudantes. Choveram protestos de todos os recantos do País contra o fechamento da UNE, merecendo destaque uma carta do Sr. Hélio de Almeida, ex-Presidente daquela entidade e antigo Presidente do Clube de Engenharia. Mas o Sr. Suplicy insiste em ser zebra. Que fazer?

■ O deputado Doutel de Andrade, falando, pela primeira vez, depois da cassação das cassações, reafirmou o propósito trabalhista de organizar a oposição em termos da defesa das medidas do Governo do Sr. João Goulart, tomadas em favor do interesse nacional. O marechal já tocou para frente várias daquelas reivindicações. Noivado à vista do Presidente com o PTB!

■ *Revolução faminta*, é o artigo da revista norte-americana *Newsweek: Brazil: the hungry revolution*. Afirma que “as revoluções usualmente devoram seus filhos e aproximadamente dois meses após seu nascimento o golpe de direita do Brasil não é exceção. Apesar da moderação do Presidente Castelo Branco, os generais que, realmente, dirigem o País, tornaram-se tão intolerantes aos seus críticos, que a sua maior preocupação parece ser conduzir expurgos mesmo contra aqueles que deram suporte ao nôvo regime”. O que indica ter mais aborrecido os generais, contudo, — prossegue o artigo — “é a péssima repercussão que eles estão conseguindo no mundo inteiro. Para combatê-la, os generais renovam os reclamos de que a sua revolução salvou o Brasil de uma iminente tomada do poder pelos comunistas e que eles estão preparando um *livro branco* oficial para provar suas afirmativas. Mas os oficiais do Serviço de Inteligência dos Estados Unidos recusaram-se a acreditar que os comunistas estavam tão perto de alcançar o poder no Brasil”. “Os generais parecem pensar que aquilo que os Estados Unidos desejam ouvir é que milhares dêses presos eram comunistas”, explicou um oficial americano. Eles pensam que nos estão prestando um grande favor e, em troca, claro, querem que nós façamos também um grande favor: permitir que o Brasil reescale o pagamento dos seus débitos, públicos ou privados, os quais alcançam mais de 2 bilhões de dólares.” Diz ainda o artigo: “Suportados pelos cidadãos reacionários e incitados pelo ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva, que deve aprovar todos os assuntos econômicos e financeiros antes da decisão final do Presidente, os generais chegaram mesmo a se mover contra o Governador de São Paulo, Ademar de Barros, um dos seus mais fortes partidários.”

Através do Sr. Rui Gomes de Almeida, porta-voz das Associações Comerciais do País, as classes conservadoras repudiam a idéia governamental de estender o voto aos analfabetos. Custou a pôr a cabeça de fora. Estava encolhido desde o fracasso do empréstimo de 2 trilhões de cruzeiros ao Governo Federal.

■ O Presidente da República regulamentou a compra de petróleo e derivados no exterior, de modo que a PETROBRÁS faça,

sempre, “constar da suas tomadas de preços e negociações para a aquisição de quantidades substanciais de petróleo bruto e derivados, a condição de preferência para aquelas propostas que, sem prejuízo do preço competitivo, prevejam e permitam a exportação conseqüente de produtos brasileiros”. O decreto primitivo é de Jango, datado de 26 de dezembro de 1963, quando instituiu o monopólio estatal da importação do óleo cru. Manda brasa, marechal!

■ Tenham paciência em suportar as atividades do *Mr. Lincoln Gordon*! “O Embaixador teria sido chamado aos Estados Unidos para explicar ao Departamento de Estado do motivo da sua identificação demasiada com a nova situação imposta ao País. Nos órgãos técnicos da diplomacia americana existem elementos que fazem reservas ao Embaixador Gordon, no que se refere à sua atuação atual, dizendo mesmo que êle está colaborando para a criação de um nôvo Vietnam. Além disso, setores que fazem oposição ao Governo Lyndon Johnson firmaram posição no sentido de que o comportamento da embaixada americana no Brasil está fechando o acesso a muitas áreas políticas brasileiras, ficando, apenas, com trânsito no situacionismo udeno-militar montado. . .” — é o que diz um porta-voz autorizado do Itamarati.

■ Noticiam que Jules Dubois, Presidente da Sociedade Inter-Americana de Imprensa, pede a medalha de *Herói da Liberdade*, de 1964 para a imprensa brasileira, pelo papel que desempenhou na preparação do movimento que depôs o Sr. João Goulart. “A imprensa brasileira — diz o Sr. Dubois do *Chicago Tribune* — respondeu corajosa e patriôticamente ao desafio e desenvolveu vigorosa campanha contra as fôrças sinistras que procuravam destruir sua liberdade”. Trata-se de um picareta internacional do jornalismo, que há anos, com a sua gazua, vive de tripa fôrra, elogiando a quem pagar melhor. Encontrava-se, no Brasil, por ocasião da revolução. Não protestou contra a invasão do *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, nos estertôres do Governo de Jango. *Última Hora* e *Novos Rumos*, no advento de 1.º de abril.

■ Tive um dia feliz. Visitei a Elói Dutra na Embaixada do Uruguai. Êle viajará, pela madrugada, para Montevidéu. Encon-

trei-o em grande forma. Não o via desde o dia 1.º de abril. Mais de 80 dias longe do amigo, quase um irmão, com a cidade cheia de boatos sôbre a sua saúde. Conversamos três horas. O mesmo entusiasmo por um Brasil melhor, a mesma indignação contra os ladrões, enfim, o mesmo Dom Quixote de lança em riste, jogando-se de corpo e alma em campanhas memoráveis, nem sempre com o apoio do seu PTB. Elói é assim.

■ Leio estarecido o depoimento do criminalista pernambucano Bóris Trindade: “Há o caso de uma freira que enlouqueceu no cárcere, em consequência dos maus tratos. Transformaram-na num farrapo humano. A religiosa está há mais de três meses na Detenção do Recife, pelo crime de proteger e dar assistência a um grupo de camponeses que invadiu terras em Pesqueira.” Nem no regime de Hitler aconteceu monstruosidade como esta!

■ Num jornal da Guanabara, esta nota: “Discípulo de Einstein no xadrez da DOPS”. Trata-se do físico José Leite Lopes, de renome mundial, catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, ex-Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, aluno de Einstein, com quem trabalhou em Princeton, nos Estados Unidos. O cientista foi prêso quando procurava tirar um passaporte, a fim de viajar com destino a Paris, onde iria lecionar Física na Universidade da Sorbone.

■ O horóscopo é meu. . . Nova emoção para o velho repórter. Leio nas primeiras páginas dos jornais a solidariedade dos meus colegas do Conselho da ABI, ante uma nota gerada pelo esgôto jurídico e jornalístico da Rêde Ferroviária Federal: “O Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa, tomando conhecimento da nota oficial da Rêde Ferroviária Federal que, procurando justificar a demissão do jornalista Edmar Morél, aponta-o como cidadão que atentou contra a honra nacional, manifesta a sua inteira solidariedade ao conselheiro tão injustamente atingido por conceitos à base de presunção, e estranha que o redator mencionado tenha sido sumariamente exonerado, sem ter sido ouvido, sequer, pela Comissão de Inquérito instaurada naquele órgão para apurar atividades de subversão e corrupção. A ABI não entra no mérito da questão da demissão, já na Justiça do Trabalho, onde Edmar Morél teve sen-

tença favorável proferida pelo juiz Mário Hélio Caldas, da 10.<sup>a</sup> Junta de Conciliação.

O que está em jôgo é a honorabilidade de um jornalista, com mais de 30 anos de serviços prestados à sua classe, profissional que jamais foi processado por crime de Segurança Nacional ou por qualquer atividade subversiva, gozando da estima e respeito dos seus colegas.

O Conselho Administrativo não só reitera a sua solidariedade a Edmar Morél, como põe à sua disposição o Corpo Jurídico da ABI para assisti-lo em qualquer eventualidade. Herbert Moses, presidente de honra da ABI, Celso Kelly, Presidente da ABI, Fernando Segismundo, Gumercindo Cabral de Vasconcelos, Maurício Caminha de Lacerda, Luís Ferreira Guimarães, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Guanabara, M. Paulo Filho, Embaixador Paschoal Carlos Magno, Desembargador Elmano Cruz, Presidente do Conselho Administrativo da ABI, Miguel Costa Filho, João Etcheverry, Ivo Arruda, Hélio Silva, Lauro Reis Vidal, Lucílio de Castro, Helena Ferraz, Belfort de Oliveira, J. A. Mesplé, Arina de Carvalho, Manoel Augusto Gonçalves, Mário Saladini, Amorim Parga, Jamil Sampaio, Líbero Osvaldo de Miranda, Darci Evangelista, Canor Simões Lopes Coelho, Vanderlino Nunes e Armando de Almeida”.

Esta mensagem, de profunda solidariedade humana, é extensiva a todos os brasileiros caluniados por aventureiros e carreiristas da revolução, condenados que foram, sem defesa, e apontados à execração pública. Marginais surgiram como porta-estandarte da quartelada, delatando homens de bem, cujos lares foram vasculhados e saqueados. Basta lembrar a invasão nas residências de Álvaro Lins, Ênio Silveira, viúva Graciliano Ramos, Luís Luna, Alex Viany, Dias Gomes, Édson Carneiro, Astrogildo Pereira, Ferreira Gullar e outros intelectuais de vanguarda. Banditismo igual só nos tempos de Hitler e Mussolini.

Leio um artigo do Hélio Fernandes, na *Tribuna da Imprensa*: “A estupidez na Rêde Ferroviária chegou a um ponto que chega a ser inacreditável. Aqui mesmo cito o caso da eliminação dos ramais para diminuir *deficits*. Agora vejam o caso de Edmar Morél. Nas 17 estradas de ferro que constituem a Rêde foi o único jornalista a ser demitido. Não respondeu a ne-



nhum inquérito. Não foi ouvido por quem quer que seja. O pretexto invocado é mais humorístico do que comprometedor: "Presume-se que tenha atentado contra a honra nacional".

"Conheço Edmar Morél há 22 anos. E desafio que alguém prove que seja mais patriota do que êle. Temos divergido inúmeras vêzes, nos mais diversos casos. Mas rotulá-lo de traidor (e além do mais por "presunção") é coisa que não se pode admitir nem em programas humorísticos, ainda mais como objetivo de uma revolução. Levo êste fato à consideração do general Costa e Silva, que pela sua própria afirmação feita na televisão, se bateu, desde a vitória da Revolução, para que ela não fôsse desumana, nem servisse de pretexto a vinganças ou perseguições. Não é justo, não é digno, não é nobre, não é humano, não é revolucionário, classificar um jornalista que sempre exerceu a sua profissão com bravura e com dignidade, como traidor da sua Pátria. O general Costa e Silva está na obrigação de re-examinar o caso de Edmar Morél e mandar readmiti-lo. Não se condena um homem ao desemprego e à execração pública sem ouvi-lo, ou até mesmo processá-lo."

Muito obrigado, Hélio Fernandes. Já que você furou o tumor, trazendo a público episódio tão degradante da revolução, devo acrescentar que o Juiz Mário Hélio Caldas, da 10.<sup>a</sup> Junta de Conciliação, deu sentença favorável a mim, isto é, ordenou que a Rêde pagasse tôdas as indenizações. O meu patrono é Moacir Alves de Medeiros, do Sindicato dos Jornalistas.

Os advogados da Rêde que levantaram a infâmia, apontando-me como "traidor da Pátria", são os asnos Ari Monteiro Lopes e Luís Pereira de Sousa, cuja argumentação jurídica é digna do "Dr." Jacarandá. Uma parrelha de zebras não faria tamanha estupidez. E chamam a isto de advogados!

■ A revolução comemorava sòzinho os seus primeiros meses de existência. Ligo a televisão e vejo o ministro Roberto Campos, do Planejamento, anunciando que a vida vai melhorar. Agora, sim, os capitais estrangeiros virão com maior facilidade, desde que está livre a remessa de lucros para o exterior, até então limitada a 10%. A aprovação da Lei de Remessa de Lucros no Governo deposto foi uma batalha. De um lado, Jango, do outro o Embaixador Gordon. Agora tudo foi por águas abaixo.

Leio na imprensa um texto-legenda que dispensa maiores comentários: "O projeto que altera a Lei de Remessas de Lucros, praticamente eliminando o contróle brasileiro sôbre a saída de capitais estrangeiros do País, foi aprovado na Comissão de Finanças da Câmara. Este projeto, que desce a plenário, foi elaborado pelo Sr. Roberto Campos e ardorosamente defendido pelo Sr. Herbert Levy que, embora não fôsse membro da Comissão, interferiu e influenciou seguidamente o debate. O Sr. Herbert Levy, banqueiro e comerciante de café, é o representante no Brasil de uma grande firma importadora norte-americana. O ministro Roberto Campos, como se verifica pelas fotocópias acima publicadas, era até há bem pouco tempo, diretor de um banco suíço. O item que destacamos do relatório de 1961 do *Banque pour le Développement Commercial*, com sede em Genebra, diz: "Temos a honra de comunicar que nosso Diretor, Sr. Roberto de Oliveira Campos, foi nomeado Embaixador especial do Govêrno brasileiro em Washington. Seus novos deveres obrigaram-no a renunciar ao cargo de Diretor. No entanto, nosso distinto amigo continuará a ajudar-nos com seu conselho inestimável."

Ser representante de firmas estrangeiras ou diretor de um banco suíço não constitui crime. Ambas as ocupações são lícitas e, sem dúvida, rendosas na vida comercial. Mas, na vida política, colocam os que as exercem em situação de constrangimento para advogar certas medidas, como, por exemplo, a revogação da Lei de Remessas de Lucros. Embora êste constrangimento não tenha privado aquêles homens públicos de ação no caso específico, não desaparece do espírito dos que conhecem suas ligações internacionais o receio de que se transformem em juizes em causa própria. Êste receio deve estar presente na lembrança dos deputados que votarão o projeto governamental.

No estabelecimento *Banque pour le Développement Commercial*, de *Monsieur* Roberto Campos, sediado na Suíça, estão escondidos os propalados depósitos de nossos políticos. Certa vez o Govêrno da Suíça teria prometido revelar os nomes dos depositantes brasileiros em estabelecimentos bancários daquele país. *Monsieur* Campos, certamente, entrou em ação e caiu um silêncio sepulcral sôbre as contas-correntes numeradas. A revolução premiou o economista de Mato Grosso com a pasta do

Planejamento. Antes, no tempo do Sr. Jânio Quadros, foi Embaixador do Brasil em Washington, posteriormente, convidado por JK, assumiu a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, sempre em função que possa manter os seus vínculos com poderosos grupos estrangeiros que solapam a nossa economia. A mutilação da Lei da Remessa de Lucros foi uma incontestável vitória da equipe do Sr. Roberto Campos, a mesma que defende os interesses da *Hanna e Bond and Share*, agora com os olhos em novas concessões, desta vez no lucrativo setor de alimentos, onde já pontifica Augusto Frederico Schmidt. A Câmara aprovou, finalmente, em sessão extraordinária, por 152 votos contra 146, as alterações do ministro Roberto Campos à Lei de Remessa de Lucros. O despudor é geral. Mr. Lincoln Gordon está radiante. Agora, sim, Tio Sam não cabe em si de satisfação.

■ O Sr. Sargent Schriver, Presidente da *American Powers*, subsidiária da *Bond and Share*, quer novos favores e insiste que o Governo compre as suas 12 companhias de ferro velho. Que é feito do Embaixador Lincoln Gordon, que foi chamado pelo Departamento de Estado de Washington? Regressou ao Brasil e não dormiu. Conferenciou mais uma vez com o Presidente Castelo Branco no Palácio das Laranjeiras. “Nada se revelou do encontro”, diz a imprensa. Em seguida, procurou o ministro da Justiça para um encontro reservado. Em menos de 48 horas, o Sr. Lincoln Gordon manteve duas conversas a que os círculos políticos emprestaram importância. Há quem diga que o Embaixador foi discutir, nas duas oportunidades, assuntos relacionados com a Aliança Para o Progresso, enquanto outros acreditam que o objetivo foi o de fazer explicações sobre a repercussão, nos Estados Unidos, dos acontecimentos político-militares ou, mais precisamente, da revolução de 1.º de abril. O ideal para os norte-americanos seria um Presidente nos moldes de um Sr. Ranieri Mazzilli. Um marechal, como Castelo Branco, lutando por Reformas de Base, seguindo o exemplo do ex-Presidente João Goulart, poderá trazer sérios aborrecimentos para os Estados Unidos. Daí a guinada de 180 graus do Embaixador Gordon, indo festejar o *Independence Day* no Forte Duque de Caxias, uma praça de guerra do Brasil, onde, em linguagem clara para os soldados rasos, disse que o “poder civil outorgado

por lei deve prevalecer sobre o poder militar". Isto acontece nos Estados Unidos — declarou — o "maior poderio armado do mundo, desde o tempo de Washington".

O professor de economia da Universidade de Harvard, pelo visto, trouxe novas instruções do seu Governo. É preciso ter muito cuidado com presidentes reformistas, justamente no momento em que os EUA liberam 110 milhões de dólares, como parte de um plano de ajuda imediata ao Brasil...

Ademais, — revela um telegrama de Nova Iorque as dívidas brasileiras com os EUA, vencíveis até 1966, que foram reescaloadas, serão consideradas quitadas se forem rigidamente empregados esses recursos no programa de estabilização da moeda."

Nunca um Embaixador estrangeiro mandou tanto no Brasil quanto este ativo e hábil Mr. Lincoln Gordon.

A presença de Jango continua a cada momento, no Governo do marechal. O reescaloadamento das dívidas brasileiras, iniciado pelo Presidente deposto, concretizou-se depois de um ano de *démarches*, em Paris e Washington.

"Os Estados Unidos e outros nove países concordaram em adiar, para 1967 e 1968, os vencimentos de dívidas brasileiras, no montante de 190 milhões de dólares, dos 800 milhões que o Brasil terá de pagar, à conta de sua dívida externa. Segundo se informou, o total da moratória representa 68% do que o Brasil deve por compromissos ou garantias governamentais assumidas com os Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França, Inglaterra, Itália, Japão, Holanda, Bélgica, Áustria e Suíça, cujos vencimentos, transferidos para os anos de 1967 e 1968, concedem ao Governo brasileiro 30 meses, sem ônus, para o pagamento."

■ O marechal, aos poucos, vai conquistando setores populares para a revolução, sobretudo quando afirma, em alto tom, que fará as Reformas de Base e manterá o monopólio do petróleo, tendo, inclusive, baixado instruções que aperfeiçoam a medida do ex-Presidente João Goulart, no que diz respeito à importação do óleo cru. Ressalta que foi eleito para exercer a Presidência da República até 31 de janeiro de 1966, conforme preceitua a Constituição, a qual se propôs cumprir à risca.

Dirigindo-se ao Governador de São Paulo, sentenciou: "Como amigo peço, como brasileiro rogo e como Presidente da

República determino, que não me falem na prorrogação do meu mandato, que termina a 31 de janeiro de 1966.”

“Alegria de pobre dura pouco” — diz o velho provérbio popular. A prorrogação do mandato do Presidente Castelo Branco passou na Câmara dos Deputados por 248 votos contra 100, com duas abstenções. No Senado, o escore foi de 43 contra 6. O marechal disse que aceita a decisão do Congresso. Mais um *Fico* na História... O sufrágio que determinou a vitória prorrogacionista foi o do deputado Luís Bronzeado, da UDN. Todos os partidos contribuíram para mais êste atentado contra a Constituição: PSD, com 64 votos; UDN, 61; PTB, 32; PSP, 16; PDC, 14; PTN, 5; PR, 4; PRP, 2; PST, 2 e PL, 1.

A emenda da maioria absoluta também foi aprovada: 314 votos contra 32. Numa só madrugada, o Congresso estendeu o govêrno do marechal Castelo Branco até março de 1967 e admitiu maioria absoluta para as eleições de 1966, o que constituiu violento golpe na candidatura do Sr. Carlos Lacerda para Presidente da República. Sômente um Presidente conseguiu obtê-la: o Sr. Jânio Quadros. Dificilmente um outro repetirá a proeza, levando em conta a proliferação de partidos e o equilíbrio das fôrças políticas.

As duas medidas foram combatidas violentamente pelo Governador da Guanabara, não impedindo, contudo, que fôsem aceitas por esmagadora quantidade de votos pelo Congresso Nacional, o mesmo que escolherá o Presidente, caso não tenha obtido o *quorum* absoluto nas urnas.

As decisões do Congresso interromperam, por horas, o namôro do Governador da Guanabara com o marechal Castelo Branco. Daí a violenta troca de telegramas entre o Sr. Carlos Lacerda e o deputado Bilac Pinto, Presidente Nacional da UDN. No dia seguinte o Governador almoçava com o Presidente. Brigada de comadres!

O Congresso Nacional, que tudo fêz para impedir as reformas preconizadas por Jango, agora, como um cordeiro, retalhou a Constituição, permitindo o voto para o analfabeto, excluído de participar da vida política desde o advento da República, ao contrário do que assegurava a Constituição Imperial de 1824. Horas depois, inexplicavelmente, anulou a decisão que tomara na véspera, rejeitando o direito do voto aos que não sabem ler. Assegurou a elegibilidade do sargento, que podia exer-

cer o direito do sufrágio, mas não se elegia. Permitiu que sejam solicitadas diretamente ao Plenário licenças para processar parlamentares por crime comum. Retirou dos magistrados, professores, autores e jornalistas a isenção do pagamento do impôsto de renda, medida mais do que justa, quando é público que industriais da Imprensa, da Justiça e do Ensino, sempre acharam meios para sonegar o fisco nos seus negócios particulares, descarregando os lucros confessados pela porta larga do privilégio conferido pelo artigo 203 da Constituição. É simplesmente inacreditável que *gangsters* como Manoel da Silva Abreu, o conhecidíssimo *Zica*, da Praça Mauá, e o seu inimigo mortal *Fernandinho*, sejam portadores de carteira de *jornalista*, gozando de tôdas as regalias concedidas aos verdadeiros profissionais de imprensa.

*Zica*, o velho e incorrigível marginal, é sócio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara e o seu registro no Ministério do Trabalho tem o número 6.960. Não pagava Impôsto de Renda, tinha 50% de abatimento nas passagens de avião e estradas de ferro e prisão especial. Esta vergonha precisava acabar!



Até onde deixarão ir o marechal, com as Reformas reclamadas por 80 milhões de brasileiros, mais da metade escrava do latifúndio e do analfabetismo? Começo a temer pela sua sorte. As palavras de advertência do Embaixador Lincoln Gordon, no Forte Duque de Caxias, do Exército, não me deixam: "O poder civil deve sobrepor-se ao poder militar!"

Não sou apologista de nenhuma espécie de ditadura, muito menos exercida por militar. Mas acho um desafio um estrangeiro ditar normas para o nosso povo, seja norte-americano, russo, polaco ou japonês. A revolta cresce, sobe à cabeça, quando o brasileiro vê, nos céus da sua Pátria, uma autêntica operação militar levada a efeito por aviões dos Estados Unidos. Eles fazem o levantamento aerofotogramétrico de uma área compreendendo os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Goiás, região onde estão localizadas as nossas maiores reservas de minérios, inclusive estratégicos.

Embora o Brasil possua seis ou sete sociedades particulares, rigorosamente fiscalizadas pelo Serviço Geográfico do Exér-

cito, o Governo preferiu que os Estados Unidos realizassem aquele trabalho, através do qual, com a moderna técnica, pode ser revelada a existência dos mais diferentes minérios e até de petróleo no subsolo. Recentemente, o Estado de São Paulo confiou tarefa semelhante a um grupo de organizações nacionais, cujo controle severo pelas Forças Armadas obriga a entrega do filme ao Serviço Geográfico do Exército, o qual libera ou não as fotos batidas, unicamente, com fins comerciais, quando não são para estudos de futuras ferrovias, açudes e rodovias. Desta vez, a película irá diretamente para os Estados Unidos, à revelia do nosso governo.

O processo conhecido por foto-análise é preferido pelas empresas de mineração, quase todas sem pátria, como é o caso da *Hanna*. Conhecidos os resultados das fotos, ainda ignorados pelas autoridades brasileiras, consórcios estrangeiros pedirão concessões ou comprarão as terras, cujas riquezas foram reveladas pelos norte-americanos, tripulando aviões dos EUA, em céus do Brasil. O Congresso Brasileiro até hoje não aprovou acordo ou convênio que permita tal tipo de operação. Ao contrário. O Presidente deposto, ao apagar das luzes do seu governo, determinou ao Estado-Maior das Forças Armadas, até determinação do Parlamento, que impedisse aqueles vôos. Acontece que o Embaixador dos Estados Unidos é *Mr. Lincoln Gordon*, o bastante para mandar a nossa Segurança Nacional às favas. A série de fotografias propriamente ditas iniciou-se a 1.º de julho de 1964. Os técnicos ianques são membros da 1.370 Esquadrilha da Aerofotografia, da Força Aérea Norte-Americana às ordens do major Martin Stewart. Ao todo, tomam parte nas operações cerca de 15 oficiais e 60 aviadores ianques. Durante a operação, que durará três anos, cobrirão eles uma distância aproximada de 70.000 milhas lineares, ou seja, quase três vezes a circunferência do globo. Os vôos de aerofotografia são realizados a bordo de aviões turbo-hélice *Lockheed Hércules RC-130*.

Até onde vão a nossa imprevidência e falta de patriotismo?

☆

Concluía eu os últimos capítulos desta reportagem sobre o golpe quando bateram à porta do meu apartamento. Era um

velho combatente antifascista dos duros tempos da ditadura Vargas. Quase não reconheci o amigo de tantas lutas. Caçado pela polícia, como um cão, vinha pedir uma pousada. Uma noite só, para, no dia seguinte, refugiar-se na Embaixada do México. Fui buscar a sua filha, num subúrbio longínquo, jovem de 14 anos, que não o via havia um mês. Ficaram sós e soluçaram baixinho. Um pranto de quem vai partir e de quem fica, ambos com a alma dilacerada pela angústia de um retrocesso político que não estava nos planos que traçamos nas trevas do Estado Nôvo, quando pensamos no futuro radiante dos nossos filhos. Deixei-os sôzinhos, evocando a espôsa e a mãe sacrificada pelo mesmo ideal que os unia, naquela fria madrugada. Deve ter dito, à hora de entrar na Embaixada:

“Isto que está aí, minha filha, é só um minuto na história.”



## Brasil Desfigurado

**U**MA SUCESSÃO de fatos, ora aviltantes à dignidade humana, ora assaltos à economia nacional, praticados por quadrilhas estrangeiras, faz mergulhar o povo, sem liderança, na mais profunda melancolia e à mercê da própria sorte. O Supremo Tribunal Federal, todavia, não se curva aos poderosos da revolução, concedendo *habeas-corpus* ao cel. Mauro Borges, Governador de Goiás, a fim de que o militar, antigo aliado de Jango e defensor da *Nova Ordem*, não fôsse prêso por autoridades que presidem inquéritos naquele Estado central.

Essa decisão foi o bastante para o marechal Humberto Castelo Branco perder a serenidade que deve ser mantida por um Presidente da República e investir contra a Côrte Suprema. O choque entre o Executivo e o Judiciário era inevitável, como continuavam turvas as relações entre o Legislativo e o Executivo, bastando lembrar que os Srs. Auro de Moura Andrade e Ranieri Mazzilli, respectivamente, Presidentes do Senado Federal e Câmara Federal, foram apontados como corruptos, em diligências realizadas na Recebedoria de Rendas e Caixa Econômica de São Paulo.

O Legislativo perdeu toda a sua dignidade. É um trapo. Militares exigem a cassação de mandatos de deputados estaduais e as Assembléias Legislativas do Ceará, Amazonas, Pernambuco, Bahia e outros Estados, com a impassividade de um rebanho, praticam todas as felonias impostas por um grupo de coronéis da chamada *Linha Dura*.

Mas o Supremo Tribunal Federal volta a exigir respeito à Lei, dando *habeas-corpus* ao ex-Governador Seixas Dória, segregado do Continente desde o dia 12 de abril, juntamente com o ex-Governador Miguel Arraes e mais de 150 brasileiros, todos recolhidos na distante ilha de Fernando Noronha, perdida na imensidão do Atlântico.

A decisão do STF é desrespeitada e o antigo deputado da UDN permaneceu encarcerado num quartel de Salvador, de onde saiu, trazendo debaixo do braço o seu magnífico *best-seller* "Eu, Réu sem Crime..."

O PSD esboça uma reação, apenas para efeito de publicidade, preparando o terreno para entregar o cel. Mauro Borges às feras, o que faz sem cerimônia. O afastamento do cel. Mauro Borges foi aprovado em sessão tranqüila, 29 votos contra 8 e uma abstenção. No mesmo dia foi *eleito* o marechal Ribas Júnior. Missão cumprida do interventor cel. Meira Matos.



Laert Paiva foi aposentado pelo Ato Institucional, impôsto ao País pela revolução de 1.º de Abril. Como defensor da Justiça e do Erário público praticou os seguintes atos imperdoáveis:

1.º) promoveu o fechamento da ADEP e do IBAD (comprador de congressistas);

2.º) propôs e obteve, liminarmente, a encampação das refinarias de petróleo;

3.º) defendeu os poderes constitucionais do STF (com Sílvio Fiorêncio e Firmino Paz), da posse total dos minérios de ferro do Brasil contra o golpe de Hanna;

4.º) defendendo uma causa em que a União era revel, evitou que o povo brasileiro pagasse a uma companhia de aviação uma indenização de 600 milhões de cruzeiros, pela imperícia de um aspirante da FAB.

Por esses pecados principais, incidiu no primeiro grande princípio revolucionário: corrupção.

Como repórter hábil, honesto e ativo, colaborou na perfeita cobertura da chamada *Revolução dos Sargentos* para os jornais cariocas e paulistas, e foi capitulado na segunda ordem revolucionária: subversão. Ainda que possa parecer ridículo — só em 1964, por uma insuficiência nas coronárias, estêve internado em hospitais quatro vêzes, — o IPM de Brasília, o acusou de ser o chefe do *Grupo dos 11*, que atuava pelos cerrados e inóspitos ares rarefeitos do Planalto Central... Em resumo, por defender, como advogado da União, interesses pátrios e por ser um jornalista empenhado na exata informação dos acontecimentos, as qualidades de Laert Paiva só poderiam ser exaltadas, sòmente, pelos seus companheiros de Brasília, que o agraciaram com *Honra ao Mérito*.

☆

A farsa do processo dos chineses desnudou-se no dia do julgamento, na 2.<sup>a</sup> Auditoria de Guerra. De início, o Promotor, sentindo a fragilidade de sua posição, disse que não admitiria apartes dos advogados de defesa. Temia que com um simples sôpro o castelo de fantasias desmoronasse. E durante as três horas que falou, o acusador nada disse e nada provou, exibindo recortes de jornais e revistas. A sensação de vazio foi registrada por todos os jornalistas, notadamente pelos representantes da imprensa internacional.

Depois sucederam-se os advogados dos réus. Os pontos altos da defesa foram a total destruição feita pelo jovem criminalista Antônio Evaristo de Moraes Filho da autenticidade da famosa carta, — uma segunda edição grosseira da *Carta Brandi* — a abertura efetuada por Raul Lins e Silva das malas apreendidas em poder dos chineses onde, ao invés de armas para uma revolução, havia apenas livros, entre êles romances de José Lins do Rêgo e a longa sustentação do Sobral Pinto demonstrando a absoluta improcedência da acusação. Embora parcialmente condenatória, — pena de 10 anos para os chineses — a decisão do Conselho de Justiça repudiou grande parte do embuste. A ridícula imputação do crime de espionagem foi totalmente rejeitada. O delito de subversão, reconhecido contra o voto do Auditor (único Juiz togado e não militar do Conselho) recebeu a pena mínima e os argumentos da sentença da

condenação foram inconvincentes. E, por fim, a tal carta arranjada pela polícia da Guanabara, viu-se reduzida a um trapo de papel: tôdas as pessoas nela mencionadas foram absolvidas, inclusive três dirigentes do Partido Comunista. O deboche atingiu ao auge quando, um dos implicados, o sargento Antônio Prestes, foi excluído da denúncia, no dia do julgamento. O sargento era outro. Era um Prestes, porém, Paulo, o que não impediu de Antônio ficar prêso por 9 meses.

A advogada francesa que assistiu ao julgamento como representante dos órgãos internacionais de juristas, declarou que os chineses se viram condenados por mero delito de opinião, o que é repudiado pelas leis de tôdas as nações democráticas. A burrada está feita. Fala-se, agora, em indultar os chineses, perdão que os amarelos não aceitam, sob o fundamento de que postos em liberdade, pela graça do Presidente da República, importaria em aceitar a culpabilidade.



Sente-se que a Nação não anda. Vai aos trancos e barrancos. Durante longos meses o Ministro Roberto Campos ocupa as rádios e TV para anunciar que o índice inflacionário em 1964 baixaria e a vida do povo melhoraria. A mentira caiu com o aumento de 5,9% no custo de vida comparado entre os anos de 1963 e 1964. Mas os cínicos dos técnicos do Ministério do Planejamento não entregam os pontos e declaram que “foi inevitável e até certo ponto benéfico aquêle índice, porque representa o acervo do programa de ação econômica do governo. A taxa de 86,7% obtida em 1964, é exatamente a que o País estava em condições de suportar, dentro do esquema de contenção gradativa da inflação”.

Mas a dona de casa já está comprando o arroz a Cr\$ 350,00 o quilo, quando no dia 1.º de Abril, valia Cr\$ 185,00; o feijão disparou de 80 para 360 cruzeiros; a carne de Cr\$ 600,00 para Cr\$ 1.200,00; o leite das crianças já custa Cr\$ 157,00 o litro, quando era vendido por 85; leite em pó, Cr\$ 950,00 a lata; o charque a Cr\$ 1.600,00 contra 430; o pão a Cr\$ 280,00; a manteiga Cr\$ 2.700,00; a banana, que é mato em Itaguaí, 30 minutos distante da Praça Mauá, a Cr\$ 350,00; a batata, comida

de pobre, de Cr\$ 35,00 partiu para Cr\$ 135,00; o açúcar saltou de Cr\$ 105,00 para 218.

O salário mínimo continua o mesmo do tempo de Jango: Cr\$ 42.000,00, o preço de um costume de tecido inferior. Desconte-se, ainda Cr\$ 3.360,00, correspondente aos 8% da Previdência Social.

A esmagadora maioria dos gêneros alimentícios é transportada pela rede rodoviária, ante a quase nulidade do sistema marítimo. A Costeira de há muito abandonou as suas linhas de cabotagem, preferindo fretar os transatlânticos às agências de turismo, quando correm grossas propinas. A importância do caminhão é fundamental para o abastecimento. Que faz o governo, seguidamente? Aumenta os preços dos combustíveis, provocando, automaticamente, um espantoso acréscimo nos fretes, atingindo passageiros e mercadorias. O litro da gasolina já está por 136 cruzeiros e o de óleo Diesel, Cr\$ 107,00. Em 1.º de abril estes produtos custavam Cr\$ 74,20 e Cr\$ 47,00. Tudo é aumentado, com o beneplácito da SUNAB, cujo presidente, sr. Guilherme Borghoff, defende a liberação dos preços, como único meio de baratear o custo de vida...

O resultado está aí. A fome campeia e todos os lares, menos os dos tubarões, sofrem restrições à mesa que sempre foi farta.

O Ministério da Viação promove mais um assalto à bolsa do suburbano, obrigando o operariado a pagar Cr\$ 60,00 por uma passagem que, um ano antes, custava Cr\$ 2,00. Uma carta simples, para ter livre trânsito, no território nacional, via marítima, precisa de 30 cruzeiros de selo, o que representa uma majoração de 800% nos últimos dez meses. Isto aniquilou o Reembolso Postal, desfechando um golpe de morte na cultura. Quase todas as editôras já suspenderam a remessa de suas obras, pelo correio, ante a elevação das tarifas.

A história diz que o grande aliado dos povos oprimidos é o *General da Fome*. Que Deus escute esta sábia sentença popular.

A outra batalha, a da aviação embarcada, diz respeito aos Ministérios da Aeronáutica e Marinha. A briga pelo comando dos aviões do *Minas Gerais* já derrubou dois Ministros do Ar, os Brigadeiros Nelson Freire Lavanere Wanderlei, que pediu demissão por não concordar com a punição dos oficiais da FAB que metralharam um helicóptero da Marinha, na base de

Tramandaí, no Rio Grande do Sul, e Marcio de Souza Melo, que não aceitou o *Minas Gerais* sair da Guanabara para o nordeste, em operações de treinamento, conduzindo aviões pilotados por oficiais do mar. Esta guerra fria, por causa de um elefante branco, adquirido com doze anos de uso, se arrasta, para vergonha da Nação inteira, desde 1958. Trata-se do ex-porta aviões VENGEANCE, considerado obsoleto e que os ingleses, depois de usá-lo na guerra da Coréia, e nas suas bases da Indochina e Austrália, venderam ao nosso governo por 16 milhões de dólares, com a reconstrução orçada em 56 milhões, em estaleiros da Holanda. Há seis anos serve de pomo de discórdia entre as nossas Fôrças Armadas. Quem denunciou o escândalo do *Minas Gerais*, na Câmara Federal, foi o Deputado Paulo Mincaroni, que teve o seu mandato cassado e direitos políticos suspensos até 1975. Na briga do mar com o rochedo sofre o marisco.

A última crise na Aeronáutica foi tão grave que o Brigadeiro João Adyl de Oliveira, o famoso *Presidente da República do Galeão* não aceitou a pasta, preferindo ficar no comando da 3.<sup>a</sup> Zona Aérea. Surgiu, então, o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes, como medida de salvação, já que, segundo o *Jornal do Brasil* de 8-1-65, "o Presidente Castelo Branco estava decidido, se o Marechal-do-ar, Eduardo Gomes, não aceitasse o Ministério da Aeronáutica, a nomear para o cargo um General do Exército".

A Aeronáutica é uma incógnita. Os mesmos Oficiais Superiores que, na presidência de inqueritos, levaram vários colegas à prisão, conseguindo que o Governo arrancasse os seus galões honrados, degradando-os perante seus companheiros, absolveram, por falta de provas, os mesmos colegas acusados, entre êles o Brigadeiro Ricardo Nicole, o Coronel Carlos Alvarez e todos os outros envolvidos na novela do atentado ao avião *Esperança*.



Muitos dos brasileiros injustiçados não foram absolvidos pela justiça. A morte os libertou da ignomínia. Repousam para sempre generais do porte de Ladário Pereira Teles e Moraes Âncora. Oficiais das Fôrças Armadas, Magistrados, Religiosos, Escritores, Estudantes, Líderes Sindicais e Inferiores do Exército,

Aeronáutica e Marinha, sucumbiram em consequência do golpe de 1.º de Abril, uns pelo suicídio e, outros, assassinados nas masmorras medievais.

Em meio das demissões e crises nos altos escalões das Forças Armadas, o governo ainda encontra tempo para estudar um projeto de lei de autoria do saudoso líder democrata Milton Campos — atual Ministro da Justiça — para restringir as atividades dos partidos políticos, o qual, em última análise, tal como está redigido, segundo denúncia do Deputado Celso Passos, “impedirá discursos dos parlamentares contra acôrdos semelhantes que permitiram a aviadores norte-americanos, usando aviões dos Estados Unidos, fazerem o levantamento das nossas riquezas minerais”.

Exigem que os programas partidários fiquem subordinados às convenções internacionais de que o Brasil seja signatário. Isto quer dizer que uma transação como a da *American Foreign Power*, poderá, por extensão, ser interpretada pelos homens do governo como uma convenção internacional e, nenhum deputado, sem risco de sanções, terá condições de combater a medida. Tudo isto saiu do cérebro do sr. Milton Campos, um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*.

A UNE, com um passado tão glorioso, foi fechada. Ressurgirá, um dia, como uma fênix, das cinzas das ruínas do prédio do Flamengo, incendiado pelos revolucionários que não deram um tiro.

De uma coisa ninguém tem dúvida. É palpável e visto a olho nu. Está em plena evolução um processo que visa garrotar as últimas liberdades de imprensa e do livro. O seu Q.G. é num quartel de polícia no Méiar, onde já foram ouvidos mais de 100 pessoas, inclusive senhoras. O governo busca aniquilar a imprensa nacionalista, pedindo o cancelamento dos registros de *O Semanário*, *Novos Rumos*, *Panfleto*, *Brasil Urgente*, *A Liga*, *P.M.*, *Classe Operária*, *Paz e Socialismo* e outros órgãos de esclarecimento da opinião pública. Não é anedota. O *Shopping News*, a despeito de suas estreitas e supostas ligações com os ianques, está na lista. Motivo: o gerente de uma das administrações era comunista. Tem mais. O Ministro Milton Campos prepara ainda dois monstrenços. Nova *Lei de Imprensa*, nos moldes de um projeto que não foi aprovado, de autoria do fascista-mor Sr. Vicente Ráo, e um estatuto, com tôdas as caracte-

rísticas policiais da P.I.D.E., de Salazar, para controlar as atividades dos cidadãos que tiveram os seus direitos políticos cassados.

A polícia, por sua vez, presta serviços... Descobre um atentado contra o trem em que viaja o Governador Carlos Lacerda, vindo de São Paulo, onde foi indicado candidato da UDN, à Presidência da República. No Rio Grande do Sul o General Justino Alves dá notícias de uma *Operação Pintassilgo*, que visava a derrubada do regime.

O mais divertido de todos os movimentos subversivos foi aquele que começava com o envenenamento da água que abastece o Rio. Um comunicado da polícia, entretanto, tranqüilizou os 3.800.000 cariocas... Os terroristas confundiram o rio Guandu com o rio Anchieta, cuja semelhança pode ser comparada entre um elefante e um bode.

A Justiça sofre pressão por todos os lados. Alguns juízes, como aquele pobre magistrado do Amazonas, capitulam da maneira mais ignóbil. Outros reagem. É o caso do julgamento do *habeas-corporis* do escritor Astrojildo Pereira, com 73 anos, e, que, atraído a uma cilada, ficou prêso num quartel da polícia, por 85 dias, a despeito do Superior Tribunal Militar ter lhe concedido dois *habeas-corporis*. Mais uma vez a força não subjogou a cultura. Astrojildo Pereira deixou a prisão com os originais de mais um libelo contra a revolução.

Há o reverso da medalha em vários casos. Aquêlê ex-crável Professor Eremildo Viana, que tentou arrastar a educadora Yedda Leite Linhares à execração pública, invadindo, inclusive, a intimidade do seu lar, de tanto delatar companheiros, acabou sendo indiciado, por uma Comissão de Inquérito, como reles peculatório de verbas do Ministério da Educação. A demissão sumária de Elói Dutra, da Caixa Econômica, com 32 anos de serviço, foi tornada sem efeito, isto, 3 meses depois do ato arbitrário de um coronel.



Em Washington foi fechada a compra do ferro velho da *American Foreign Power* por 135 milhões de dólares, na época, equivalente a 230 bilhões de cruzeiros. Acontece que o negócio foi feito nos moldes da *Tabela Price*, atendendo, ainda, as exigên-



cias do reescalonamento das nossas dívidas, juros e, assim, em vez de 230, teremos que pagar 330 bilhões.

Ressalte-se que a avaliação dos bens feita pela CONESP, comissão nomeada pelo governo e dissolvida pelo prestígio de Mr. Gordon, foi de 57 milhões de dólares. O campo está preparado, portanto, para o governo brasileiro adquirir os despojos da *Bond and Share*, que opera com 54% da produção elétrica gerada no país.

O engenheiro Marcondes Ferraz, Presidente da Eletrobrás, sem dúvida, o fabuloso advogado do consórcio ianque, oferece uma impressão de que tudo foi feito honestamente, instalando uma Comissão para acompanhar os trabalhos dos peritos suecos que realizam a verificação do tombamento físico contábil do grupo AMFORP, medida desnecessária, quando a transação já foi sacramentada nos Estados Unidos.

Até o Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, sr. Paulo José Lima Vieira, que teve a coragem de discordar da entrega do minério brasileiro ao grupo da Hanna, fazendo, de viva voz, ao Presidente da República, um protesto veemente, foi demitido.



A presença de Mr. Gordon já é desnecessária para o saque dos ianques ao resto das nossas riquezas. A patriótica decisão do Tribunal Federal de Recursos, anulando a imoral concessão dada pelo Presidente Juscelino Kubitschek à Hanna, está praticamente sem efeito, graças ao trabalho do grupo da CONSULTEC, magnificamente instalado nos principais ministérios.

O pôrto que a Hanna pleiteou, e vai ganhar, no litoral fluminense, tem como patrono o Marechal Juarez Távora, titular da Viação. E, para completar êste desolador panorama, o governo nomeou uma Comissão Interministerial, a qual dará a última palavra sobre a entrega do nosso minério de ferro à Hanna. E quem faz parte do grupo? Os mesmos Ministros Roberto Campos, Otávio Bulhões de Gouveia, Mauro Thibau e Juarez Távora, conhecidos entreguistas, principalmente dentro do Conselho Nacional de Segurança, com a voz discordante do General Peri Bevilacqua, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, e já na mira da CONSULTEC que o quer fora do E.M.F.A.

A espionagem norte-americana nos céus está perfeita. Os possantes aviões *Lockheed Hércules*, da Fôrça Aérea Norte-Americana, continuam sobrevoando livremente o território nacional, localizando as nossas reservas de minério. Que resta, agora? A Petrobrás já não é intocável. O seu destino já está ameaçado.

O Embaixador Lincoln Gordon já pode voltar tranqüilamente para os Estados Unidos e reassumir a sua cadeira de economia, na Universidade de Harvard.

O principal da sua missão deve ser considerado cumprido, ficando o resto da execução a cargo dos Srs. Roberto Campos, Mauro Thibau, Otávio Gouvea de Bulhões e, por fim, Juarez Távora, respectivamente, Ministros do Planejamento, Minas e Energia, Fazenda e Viação e outros notórios entreguistas.

Os ianques recompensarão règeiramente os que colaboraram na *Missão Lincoln Gordon*. O dinheiro já vem aí, segundo telegrama de Washington, da *Associated Press*, publicado da maneira mais discreta possível nos jornais do Rio e São Paulo, do dia 8 de janeiro de 1965:

“O Fundo Monetário Internacional decidiu conceder um empréstimo de mais de US\$ 100 milhões ao Brasil, para aplicação na agricultura, indústria, transportes, comunicações, energia elétrica e educação, segundo se informou ontem officiosamente. O FMI decidiu o empréstimo de acôrdo com um relatório do seu Diretor para a América Latina, Sr. Jorge del Canto, que estudou a situação brasileira, segundo os informes oferecidos pelo Ministro do Planejamento, Sr. Roberto Campos, durante sua viagem aos Estados Unidos, em outubro. O convênio a ser firmado será o maior do FMI na América Latina.”

O dinheiro para os advogados administrativos e demais brasileiros a serviço dos interesses dos U.S.A. já está a caminho, via City Bank.

“Os ex-diretores da AMFORP, cidadãos brasileiros e norte-americanos, receberão de 30 a 40 milhões de cruzeiros em média, cada um, num total superior a 1 bilhão de cruzeiros, em virtude do contrato pelo qual o govêrno brasileiro comprou, sem tombamento prévio, o *ferro velho* daquela empresa. Começam, assim, a aparecer os primeiros beneficiários do panamá das concessionárias, encabeçadas pelo Sr. Eugênio Gudín.”

A lista tem 34 nomes de *ianques-brasileiros*.

Foi assim, nesses termos, que o bravo Deputado Doutel de Andrade, líder do PTB na Câmara Federal, iniciou sua denúncia a propósito da publicação no *Diário Oficial* secção 1.<sup>a</sup>, parte I, do dia 15 de dezembro de 1964, páginas 11.478 a 11.496, do contrato assinado em Washington pelo Sr. Marcondes Ferraz, presidente da Eletrobrás.

Nunca uma Nação foi tão saqueada em tão curto prazo! A luta, agora, será muito dura. É tarefa dos nossos filhos e netos a reconquista do patrimônio econômico da Nação que caiu nas garras de poderosos bandos internacionais. É certo que tudo que aí está, como narrativa, é só um minuto. Um minuto na História, porém uma batalha de longos e penosos anos para o Brasil recuperar as suas riquezas.

## Documentário

- 1 — *Afronta à Dignidade Humana*, SÉRGIO RESENDE
- 2 — *A Luta dos Estudantes*, HÉLIO DE ALMEIDA
- 3 — *A Prisão*, HENRIQUE CORDEIRO
- 4 — Manifesto dos Bispos
- 5 — Balanço do Expurgo
- 6 — *Intervenções Militares Norte-Americanas na América Latina*

## **Afronta**

### **à Dignidade Humana**

**N**O MANIFESTO que redigiu, assinou e distribuiu a seus 26 alunos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica do Recife, o Sr. Sérgio Resende, filho do Marechal Estêvão Taurino de Resende Neto, então Presidente da Comissão Geral de Investigações, denuncia “a existência de uma situação que se constitui numa afronta à dignidade do homem e afirma que um grupo minoritário, contando com o apoio das forças mais retrógradas da sociedade, depôs o Presidente da República, eliminou da vida pública vários deputados e vereadores e constituiu a Ditadura”.

Economista, funcionário da Assessoria Técnica da SUDENE, o Sr. Sérgio Resende, que teve prisão preventiva decretada pelo Comando do IV Exército e esteve detido no Quartel do 7.º Regimento de Obuses, do Recife, é o autor do seguinte manifesto:

“O homem, de um modo geral, não se preocupa em analisar os fenômenos que ocorrem diante de si, no meio em que

vive, sejam êles de qualquer ordem. Entre os inconvenientes que lhe causam essa despreocupaçào crítica, aquêles decorrentes da falta de conhecimento dos fenômenos sociais são os que apresentam os aspectos mais graves, desde que o homem é, simultâneamente, sujeito e objeto do fato social.

A pouca importância que o ser humano dá aos aspectos importantes de sua vida leva-o a adotar preconceitos que lhes servem de norma na vida, muitas vêzes tornando-o sectário ou fanatizando-o. Esta atitude transforma-o num homem hermêticamente fechado à qualquer idéia nova e, conseqüentemente, num indivíduo pouco propenso a desenvolver suas qualidades potenciais.

Mas, isto é o que ocorre com o homem comum, o homem da rua, o homem do povo, e não é, de modo algum, o que deveria ocorrer com vocês, indivíduos que, pelo simples fato de estarem cursando uma Universidade, podem ser incluídos entre os mais privilegiados do País. Vocês, que têm acesso aos livros das bibliotecas, têm, também, a obrigação de pensar antes de formar qualquer atitude diante da sociedade, pois é a partir desta atitude, com a ação que ela promove, que vocês, como agentes do fato social, estarão exercendo o seu papel dentro da comunidade e, de acôrdo com a posição assumida, poderão estar contribuindo para modificações que ocasionarão prejuízos ou benefícios à sociedade. A vocês estudantes, compete papel decisivo na formação histórica do País, e esta, quer queiram quer não, tem de ser feita num sentido progressista.

Encontramo-nos, presentemente, diante de uma situação que se constitui numa afronta à dignidade do homem. Um grupo minoritário, contando com o apoio das forças mais retrógradas da sociedade, depôs o Presidente da República, eliminou da vida pública vários deputados e vereadores e constituiu a Ditadura. Como conseqüência lógica da tomada do Poder, violenta a cultura, impedindo de falar aquêles que tentam obstar com palavras os atos e atitudes que denotam o primarismo das concepções políticas que nos querem impor. Afastou de seu caminho os intelectuais mais brilhantes do País, eliminou, para alimentar sua prepotência, a liberdade de pensamento, a fim de evitar confronto de idéias do qual, sem sombra de dúvida, sairia batido, graças à fragilidade daquilo que defende.

Cassaram os direitos políticos de Celso Furtado e Josué de Castro, prenderam o escritor Oto Lara Resende, a pintora Djanira, o Diretor do Instituto Osvaldo Cruz, invadiram universidades, demitiram professôres. A Arte, Ciência e Cultura têm, agora, de obedecer às diretrizes dos donos da verdade. Certamente, esta verdade não é devida, exclusivamente, aos "revolucionários" brasileiros; contribuições a ela já tinham sido dadas, por Franco, Salazar, Stalin, porém, agora, em nosso País, logrou atingir um nível bastante elevado.

O mêdo histérico do comunismo gerou o fascismo na Alemanha de Hitler, figura ímpar no tocante às contribuições à implantação de melhores critérios no julgamento da verdade. Outros ditadores, digo melhor, outros filósofos da verdade absoluta (czares russos, Chiang Kai-Chek, Batista), menores, é claro, relativamente ao magistral grupo composto pelos nomes citados acima, tornaram impossíveis, com conseqüências que todos conhecemos, novas contribuições à concepção da verdadeira verdade. Começa no Brasil a se alastrar a epidemia da verdade, contagiando grande parte da população. *Virus* conhecido cientificamente pelo nome de *verus* cobre o País do Norte ao Sul, atacando todos indiscriminadamente.

Nota-se o efeito de sua atuação sôbre o ser humano pelas transformações que acarreta nas características externas físicas e mentais do homem. Êste, confunde-se em seus aspectos exteriores e suas manifestações mentais com atitudes e características do *símio*, mais especificamente, *gorila*. É forçoso notar que muitos resistem ao *virus*, não aceitam a mutação provocada por êle, lutam, combatem. Não querem deixar aparecer diante do mundo a idéia de um povo que começava a despertar na sua dignidade, pois rebelava-se contra a dependência forçada importada por países que necessitam de seu sangue para sobreviver, não querem permitir a continuação da marcha que se iniciava no caminho da independência política e econômica, desejam ver desvanecer-se nas mãos dos cultuadores do obscurantismo a liberdade de pensar livremente.

A vocês, estudantes, cabe uma responsabilidade, parcela na decisão do destino da sociedade e para isso têm de optar entre *gorilizar-se* ou permanecer seres humanos. A êstes cabe a honra de defender a democracia e a liberdade".

## A Luta dos Estudantes

A IDÉIA do Ministro da Educação e Cultura de fechar a União Nacional dos Estudantes causou a pior repercussão em todos os círculos do País, inclusive entre os principais partidos políticos.

O Sr. Hélio de Almeida, Presidente da UNE, nos anos de 1942-1943, dirigiu a seguinte carta ao Sr. Flávio Suplicy de Lacerda:

Rio de Janeiro, 29 de Junho de 1964

“Prof. Eng.º FLÁVIO SUP LIC Y DE LACERDA, Ministro da Educação e Cultura. Nesta. — Excelência:

“Não é o seu colega, engenheiro Hélio de Almeida, quem se dirige a Vossa Excelência. Tampouco o presidente do Clube de Engenharia. E muito menos o ex-ministro da Viação e Obras Públicas. Quem lhe escreve é o presidente da UNE nos idos de 1942/43,



"Tomo conhecimento, pelo noticiário jornalístico, que Vossa Excelência enviou ao Presidente da República, anteprojeto de lei dispendo sôbre os órgãos de representação dos estudantes de ensino superior. Leio o seu texto, publicado na íntegra. Lamento-o.

"Diz o artigo 20: "Ficam extintas a União Nacional dos Estudantes" e outras entidades estudantis especificamente mencionadas.

"Diz o artigo 11: "Não poderão ser consignados, no orçamento da União, dotações permanentes, mas apenas auxílios financeiros eventuais" os quais, entretanto, nos termos do parágrafo único, "não poderão ser destinados a serviços assistenciais prestados por órgão de representação estudantil, devendo tais serviços, para existirem, ser mantidos exclusivamente com a receita ordinária das entidades ou com auxílios e contribuições".

"Diz o artigo 12: "É vedado aos órgãos de representação estudantil, por si ou pelos que a exercem, qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político".

"Permita, Excelência, que alguém que foi representante de sua turma no Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia em todos os cinco anos de duração do seu curso civil e electricista; que ocupou a presidência dêsse mesmo Diretório Acadêmico; que foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil e, finalmente, presidente da UNE, venha, agora, até Vossa Excelência, manifestar-lhe, de forma franca e leal, suas objeções aos termos em que foi colocado tão transcendental problema. Meu objetivo é um só: colaborar para que não se pratique um erro.

"Estou de pleno acôrdo em que se vedem aos órgãos de representação estudantil atividades político-partidárias ou de facciosismo ideológico. Vedar-lhes, entretanto, "qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político" seria excluir da vida nacional uma de suas mais legítimas, puras e autorizadas parcelas.

"Afinal, a maioria dos universitários é composta de maiores de 18 anos. A própria Constituição Federal (art. 131) lhes assegura, assim, o direito de voto. Reconhece nêles, portanto, maturidade política. Por que impedi-los, então, de manifestar-se em questões de política geral, através seus órgãos de representação? Não deve ser esta, bem entendido, a finalidade precípua das entidades universitárias. Antes de mais nada, devem elas dedicar-se à defesa dos interesses dos estudantes e ao desenvolvimento e aprimoramento do ensino. Mas sua voz — pela pureza dos ideais que representa a nossa mocidade — deve ser ouvida em tôdas as decisões que interessem ao processo político nacional.

"Recordemos, senhor ministro, fato histórico ocorrido há 22 anos. Travava-se, no mundo, a pior das guerras. O Governô brasileiro não se definira, ainda, ante o conflito. Os estudantes — lembra-se Excelência? — vieram às ruas. Organizaram através a UNE, comícios e passeatas. Juntaram-se a outras forças vivas da nação para reclamar do Governô aquilo que estava no coração do povo: nossa adesão às forças democráticas que lutavam, pela liberdade, contra o nazi-nipo-fascismo. Não nos esqueçamos, os estudantes de então, que o dever primeiro do estudante é estudar. Mas sabíamos que o estudo sob a égide de um regime totalitário. não serve ao progresso e à justiça social. Mister

seria evitá-lo. E o fizemos, Excelência. E comemoramos, anos depois, a vitória que foi do mundo democrático, mas foi também do Brasil e foi também da UNE. Foi uma atitude política, senhor ministro, eminentemente política, a posição assumida pela UNE. Mas, no meu entender, acertada e necessária.

“Por outro lado, por que, senhor ministro, proíbe Vossa Excelência as dotações orçamentárias permanentes aos órgãos de representação estudantil? E por que proíbe que as dotações eventuais possam ser destinadas a serviços assistenciais? Volto, novamente, a 1942. Lembro-me bem do que represento para a mocidade acadêmica de então a inauguração do nosso restaurante estudantil (hoje a cargo da UME, no Calabouço); a instalação do serviço de assistência dentária; o incentivo ao teatro universitário, com a contratação de um então quase desconhecido diretor polonês chamado Ziembinski; a realização de aulas de pintura com o concurso de um ainda não famoso artista, de nome Guignard; a edição de livros técnicos a preços de custo, o primeiro deles de autoria do saudoso Ary Franco. Todas essas coisas foram então feitas, por uma equipe de esforçados, que não contava com verbas de vulto. Mas forçoso é reconhecer: quanto mais poderia ter sido feito, senhor ministro, se amparada então a UNE por dotações federais.

“Noto, no texto do decreto, a preocupação de vedar, proibir, extinguir. Quando, em se tratando de lavra de um educador a tônica deveria ser compreender, amparar, encaminhar. A existência de uma UNE, órgão de cúpula de todas as representações de estudantes universitários, deve interessar sumamente a qualquer ministro da Educação. Por isso que é através dela que o ministro sentirá as aspirações de toda a classe, filtradas através as entidades de grau inferior, mas chegando até o ministro íntegras, diretas, legítimas e não por interpostas pessoas ou expedientes, distorcidas em sua tramitação pela falta de unidade e autoridade que só um órgão máximo de representação pode interpretar.

“Dirá Vossa Excelência que sou condescendente, apenas ressaltando as qualidades da UNE e não mencionando seus defeitos. Admito, senhor ministro, que a UNE cometeu erros em seus quase trinta anos de vida. A maneira de evitá-los, no futuro, não será, entretanto, pura e simplesmente promulgando-se uma lei que reze: “Fica extinta a UNE”. Se queremos, realmente, manter em nosso país um regime democrático — que é, estou certo, o pensamento da maioria esmagadora de nosso povo — utilizemos processos democráticos em sua própria defesa. Para impedir que a UNE venha a ser eventualmente dominada por uma minoria que não interprete o consenso geral dos universitários, permitamos apenas aos estudantes legítimos o direito de se tornarem candidatos, tornemos obrigatório o voto dos estudantes nas eleições dos seus órgãos de representação — como, aliás, se acha previsto, de forma positiva, no anteprojeto de lei ora analisado.

“Medite bem, Excelência: o fechamento da UNE e o cerceamento da ação das entidades estudantis brasileiras tem merecido o repúdio de todos os órgãos de representação universitária brasileira, mesmo daqueles que se opunham à última administração daquela entidade. Até os estudantes norte-americanos, através sua *Associação Nacional dos Es-*

*tudantes dos Estados Unidos* (que lá eles têm, também, a sua "UNE", não me constando qualquer intenção do seu govêrno visando a extingui-la) já manifestaram o seu ponto de vista, também contrário aos têrmos em que foi o problema focado pelo ministério ora entregue a Vossa Excelência.

"Aceite, Excelência, o clamor dos que estudam e que querem ter incólumes suas entidades representativas, desde as de grau inferior até a de grau máximo — sem a qual qualquer estrutura organizacional será falha e incompleta. Que querem dispor de recursos, da compreensão e do amparo do Govêrno federal para suas atividades naturais — inclusive as de caráter assistencial. Que querem, afinal, não lhes seja cassado o direito de participar da vida nacional — não apenas no âmbito interno das universidades, onde ganham os ensinamentos que os tornarão profissionais capazes de produzir para o progresso do país, mas, também, fazendo ouvir a voz da mocidade — na pureza dos ideais que a caracterizam — no encaminhamento dos problemas nacionais. Não faça calar, senhor ministro, a opinião daqueles que se preparam para assumir, em breve, a responsabilidade dos destinos da nação. — Atenciosamente, HÉLIO DE ALMEIDA".

## A Prisão

**H**ENRIQUE CORDEIRO, minutos antes de deixar o Brasil, rumo ao exílio, entregou-me um depoimento que intitulei *A Prisão*. O velho jornalista mostra o execrável regime carcerário brasileiro, em plena Guanabara, onde a Justiça fêz do homem um trapo. Milhares de patrícios viveram a mesma *via-crucis* de Henrique Cordeiro. Não é um simples relatório de um prêso político. É um terrível libelo.

“A invasão — que outro nome não pode ter o que aconteceu — foi na noite de 2 de abril. Eu estava passando uns dias em casa de meu genro, o radialista Mário Lago, e naquela noite, dado o rumo que os acontecimentos começavam a tomar, achei prudente retirar-me. E foi quando se deu a coisa.

Fomos presos à porta do edifício e obrigados a voltar para o interior do apartamento, debaixo do maior aparato policial que já vi em diligências desse tipo. Mais de dez agentes de polícia, portando todos êles metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo. O que aconteceu depois apresentou o mesmo primarismo desse gênero de *batidas*. Busca em todos os recantos

do apartamento, nos colchões, gavetas, interior dos móveis, estantes de livros, armários de cozinha, dentro do piano, do rádio e da televisão, atrás dos quadros pendurados nas paredes, etc.

Mais tarde viemos a saber que o quarteirão estava cercado e o edifício interditado, não permitindo a polícia que os outros moradores utilizassem sequer o elevador. A rua ficou em verdadeira polvorosa, pois minha filha tivera a boa lembrança de manter as janelas abertas e as luzes acesas durante todo o tempo da busca. Esse procedimento positivo despertou as primeiras manifestações de solidariedade, tão logo fomos levados. E foram muitas.

A saída do prédio nos espantamos com a aglomeração de povo na rua, silencioso, olhando curioso e espantado, dificultando as manobras do *tintureiro* que nos transportou.

A busca feita em casa não nos havia impressionado, pois sabíamos que nada de importante seria encontrado, além de nossos livros e jornais. Um *tira* chegou a comentar com um colega: "Nesta casa não há nem facão de cozinha."

A primeira apreensão se verificou quando já estávamos no *tintureiro*. Para onde estaríamos sendo levados? Isso tinha pouca importância, uma vez que estávamos nas mãos da reação. Mas era uma pergunta que se impunha a nós mesmos. Do interior do *tintureiro*, sem nenhuma noção do itinerário, era difícil formular qualquer hipótese. E pensávamos: DPPS ou Invernada, no subúrbio de Olaria?

Era para a DPPS. Não pudemos deixar de sentir alguma estranheza ao entrarmos na polícia. Passáramos por outras cadeias, conhecíamos a animalidade desses momentos. Dessa vez, no entanto, não nos esperava o *corredor polonês*, como em outras oportunidades, como sempre foi praxe na DPPS. Deixaram-nos numa sala durante algum tempo, sem que qualquer pergunta nos fosse feita, sob vigilância disfarçada de um *tira* que se esforçava inútil e ridiculamente para dar a impressão de que nada tinha com aquilo. Depois de fotografados para os jornais e filmados para a TV, passamos a outra dependência, e, finalmente, encaminharam-nos ao xadrez especial.

Esse novo tipo de tratamento, sem as violências tão características e tão do agrado policial, devia-se apenas a um fato. Era preciso encher as prisões para impressionar a opinião pública, convencê-la de que havia realmente o grande perigo comu-

nista (tão propalado e tão pouco provado), de que os subversivos brotavam de todos os lados, estavam em tôda parte; nessas condições, portanto, não havia tempo material para dispensar a cada detido o *tratamento* normal, pois precisavam das turmas nas ruas, prendendo gente, *apreendendo "armas e material subversivo"*, fabricando estatística. O terror policial estava em marcha.

Tomamos mais uma vez contacto com o *xadrez especial* que a lei determina para presos políticos. Ao chegarmos ao cubículo n.º 1 pensamos que, em virtude das campanhas últimamente feitas pela imprensa, a lei estivesse sendo cumprida. Havia seis camas. A roupa não era das mais limpas, mas, pensamos, não se poderia exigir tanto de uma polícia que talvez estivesse se adaptando a uma nova realidade.

Na manhã seguinte veríamos que nada havia mudado. As camas estavam ali porque o cubículo servia, até o momento, de dormitório para os policiais de plantão. Foram retiradas, ficando apenas os colchões, no chão, para um número de pessoas cada vez maior, e que crescia de minuto a minuto.

Ao chegarmos, na noite de 2, encontramos no cubículo 1 três presos, e em outros mais uns cinco ao todo. Na manhã de 3 já éramos mais de cinquenta, número que só fêz crescer durante a tarde, a noite, e nos dias subseqüentes.

A vida na DPPS não se tornou verdadeiramente insuportável porque, minutos depois de havermos chegado, reunimos os detidos que lá estavam e explicamos a necessidade de organizar a vida na cadeia. E surgiu assim o *coletivo*.

Isso nos permitiu planificar imediatamente a aquisição de alimentos que complementassem a repugnante comida que nos era servida, uma vez por dia, dar orientação aos elementos inteiramente alienados que estavam sendo arrebanhados na *pesca de arrastão* da polícia política, despertar a vigilância quanto aos elementos suspeitos, programar cultura e diversão. Durante os sete dias em que estivemos na DPPS foram realizadas duas palestras sôbre música popular brasileira, com exhibições, inclusive, de dança, pois entre os detidos descobrimos dois passistas *subversivos* da Escola de Samba Império Serrano.

A planificação da vida na cadeia, os cuidados que tínhamos quanto ao moral dos companheiros de prisão (*tínhamos* quer dizer o *coletivo*), não impedia que surgissem os pequenos casos dessas ocasiões, e devidos, na atual conjuntura;

a) à *heterogeneidade dos elementos presos*, pois, sendo *pesca de arrastão*, como dissemos, apenas para encher as cadeias, mais de metade dos que ali se encontravam nada tinha de política na cabeça. E entre os que tinham consciência dos acontecimentos, os *culpados*, representávamos uma ínfima minoria. Aceitavam nosso comando porque demonstrávamos, na prática, que aquêles era o caminho justo, que só mesmo pela organização poderíamos resistir a um período de reclusão que não sabíamos quanto poderia durar.

b) à *presença dos companheiros chineses*, que estavam sendo submetidos a torturas e espancamentos, e a uma guerra de nervos insuportável com a ameaça de serem entregues ao governo de Formosa, o que concorria para abalar o ânimo dos elementos alienados, e obrigava o *coletivo* a agir com o máximo de cautela, tendo em vista que êsses elementos constituíam a maioria.

c) e ao estado lamentável em que chegou o *companheiro Aristélio*, jovem dirigente de um dos Sindicatos dos Trabalhadores da Petrobrás, torturado no pau-de-arara, choques elétricos nos testículos, espancamento nos rins e *telefone*. Isso provocou algum pânico entre os novos, felizmente logo contido, evitando-se que o *companheiro* torturado entrasse em detalhes sôbre o que lhe acontecera.

O maior problema era o de desfazer as ilusões de muitos quanto à possibilidade de uma saída rápida, o que os levava a, de vez em quando, romperem a disciplina que estabelecia que só o secretário do *coletivo* se dirigiria às autoridades. O comportamento dos que agiam assim era ditado pela angústia de saberem se ficariam muito tempo presos, a ânsia de dizerem que não tinham feito nada... e, diante da marcha normal dos acontecimentos, o desânimo, e por fim até o desespero. Mas, felizmente, tais casos nunca se tornaram insolúveis.

No dia 6 uma parte dos detidos foi transferida para a Ilha das Flôres. A notícia se espalhou e os *idealistas* entraram de fazer conjecturas. A saída dêsses *companheiros* representava um certo alívio, já que, àquela altura, éramos mais de cem pessoas, vendo-nos obrigados a alternar os colchões para que todos tivessem algum conforto razoável. Muitos eram obrigados a

passar parte do tempo no corredor, dormindo sôbre jornais, no chão, ou nos bancos, já que os cubículos estavam superlotados.

A chamada para a organização do grupo que iria *viajar* provocou muitas manifestações de alegria, pois a crença quase generalizada era a de que aquilo representava a liberdade. Sobremos depois que alguns dos removidos, durante a viagem, entregaram-se à tristeza e ao desespero imaginando que nunca mais veriam suas famílias. Houve até quem imaginasse que a lancha poderia ser posta a pique. . .

No dia 7 foi organizado um segundo grupo de transferência, não para a Ilha das Flôres, como o primeiro, mas para o Presídio Fernandes Viana. Foi outro Deus nos acuda. Muita gente imaginava que seria posta em liberdade, pois era uma ilusão difícil de abandonar, assim como havia os que supunham que iriam ao encontro dos outros companheiros, na Ilha das Flôres.

Foi duro dominar o primeiro impacto ao chegarmos ao Presídio. Na DPPS, apesar de tudo, da tensão permanente, dos boatos, das ameaças, havia os cubículos abertos, a posse do corredor, o passeio, às vêzes, até à ante-sala da carceragem. E não houve quem não se entristecesse quando entramos na cela do presídio e ouvimos fechar-se atrás de nós a porta de aço. Era mais do que incomunicabilidade: era o confinamento. Foi-nos comunicado que aquela porta só se abriria três vêzes durante o dia: para o café da manhã, para o almoço e para a sopa do jantar.

Íríamos enfrentar condições bem piores do que as da DPPS, quanto à acomodação. A comunicação com o corredor era feita através de três aberturas (uma na porta central e duas nas paredes laterais) de quinze centímetros de largo por três de altura. Para se ter uma idéia mais clara das condições de acomodação no presídio, basta lembrar que êle foi construído, inicialmente, para servir de manicômio judiciário, sendo transformado depois em depósito de presos, onde ficam os detidos à espera de julgamento, o que não impede que existam lá inúmeros condenados cumprindo pena.

Na DPPS, para onze cubículos, existia apenas um banheiro, com um vaso sanitário, uma pia e um chuveiro. O problema da higiene, mantido rigorosa e até compulsòriamente, era tremendo. A fila se estendia das sete às dez da manhã, no mínimo. No Fernandes Viana o *vaso sanitário* (um buraco no chão, a que



chamam *bôca do boi*) era dentro da própria cela, separado por um muro de sessenta centímetros. A cinquenta centímetros do chão, sôbre a *bôca do boi*, uma bica!

Assim, tôdas as necessidades e a higiene eram feitas à vista de todos. A água para beber era apanhada nessa bica mesmo, numa única marmita fornecida pelo presídio para isso. Piorando essa realidade, a descarga após as dejeções tinha que ser feita pelo lado de fora da cela, por um faxineiro que nem sempre atendia ao nosso chamado.

Na DPPS, como dissemos, dormíamos sôbre colchões. No presídio o dormir era sôbre estrados de dez centímetros de altura, colocados sôbre o ladrilho. Friagem e desconforto conjugados. Gripe quase generalizada, o que era facilitado pela promiscuidade da marmita em que se bebia a água.

As ordens que havia a nosso respeito eram as mais drásticas possíveis. Ninguém poderia conversar conosco. Os faxineiros se aproximavam a mêdo, em parte pelo hábito de burlar a vigiância dos guardas, em parte para valorizar, portanto encarecer os favores pedidos. As autoridades do presídio partiam de uma premissa várias vêzes manifestada: "Aqui todos os presos são iguais..."

Mas nada disso influiu na organização que vínhamos mantendo desde a DPPS. O *coletivo* continuava funcionando. Promovemos palestras sôbre a Petrobrás, a FNM, telecomunicações, além da diversão, constando de jogos de xadrez, dama e dominó, feitos com as caixas dos primeiros alimentos que começavam a chegar das famílias.

Dois dias depois de estarmos no Fernandes Viana, chegou a segunda leva de transferidos, os que tinham ido para a Ilha das Flôres, que, dadas as boas condições de alojamento, tinha sido transformada em presídio militar numa clara demonstração de que a *revolução* se fizera realmente para acabar com os privilégios.

Embora fôsse rigorosamente proibido qualquer contato intercelas, sempre conseguíamos comunicar-nos com os outros companheiros quando íamos apanhar o café da manhã, o almoço e a sopa (no Fernandes Viana é servida uma sopa no fim da tarde, feita com os restos do almoço, e que é uma coisa!). Nesses poucos segundos — apenas enquanto passávamos pela cela — conseguíamos dizer uma palavra, transmitir uma notícia

ouvida pelo rádio, pois em duas celas havia transistores, hábilmente escamoteados à revista feita à nossa chegada.

— Mal acabamos de nos *instalar*, começamos a lutar pela mudança do tratamento que nos era dispensado, e o ponto central de nossas reivindicações era o passeio ao sol. Duas eram as motivações para essa luta:

a) higiene; b) *a necessidade de darmos um balanço nas prisões efetuadas.*

E veio a nossa primeira conquista, fruto da organização e do trabalho político do *coletivo*: o primeiro passeio ao sol.

A impressão inicial, que tivéramos na DPPS, confirmava-se inteiramente. A *pesca de arrastão* apanhara mais sardinhas, peixe miúdo, do que outra coisa. A maioria dos presos, em número superior a 150, não constituía, praticamente, nada de importância, de desfalque sério nas forças populares. Mas aquêlê balanço fornecia dados interessantes numa análise estatístico-comparativa.

Em 1935 a composição social na cadeia era: 70% de intelectuais, 30% de elemento operário. Em 1964 essas percentagens estavam inteiramente invertidas, surgindo, em grande número, um elemento que, em 1935, era raro: o camponês. Estavam conosco diversos trabalhadores do campo, vindos do Estado do Rio.

Esse primeiro passeio ao sol serviu também para sentirmos quanto estava elevado o ânimo geral. Os companheiros de uma cela apresentaram o Hino que, a princípio, era apenas de seus ocupantes, mas que depois, feitas algumas alterações, passou a ser o hino de todos os presos políticos trancafiados no Fernandes Viana.

O trabalho político continuava, mesmo estando confinados nas celas, apenas com dois contactos semanais de uns com os outros, durante o passeio ao sol. A luta principal era pela abertura das celas, já que precisávamos pôr em prática o plano de palestras, de elevação do nível político dos detidos, a organização do *coletivo* geral, animar os vacilantes, amparar os moralmente abatidos, promover os torneios intercelas de dama, xadrez, etc.

Mas mesmo nessas condições de confinamento, contando com uma ajuda preciosa, realizamos um trabalho da mais alta

importância: o memorial enviado ao ministro da Justiça, publicado também na imprensa, no qual denunciávamos as condições subumanas em que estávamos vivendo no presídio. O documento foi de cela em cela para receber as assinaturas de responsáveis (xerifes, como queiram os guardas; secretários, como dizíamos nós). Tudo isso realizado numa certa madrugada. E a quem nos ajudou nesse trabalho, nossa gratidão revolucionária.

No dia 28 de abril tivemos a grande vitória, a abertura das celas, a princípio sem que pudéssemos sair das mesmas. Era uma medida com a qual concordáramos por motivos táticos. Era preciso conceder alguma coisa para obtermos outras.

A cela em que nos encontrávamos, por uma quebra da disciplina do *coletivo*, foi fechada no dia 30. Mas êsse incidente ajudou os companheiros que ficaram a forçarem um entendimento com a própria direção do presídio e conseguirem a revogação da ordem de permanecerem nas celas. Foi permitida, a partir dêsse dia, a visita intercelas, que era o que se pretendia desde o início.

Na noite de 30 de abril deixamos o Fernandes Viana, recambiados para a DPFS, por pressão da ABI. Estávamos gripados havia muitos dias. Aliás, como dissemos, a gripe era a dominante no presídio. Saímos inteiramente afônicos e com quarenta graus de febre. Qualquer boticário, ledor do receituário das Pímulas Humphrey, aconselharia um médico, uma enfermeira. Mas a *revolução* estava em marcha. E íamos enfrentar novos dias de cárcere na DPFS.

Os cubículos dopianos conseguiam estar mais abarrotados do que quando o deixáramos, no dia 7. Havia muita gente nova, somada à que tinha ido do Fernandes Viana e mofava esperando interrogatório.

As condições de funcionamento do *coletivo* eram bem mais difíceis. Mais gente, significava maior heterogeneidade, maior tendência à indisciplina. Encontramos aí a turma da Leopoldina. Os portuários, com seu linguajar pitoresco e os naturais excessos de homens do mar, davam uma nota alegre à prisão, era como se estivessem numa operação de carga e descarga no pôrto...

As condições de higiene, já que éramos bem mais do que antes, pioravam assustadoramente. Era um problema a organização da fila da manhã. E os boatos proliferavam. "Íamos ser mandados para um navio", "alguém tinha ouvido dizer que

seríamos soltos no dia seguinte”, “êles estavam muito divididos”, “não devíamos ficar contentes com a divisão dêles, pois, se estourasse alguma coisa, seríamos fuzilados como reféns”... E era difícil controlar a boataria, principalmente porque o sentido de vigilância nos impedia de fazer uma discussão política mais aprofundada.

Durante alguns dias tivemos algum alívio na questão alimentar, pois foram permitidas visitas e isso veio reforçar a dispensa do *coletivo*. Mas a alegria só durou dois dias. Afinal de contas éramos elementos perigosos, comedores de crianças e pobres velhinhas. Que não pensássemos que estávamos em vilegiatura. E as visitas foram suspensas, voltando a angústia geral.

Já era um problema se conseguir um jornal, quanto mais organizar sua leitura coletivamente, feita pelo secretário, para que todos pudessem tomar conhecimento das notícias!

Mas a força do *coletivo* sempre acabou se impondo e podendo controlar a vida naquele pandemônio. Muito ajudaram, nesse período, os médicos, primeiro forçando o contacto com o médico da DPPS — um traidor de sua profissão nobre, que ali funciona apenas para *diagnosticar* se o prêso suporta mais algumas torturas, e fornecer pílulas contra prisão de ventre ou desarranjo intestinal — e depois dando uma assistência preciosa aos que chegavam torturados, que, na nossa segunda estada, apareciam em maior número. Será difícil esquecer o estado em que chegou ao cubículo um jovem funcionário da Leopoldina, depois de uma *americana* de mais de vinte e quatro horas.

Havia de tudo naqueles cubículos. Trabalhadores de várias atividades, médicos, como já dissemos, jornalistas, até um ex-ministro interino de Estado. Todos com seu muito de humano e alguma coisa de pitoresco. Mas, dos que vimos nessa volta a DPPS, um dos mais curiosos, porque bastante significativo, foi o advogado.

Chegou solene, como se esmagasse no sovaco todo o saber jurídico universal. O *coletivo*, como fazia sempre que chegava um nôvo companheiro, apresentou-lhe as boas-vindas, no sentido de encorajá-lo e entrosá-lo na vida que levávamos.

Nem desfez o nó da gravata como um indício de acomodação. Deve estar havendo um grande equívoco na minha prisão. E se os americanos estão de fato mandando no Brasil, eu serei

pôsto em liberdade ainda hoje". Foi sôlto às onze horas da noite. . .

De nosso depoimento não falaremos, por que foi de nada, como essa *revolução* que está aí. Preferimos encerrar essas notas com uma resposta aos que andaram falando muito mal da mulher brasileira — aquela que deixava os filhos com as babás e vinha no confôrto de um *Impala*, engrossar as fileiras das marchas e contramarchas como um fator decisivo para a vitória disso que assinou o acôrdo militar Brasil-EE.UU., que está permitindo a espionagem aerofotográfica do País, que emitiu 102 bilhões em três meses, vendeu a lei de remessa de lucros e está matando o nosso povo pela fome.

Nós conhecemos a Mulher Brasileira no cárcere. Eram muitas, embotadas numa sala de cêrca de dois metros e meio por cinco no máximo. Sem cama, tendo que sofrer o vexame de pedirem ao carcereiro que lhes abrisse a porta quando precisavam utilizar o banheiro. Nós as vimos encorajando os homens, respondendo com altivez aos boçais que, não contentes de encarcerá-las, vinham afrontá-las com suas inconveniências. Nós vimos a verdadeira Mulher Brasileira e a Ela agradecemos o canto de alegria com que acompanharam a nossa saída do "xadrez especial" da D. P. P. S. para a liberdade!"

## Manifesto dos Bispos

OS CARDEAIS, arcebispos e bispos reunidos na Guanabara, divulgaram o seguinte documento que trata das relações entre a Igreja e o poder estabelecido no País, manifesto que causou a mais viva repercussão no Brasil:

“O Brasil foi, há pouco, cenário de graves acontecimentos, que modificaram profundamente os rumos da situação nacional. Atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do poder, as Fôrças Armadas acudiram em tempo, e evitaram se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra. Seria, além do mais que se pode imaginar, a supressão das liberdades as mais sagradas, e, de modo especial da liberdade religiosa e da civil.

Logo após o movimento vitorioso da Revolução verificou-se uma sensação de alívio e de esperança, sobretudo, porque, em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes ou grupos sociais, a Proteção Divina se fêz sentir, de maneira sensível e insofismável. De uma

a outra extremidade da Pátria transbordá dos corações o mesmo sentimento de gratidão a Deus, pelo êxito incruento de uma revolução armada. Ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhares de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos à quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.

A Revolução, segundo o afirmam seus dirigentes mais qualificados, teve a intenção de arrancar o País ao comunismo, e de fazer valer a justiça, o direito e o bom senso. Não há dúvida que a ação militar deve consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem. Entretanto, o critério da correção, os métodos a serem empregados na busca e no trato dos culpados, as medidas saneadoras e as penalidades não são atribuições da força, como tal, mas, de valores, sem os quais a força não passaria de arbitrariedade, de violência, de tirania. Que os acusados tenham o sagrado direito de defesa e não se transformem em objeto de ódio ou de vindita.

Mercê de Deus, muito nos tem tranqüilizado a palavra oficial, quer a do Comando Revolucionário, logo após a vitória, quer a do Senhor Presidente da República, desde que, eleito pelo Congresso Nacional, assumiu tôda a responsabilidade de Supremo Magistrado. Contudo, ao reconhecer as inevitáveis dificuldades do momento e as melhores intenções do Governo, cumpre-nos declarar que não podemos concordar com a atitude de certos elementos, que têm promovido mesquinhas hostilidades à Igreja, na pessoa de bispos, sacerdotes, militantes, leigos e fiéis.

Reconhecemos e lamentamos que, até mesmo em movimento de orientação tenha havido facilidades e abusos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância, ou de outros que foram vítimas de seu próprio idealismo, da falta de malícia ou de inadequada apreciação dos fatos. Mas, chegaram ao nosso conhecimento, na medida em que essas falhas antes mesmo da Revolução, jamais nos omitimos no sentido de advertir e corrigir os culpados, fôsse leigos ou sacerdotes.

Por outro lado, não aceitamos nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada ou gratuita, velada ou explícita, de que Bispos, Sacerdotes e fiéis ou organizações, como, por

exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou comunizantes. Isto se deve, às vezes à própria tática comunista e outras vezes a certos elementos inconformados com a atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do Clero e do Laicato, que pregam a sã doutrina, seja contra o Comunismo, seja contra gritantes injustiças sociais e focos de corrupção e de degradação dos valores morais. É profundamente lamentável que tradicionais e acirrados inimigos da Igreja e alguns órgãos da imprensa no País levem ao pelourinho da difamação e da calúnia Bispos e Sacerdotes, e cheguem ao extremo de se vangloriarem do título de defensores e orientadores da consciência católica. Contra essa abominação levantamos nossa voz de autênticos Pastôres.

Estamos onde sempre estivemos, em defesa dos sagrados direitos de Deus e da Pátria. Insistimos na necessidade e na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas. Mas, esta restauração não será possível apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo, enquanto não se extirparem as injustiças sociais e outras modalidades do materialismo, tão perniciosas, que geram o próprio comunismo, e, sobretudo, enquanto o espírito sobrenatural autêntico não impregnar tôdas as pessoas e tôdas as atividades humanas. Nossas tradições cristãs e a sagrada instituição da família assim como o sentimento religioso do povo não devem servir para acobertar aquêles que deturpam a verdade e corrompem os costumes, ou se entregam aos abusos do capitalismo liberal.

Protestamos fidelidade à norma que sempre orientou os Bispos do Brasil, de colaborar com o Estado, em tudo o que visa ao bem comum e aos interesses da Pátria, na mesma linha de elevação, dignidade e desprendimento que tem sido a constante do Episcopado, em tôda a nossa história. Somos, por isso, pelas reformas que a hora presente exige, de acôrdo com o espírito cristão e a Doutrina Social da Igreja, que tantas vezes temos expendido.

Hoje, como sempre, as autoridades federais, estaduais e municipais dos três Podêres da República encontrarão, de nossa parte, as melhores disposições, no sentido de prestigiar, acatar e facilitar a ação governamental. Não nos curvaremos, porém, às injunções da política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam, por acaso, silenciar à nossa



voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça.

Fazemos um apêlo a tôdas as fôrças vivas da Nação para que, pondo de lado interêsses egoísticos, colaborem com as autoridades constituídas na tarefa ingente de reconstrução da Pátria.

Aqui esperamos que os responsáveis pelos destinos temporais do Brasil aceitem, defendam e cumpram os princípios do Evangelho e as normas da Doutrina Social Cristã, não só porque êsses princípios são os nossos, mas porque constituem a base fora da qual não há, nem poderá haver, ordem social, segurança, estabilidade e verdadeiro progresso.

Agradecemos à Virgem Imaculada Aparecida a maternal proteção que nos tem dispensado e rogamos à nossa excelsa Padroeira continue a alcançar de Nosso Senhor Jesus Cristo, seu divino Filho, para o Brasil, aquela paz que se fundamenta na verdade, na justiça, na liberdade e na caridade.

Rio, 29 de maio de 1964. (a) Cardeal Arcebispo de Aparecida, Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Arcebispos de João Pessoa, Fortaleza, Niterói, Belém, Brasília, Olinda e Recife, Goiânia, Cuiabá, Manaus, Belo Horizonte (coadjutor), Botucatu, Vitória, Diamantina, Aracajú, Uberaba, Teresina, Juiz de Fora, Pouso Alegre, Ribeirão Prêto, Bispo-Administrador Apostólico de Natal, Bispo de Campina Grande, Bispo Coadjutor de Santos e Bispo Auxiliar de Belém.

## Balanço do Expurgo

**D**URANTE OS sessenta dias de vigência do artigo 10 do Ato Institucional, 441 cidadãos brasileiros, entre êles três ex-presidentes da República, seis ex-ministros de Estado, senadores, deputados federais e estaduais, governadores, prefeitos, vereadores, desembargadores, diplomatas, militares, jornalistas, profissionais liberais, operários e estudantes tiveram seus direitos políticos suspensos pelo prazo de dez anos. Tiveram seus mandatos legislativos cassados dois senadores, 63 deputados federais, 60 deputados estaduais e dezenas de vereadores, não se incluindo, nesta estatística, os deputados estaduais, vereadores e prefeitos que perderam seus mandatos por atos das próprias Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais. Foram baixados onze atos, três pelo Comando Supremo da Revolução e oito pelo Presidente Castelo Branco.

Dos seis governadores afastados de seus cargos, apenas os srs. Aurélio do Carmo, do Pará, e Plínio Coelho, do Amazonas, tiveram seus mandatos cassados por atos do presidente da República. Os srs. Miguel Arraes, de Pernambuco e Seixas Dória,

de Sergipe, foram depostos pelos comandos militares locais, depois do que as Assembléias Legislativas votaram o impedimento. O sr. Badger Silveira, do Estado do Rio de Janeiro foi o único a deixar o cargo depois da votação do *impeachment*. O governador do Acre foi simplesmente exonerado.

Os ex-ministros do governo João Goulart, Wilson Fadul (Saúde), Amauri Silva (Trabalho), Abelardo Jurema (Justiça) e Expedito Machado (Viação), membros do Congresso Nacional tiveram mandatos cassados e direitos políticos suspensos. O general Jair Dantas Ribeiro (Guerra), além de reformado, teve direitos políticos suspensos. Esta última medida também foi aplicada ao sr. Júlio Sambaqui (Educação) e o almirante Sílvio Mota (Marinha), foi somente transferido para a reserva. Brigadeiro Anísio Botelho, ex-ministro da Aeronáutica, foi reformado.

Foram reformados 122 oficiais, sendo 77 do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica.

A primeira lista de cassação de mandatos eletivos e suspensão de direitos políticos, que atingiu um senador, 39 deputados e 100 cidadãos, foi dada a conhecer momentos após ter sido editado o Ato Institucional, no dia 10 de abril, sob a responsabilidade do Comando Supremo da Revolução, constituído do general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker e brigadeiro Corrêa de Melo.

Encabeçava a lista de cassação de mandatos o senador Amauri Silva (PTB-Paraná), ex-ministro do Trabalho, e os seguintes deputados: Almino Afonso, (PTB-Amazonas); Adahil Barreto, (PTB-Ceará); Artur Lima Cavalcante, (PTB-Pernambuco); Lamartine Távora, (PTB-Pernambuco); Murilo Costa Rêgo, (PTB-Pernambuco); Ramon Oliveira Neto, (PTB-Espírito Santo); Bocaiúva Cunha, (PTB-Estado do Rio); Paiva Muniz, (PTB-Estado do Rio); Benedito Cerqueira (PTB-Guanabara); Elói Dutra, (PTB-Guanabara); Garcia Filho, (PTB-Guanabara); Roland Corbisier (PTB-Guanabara); Sérgio Magalhães, (PTB-Guanabara); Leonel de Moura Brizola, (PTB-Guanabara); Rogê Ferreira, (PTB-São Paulo); Paulo Micaroni (PTB-Rio Grande do Sul); Temperani Pereira, (PTB-Rio Grande do Sul); Salvador Lossaco (PTB-São Paulo); Gilberto Mestrinho, (PTB-Roraima); Neiva Moreira, (PSP-Maranhão); Sílvio Braga, (PSP-Pará); Ferro Costa, (UDN-Pará); Abelardo Jurema, ex-ministro da Jus-

tiça (PSD-Paraíba); Fernando Santana (PSD-Bahia); Moisés Lupion, (PSD-Paraná); Pelópidas da Silveira, suplente de deputado e prefeito de Recife, (PSB-Pernambuco); Barros Barreto, (PSB-Pernambuco); Henrique Oeste (PSP-Alagoas); Mário Lima, (PSB-Bahia); Max da Costa Santos (PSB-Guanabara); João Dória, (PDC-Bahia); Demístocles Batista (PST-Rio de Janeiro); Pereira Nunes (PSP-Rio de Janeiro); Marco Antônio (PST-Guanabara); José Aparecido de Oliveira (UDN-Minas Gerais); Plínio Arruda Sampaio, (PDC-São Paulo); Paulo de Tarso, (PDC-São Paulo); Francisco Julião, (PSB-Pernambuco); Waldemar Alves (PST-Pernambuco).

No mesmo dia, 10 de abril, em lista encabeçada pelos ex-presidentes João Goulart e Jânio da Silva Quadros, perdiam seus direitos políticos por 10 anos, os seguintes cidadãos: João Belchior Marques Goulart, Luis Carlos Prestes, Jânio da Silva Quadros, Miguel Arraes de Alencar, Seixas Dória, Darci Ribeiro, Raul Riff, Waldir Pires, general R/1 Luiz Gonzaga de Oliveira Leite, general R/1 Sampson de Nóbrega Sampaio, Leonel de Moura Brizola, Clodsmith Riani, Clodomir Moraes, Hércules Correia dos Reis, Dante Pelacani, Osvaldo Pacheco da Silva, Samuel Wainer, Santos Vahlis, Lincoln Cordeiro Oest, Herbert Maranhão, José Campelo Filho, desembargador Osni Duarte Pereira, ministro José de Aguiar Dias, Francisco Mangabeira, Jesus Soares Pereira, Hugo Regis dos Reis, Jairo José de Farias, José Joffily, Celso Furtado, marechal R/1 Osmino Ferreira Alves, Josué de Castro, João Pinheiro Neto, Antônio Garcia Filho, Ney Maranhão, Humberto Menezes Pinheiro, Ubaldino Santos, Rafael Martinelli, Raimundo Castelo de Souza, Rubens Pinho Teixeira, Felipe Ramos Rodrigues, Alvaro Ventura, Antônio Pereira Neto, João Batista Gomes, Ademar Latrilha, Feliciano, Honorato Wanderley, Othon Canedo Lopes, Paulo de Santana, Luiz Hugo de Guimarães, Luiz Viegas Mota Lima, Severino Shnaipp, Meçando Rachid, Newton Oliveira, Demístocles Baptista, Roberto Morena, Benedicto Cerqueira, Humberto Melo Bastos, Hermes Caires de Brito, Aloísio Palhano Pedreira Ferreira, Salvador Romano Lossaco, Olímpio Fernandes de Melo, Waldir Gomes dos Santos, Amauri Silva, Almino Monteiro Alves Afonso, José Guimarães, Neiva Moreira, Clóvis Ferro Costa, Sílvio Leopoldo de Macambira Braga, Adahil Barreto Cavalcante, Abelardo de Araújo Jurema, Artur Lima Cavalcante,

Francisco Julião, José Lamartine Távora, Murilo Costa Rêgo, Pelópidas Silveira, Carlos Barreto, Valdemar Barros, Henrique Cordeiro Oest, Fernando de Santa'Anna, Hélio Vitor Ramos, João Dória, Mário Soares Lima, Ramon de Oliveira Neto, Luís Fernando Bocaiúva Cunha, Luiz Gonzaga de Paiva Muniz, Adão Pereira Nunes, Elói Ângelo Coutinho Dutra, Marco Antônio, Max da Costa Santos, Roland Albuquerque Corbisier, Sérgio Nunes de Magalhães Júnior, José Aparecido de Oliveira, Plínio Soares de Arruda Sampaio, José Antônio Rogê Ferreira, Rubens Paiva, Paulo de Tarso Santos, Moisés Lupion, Milton Garcia Dutra, Nei Ortiz Borges, Paulo Micaroni, Armando Temperani Pereira, Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo e José Anselmo dos Santos.

No dia 11 de abril, às 14 horas, uma hora antes da eleição, pelo Congresso Nacional do marechal Castelo Branco, para a Presidência da República entrou no ar, em edição extraordinária, o programa radiofônico *A Voz do Brasil*, para divulgar a nova lista de cassação de mandatos eletivos, a segunda da série que iria terminar na noite de 14 de junho, e a penúltima que caía sob a responsabilidade do Comando Supremo da Revolução. Foram cassados os mandatos dos deputados Hélio Ramos (PSD-Bahia), Milton Dutra (PTB-RGS), Rubens Paiva e Ortiz Borges. Na semana seguinte perdiam seus mandatos José Pedroso (PSD-Rio de Janeiro), Múcio Ataíde (PTB-Minas Gerais), Moisés Pimentel (PSD-Ceará), Epaminondas Santos (PTB-Guanabara), Guerreiro Ramos, João Simões e Abelardo Moraes, que anteriormente tiveram seus direitos políticos suspensos.

Nesse mesmo dia o Comando da Revolução transferiu para a reserva 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica.

Do Exército: gen.-div. Ladário Pereira Teles, gen.-div. Oromar Osório, gen.-brig. Arnaldo Augusto da Mata, gen.-brig. Euryale de Jesus Zerbine, gen.-brig. Albino da Silva, gen.-brig. Anfrísio da Rocha Lima, gen.-brig. Luiz Tavares da Cunha Melo, gen.-brig. Chrisanto de Miranda Figueiredo, gen.-brig. Napoleão Nobre, gen.-brig. Argemiro de Assis Brasil, gen.-brig. Nairo Vilanova Madeira, gen.-brig. Otomar Soares de Lima, cel.-inf. Umberto Freire de Andrade, ten.-cel.-cav. Kardeck Leme, ten.-cel.-art. Donato Ferreira Machado, cel.-eng. Jarbas Ferreira

Souza, cel.-inf. Lauro Almeida Bandeira de Melo, ten.-cel. Dagoberito Rodrigues, ten.-cel.-cav. José Niepce da Silva, maj.-art. Fernando Riff, ten.-cel.-inf. QEM Aldemar Dantas Borges, ten.-cel.-cav. Danilo Marques Paiva, ten.-cel.-cav. Anacir Marques Ferreira de Abreu, ten.-cel.-inf. Hermano Póvoas de Matos, ten.-cel.-inf. Miguel Alfredo Arraes de Alencar, maj.-Com. Hugo Amorim de Lima, ten.-cel.-art. Cândido Manoel Ribeiro, ten.-cel.-inf. Renato Riedel Osório de Pina, ten.-cel.-cav. Paulo Eugênio Pinto Guedes, ten.-cel.-inf. Osvaldo Nunes, maj.-cav. Augusto Mazzioti de Freitas, cap.-cav. Aécio Kauffmann Colombo da Silva, ten.-cel.-inf. Carlos Gomes Villela, cap.-art. Eduardo Chuahy, cap.-farm. Paulo Galvão Duarte Simões, ten.-cel.-inf. Ademar Cirilo da Silva, 1.º ten. MB Benedito Rodrigues, maj.-méd. Elísio Jerônimo da Silva Paranhos, cel.-inf. Ernesto Pompeu Vidal, ten.-cel.-vet. Franklin Bittencourt de Almeida, 1.º ten. QOE MM Geraldino Marones, maj.-cav. Joaquim Pires Cerqueira, cel.-inf. Lamartine Coutinho Correa de Oliveira, maj.-inf. Lauro Garcia Carneiro, ten.-cel.-eng. Lidenor de Melo Mota, ten.-cel.-inf. Manoel Inácio de Souza Júnior, ten.-cel.-inf. Manoel Musa Filho, maj.-méd. Moacir Pereira Lima, 1.º ten. QOE MM Pedro de Araújo Yung-Tay, cap. art. Plínio Deus Fernandes, ten.-cel.-cav. T. Rui Codevilla Rocha, cap.-eng. Tarcisio de Frota Leite, ten.-cel.-inf. Wankes de Aragão Araújo, ten.-cel.-inf. Eter Newton, ten.-cel.-inf. Alberto Firmo de Almeida, maj.-art. Renato da Costa Braga, ten.-cel. inf. João Evangelista Mendes da Rocha, cel.-cav. Carlos Almeida de Abreu Rocha, ten.-cel.-art. Carlos Molinari Cairolí, ten.-cel.-inf. Giordano Rodrigues Mochel, cel.-eng. João Guerreiro Brito, maj. inf. Araken Domingues da Costa, cap.-art. Pedro Paulo de Vale Suzano e ten.-cel.-inf. Nicolau José de Seivas.

Na Marinha: almirante-de-esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano, vice-almirante-fuzileiro-naval Cândido da Costa Aragão, contra-almirante José de Araújo Govano, contra-almirante fuzileiro naval, Washington Frazão Braga, contra-almirante Alexandre Fausto Alves de Souza, capitão-de-mar-e-guerra Vanius de Miranda Nogueira, da Marinha, René Magarinos Tôrres, capitão-de-fragata Gabriel Skinne Filho, capitão-de-fragata Píndaro Cardim de Alencar Osório, capitão-de-fragata Thales Fleury de Godoy, capitão-de-fragata intendente de Marinha Márcio de

Albuquerque Suzano, capitão-de-fragata fuzileiro naval Luiz Fernando Ladeira Leite Velho.

Na Aeronáutica: — major-brigadeiro-do-Ar Francisco Teixeira, brigadeiro-engenheiro Dirceu de Paiva Guimarães, brigadeiro-do-Ar Richardo Nicoli, coronel-aviador Ademar Scaffa de Azevedo Falcão, coronel-aviador Antônio Batista Neiva de Figueiredo Filho, coronel-aviador Fausto Amélio da Silveira, coronel-aviador Carlos Alberto Martins Alvarez, coronel-aviador Afonso Ferreira Lima, coronel aviador Francisco Alfredo Gouveia Horcades, tententes-coronéis-aviadores: Fernando Durval de Lacerda, Emanuel Nicoli, Ari Saião Caldeira Bastos Filho, Matias Baliú, Joaquim Gouveia de Albuquerque, Paulo Malta Rezende, Paulo Soares Machado, Odair Fernandes Aguiar, Carlos Alberto da Fonseca, Hélio de Castro Alves Anísio, Oscar Ferreira Souza — Clylar Egídio da Silva, capitão-aviador Lúzio Pinheiro de Miranda, capitão-médico-aer. Lauro Amorim Moura, capitão-engenheiro reserva de segunda classe convocado Lupércio Uruguai de carvalho Malta, capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daut, capitão Hugo Hartz e primeiro-tenente esp.-av. Avelino Iost.

No dia 14 de abril, véspera da posse do marechal Castelo Branco, mais 7 oficiais do Exército e 17 da Aeronáutica, por ato do Comando Supremo da Revolução, eram transferidos para a reserva: coronéis de artilharia Ubiratan Miranda, João de Moura Dias e Celso Freire de Alencar Araripe; tenentes-coronéis de cavalaria Raul de Araújo Alves e Ciro Labarth Alves, major de cavalaria Alcino da Silva e 1.º tenente Atílio Domini, no Exército; major-brigadeiro-do-Ar e ex-ministro da Aeronáutica Anísio Botelho, coronel-aviador Fernando Caggiano Hall, tenentes-coronéis-aviadores Carlos Jorge Mirandola, Maurício Eugênio Nascimento Silva e Maurício Martins Seidel, majores-aviadores Valter Humberto Monte e Léo Afonso Sobral, major-intendente Amandio Ribeiro Magalhães, majores Hélio Fernandes Ávila e Gaspar Caetano da Silva, capitães Alcir Cândido de Almeida, Tertuliano Rocha Filho e Osni Magalhães Machado, e os 1.ºs. tenentes Renato Arantes Tinoco, Roberto Julião Pereira de Baere, Silvio Romero Pereira Martins e Odilário Brasil.

A terceira lista (a última do Comando Supremo da Revolução) foi divulgada no dia 14 de abril, suspendendo por 10

anos os direitos políticos de mais 67 pessoas, inclusive de 12 oficiais-generais. Foram atingidos pela nova lista:

Generais-de-Brigada Euriale de Jesus Zerbine, Luiz Tavares da Cunha Melo, Crisanto de Miranda Figueiredo e Argemiro de Assis Brasil; coronel-engenheiro Jarbas Ferreira de Souza, coronéis de infantaria Lauro Almeida Bandeira de Melo e Humberto Freire de Andrade; coronel de artilharia Jefferson Cardim de Alencar Osório, tenente de cavalaria Kardeck Leme, tenente-coronel de cavalaria Anacis Marques Ferreira de Abreu, tenente-coronel de artilharia Donato Ferreira Machado, tenente-coronel de infantaria Joaquim Inácio Batista Cardoso, tenente-coronel de infantaria Hermano Póvoas de Matos, tenente-coronel Dagoberto Rodrigues, tenente-coronel de cavalaria Niépce da Silva Filho, tenente-coronel de cavalaria Paulo Eugênio Pinto Guedes, tenente-coronel de infantaria Humberto Molinaro, tenente-coronel de artilharia Carlos Molinaro Cairolí, tenente-coronel QME Alberto Goulart Pais Filho, major QME Teodoro Idelbrando Garcia e major de infantaria Ademar Cirilo da Silva, na Marinha e Aeronáutica: almirante de esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano, almirante FN Cândido da Costa Aragão, almirante José Luiz de Araújo Goyano, almirante FN Washington Frazão Braga, almirante Alexandre Fausto Alves de Souza, brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos, Francisco Teixeira e Ricardo Nicolí, coronéis-aviadores Ademar Scaffa de Azevedo Falcão, Príamo Ferreira de Souza, Fortunato Câmara de Oliveira e Carlos Alberto Martins Alvarez e capitão-aviador Alfredo Ribeiro Daudt.

Civis: jornalistas Franklin de Oliveira, Edmar Morél, Osvaldo Costa, Gumercindo Cabral de Vasconcelos, Nelson Werneck Sodré e João Batista de Paula, editor Ênio Silveira, ex-ministro da Educação Júlio Sambaqui, deputados federais José Pedroso Teixeira da Silva, Miguel Leuzi, Alberto Guerreiro Ramos e Múcio Ataíde, ex-deputado Gregório Bezerra, deputados estaduais Sinval Palmeira Vieira, Paulo Alberto Monteiro de Barros, Ib Teixeira, José Saldanha da Gama Coelho Pinto, José Gomes Talarico e Valdemar Viana de Carvalho, srs. Valdemar Darós, Valter Pecotis, João Simões, Basílio Adud, Moisés Santiago Pimentél, Armando Maia, Luís Portela de Carvalho, Alberico Tavares de Moraes, Mariano Rodrigues, ten.-cel.-cav.



Pedro de Arbues Martins Alvarez, Ivan Ramos Ribeiro e Valpeno Cunha Barbosa.

O primeiro ato do presidente Castelo Branco, no campo das sanções revolucionárias, foi assinado no dia 1.º de maio, cassando os direitos políticos do governador Badger Silveira. No dia 7 do mesmo mês, foi divulgado o segundo ato, atingindo, além do deputado federal Clay Hardmann de Araújo, 3.º secretário da Câmara dos Deputados, os seguintes deputados estaduais, todos do PTB do Rio Grande do Sul, José Lamaison Pôrto, João Caruso Sucuderi, Wilson Vargas da Silveira, Justino Costa Quintana, Beno Orlando Burmann, Rubem Dario Porciúncula, Hélio Carlotomagnano, Edson Medeiros, Jair Moura Calixto, Floriano Maia D'Ávila, Nelson Amoreli Vianna, e mais os suplentes de deputado estadual pela ARS, do Rio Grande do Sul, Guilherme Vale Tonniges, Bruno Segalia, Fúlvio Celso Petrarco, Vicente Martins Real, Carlos de Lima Aveline, Alberto Schroetter, Jorge Alberto Campezatto, Otomar Ataliba Dillenburg e o vereador Hamilton Chaves, da Câmara de Vereadores de Pôrto Alegre.

Além dos acima relacionados, tiveram direitos políticos suspensos por dez anos, os srs. Sereno Chaise, prefeito de Pôrto Alegre, que foi deposto, Ajadil de Lemos, Faryde Salomão, Paulo Denavier Lauda, Adelmo Simas Genro, Luiz Maria Ferraz, Frederico Pedro Irineu Petrucci, Hilson Scherer Dias, Antônio de Pádua Pereira da Silva, Cibilib Viana, Álvaro Ayala e Valter Tschiedel.

No dia 30 de maio, o presidente Castelo Branco cassou mandatos e suspendeu direitos políticos em Goiás, atingindo os seguintes deputados estaduais: Joaquim Olinto de Jesus Meireles (UDN-GO); Cristóvão do Espírito Santo (PTB-GO); José Porfírio de Souza (PTB-GO). Foram suspensos os direitos políticos dos seguintes cidadãos: Joaquim Olinto de Jesus Meiredes, Cristóvão do Espírito Santo, José Porfírio de Souza, Wilson da Paixão (secretário do Interior e Justiça), Rui Rodrigues da Silva (secretário da Educação), Frederico de Medeiros e Maximiliano da Mota Teixeira (desembargadores) e o jornalista Washington Gomes Barbosa.

No dia 8 de junho, o presidente da República cassou o mandato de senador e suspendeu os direitos políticos do sr. Juscelino Kubitschek por 10 anos. No mesmo dia foram cassados

mandatos e suspensos direitos políticos de mais 39 cidadãos, nos Estados de São Paulo, Paraná, Ceará e Rio Grande do Norte.

Em São Paulo foram cassados os mandatos dos deputados estaduais Cid Franco, Anselmo Farabulini Júnior e Gualberto Moreira, e suspensos os direitos políticos das seguintes pessoas; desembargador Edgard de Moura Bitencourt, juizes Décio Aranha Arruda Campos e José Francisco Ferreira e dos ex-diretores da CNTI e suplentes de deputados estaduais José da Silva, José Barbalho Bezerra, Geraldo Alves Teixeira, José Alves Moreira, Guarino Ilêo, Luís Tenório de Lima, José Viana da Silva, Telmo Lopes da Silva, Luís Gonzaga de Almeida, Júlio Marques da Silva, Francisco Plácido das Chagas, Osmar Antônio de Oliveira e Rafael Francisco de Almeida.

No Paraná foram cassados os mandatos dos deputados estaduais Almir Moreira Passos, Leon Naves Barcelos e Luís Alberto Dalcanalle. Suspensos os direitos políticos do juiz Aldo Fernandes, do promotor Atos de Santa Teresa Abilhoa e dos Srs. Flávio Ribeiro, José Rodrigues Vieira Neto, Agliberto Vieira de Azevedo e Jairo de Araújo Regis.

No Ceará foram cassados os mandatos dos deputados estaduais Aníbal Fernandes Benevides, José Fiúza Gomes, José Blanchard Girão Ribeiro, Amadeu Arraes, José Pontes Neto e Raimundo Ivan Barros de Oliveira.

No Rio Grande do Norte foram cassados os mandatos dos deputados estaduais Floriano Bezerra de Araújo, Luís Inácio Maranhão Filho e Cesário Clementino dos Santos.

Uma das últimas listas atingiram políticos do Pará, cassando os mandatos do governador Aurélio do Carmo, do vice-governador Newton Bulamarqui de Miranda, do prefeito Moura Carvalho, do vice-prefeito Isaac Soares, dos deputados estaduais Amílcar Renassuli Moreira, José Manoel Reis Ferreira, Raimundo da Costa Jings e Benedito Walfredo Monteiro, além do prefeito de Cameté, Agenor Renassuli e do vereador Alberto Nunes.

A penúltima lista de cassação atingiu os mandatos dos deputados federais Tenório Cavalcanti, Otávio Rodrigues Maria, Paulo Jorge Mansur, William Salem, dos suplentes de deputados João Barbosa de Vasconcelos, Ramiro Justino da Silva, Addo Vânio de Aquino Faraco e dos vereadores paulistas Moacir

Longo, Agnaldo Moreira e Mário Ferreira Pires e do vereador catarinense Manoel Alves Ribeiro.

Tiveram direitos políticos suspensos: Abelardo Germano da Hora, arquiteto, PE; Ubiraci da Silva, advogado, PE; David Capistrano da Costa, secretário-geral do PCB; João Barbosa de Vasconcelos, suplente de deputado, PE; Ramiro Justino da Silva, suplente de deputado, PE; Alfredo Tibúrcio Ferreira Filho, advogado, PE; Addo Vânio de Aquino Faraco, suplente de deputado, SC; Manoel Alves Ribeiro, vereador, Florianópolis, SC; José da Rocha Mendes Filho, dirigente sindical, SP; Otávio Rodrigues Maria, deputado federal, SP; Francisco Luciano Lepera, jornalista, SP; Paulo Jorge Mansur, deputado federal, SP; William Salem, deputado federal, SP; Moacir Longo, vereador, SP; Aguinaldo Moreira, vereador, Barretos, SP; Mário Ferreira Pires, vereador, Barretos, SP; Ivan Corrêa de Toledo, prefeito municipal, Indaiatuba, SP; Guarine Fernandes dos Santos, dirigente sindical, SP; Miguel Jorge Nicolau, político, SP; Osvaldo Lourenço, dirigente sindical, SP; Pedro Francisco Iovine, dirigente sindical, SP; Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, líder comunista, SP; Rio Branco Paranhos, advogado, SP; Diógenes Alves, líder sindical, BA; Herval Pina Ribeiro, médico, BA; Jarbas Miranda de Santana, líder sindical, BA; José Fernandes Pedral Sampaio, engenheiro, BA; Nemésio Leal Andrade Sales, advogado, BA; Raimundo Ramos Reis, líder sindical, BA; Válter da Mata, líder sindical, BA; Washington José de Sousa, líder sindical, BA; Hélio Marques da Silva, líder sindical, RJ; Jocelin Barreto Brasil Filho, cel-av., RI, RJ; Carlos Sá Pereira, líder sindical, AM; Álvaro Vieira Pinto, professor, GB; Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, deputado federal, RJ.

No último dia de cassações e suspensão de direitos políticos, segundo o artigo 10 do Ato Institucional, foram divulgadas três listas, atingindo as seguintes pessoas:

Francisco Gomes de Andrade Lima, ex-superintendente da SPVEA; Cléo Bernado de Macambira Braga e Antônio Antero de Almeida, advogados, Valdir Bouhid, ex-prefeito de Belém; José Gomes Pimenta, Fabrício Soares da Silva e Sinval Bamberira, ex-deputados estaduais (MG); Alberto Ibrahim Arbex, professor (Juiz de Fora); Denis Paulo Schilling, agitador; Henrique Batista Aranha Miranda, ex-vereador; Clidenor de Freitas

Santos, ex-deputado federal; Eugênio Caillard Ferreira, ministro de Assuntos Econômicos; Osnildo Stafford da Silva e Adeline Cassis, líderes sindicais; Antônio Antero de Almeida e Benedito Santana da Silva Freire, advogados; Alberto Neder e Aldemar Oliveira Neves, médicos; Néelson Trad, vice-prefeito de Campo Grande (MT); Américo Silva, deputado federal (PA); Nagib Mutran, deputado estadual (PA); Océlio Medeiros, suplente de deputado federal (PA); Henri Checra Kayath, suplente de deputado estadual (PA); Celso Teixeira Brant, suplente de deputado federal (MG); Raimundo Olívio Cardoso Rocha, vereador, Marabá, (PA); Renato Clímaco Borralho de Medeiros e Félix Valois de Araújo, deputados federais (Roraima); Francisco Alves dos Santos, suplente de deputado estadual (AM); Expedito Machado da Ponte, deputado federal (CE); Francisco Aniceto Rocha, deputado estadual (CE); Dimas d'Anunciação Perrin, vereador (BH-MG); Her Agapito da Luz, Flávio da Costa Franco e Ulisses Câmara Vilar suplentes de deputados estaduais (RS); Otilio Borgmann, vereador (Getúlio Vargas, RS); José Telteirott, suplente de deputado estadual (RS); Manoel Malmann Filho, vereador (Santa Maria (RS); Wilson Fadul, deputado federal (MT); padre José Palhano de Sabóia, deputado federal (CE); José Gomes da Silva, suplente de deputado estadual (PB); João Inácio de Souza, vereador (Santos, SP); Simão Mansur, deputado estadual (RJ); José Pires Cervenha, suplente de deputado estadual (AM); Jair Dantas Ribeiro, general de Exército, Hugo Gouthier de Oliveira Gondin, e Jaime de Azevedo Rodrigues, diplomatas-ministros de 1.<sup>a</sup> classe; Jair de Almeida Rodrigues e Antônio Houaiss, diplomatas-ministros de 2.<sup>a</sup> classe; Eduardo Quintiliano da Fonseca Sobral, economista; Max Rechulsky, exportador de café; José Alberto Davies de Freitas; Dalton Boechat, Cid de Cesare Salgado, Francisco Rinaldo Moreira e Heitor Manoel Pereira, funcionários da Petrobrás; Luís Gonzaga dos Santos, ex-vice-prefeito de Natal; Plínio Ramos Coelho, governador do Estado do Amazonas; Alcides Amaral Barcelos, coronel do Exército; Luís Cláudio Castro e Costa, ex-escritário de Educação e Cultura (AC); Hélio César Koury, professor (AC); Sandoval Ferreira Caju, prefeito de Maceió; Newton Vieira Rique, prefeito de Campina Grande (PB); Tarzan de Castro, líder estudantil (GO); Alberto Plentz, prefeito de Cruz Alta (RS); Antônio de

Oliveira Lins, advogado (MG); Armando Ziller, ex-deputado estadual (MG); Carlos Olavo da Cunha Pereira, jornalista (MG); Elson Costa, líder comunista (MG); Paulo Silveira Werneck e René Magarinos Tôrres, capitães-de-mar-e-guerra; Thales Fleury de Godoy, capitão-de-fragata; José de Moura Beleza e Nestor Vera, líderes sindicais; e José Gomes, prefeito de Santos.

O Presidente da República decidiu ainda transferir para a reserva remunerada o almirante-de-esquadra Sílvio Borges de Sousa Mota, "sem prejuízo das sanções penais a que esteja sujeito" (do "Correio da Manhã").

## **Intervenções Norte-Americanas na América Latina**

É OPORTUNO divulgar o trabalho de Clóvis Melo, *Colonialismo, Problema Internacional* que, à base de impressionante documentação do escritor cubano Jorge Castellanos, mostra como os Estados Unidos, a partir de 1806 até 1950, fizeram 63 operações militares na América Latina, ciclo guerreiro que parou com a ascensão de Franklin Delano Roosevelt.

O livro de Clóvis Melo foi publicado em 1954 e fala sobre as intervenções abertas dos Embaixadores Norte-Americanos, no Brasil, Berle em 1945 e Kemper em 1954.

O leitor deve acrescentar mais uma invasão militar em Cuba, em 1962, desta vez devidamente preparada pelo Pentágono Militar de Washington, com o beneplácito do extinto Presidente John Kennedy.

As incursões ianques na América Latina não são mais militares. Elas surgem, agora, com mais vigor, em forma de pres-

ção econômica, a exemplo do que está acontecendo no Brasil, a ponto do Embaixador Lincoln Gordon ser recebido, mais de uma vez num mesmo dia, pelo Presidente Castelo Branco, no Palácio das Laranjeiras, e dizer aos jornalistas que o governo brasileiro submeteu um plano econômico para salvar as finanças do País à aprovação dos Estados Unidos e que foram reabertas as negociações para a compra das companhias concessionárias norte-americanas que operam em nosso País, à frente a *Bond and Share, American Foreign Power* e C.T.B.

“Agora, sim, — disse o Embaixador Lincoln Gordon — será feito o reescalonamento das dívidas externas do Brasil.”

Eis o trabalho dos escritores Jorge Castellanos e Clóvis Melo:

1 8 0 6

MÉXICO — O capitão Z. M. Pike, à frente de um pelotão, invade o território mexicano situado ao norte do Rio Grande, por ordem do general James Wilkinson.

1 8 2 2

CUBA, janeiro — O tenente Ramage desembarca com um destacamento do navio *Porpoise* na costa noroeste de Cuba. Pretexto: “perseguir os piratas”.

1 8 2 3

CUBA, abril — O tenente Itribiling desembarca fuzileiros navais dos barcos ianques *Gallinipper* e *Mosquito* em Puerto Escondido.

1 8 2 4

CUBA, outubro — O navio ianque *Porpoise* desembarca marinheiros nas cercanias de Matanzas. Pretexto: ainda “perseguir piratas”.

1 8 2 5

CUBA, março — Destacamentos dos navios ianques *Sea Gull* e *Gallinipper* praticam “ações contra os piratas nos cayos de Jutia Gorda e La Cocinera”.

1 8 3 1.

ARGENTINA, dezembro — Fuzileiros do navio *Lexington* desembarcaram nas Ilhas Falkland, por ordem de Washington. (Essas ilhas foram ocupadas pela Inglaterra dois anos mais tarde).

1 8 3 8

ARGENTINA, novembro — O mesmo navio *Lexington* faz um desembarque em Buenos Aires. Pretexto: “defender os cidadãos norte-americanos durante as desordens revolucionárias”.

1 8 3 5

PERU, dezembro — Fuzileiros do navio *Brandkwine* desembarcam em El Calao, e seguem para Lima, onde se instalam “para proteger a cidade” durante os motins revolucionários. Os fuzileiros ianques permanecem ali, com algumas intermitências, durante um ano.

1 8 4 2

MÉXICO, outubro — O comodoro T.A.C. Jones, no comando de uma esquadra que percorria as águas da Califórnia, ocupa Monterrez. Uma semana depois ocupa San Diego. Pretexto: “Jones pensava que se havia declarado a guerra”.

1816 - 1848

MÉXICO — Guerra dos Estados Unidos contra o México. Polk lançou as tropas ianques sobre um País que não havia realizado a menor provocação contra o seu poderoso adversário. Uma vez derrotado, o México, firmou o tratado de Guadalupe-Hidalgo. Por êste tratado era “reconhecida” a anexação do Texas e cediam-se aos Estados Unidos, a Califórnia, o Arizona, o nôvo México e outras enormes extensões de terra: uma área superior à da França e Alemanha juntas. O México perdeu inclusive o Texas e mais da metade do seu território, em consequência dêste avanço do imperialismo norte-americano.



1852 - 1853

ARGENTINA — Durante a guerra civil de Buenos Aires, desde o mês de janeiro de 1852 até abril de 1853, os navios ianques *Congress* e *Jamestown* desembarcaram vários destacamentos. Pretexto: “proteger os interesses estrangeiros”.

1853 - 1854

NICARÁGUA — O barco de guerra ianque *Cyane* coloca os seus guardas em San Juan del Norte. Pretexto: “Defender a propriedade de uma companhia norte-americana ameaçada pelo governo”. A reação do povo nicaraguense foi muito forte, a propriedade dessa companhia foi destruída e o ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, Borland foi detido. O *Cyane* voltou a Nicarágua no mês de julho de 1854, com ordens oficiais de “obter reparações”. O governo se negou a dá-las. A resposta do navio consistiu em canhonear a cidade, desembarcar um destacamento e incendiá-la.

1 8 5 5

URUGUAI, novembro — Fôrças do navio ianque *German-town* desembarcaram em Montevidéu. Pretexto: “Proteger os estrangeiros durante a guerra civil”.

1 8 5 6

COLÔMBIA, setembro — Desembarque, no Panamá, de fuzileiros navais dos barcos ianques *Independente* e *St. Mary*. Pretexto: “proteger a estrada de ferro durante os motins revolucionários”.

1 8 5 7

NICARÁGUA — Por ordem do comodoro Paulding, um destacamento de fuzileiros navais ianques, desembarca em território nicaraguense. Pretexto: “prender o flibusteiro William Walker”, que efetivamente prenderam e enviaram para Washington.

1 8 5 8

URUGUAI, janeiro — Fôrças dos navios ianques *St. Lawrence* e *Falmouth* desembarcaram em Montevidéu e se apoderaram da Alfândega, dando como pretexto a guerra civil em processo.

1 8 5 9

PANAMÁ — Demonstrações de fôrças navais ianques no Panamá exigindo “desagravo” por um suposto ataque contra o barco norte-americano *Water Witch*. O govêrno panamenho se viu obrigado a “dar satisfações”.

1 8 5 9

MÉXICO — Com o pretexto de perseguir o bandido mexicano Cortina, o capitão ianque Ford cruza com suas tropas o Rio Grande, penetrando ilegalmente em território mexicano.

1 8 6 5

COLÔMBIA, setembro e outubro — O navio ianque *St. Mary* desembarca fuzileiros navais no Panamá. Pretexto: “proteger o tráfego ferroviário e os interesses norte-americanos durante a guerra civil”.

1 8 6 6

COLÔMBIA, março — Um destacamento do mesmo *St. Mary* baixou a terra com o pretexto de “defender” os interesses norte-americanos durante a revolução”.

1 8 6 8

MÉXICO, novembro — O general Zedgwick exige e obtém a rendição de Matamoros, aduzindo que o fêz para “reparar” as queixas dos residentes norte-americanos. O general permanece em Matamoros três dias com 100 homens, até que o govêrno de Washington se decide ordenar-lhe que se retire.

1 8 6 8

URUGUAI, fevereiro — Fuzileiros navais dos Estados Unidos desembarcaram por duas vezes em Montevidéu. Pretexto: “proteger interesses norte-americanos durante a insurreição”.

1 8 6 8

COLÔMBIA, abril — desembarque de marinheiros do navio *Prenobscot* em Aspinwall. De nôvo se alega: “É para proteger as riquezas norte-americanas”.

1873 - 1882

MÉXICO — Tropas dos Estados Unidos cruzam reiteradas vezes a fronteira mexicana em suposta “perseguição a ladrões de gado”. O govêrno do México apresentou vários protestos, o que não impediu que ocorressem vários choques entre forças dos dois países, como foi o caso de Remolina, em maio de 1873 e o de las Cuencas, em 1875. Estas incursões se realizavam, conforme ficou comprovado, por ordens diretas do govêrno de Washington.

1 8 7 6

MÉXICO, maio — Fuzileiros navais ianques desembarcaram em Matamoros, a pedido do cônsul norte-americano. Pretexto: “proteger os estrangeiros após a retirada de uma força revolucionária que controlava a cidade”.

1 8 8 5

COLÔMBIA, março — O navio ianque *Galena* envia à terra uma grande força, contra o Panamá, durante uma insurreição, sob o pretexto de “proteger a ferrovia”. No mês de maio seguinte, uma esquadra ianque e vários destacamentos norte-americanos tomam, pela força, a maior parte da rota do Canal e da cidade do Panamá. Em julho, o navio ianque *Alliance* desembarca fuzileiros em Colón.

1 8 8 8

HAITI, dezembro — Os navios ianques *Galena* e *Yantic* fazem uma apresentação de força por motivo do apresamento do barco mercante norte-americano *Haytian Republic*.

1 8 9 0

ARGENTINA, julho — O navio ianque *Tallapoosa* desembarca um destacamento em Buenos Aires, durante uma “perturbação revolucionária”. Pretexto: “proteger o consulado norte-americano”.

1 8 9 1

CHILE, outubro — Uma guarda militar ianque desembarcou em Valparaíso. Pretexto: “proteger o embaixador dos Estados Unidos”. Posteriormente um motim de que resultaram dois norte-americanos mortos, 18 feridos e 36 aprisionados, o governo dos Estados Unidos, exigiu satisfação. O governo do Chile se negou a dá-las. A guerra chegou a estar iminente, e o Chile se viu forçado, por fim, a oferecer escusas e a pagar indenizações.

1893 - 1894

BRASIL — Durante a guerra civil, o almirante ianque Benham, com uma grande esquadra norte-americana sob seu comando, toma posição aberta contra os insurretos.

1 8 9 4

NICARÁGUA, julho e agosto — Os cruzadores norte-americanos *Tarbleheatd* e *Columbia* realizam desembarques. Pretexto: “proteger os interesses norte-americanos durante a guerra civil entre Sasaca e Zelaya”.

1 8 9 5

COLÔMBIA, março — Revolução no Panamá. Fuzileiros do navio ianque *Atlanta* desembarcaram em Bocca del Toro, no Istmo.

1 8 9 6

NICARÁGUA, maio — O navio ianque *Alert* efetua um desembarque de fuzileiros em Corinte, durante os “motins revolucionários”.

1 8 9 8

NICARÁGUA, fevereiro — o *Alert* envia um destacamento de fuzileiros a San Juan del Sur. Pretexto: “proteger os norte-americanos durante os motins”.

1 8 9 8

CUBA, abril — Os Estados Unidos intervêm no conflito cubano-espanhol. A propaganda oficial apresenta o envio de tropas ianques a Cuba como um ato generoso e filantrópico da América do Norte. Está hoje provado que esta tese é insustentável. Conforme escreveu um historiador insuspeito de *radicalismo*, Ramiro Guerra: “A intervenção não foi decidida pelo govêrno de Mc Kinley para ajudar o estabelecimento de uma república independente e soberana em Cuba, mas, de fato, para realizar uma política muito claramente definida em todo o decorrer do século XX”.

1 8 9 9

NICARÁGUA, fevereiro — O navio ianque *Marieta* realiza um desembarque de fuzileiros em San Juan del Norte, “com objetivos de proteção”, imediatamente após a insurreição de Reyes.

1 9 0 1

COLÔMBIA, abril — Fuzileiros do navio *Machias* desembarcaram em Boca del Toro. A mesma coisa, no mês de novembro, no Panamá e em Colón, permanecendo em ambos os lugares até dezembro. Pretexto: “proteger a segurança ferroviária durante a guerra civil”.

1 9 0 2

COLÔMBIA — Guarda-marinhas do navio ianque *Machias* desembarcaram em Puerto Cortés. Pouco depois, o mesmo navio e outros desembarcaram guarda-marinhas no Panamá e Colón, aí permanecendo até novembro. Pretexto: “proteger contra as desordens a ferrovia do Canal”.

1 9 0 3

HONDURAS — O navio de guerra ianque *Marieta* faz descer a terra um destacamento de guarda-marinhas. Pretexto: “proteger o consulado norte-americano durante a luta revolucionária”. Outro navio, *Olympia*, também desembarcou um destacamento de fuzileiros para “guardar o cais”.

1903 - 1904

COLÔMBIA, Panamá — Revolução panamenha. A história provou à sociedade que essa “revolução” foi provocada pelos norte-americanos com o objetivo de estabelecer o contróle da Zona do Canal por eles, norte-americanos. São bem conhecidos os incidentes dêste cínico avanço imperialista. Não foi à-toa que Teodoro Roosevelt pôde afirmar, alguns anos mais tarde: “Eu me apoderei do Canal”. É a verdade rigorosa. E, para consegui-lo, o presidente ianque violou tôdas as leis internacionais e os mais elementares princípios morais que exigem respeito à soberania dos povos.

1 9 0 4

REPÚBLICA DOMINICANA, janeiro — Fuzileiros do navio ianque *Columbia* desembarcam na cidade de Santo Domingo. Pretexto: “proteger o vice-cônsul alemão, ameaçado pelos revolucionários”. Em janeiro e fevereiro, uma grande fôrça naval norte-americana (incluído os navios *Detroit*, *Hartford*, *Yankee* e *Newark*) efetuou um desembarque de fuzileiros em Puerto Plata e Souza, e com os seus canhões ataca os insurretos.

1 9 0 4

PANAMÁ — O almirante Goodrich ordena que um batalhão de fuzileiros navais avance desde a Zona do Canal até Aucon, para manter a ordem durante a rebelião do general Huertas. As tropas ocupam a cidade e permanecem nela uma semana.

1 9 0 6

CUBA — Intervenção militar norte-americana, cujas tropas permaneceram no território cubano até 1907.

1 9 0 7

HONDURAS, março — Fuzileiros navais do navio *Marieta* desembarcam em território hondurenho com o pretexto de pôr fim ao conflito armado entre Nicarágua e Honduras. O navio ianque *Paducah* também enviou forças à terra em Laguna e Choloma.

1 9 1 0

NICARÁGUA, fevereiro — O navio ianque *Buffalo* desembarca uma força “de reconhecimento” em Corinto. Em maio, os navios *Paducah* e *Dubuque* efetuam um desembarque de 100 homens em Bluefields. Em julho, o *Dubuque* ameaçou apresar navios nicaraguenses e abriu fogo contra a terra. Pretexto: os motins revolucionários incitados pelo próprio Departamento de Estado.

1 9 1 0

HONDURAS, janeiro e fevereiro — Destacamentos dos navios ianques *Tacoma* e *Marieta* ocupam Puerto Cortez. Pretexto: “preservar os interesses dos Estados Unidos”. As tropas ianques permaneceram em Puerto Cortez até 1911.

1 9 1 2

HONDURAS, fevereiro — O navio ianque *Petrel* desembarca um destacamento para “impedir a ocupação pelo governo de

uma estrada de ferro pertencente a uma empresa norte-americana”.

1 9 1 2

CUBA, maio — Desembarque de uma grande força ianque no porto de Guantánamo, ocupando quase todo o vale. Outro desembarque se efetuou em Nipe. Outro em Daiquiri. Pretexto: “proteger os interesses norte-americanos” durante os distúrbios que se produziram ao levantar-se em armas o Partido Independente de Cór”.

1912 - 1925

NICARÁGUA, agosto — O navio ianque *Annapolis* desembarcou tropas que avançam até Manágua para “estabelecer a pacificação do país”. Os fuzileiros desembarcaram mais tarde em Bluefields, Corinto e outros lugares. Travaram uma batalha em Barranca. Os ianques ocuparam o País, e em consequência surgiu um forte movimento de defesa da independência nacional, que sustentou prolongada luta armada contra o invasor ianque. Os Estados Unidos mantiveram suas tropas na Nicarágua até 1926.

1 9 1 3

MÉXICO, setembro — um grupo de marinheiros do barco ianque *Buffalo* desembarca em Ciaris Estero para “proteger os norte-americanos dos distúrbios revolucionários”.

1 9 1 4

HAITI, janeiro — Fuzileiros do navio ianque *South Caroline* desembarcam em Port-au-Prince. Logo depois novos desembarques procedentes dos navios *Wheeling* e *Tacoma*.

1 9 1 4

REPÚBLICA DOMINICANA, junho e julho — O navio de guerra ianque *South Caroline* ancora em Puerto Plata, intervindo num conflito interno do País. O navio ianque *Machias* disparou os seus canhões contra os revolucionários.



## 1914 - 1917

MÉXICO — Incidente do *Delphin* em Tampico. Os ianques se apoderaram do porto de Veracruz (21 de abril de 1914), ali permanecendo com 7.000 homens armados, até novembro. Em março de 1916, tomando como pretexto a necessidade de “perseguir o bandido Pancho Villa”, o general ianque Pershing lança contra o México a sua famosa “expedição punitiva”, que penetrou 400 milhas dentro do território mexicano. A luta prosseguiu até fevereiro de 1917. Esta é a chamada “Guerra não declarada ao México”.

## 1915 - 1934

HAITI — Forças norte-americanas intervêm e ocupam Haiti (julho de 1915). Permaneceram ali até 1934, dezenove anos. O pretexto inicial foi o soaváfssimo de “impedir os ataques aos estabelecimentos estrangeiros durante uma luta intestina”.

## 1916 - 1924

REPÚBLICA DOMINICANA — Grandes forças navais ianques desembarcam e ocupam o País à custa de muitas baixas. De 1916 a 1922 a República é administrada por governadores militares norte-americanos. Em 1924, foram-se os fuzileiros, que deixaram uma “grande guarda nativa” treinada por eles.

## 1917 - 1919

CUBA — Desembarcaram marinheiros ianques durante a *Chambelona*, ocupando boa parte da província oriental. Pretexto: “proteger os interesses norte-americanos durante os distúrbios”. Tropas ianques permaneceram em Cuba até 1919.

## 1918 - 1919

MÉXICO — Depois da retirada da “expedição” punitiva de Pershing, tropas ianques invadiram o território mexicano três vezes, em 1918, e seis vezes, em 1919.

1919

HONDURAS — O navio ianque *Cleveland* desembarca uma fôrça em Puerto Cortez em setembro, para impedir desordens.

1919 - 1920

PANAMÁ — Tropas ianques da Zona do Canal penetram na província de Chiriquí, de julho a agosto para “supervisionar as eleições”!

1 9 2 0

GUATEMALA, abril — Os barcos ianques *Tacoma* e *Niagara* tomam a cidade de Guatemala. Pretexto: “defender os interesses norte-americanos durante a luta civil”.

1924 - 1925

GUATEMALA, fevereiro e abril — Desembarcam marinheiros ianques em vários pontos. O cruzador *Denver* serviu de base de operações, ajudado pelo *Billingsley* e pelo *Lardner*. Em setembro, o *Rochester* desembarcou fôrças em Celba. Em abril de 1925, o *Denver* efetuou nôvo desembarque.

1 9 2 5

PANAMÁ — Tropas norte-americanas ocupam a cidade do Panamá. Pretexto: “prestar serviço de polícia durante uma greve”.

1926 - 1933

NICARÁGUA — Após poucos meses de se haverem retirado, regressam os fuzileiros navais ianques à Nicarágua, o que provoca forte oposição nacional. As tropas dos Estados Unidos ocupam o País até 1933. Na prática, com um pequeno intervalo de uns poucos meses entre 1925 e 1926 a Nicarágua esteve ocupada militarmente por tropas ianques durante vários anos.

Com a ascensão de Franklin Roosevelt à presidência dos Estados Unidos e a formulação da chamada "política de boa vizinhança", houve uma certa pausa momentânea nas manifestações mais agressivas e hostis da Marinha e do Exército da América do Norte contra aquêles países.

Mas o imperialismo ianque subsiste. Seu papel espoliador e opressivo não só não diminuiu, como ainda redobrou de vigor.

A política do "bom vizinho" só existiu no papel. A pressão *Wall Street* não permitiu que os postulados rooseveltianos funcionassem na prática. Os magnatas monopolistas podem saquear à vontade os nossos países.

Por isso, embora às vêzes tomando outras formas, as agressões não cessaram durante êste período. As massas latino-americanas olham em derredor e o comprova fãcilmente.

Os cubanos, por exemplo, sabem que a Escola Naval de Climanera continua a funcionar, mordendo-nos o costado. E não podemos esquecer as "carícias" da mediação de Welles, a "vista" dos barcos ianques em posição de combate ao pôrto de La Habana, em 1933, as intromissões de *Mr. Caferry*, de *Bradden* e de *Mr. Butler*, etc. etc.

Pôrto Rico aí está, também, coberto de cadeias infames.

E a Venezuela guarda bem vivas as recordações da intervenção direta do adido militar dos Estados Unidos em Caracas, o coronel Adams, na conspiração que derrubou o govêrno de Gallegos e instaurou a ditadura militar.

E a Guatemala não esquecerá jamais os insultos que contra a sua soberania emitiu o embaixador norte-americano *Mr. Paterson*.

Como tampouco poderá Costa Rica olvidar a intromissão aberta dos ianques ao lado do tirano Figueres, no último conflito que ensanguentou o País.

Desde que Truman assumiu as rédeas do poder, voltou a acentuar-se abertamente o caráter agressivo da política exterior dos Estados Unidos contra os países latino-americanos.

A águia de Potomac enfeitou-se por um tempo com uma máscara. Agora desafivelou-se. O bico feroz, as garras brutais se preparam para novos assaltos. Porém, é certo que a América

Latina de 1950 não é mais a mesma de 1806, nem a de 1848, nem a de 1915, nem sequer a de 1933. A consciência de nossos povos amadureceu.

A compilação de Jorge Castellanos, o escritor antiimperialista de Cuba, na parte referente às intervenções de 1909-1924, na América Latina, é plenamente confirmada pelas memórias do major-general Butler, do corpo de infantaria dos Estados Unidos, publicadas pela revista *Common Sense*, em novembro de 1935, em Washington.

“Passei 35 anos e 4 meses no serviço ativo, fazendo parte do corpo militar mais ágil do nosso País: o Corpo de Infantaria de Marinha.

Servi em todos os postos, desde segundo tenente a major-general, e em todo êsse período empreguei a maior parte do meu tempo bancando o *valiente* a serviço dos grandes negócios de *Wall Street* e dos banqueiros. Em suma, fui malfeitor a serviço do capitalismo...” z

“Foi assim que, em 1914, ajudei a fazer do México e especialmente de Tampico, um lugar seguro para as empresas petrolíferas norte-americanas. Contribuí para converter Haiti e Cuba em lugares decentes, nos quais os rapazes do *National City Bank* recolheram suas utilidades”.

“... Ajudei a purificar a Nicarágua, de 1909 a 1912, para a casa bancária internacional de *Brown Brothers*. Alumiei o caminho na República Dominicana, em 1916, para as empresas açucareiras estadunidenses. Ajudei a preparar Honduras para as companhias bananeiras dos Estados Unidos em 1903”.

Ao trabalho de Jorge Castellanos faltaram dados relativos ao Brasil, país de que só há referência direta com relação aos fatos ligados à revolta da Armada. No entanto, são abundantes as informações que nos presta o notável publicista brasileiro Eduardo Prado, em seu livro *A Ilusão Americana* (2.<sup>a</sup> edição, Paris, 1895, a primeira confiscada pelo governo brasileiro).

Prado mostra como os Estados Unidos recusaram apoio à libertação do Brasil, em 1786, quando um estudante brasileiro, José Joaquim Maia, chegou a procurar, para êsse fim, o embaixador americano Franklin, em Paris; Cabugá, em 1817, não obteve melhor sorte e o colonialismo português esmagou impunemente a República do Capibaribe; a nossa independência se

fêz sem qualquer participação dos ianques. Quando Monroe pronunciou sua célebre doutrina, o Brasil foi o primeiro país a oferecer aos Estados Unidos um pacto de segurança mútua, prontamente recusado pelo governo de Washington. O embaixador americano no Rio de Janeiro, Raquet, escrevendo a Henry Clay dizia: "Isto aqui não é um País civilizado". O flibusteiro travestido de diplomata acusou a nossa esquadra, em operações no Rio da Prata, de "covardia" e chegou mesmo a ameaçar o Brasil com uma expedição americana, caso não cessássemos o bloqueio daquela região.

O presidente Jackson, em 1830, referia-se à necessidade da permanência de uma esquadra americana na América do Sul, como indispensável para "a defesa dos nossos interesses perante aquêles governos instáveis e incapazes". A questão das emprêsas do Prata custou-nos 427.259\$546 réis (calculadamente 437 milhões de cruzeiros na moeda atual), muito embora ficasse provado que as escunas americanas aprisionadas violavam leis internacionais de guerra e praticavam o contrabando. Aliás, é sintomático que o último carregamento de escravos, entrado no Brasil, em 1862, fôsse por intermédio de uma escuna norte-americana.

Durante o curso da Cabanagem, um flibusteiro americano penetrou no Amazonas e ofereceu ao presidente revolucionário, Angelim, a "proteção americana". Angelim expulsou-o à bala. Na guerra do Paraguai os Estados Unidos favoreciam López e o ministro Washburn referia-se ao nosso povo como "perverso" e "efeminado".

Em 1864, em Salvador, o navio federal *Wachusset* atacou em águas brasileiras o confederado "Flórida". Em 1853, chegou a ser organizada por Maurer, em Nova Iorque uma expedição americana para ocupação do Amazonas, denunciada em tempo pelo Visconde Abaeté, ministro de Estrangeiros do Império. O governo de Washington teve de sustá-la a contragosto. O general Grant, em 1883, ameaçou-nos veladamente, ao declarar que os Estados Unidos precisavam "seja como fôr", de "café, açúcar e borracha". Além dêsses fatos, que falam melhor do que as palavras, o livro de Eduardo Prado está cheio de denúncias outras sôbre indenizações indêbitamente pagas pelo Brasil, a armadores americanos, de empréstimos onerosos, de crimes con-

tra leis brasileiras, cometidos por súditos norte-americanos, culminando tudo isso com a intervenção militar aberta, em 1894, referida também por Castellanos.

Os fatos posteriores a Eduardo Prado só vieram confirmar-lhes as inquietações patrióticas: em 1918, a Amazônia sofria o assalto conjunto da Ford, da *Amazon River* e da *Amazon Rubber*; Percival Farquhar procurava apossar-se do nosso ferro e Morgan apoderava-se do manganês de Conselheiro Lafaiete. E a partir do primeiro após-guerra, os ianques passavam ao domínio do nosso mercado de café. 1927 marca o início das atividades da *Standard Oil* e do *City Bank*. 1930 assinala o assalto dos agentes norte-americanos ao poder e, desde então, os monopólios americanos começam a interferir nas nossas decisões internas, chegando às intervenções abertas de Berle, em 1945, e de Kemper, em 1954. Cumpria-se a advertência de Eduardo Prado, corroborada por Lima Barreto, Monteiro Lobato, Artur Bernardes, Agripino Grieco, Nestor Pederneiras, Lima Figueiredo, Afonso de Carvalho, Abguar Bastos e Pedro Mota Lima.

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS  
DA COMPANIA GRÁFICA LUX, RUA FREI  
CANECA, 224 — RIO DE JANEIRO, PARA  
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

informação exata e minuciosa, enfim, todos esses atributos que dão a alguns dos repórteres brasileiros da atualidade a condição de aliados do historiador de amanhã.

Brutalmente atingido pelo Ato Institucional, o repórter Edmar Morel, como o prova no presente livro (sem dúvida o mais completo e o melhor documentado entre todos que já apareceram, nos últimos dez meses, sobre o 1.º de Abril), não deixou que o ressentimento ou o rancor lhe roubasse qualquer uma daquelas qualidades apontadas acima. *O Golpe Começou em Washington* não é o livro de um ressentido ou de um magoado. É um livro isento, imparcial, exatíssimo na reconstituição dos antecedentes do “golpe” de abril, implacavelmente minucioso na enumeração dos atos e dos fatos que, após a queda do governo Goulart, iriam dar à “revolução” a fisionomia que seria a sua — a de um governo de exceção impôsto pela força ao povo brasileiro, e que nos poucos meses de sua vigência compulsória tem se revelado fundamentalmente contrário aos interesses nacionais mais legítimos.

Só um grande repórter, experimentado e honesto, tem capacidade para dar a medida exata dos acontecimentos e dos seus personagens. A “revolução” fez de Edmar Morel uma de suas vítimas. Mas, grande repórter que é, não se coloca êle, neste livro, na posição de quem se defende ou ataca; mas de quem expõe e analisa. E se acusações há em *O Golpe Começou em Washington*, é a própria “revolução”, através das ignomínias antinacionais que vem praticando, quem as faz contra si mesma, contra os que a engendraram e a executaram.

Joel Silveira

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.



**EDMAR MOREL, vítima do Golpe de Abril,  
escreve um livro isento, imparcial, exatíssimo.**

Repórter honesto e objetivo, autor de vários livros de grande conteúdo humano, um dos quais — A REVOLTA DA CHIBATA (biografia do marinheiro João Cândido) — foi *o crime* que lhe valeu a punição imposta pelos tais “democratas fardados”, EDMAR MOREL nos oferece aqui um documento sério e isento, uma análise clara e precisa dos antecedentes do golpe e do seu desdobramento até hoje.

“Revolução” que não foi, regime de força que se mascara de democrata e virtuoso, o golpe de abril é um monstro político que somente agrada aos inocentes inúteis e àqueles que defendem interesses contrários às legítimas aspirações de nosso povo.

O GOLPE COMEÇOU EM WASHINGTON não é, porém, fruto de ressentimento ou de rancor. É a medida exata dos acontecimentos e dos atores dessa tragicomédia que estamos vivendo.

*Mais um lançamento de categoria da*  
**EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S.A.**